**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

DANIELA TONELLO LEVY

**O papel dos judeus convertidos no desenvolvimento das Minas.
1700-1750**

**São Paulo
2019**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

DANIELA TONELLO LEVY

**O papel dos judeus convertidos no desenvolvimento das Minas.
1700-1750**

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, sob a orientação da
Prof. Dra. Anita Waingort Novinsky

**São Paulo
2019**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L668p Levy , Daniela Tonello
O papel dos judeus convertidos no desenvolvimento
das Minas. 1700-1750 / Daniela Tonello Levy ;
orientadora Anita Waingort Novinsky. - São Paulo,
2019.
280 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Diamante. 2. Cristão novo. 3. Inquisição. 4.
Brasil. 5. Mineração . I. Novinsky, Anita Waingort,
orient. II. Título.

DANIELA TONELLO LEVY

**O papel dos judeus convertidos no desenvolvimento das Minas.
1700-1750**

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, sob a orientação da
Prof. Dra. Anita Waingort Novinsky

São Paulo, ____ de _____ de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.

Prof.

Prof.

Resumo

Pesquisas nas últimas décadas revelaram uma nova realidade na história dos portugueses de origem sefaradita. Foram os pioneiros nas descobertas do ouro e diamantes na nova colônia, Brasil.

Nas montanhosas terras das Minas Gerais viveram no século XVIII numerosos judeus que, após a Conversão Forçada em 1497, trouxeram para a região costumes, rituais e crenças, diferentes da população cristã, herdados de seus antepassados judeus.

Certos costumes e crenças foram seguidos na maior clandestinidade, enquanto outros desapareceram completamente. A comunicação entre os conversos se dava por meio de símbolos, verdadeiros códigos secretos, apesar da vigilância rigorosa que a Inquisição impôs sobre a colônia na época de sua grande prosperidade aurífera.

Envolvidos com a extração de diamantes e com o comércio, alguns cristãos novos se tornaram verdadeiros magnatas, e ajudavam os empobrecidos conversos que chegavam fugitivos do Reino. Os recém-chegados traziam notícias de Portugal, Espanha, Holanda e ensinavam aos já esquecidos cristãos novos do Brasil práticas judaicas que o tempo havia apagado. As datas festivas lembradas, o calendário, as orações, eram ensinadas aos mineiros.

Minha pesquisa concentra-se especificamente na região do Tijuco e procura conhecer as relações existentes entre os moradores do Distrito Diamantino com o restante das Minas. Analisei, através das fontes inquisitoriais encontradas em documentos do Arquivo da Torre do Tombo em Lisboa, o núcleo constituído por cristãos novos na região diamantina e os caminhos secretos que os mineiros construíram para chegar às Minas, também os tipos humanos que viveram nessa região e sua mentalidade esclarecida, que influenciaram de maneira pioneira as ideias de liberdade de pensamento na colônia.

Palavras chave: Diamante, Cristão novo, Inquisição, Brasil, Mineração

Abstract

Research in the last decades has revealed a new reality in the history of the Portuguese Sephardi. One of the aims of the Portuguese since the beginning was to discover gold and diamonds in the new colony, Brazil. There was a myth about the “Brazilian Eldorado”, based on the findings in the Spanish America. The Sephardic Jews, descendants from the Jews converted in 1497, were the pioneers in the discovery of gold and diamonds in Portuguese America. The difficult life for the new Christians in Portugal after the establishment of the Inquisition, led a group of Marranos to leave for the New World, where they thought they would have freedom and new opportunities.

In Brazil, the New Christians joined Old Christians elite, making important deals and partnerships with them and being part of the same social circles. After the finding of diamonds was disclosed, British, Dutch and French companies, interested in the business of diamonds cutting and its commerce, contacted New Christian businessmen who lived in Minas looking to start a society. *Conversos* from Minas acted as middlemen, transporting diamonds, golden coins and letters of credit from Brazil to Europe.

The economic success after the discovery of Minas made the Inquisition turn to Brazil’s mining region. The former mining paradise turned into a great trap for the New Christians in a short time. The Sephardic believed to be safe, deep into the Brazilian backcountry, but the Inquisition formed a network of kinsmen (“familiares”) and officers responsible for investigating and preparing accusations against the conversos.

I analyzed, through the inquisitorial sources, found in Tower of Tombo Archive in Lisbon, the constitution of new communities in the diamond region. The secret paths that were built to reach the Mines, their secrets communications and their open minds that shaped the new ideas of freedom in the colony.

Key words: Diamonds, New Christians, Inquisition, Brazil, Mining

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a professora Anita Waingort Novinsky, que me introduziu aos estudos inquisitoriais e me guiou durante todo percurso acadêmico nos caminhos da pesquisa. A professora Anita, como a chamamos, influenciou quatro gerações de pesquisadores sobre a Inquisição e sua atuação no Brasil. Abriu nossos olhos para novas análises, a utilização da antropologia, da filosofia, e da psicologia e sua contribuição para a análise histórica. Criou o que chamamos de “Escola Novinsky”, uma corrente acadêmica, mas mais que isso uma grande família de pessoas ligadas pelo amor a pesquisa científica e a história. Aprendemos mais do que como pesquisar em um arquivo, ou onde buscar os documentos. Aprendemos a ser generosos com os colegas, a trabalhar em equipe, a ser éticos.

Como parte dessa “família”, agradeço à Lina Gorenstein, que disponibilizou sua biblioteca para minha pesquisa, me ensinou a ler os manuscritos através da paleografia, traduziu alguns textos meus para que eu participasse de congressos internacionais e me aconselhou em momentos de dúvida. Também gostaria de agradecer à Eneida Ribeiro, pelo companheirismo nos estudos e parceria.

Agradeço às primeiras gerações de historiadores, formados pela “Escola Novinsky”, que abriram as portas dos arquivos e expandiram as pesquisas sobre Inquisição e Cristãos Novos, Maria Luiza Tucci Carneiro, Raquel Mizrahy, Iara Monteiro e outros.

Agradeço à Iris Kantor pela indicação de documentos e bibliografia e à Júnia Furtado pela disponibilização de seus artigos.

Por último, gostaria de agradecer ao meu marido, Alberto e minhas filhas Sophia e Bruna, pela paciência que tiveram com minha ausência e pelo apoio em todos os momentos.

*Para Eda Tonello
(in Memoriam)*

*Para Alberto Levy
Para Sophia e Bruna Levy,
que elas conheçam suas origens e sua identidade*

Não sei quantas almas tenho

Não sei quantas almas tenho.
Cada momento mudei.
Continuamente me estranho.
Nunca me vi nem acabei.
De tanto ser, só tenho alma.
Quem tem alma não tem calma.
Quem vê é só o que vê,
Quem sente não é quem é,
Atento ao que sou e vejo,
Torno-me eles e não eu.
Cada meu sonho ou desejo
É do que nasce e não meu.
Sou minha própria paisagem;
Assisto à minha passagem,
Diverso, móbil e só,
Não sei sentir-me onde estou.

Por isso, alheio, vou lendo
Como páginas, meu ser.
O que segue não prevendo,
O que passou a esquecer.
Noto à margem do que li
O que julguei que senti.
Releio e digo: "Fui eu?"
Deus sabe, porque o escreveu.¹

Fernando Pessoa

¹ Pessoa, Fernando. *Novas Poesias Inéditas*. (Direção, recolha e notas de Maria do Rosário Marques Sabino e Adelaide Maria Monteiro Sereno.) Ática, 4ª ed. Lisboa, 1973 p.48.
A poesia de Fernando Pessoa retrata a alma do marrano. Produto de uma política totalitária imposta pelo Santo Ofício da Inquisição.

Lista de Ilustrações

Figura 1 –	Roteiro do Caminho Velho do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas do Ouro, 1707	63
Figura 2 –	Caminho Novo do Rio de Janeiro a Minas	65
Figura 3 –	Itinerário Geográfico	68
Figura 4 –	Região das Minas Gerais com uma parte dos caminhos de São Paulo e Rio de Janeiro para as Minas e dos afluentes terminais do São Francisco.....	77
Figura 5 –	Mineração de diamantes, 1770	90
Figura 6 –	Intendência dos Diamantes. Remessas do Tejuco em 18 de janeiro de 1768. Arquivo Público Nacional, Rio de Janeiro.....	98
Figura 7 –	Lavra de diamantes do Sr. Felisberto D’Andrade Brant: S. João da Chapada	99
Figura 8 –	Lavra de diamantes do Sr. Felisberto D’Andrade Brant : S. João da Chapada Riedel, Augusto, 1836-ca.1877 papel albuminado, p&b 23,6 x 27,9	146
Figura 9 –	O caso do colar da rainha	175
Figura 10 –	População de Minas Gerais em 1786	195
Figura 11 –	Menorá	246
Gráfico 1 –	Profissões dos cristãos novos nas Minas	117
Gráfico 2 –	Produção de ouro no século XVIII	193
Mapa 1 –	Regionalização para o século XVIII. Mobilidade comercial dos cristãos novos nas Minas	138
Mapa 2 –	Locais de maior presença de cristãos novos nas Minas.....	216

Índice

Introdução	11
I - A “Versalhes” portuguesa: O reinado de D. João V.....	30
II - Em busca do “Eldorado”	43
1 - O Mito brasileiro	43
2 - O papel dos conversos nas primeiras descobertas	48
3 - Paulistas: pioneiros no sertão	55
4 - Rotas para as Minas	62
III - O Brilho das Pedras	78
1 - Cristãos novos e os diamantes	78
2 - A Administração das Minas	86
3 - Tejuco no dia a dia	100
IV - Sob o jugo do Poder e da Violência	106
V - A relevância das redes comerciais	116
1 - Interiorização dos negócios	116
2 - Os operadores do Contrabando	139
VI - A dimensão mundial do negócio dos diamantes	155
1 - Atividades internacionais	155
2 - Os minérios do Brasil nos cofres ingleses	175
VII - A falência do método Eldorado: A Inquisição	187
1 - A Ação Inquisitorial	187
2 - A perseguição aos homens de negócio do Tejuco	201
VIII - A “Cultura do Segredo” nas terras do ouro e diamantes	217
1 - O judaísmo secreto	217
2 - A mentalidade cristã nova	232
3 - A cultura dos diamantes e os bacharéis	240
Considerações finais	247
Fontes	253
Referências	258
Anexos	268

Introdução

Após a expulsão da Espanha e a Conversão Forçada em Portugal, os judeus foram obrigados a se dispersar pelo mundo; foram para o Marrocos, Levante, Itália, Antuérpia, sul da França e para o Novo Mundo. Essa dispersão trouxe aos judeus e cristãos novos a facilidade de criar redes internacionais de comércio, devido à facilidade de comunicação entre as famílias, incrementando o fluxo de mercadorias entre o Atlântico e a Europa.

De acordo com os trabalhos de Anita Novinsky, *“a introdução do Tribunal da Inquisição em Portugal foi produto de interesses econômicos de uma classe média mercantil competitiva, que se inseria nas esferas do poder, desafiando a hegemonia política e financeira da aristocracia”*². A religião serviu de pretexto fundamental para estimular o ódio que os cristãos tinham pelos judeus, incrementado pela disputa entre a burguesia judaica e cristã.

O lucrativo comércio do Brasil, com o abastecimento da região das Minas Gerais, no século XVIII, foi para os descendentes dos conversos, ao mesmo tempo, uma oportunidade de expansão de suas redes internacionais, que passaram a atuar como fornecedoras de ferramentas e artigos de luxo, mas também uma armadilha, uma vez que a prosperidade alcançada despertou a cobiça inquisitorial, que voltou seus olhos para a região mineradora e para os portos de escoamento desse comércio, Rio de Janeiro e Bahia, fazendo da primeira metade do século XVIII o período de maior intensidade da atuação inquisitorial no Brasil.

² Novinsky, Anita. “Marranos e a Inquisição: Sobre a Rota do Ouro em Minas Gerais”. In *Os judeus no Brasil; Imigração, Inquisição, Identidade*. (org. Keila Grinberg). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p 163-183.

Sobre esse período da exploração do ouro e dos diamantes na história do Brasil, há uma exaustiva bibliografia. Porém, o estudo sobre os cristãos novos na sociedade colonial brasileira foi praticamente esquecido, com exceção dos que se dedicaram exclusivamente ao tema dos conversos presos pela Inquisição portuguesa. Proeminentes historiadores brasileiros minimizaram ou, provavelmente por não ter tido acesso aos documentos, ignoraram o papel dos descendentes de judeus na colonização do Brasil, tanto do ponto de vista econômico como social e cultural.

Este trabalho concentra-se principalmente nas atividades exercidas pelos cristãos novos da região mineradora. Procurei analisar a especificidade dos descendentes dos judeus, residentes nas Minas, em relação a outras regiões do país e ainda verificar o quanto foram subjugados pelo Santo Ofício. A pesquisa que realizei tem indicado a importância de compreendermos a convivência social e econômica durante o período, uma vez que a atuação do Tribunal do Santo Ofício português influenciava no comportamento e na formação da mentalidade dos portugueses.

Baseia-se esta pesquisa principalmente na análise de 57 processos de prisioneiros que foram acusados de judaísmo em Minas Gerais, e ainda em documentos manuscritos que comprovam a intensa participação dos cristãos novos como pioneiros na formação das primeiras vilas do ouro. Essa documentação revela a participação dos conversos nas expedições à procura de minérios, na construção das primeiras vilas, na extração de minérios, nas esferas comerciais, políticas, administrativas e culturais.

Também, não poderia deixar de mencionar as perseguições que os judeus convertidos sofreram no Mundo Novo. O fato dos cristãos novos luso-portugueses terem vivido o cárcere e os Autos de Fé teve uma influência determinante sobre sua mentalidade. É necessário entrar no mundo subjetivo, conhecer quem eram esses

conversos que povoaram em tão grande número o Brasil. Uma vez que eram párias, como tiveram influência na moldagem das formas da civilização brasileira?

A Inquisição agiu de forma diversa nas Minas Gerais e em toda a América. Atuou na base da família, através de denúncias de parentes, mas nas Minas, devido à característica intrínseca da população mineira, composta na sua maioria por homens, sua atuação também se deu com base nas redes comerciais.

O intercâmbio cultural e econômico desse grupo de cristãos novos com regiões ultramarinas, sua relação com o comércio de diamantes e os descaminhos estabelecidos com a Holanda e Inglaterra constituem objetos de estudo desse trabalho.

No primeiro capítulo, ***A “Versalhes” portuguesa: O reinado de D. João V***, pretendo contextualizar o início do século XVIII em Portugal. Abordo a retomada da economia portuguesa após a grande crise econômica que assolou o país na segunda metade do século XVII e a relação de dependência econômica entre Portugal e Inglaterra acirrada pelo Tratado de Methuen. E demonstro que a entrada do ouro brasileiro no Reino teve papel fundamental na recuperação econômica, ao mesmo tempo em que auxiliou na formação de um reinado de fausto e luxo na corte de D. João V.

O segundo capítulo, ***Em busca do “Eldorado”***, mostra como o ideal de uma terra desconhecida, repleta de metais preciosos, estava contido no imaginário europeu e qual papel o Brasil teve nesse pensamento. Nesse capítulo quero me debruçar sobre a “qualidade” dos principais colonizadores do Brasil: os cristãos novos. Quem foram esses homens que se expatriaram de Portugal estabelecendo-se no Brasil? Quem foram esses pioneiros na agricultura, que construíram os primeiros engenhos e as primeiras vilas do ouro, dinamizaram o comércio contribuindo para o

desenvolvimento do capitalismo comercial? Quem foram esses intrépidos luso-brasileiros que se entregaram a desbravar o inóspito sertão? Como os cristãos novos portugueses associaram a ideia do Eldorado e a esperança da Terra prometida ao distante Brasil.

A colônia no ultramar tornou-se uma oportunidade de refúgio aos perseguidos pela Inquisição portuguesa, que buscavam segurança e novas oportunidades. São Paulo tornou-se um abrigo promissor, mas as dificuldades econômicas de sobrevivência levaram os conversos paulistas a participar e organizar o movimento conhecido como bandeirismo, tornando-os pioneiros na descoberta do ouro, na abertura de caminhos para as Minas e na formação das primeiras vilas no interior brasileiro.

Mostrarei os caminhos secretos que os cristãos novos construíam e divulgavam entre seus conterrâneos em Portugal, para chegar às Minas e a formação de uma rede de solidariedade que auxiliava os cristãos novos recém-chegados a acessar o território minerador.

Mostrarei os tipos humanos que se estabeleceram na região, suas comunicações secretas e suas mentes esclarecidas que moldaram de maneira pioneira as ideias de liberdade de pensamento na colônia.

O terceiro capítulo, ***O Brilho das Pedras***, demonstra mais uma vez o pioneirismo cristão novo na descoberta dos diamantes no Brasil. Trata da administração da região diamantina, os cargos administrativos e a coleta de impostos. O sistema de extração dos diamantes, a fiscalização e a demarcação da região diamantina. O sistema de capitação e o sistema de contrato.

O cotidiano no arraial do Tejuco, o desenvolvimento cultural em meio às distantes montanhas e a mentalidade do cidadão tejucano..

No quarto capítulo, ***Sob o jugo do Poder e da Violência***, pretendo abordar um tema de grande importância para a compreensão da mentalidade do homem das Minas. A utilização da violência como forma de solucionar os problemas entre pessoas da sociedade. A repressão instituída por um poder absoluto exercido em nome do monarca Português. A forte presença do estado na vida cotidiano das pessoas. O poder de vida e morte do Intendente e dos contratadores.

No quinto capítulo, ***A relevância das redes comerciais***, trato do comércio e dos negócios realizados no Distrito Diamantino. Os tipos de comerciantes da região, principalmente a atuação dos cristãos novos, no abastecimento da população mineradora e o crescimento de uma abastada classe mercantil.

A diversificação da atividade econômica, associando a extração de diamantes e o comércio, fez com que alguns cristãos novos se tornassem verdadeiros magnatas, que criaram redes de solidariedade ajudando os empobrecidos marranos que chegavam fugitivos do Reino. O item ***Os Operadores do Contrabando*** dá prosseguimento á análise econômica da sociedade. O Brasil no século XVIII teve um vultoso crescimento, devido à alta produção de ouro e diamante nas Minas Gerais. Entretanto uma prática clandestina ameaçava o enriquecimento dos cofres portugueses: o contrabando. O contrabando interamericano atingiu proporções consideráveis, segundo Alexandre do Gusmão, a maior parte da produção do ouro escapava da inspeção oficial.³

A coroa portuguesa, alarmada com a situação, investiu no combate ao contrabando na região das Minas, que se tornou cada vez mais rígido. Essa atitude pode ser observada, especialmente ao tratarmos do Distrito Diamantino, onde havia

³Maxwell, K. op. Cit. P.96

uma profunda preocupação com o descaminho, sobretudo devido a alta entrada de diamantes no mercado internacional.

O Capítulo VI, ***A dimensão mundial do negócio dos diamantes***, demonstra como os cristãos novos estiveram envolvidos com o comércio de pedras preciosas desde muito cedo na história europeia. No Brasil, desde o início da descoberta dos diamantes no Serro Frio em 1729, cristãos novos estiveram ligados ao comércio e extração das pedras preciosas. Foi em um riacho da propriedade do cristão novo Bernardo da Fonseca Lobo que foram encontrados os primeiros diamantes. O primeiro a negociar as pedras foi um amigo de Bernardo da Fonseca Lobo, o cristão novo Felipe Santiago⁴. Santiago possuía conexões em Lisboa e Londres para onde passou a remeter os diamantes em grande quantidade.

Na primeira fase de exploração dos diamantes, caracterizada pela livre extração e livre comércio, formou-se nas Minas uma rede de homens de negócios composta por cristãos novos mercadores, tratantes, caixeiros, médicos e mineradores, dedicados ao comércio das pedras recém- descobertas.

Empresas inglesas informadas da produção diamantífera entraram em contato com elementos cristãos novos que serviriam de intermediários no comércio de diamantes. Aproveitando-se da extensão dos contatos dos cristãos novos das Minas, empresas holandesas e francesas interessadas no negócio da lapidação também passaram a integrar a rede de negócios. A organização dos conversos das Minas passou a transportar diamantes, moedas de ouro e letras de crédito do Brasil para Portugal, Galícia, França e Inglaterra.

⁴ Sarmiento, Jacob de Castro. "Diamantes". In *Materia Médica: physico Historica-mecanica*, Reyno Mineral. Londres, 1735 p. 149

O intercâmbio cultural e econômico desse grupo de cristãos novos com regiões ultramarinas, sua relação com o comércio de diamantes e os descaminhos estabelecidos com a Holanda e Inglaterra são objetos de estudo desse trabalho.

O capítulo VII, ***A falência do mito do Eldorado- A Inquisição***, mostra como foi a atuação da Inquisição na região mineradora. A Inquisição agiu de forma diversa nas Minas Gerais; em toda a América portuguesa a Inquisição atuou na base da família, através das denúncias de parentes, mas nas Minas, devido à característica intrínseca da população mineira, composta na sua maioria por homens, sua atuação foi com o indivíduo e com base nas redes comerciais. Demonstrarei que a tão sonhada “Nova Canaã, transformou-se, em pouco tempo em uma grande armadilha para os conversos.

No Capítulo VII, ***O judaísmo secreto***, discutiremos com os cristãos novos que viviam nas montanhosas terras das Minas Gerais, no século XVIII, conseguiram manter numerosos seus costumes, rituais e crenças, herdados de seus antepassados judeus. Esses costumes e crenças foram seguidos na maior clandestinidade, a comunicação entre os correligionários se dava através de símbolos, verdadeiros códigos secretos, apesar da vigilância rigorosa que a inquisição impôs sobre a colônia na época de sua grande prosperidade aurífera. Como esses valores, crenças e costumes influenciaram na formação da cultura mineradora, criando uma verdadeira simbiose cultural, com as tradições indígenas e africanas.

HISTORIOGRAFIA

Atualmente, podemos falar de uma nascente historiografia brasileira sobre a Inquisição em geral. Nos últimos anos foram publicadas obras importantes, baseadas em fontes primárias e inéditas, que trouxeram à tona vários aspectos da sociedade colonial até então desconhecidos: conflitos religiosos, corrupções, injustiças, traições, denúncias falsas, negócios internacionais, preços, dívidas, paixões, vinganças, ódios. Revelaram também duas mentalidades opostas que conviviam na colônia, os crentes e ortodoxos de um lado, os céticos e heterodoxos de outro. Nomes como os de Anita Novinsky, Lina Gorenstein, Ronaldo Vainfas, Eneida Ribeiro, Luis Nazário, Daniela Calainho, Lana Lage, Luiz Mott e tantos outros, têm contribuído para ampliar nosso conhecimento sobre a sociedade colonial.

Para fazer a análise crítica das fontes inquisitoriais temos de questionar vários problemas, relacionados com religião, política e psicologia. Qual a honestidade dos Inquisidores e quais seus interesses pecuniários? Qual a credibilidade das testemunhas? Quais foram os repetidos argumentos dos Inquisidores usados nos julgamentos, as fraudes nos exames de sangue, os furtos dos agentes do Santo Ofício e o sadismo empregado?

Até as últimas décadas do século XX, os historiadores que trataram da história das Minas Gerais, influenciados pela dialética, privilegiaram principalmente os aspectos econômicos, e relegaram a segundo plano a influência da atuação inquisitorial no comportamento da população mineradora. Essas análises se baseavam na ideia de ciclo econômico e destacavam a expansão econômica, o fausto da sociedade, uma relativa democratização do acesso a riqueza e o crescimento da

vida urbana.⁵ No início do século XXI novas abordagens preocuparam-se com a população marginalizada, com os aspectos do cotidiano daquela sociedade e com as relações de poder entre estado e igreja.

Os cronistas nos permitiram enxergar através dos olhos de espectador a sociedade no momento de sua constituição. Dois viajantes no início do século XIX deixaram em seus relatos informações valiosas sobre a administração colonial na região: John Mawe e Auguste de Saint- Hilaire.⁶ Saint Hilaire além de descrever as relações de poder que marcaram profundamente o Distrito Diamantino, familiarizou-se com trajes, alimentos, usos, costumes e relações individuais e coletivas. Apesar de tratar de pouco mais de cinquenta anos do período estudado, apresenta em seu relato inúmeros personagens de várias etnias e condições, cujas ações e caráter completam o retrato de uma região repleta de contrastes que permaneceram na região nesse período. O inglês John Mawe, como mineralogista e homem de negócios, concentra-se nos aspectos que envolvem o sistema de mineração e a economia mineradora.

O cronista Frei Antônio do Rosário, na obra “Frutas do Brasil numa Nova e Ascetica Monarchia” de 1702, faz uma apologia à terra brasileira, escreve sobre a fertilidade da terra e suas riquezas, a abundância de flores, frutas e pedras preciosas, sendo um dos primeiros trabalhos de que temos notícias a indicar a existência de diamantes no Brasil. Também faz uma crítica à coroa portuguesa, afirmando que o rei deveria cuidar melhor da ocupação do território e de sua administração, pois já havia perdido, por alguns anos, parte do território para os holandeses e ainda havia o risco de novas invasões.⁷

⁵Furtado, Junia. Novas tendências da Historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. *História da Historiografia*, número 02. Março, 2009 p. 118

⁶ Saint- Hilaire, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Trad. Leonam de Azeredo Pena. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

Mawe, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

⁷ Rosário, Frei Antonio. *Frutas do Brasil numa nova e ascética monarquia*. Lisboa, 1702.

Antonil, em “Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas” de 1711, apresenta um quadro com as principais riquezas do Brasil. Sua importância histórica para os que pesquisam principalmente sobre a mineração é indiscutível. No minucioso relato há descrição detalhada dos descobridores do ouro, das principais lavras, do abastecimento agrícola da região das minas, dos preços praticados, dos caminhos, da extração e da produtividade aurífera dos rios. Porém, Antonil não trata dos diamantes; se verificarmos a data da primeira publicação, não havia oficialmente o conhecimento de diamantes no Brasil. Sabemos através do trabalho do Frei Antônio do Rosário que já havia notícias esparsas sobre a existência das pedras na região das Minas⁸.

Autores clássicos como Charles Boxer contribuíram para os primeiros estudos sobre a região das Minas. Boxer tem uma obra abrangente e, apesar de não se debruçar exclusivamente sobre a região dos diamantes, realizou uma reflexão crítica sobre a economia e sociedade brasileira no século XVIII, onde destaca a importância de outras atividades econômicas, como a criação de gado que colaborou para a expansão do território brasileiro e a produção dos engenhos de açúcar e das plantações de tabaco. Em quatro capítulos dedica-se exclusivamente a região das Minas Gerais, principalmente ao que se refere a sua economia. Faz uma análise financeira e administrativa do Distrito Diamantino, o impacto que a descoberta de ouro e diamantes provocou nas relações sociais e econômicas da Colônia e como esse processo alterou as relações entre Portugal, África e as outras fortes economias da Europa (Inglaterra, França, Espanha, Holanda). É importante ressaltar que Boxer insere os cristãos novos nesse contexto histórico, demonstrando a importante

⁸Antonil, André João. Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas. Cap. V- terceira parte (introdução André M.Diniz Silva) Ed. Edusp, 2007.

participação desse grupo social na economia brasileira. Seu livro é grande auxílio para compreendermos as relações econômicas e administrativas do Brasil e sua posição estratégica nos negócios transatlânticos do século XVIII.⁹

Quando tratamos especificamente sobre a região diamantina, devemos ressaltar a obra clássica de Joaquim Felício dos Santos, pioneiro no estudo sobre a estrutura administrativa e de poder do Distrito Diamantino. Indica o momento da descoberta dos diamantes e analisa o alto índice de contrabando das pedras. Entre suas fontes apresenta correspondências entre a governança das Minas e do Distrito Diamantino com a Coroa portuguesa. Entretanto, o autor pertence a uma época em que muito pouco se sabia sobre a participação dos portugueses de origem judaica na formação do Brasil.

Novas tendências sobre a historiografia das Minas Gerais tem levado os historiadores a trabalhar com uma sociedade plural e multifacetada, ultrapassando o estudo da dicotomia escravo-senhor e a noção de riqueza.¹⁰

Laura de Melo e Souza, em exaustiva pesquisa sobre a sociedade das Minas, dedicou-se principalmente aos “excluídos” e demonstrou os diferentes grupos que configuravam aquela sociedade. Analisou as redes de poder da região e sua atuação, com destaque para as devassas eclesiásticas, onde enfocou os crimes de feitiçaria. Em suas palavras, seu trabalho pretende reconstituir a mentalidade das Minas setecentistas.

“Apesar da ênfase na dimensão social dos fenômenos estudados, procurei pontuar a interpretação com análises voltadas também para a dimensão simbólica.”¹¹

⁹ Boxer, Charles. *A idade de Ouro no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

¹⁰ Furtado, Junia. Novas tendências da Historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. *História da Historiografia*, número 02. Março, 2009.

¹¹ Souza, Laura de Mello e. *Norma e Conflito-Aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 15.

_____. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. Ed. Companhia das Letras, 2ª ed. São Paulo, 2009

Em uma de suas obras, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, demonstra que havia nas Minas um intenso sincretismo religioso que misturava tradições africanas, indígenas, católicas e judaicas.

Luciano Raposo Figueredo analisou as relações sociais da sociedade mineradora. Para nosso trabalho, sua grande contribuição está na relação que estabelece entre as visitas episcopais, devassas eclesiásticas e a Inquisição, demonstrando que por vezes existiram conflitos entre o poder dos bispos e a Inquisição; mas em outros momentos alguns agentes episcopais, após encerrarem as visitas, permaneceram na região como Comissários do Santo Ofício, como foi o caso de Manuel Freire Batalha, ou Dr. Geraldo José Abranches, que após encerrar sua visita episcopal em Mariana, retornou ao Brasil como responsável pela visitação do Santo Ofício no Grão Pará, maranhão e Rio Negro.¹²

Caio Boschi trabalha principalmente com o papel das irmandades na sociedade colonial mineradora e sua relação com a estratificação social. Para o autor, o grande número de irmandades presente na sociedade mineira era proporcional aos diferentes grupos sociais que compunham aquela sociedade. Demonstra que havia uma disputa entre as irmandades em busca de maior prestígio social. Mostra a influência da Contrarreforma nas práticas de intimidação da população e na atuação da igreja no contexto colonial mineiro.¹³

A história da cultura e da circulação das ideias nas Minas através da leitura teve seu expoente maior em Eduardo Frieiro, com “*O Diabo na livraria do Conêgo*”,

_____. *Desclassificados do Ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. Ed. Paz e Terra. São Paulo, 2004.

_____. *Claudio Manuel da Costa*. Companhia das Letras. São Paulo, 2010.

¹² Figueredo, Luciano Raposo. *Barrocas Famílias- Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. Ed. Hucitec. São Paulo, 1997, p. 71.

¹³ Boschi, Caio César. *Os leigos e o poder- Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. Ed. Atica, 1986.

obra pioneira que retrata o cotidiano da sociedade mineradora através das obras literárias da época; poucos na distante capitania das Minas Gerais conseguiram reunir notáveis bibliotecas, mas um grupo de pessoas se destacou por suas ideias, demonstrando nítida influência do pensamento europeu da época¹⁴. Nessa esteira, Luis Carlos Villalta demonstrou que só é possível compreender um momento histórico se estudarmos as leituras dos agentes sociais do período, ou seja, para entendermos a mentalidade vigente da época devemos procurar conhecer o que liam esses agentes, quem eram as pessoas que possuíam acesso aos livros e quais conseguiam formar sua própria biblioteca.¹⁵

Júnia Ferreira Furtado dedicou-se principalmente ao estudo da região diamantina. Uma de suas pesquisas, mais relevantes, é sobre os homens de negócio que atuaram nas Minas no período Colonial. Seu trabalho, apesar de não ser um estudo sobre a presença de cristãos novos nessa atividade, nos fornece importantes informações sobre a economia cristã nova na região. Sua exaustiva pesquisa nos arquivos de Mariana e Serro Frio, no Arquivo Público Mineiro, entre outros, nos remete a documentos inéditos para a compreensão das relações financeiras e de poder no Distrito Diamantino. As relações do cotidiano do arraial do Tejuco e de Serro Frio podem ser melhor compreendidas a partir de sua obra sobre Chica da Silva; a situação da mulher seja ela forra, branca ou escrava contribui para uma análise mais profunda daquela sociedade e sua mentalidade.¹⁶

¹⁴ Frieiro, Eduardo. *O Diabo na livraria do Conêgo*. Editora Itatiaia-Universidade de São Paulo. São Paulo, 1981.

¹⁵ Villalta, Luís Carlos. "Bibliotecas Privadas e práticas de leitura no Brasil Colonial " in Katia de Queiros Mattoso, Ideliette Muzard- Fonseca dos Santos et Denis Rolland (org.). *Naissance du Brésil Moderne, actes du colloque* "Aux temps modernes: Naissance du Brésil", Sobornne, mars, 1997. Paris: Presses de l'Université de Paris- Sorbonne, 1998. Traduit du portugais por Maria Lucia Jacob Dias de Barros. Rare par Gerard Perrot .

¹⁶ Furtado, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: A interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo, ed. Hucitec, 1999

_____. *O livro da Capa Verde*. Ed. Annablume/UFMG, São Paulo. 2000

_____. *Chica da Silva e o Contratador de diamantes*. Companhia das Letras. São Paulo, 2003.

Sobre a atuação econômica dos cristãos novos e judeus na época colonial, Ellis Rivkin acentuou a sua importância no desencadeamento de um “processo de modernização e ocidentalização que transformou o destino da Europa”, envolvendo-se em empresas oceânicas de larga escala.¹⁷

Jonathan Israel também chamou a atenção sobre a importante contribuição judaica para a vida econômica no início da época moderna. A proeminência dos judeus sefarditas na economia mundial, segundo este autor, foi um dos mais remarcáveis fenômenos da história¹⁸. Espalhados pelos quatro cantos da terra, os judeus e cristãos novos tiveram um papel central no mercado da Europa ocidental durante três séculos, assim como na interação econômica entre o Oriente Médio, África ocidental, Índia, Caribe e Brasil. Porém, Israel não investigou de perto a extensa rede comercial criada pelos cristãos-novos brasileiros, nem considerou sua relevância para o contexto econômico global.

Ernest Pijning e Paulo Cavalcante, através do estudo sobre o contrabando, contribuíram para redimensionar a relação de poder entre a população local e a administração portuguesa e entre a prática do lícito e do ilícito no interior do governo local.¹⁹

A participação dos cristãos novos na abertura dos caminhos do ouro e diamante e integração na formação da sociedade mineradora foi difundida por Augusto de Lima Jr., que apresentou pistas e indicações, mostrando que eram

¹⁷ Rivkin, Ellis. *The Shaping of Jewish History: a radical new interpretation*. Scribners. New York, 1971

¹⁸ Jonathan Israel “The Sephardi Contribution to Economic Life and Colonization in Europe and the New World (16th-18th Centuries)” in *Sephardi Legacy*, ed. Haim Beinart, vol 2. (Jerusalem, 1992), p.365.

¹⁹ Pijning, Ernest. “Passive Resistance: Portuguese Diplomacy of Contraband Trade During King John V’s Reign (1706-1750)” . *Arquipélago. História*, 2º série, II, 1997.

_____. “Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII.” *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2001. v. 21 nº42 p. 397-414.

Cavalcante, Paulo. *Negócio de trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa (1700-1750)* Ed. Hucitec. São Paulo, 2006.

agentes ativos da sociedade mineradora, tendo formado caminhos secretos para alcançarem as Minas, vindos principalmente do Reino²⁰. Apontou a formação de irmandades e confrarias exclusivamente de cristãos novos, demonstrando a tentativa desse grupo de ascender à elite social. A grande crítica a esse autor é que na maioria das informações contidas em seu texto, não há indicação sobre a documentação utilizada que, se por um lado aguça a curiosidade do historiador que terá o trabalho de levantar a documentação que comprove suas informações, por outro dificulta o trabalho de pesquisa, pois muitas vezes não se encontram documentos que comprovem as indicações.

Sobre as mesmas questões, José Gonçalves Salvador tem um trabalho de pesquisa exaustiva sobre os cristãos novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro e suas relações com a Inglaterra²¹. Mostra a importância da participação dos cristãos novos nos descobrimentos mineradores e na ocupação do solo. Apresenta uma lista com os nomes dos cristãos novos que residiam nas principais localidades das minas com 56 conversos, entre eles alguns que foram presos pela inquisição portuguesa.

Salvador também analisa a intensa participação dos cristãos novos no comércio e a formação de uma rede internacional de mercadores envolvendo conversos de Minas, Portugal, Espanha e Inglaterra no século XVIII. Mas, ao utilizar os processos inquisitoriais, Salvador apresenta informações incompletas.

Sobre a Inquisição no Brasil já temos uma tradição historiográfica. Anita Novinsky atualizou a relação de nomes de cristãos novos presos pela Inquisição nas

²⁰Lima Júnior, Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*. Livros de Portugal. Rio de Janeiro, 1945.

_____. *A capitania de Minas Gerais*. Ed. Itatiaia. São Paulo, 1978.

_____. *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*. Ed. PUCMinas/Autêntica. Belo Horizonte, 2008.

²¹ Salvador, José Gonçalves. *Os Cristãos novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro (1695-1755): relações com a Inglaterra*. E. Pioneira. São Paulo, 1992.

Minas Gerais em seu artigo “Marranos e Inquisição: Sobre a rota do Ouro nas Minas Gerais”; sua lista conta com 57 nomes de cristãos novos e demonstra a intensa atuação inquisitorial na região no período.²²

Uma de suas principais contribuições de Novinsky foi a análise da mentalidade do marrano, afirmando que o marrano não consegue encontrar seu papel social, não se encontra no cristianismo, nem no judaísmo ortodoxo trazido pelos rabinos de Amsterdam. Retoma ainda o conceito de Espinosa, de *fluctuatio animi*, referindo-se a um estado de alma flutuante, aquele que não consegue se identificar nem com um lado e nem com outro e está sempre em busca de sua própria identidade.²³

“Historiadores, antropólogos, filósofos, psicanalistas, têm refletido sobre o comportamento e a ‘psiquê’ desses marranos, e as razões da sua tão longa sobrevivência. Edgard Morin, Yirmiyahu Yovel, Richard Popkin, António Damásio, Jean-Pierre Winter buscaram no marrano a chave para a compreensão do pensamento de alguns pensadores como Espinoza, Montaigne, Santa Tereza, Tirso de Molina e outros.

De Espinoza partiu a mais lúcida crítica contra o fanatismo religioso, numa época em que Portugal estava mergulhado no mais profundo obscurantismo. Sendo ele próprio descendente de judeus convertidos, Spinoza é hoje compreendido pelos seus biógrafos como marrano. E são unânimes os spinozistas em afirmar que somente é possível entender sua filosofia e sua mensagem sobre o mundo e a sociedade, se entendermos o seu destino como marrano²⁴.”

²² Novinsky, Anita. “Marranos e a Inquisição: sobre a rota do ouro em Minas Gerais”. In Grinberg, Keila(org.) *Os judeus no Brasil*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2005.

²³Novinsky, Anita. “A Sobrevivência dos judeus na visão de Baruch Espinosa: O exemplo da Paraíba”. In Vainfas, Ronaldo e Feitler, Bruno e Lage, Lana (Org.). *A Inquisição em Xequê- Temas. Controvérsias. Estudo de casos*. Ed. UERJ. Rio de Janeiro, 2006.

²⁴ Edgard MORIN, *Mes démons*, Paris, Stock, 1994, pp. 151-152; Yirmiyahu YOVEL, *Spinoza and other heretics*, Princeton, Princeton University Press, 1988 (2 vols.); Richard POPKIN, *The Third Force in Seventeenth century*, Leiden, Brill, 1992, pp. 149-171; António DAMÁSIO, *Em busca de Espinosa: prazer*

O estudo da obra de Anita Novinsky colabora ainda para a compreensão do sentimento anti-judaico que persistiu na sociedade colonial. Sua interpretação sobre os meandros inquisitoriais e a influência na vida cotidiana, torna possível entender a mentalidade do cristão novo e do marrano.

“... The history of simple, ordinary people, the thousands of descendants of the anussim who did not return to Judaism and for centuries, continued to lead ambiguous lives in the Portuguese Empire, has been neglected.... One thing is certain: the Jewish issue cannot be framed in a religious context. Marranos sometime lost their lives not because they were crypto Jews, but because they were Jews.”²⁵

Ao estudar especificamente a inserção dos cristãos novos na sociedade mineradora, Novinsky introduziu um elemento fundamental para a compreensão do comportamento dos cristãos novos portugueses: o segredo. Sob o controle absoluto da igreja sob a população, na forma da vigilância dos bispos e na rede de delações formada por familiares e comissários do Santo Ofício, os conversos eram obrigados a utilização de uma linguagem simbólica, a fim de se resguardarem da vigilância. Na região das Minas formaram-se verdadeiras sociedades secretas, onde os cripto judeus organizados em grupos reuniam-se para manter as tradições e práticas de seus antepassados.

Lina Gorenstein, ao estudar as mulheres cristãs novas presas pela Inquisição no Rio de Janeiro no século XVIII esclarece importantes questões sobre o alcance do Tribunal da Inquisição na colônia. Demonstra, através de exemplos, os prejuízos físicos, morais e econômicos causados a famílias inteiras de cristãos novos

e dor na ciência dos sentimentos, São Paulo, Companhia das Letras, 2003 e Jean-Pierre Winter, *Os Errantes da Carne, Estudos sobre a histeria masculina*, Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 2001; Carlos Gebhard, *Spinoza*, Buenos Aires, Ed. Losada, 1940. *apud* Anita Novinsky op. Cit.
25 Novinsky, Anita. “Marranos and marranism – A New Approach. Jewish Studies. Volume 40. Journal of The World Union of Jewish Studies. Jerusalém, 2000.

arruinadas pela Inquisição. Através da análise dos processos das prisioneiras do Rio de Janeiro revela o cotidiano da sociedade colonial brasileira, como vestuários, casas, mobiliários, práticas educativas, relações matrimoniais, maternidade e religiosidade. Aponta a importância da mulher na transmissão das tradições judaicas e destaca a endogamia como estratégia de preservação dos marranos brasileiros²⁶.

Daniela Calainho trabalhou a extensa rede de comissários e familiares da Inquisição que atuaram no Brasil; como na colônia não houve Tribunal do Santo Ofício, a teia de delações formada por familiares e comissários tornou-se o braço da inquisição portuguesa nas terras brasileiras. O posto de familiar foi ambicionado pela elite brasileira devido principalmente a algumas isenções fiscais e status social. Através dos processos e dos regimentos dos familiares, Calainho mostra que muitos agentes utilizavam de sua posição para extorquir e obter vantagens dos réus antes de enviá-los a Lisboa.²⁷ Sobre essa questão, podemos encontrar também na obra de Anita Novinsky diversos exemplos de desvio de bens de acusados pelo Santo Ofício, por familiares da Inquisição.

Aldair Carlos Rodrigues trouxe novas estatísticas e informações para a compreensão da influência dos familiares do Santo Ofício nas Minas, que nos permitiu analisar a dimensão das relações entre o poder eclesiástico e o poder civil na sociedade mineradora dos setecentos, além de trabalhar a familiatura como forma de distinção social.²⁸

²⁶ Gorenstein, Lina. *A Inquisição contra as mulheres. Rio de Janeiro séculos XVII e XVIII*. Coleção Histórias da Intolerância: Associação Editorial Humanitas. São Paulo, 2005.

²⁷ Calainho, Daniela Buono. *Agentes da Fé- Familiares da Inquisição portuguesa no Brasil Colonial*. EDUSC, Bauru-SP, 2006.

²⁸ Rodrigues, Aldair Carlos. *Sociedade e Inquisição em Minas Colonial: os familiares do Santo Ofício (1711-1808)*. Dissertação de mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais-universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: www.teses.usp.br/disponivel/8/8138tde-22102007-112714.

Ronaldo Vainfas analisa, na sociedade luso-brasileira, o impacto que a Inquisição teve na mentalidade dessa sociedade. Revela que na ação inquisitorial misturava-se a intimidação, por meio dos castigos empreendidos pelo Tribunal, dos sermões e de atos penitenciais, o estímulo à delação e a confissão. Era esse conjunto de atitudes que tornava possível a repressão à heterodoxia e a difusão dos ideais católicos.²⁹

O trabalho de Sônia Siqueira sobre a atuação da inquisição no Brasil foi relevante para o estudo da presença inquisitorial no Brasil, porém incompleto. Somente identificou a presença de 67 comissários do Santo Ofício em atuação no século XVIII e todos eles concentrados na Bahia e em Pernambuco. Quanto à região das Minas Gerais, afirmou que não há registro da atuação inquisitorial na região, apesar de não ser improvável que comissários de outras partes da colônia fossem encarregados de inquirir nessa região.³⁰

²⁹ Vainfas, Ronaldo. *Trópico dos Pecados*. Ed. Nova Fronteira. São Paulo, 1998.

³⁰ Siqueira, Sonia. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. Ed. Ática. São Paulo, 1978. p. 189

I - A Versalhes portuguesa: O reinado de D. João V

"D. João V, rei faustoso, entre fidalgos e criados, calcula grandes despesas para os festins projetados. Ai, quanto veludo e seda, e quantos finos brocados! (...) ai, como está com seus cofres completamente arrasados. Ai, que mosteiro, ai que torres, ai, que sinos afinados!"³¹

Os primeiros anos do governo de D. João V em Portugal (1706-1750) sofreram com resquícios da grave crise econômica que assolava o Reino desde meados do século XVII até a primeira década do século XVIII. Mesmo com o início da entrada do metal precioso brasileiro, a circulação monetária ainda era escassa.³² Um relatório do cônsul francês em Lisboa de 1697 afirma que *"é raro o dinheiro no Reino, porque os estrangeiros, principalmente ingleses, transportam-nos continuamente... Todas as moedas do Reino estão cerceadas ... Quer se dar ordens para fazer levar à casa da moeda todo o dinheiro português que por estar tão cerceado, valerá apenas a metade de seu justo valor, e como o rei não tem mais fundo para suportar essa perda, crê-se que ela recairá sobre os particulares a quem este dinheiro pertencera"*³³.

Outro problema que afligia Portugal era a escassez de cereais, os quais tinham que ser constantemente importados, gerando aumento nos preços e colaborando para o crescimento da fome entre a população. A necessidade de importar gêneros alimentícios afetou a balança comercial portuguesa uma vez que os produtos metropolitanos e coloniais passaram a sofrer as consequências da crise do comércio internacional. Até mesmo os produtos do Brasil como o pau-brasil e os derivados da baleia sofreram com a crise do comércio internacional. O pau-brasil foi desvalorizado em 67,2% entre os anos de 1630 e 1731 no mercado internacional.³⁴ O açúcar

³¹ Meirelles, Cecília. Romanceiro da Inconfidência. Ed. Nova Fronteira, São Paulo. 1989.

³² Noya Pinto, Virgílio. *O Ouro Brasileiro e o comércio anglo-português*. Brasiliana, v. 371. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1979 p. 4-17.

³³ Q. D'O. Portugal, t. 33. *Memoire donné a M le Président Rouillé au mois de Juin 1697 par M de Granges cy devant Consul de la Nation française a Lisbonne apud* Noya Pinto, Virgílio. *Op. cit* p. 9

³⁴ Noya Pinto, Virgílio. *Op. Cit.*, p 9; 12-13.

antilhano passou a disputar mercado consumidor com o açúcar do Brasil. A disputa por mercado e a conjuntura econômica levaram a uma acentuada queda no preço. Segundo Godinho em 1650 o açúcar em Lisboa custava 3\$800; nos últimos anos do século XVII, em 1688 já experimentava 70% de queda atingindo o valor de 1\$300.³⁵

A economia portuguesa, ao mesmo tempo em que sofria o impacto da crise econômica internacional, caracterizou-se pelo aumento da dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra.

Em 1703, o Tratado de Methuen consolidou acordos comerciais em troca de vantagens na colocação de vinhos portugueses no mercado inglês. Esse acordo significou para Portugal renunciar a todo desenvolvimento manufatureiro e transferir para a Inglaterra o impulso dinâmico criado pela produção aurífera no Brasil.³⁶ Porém, Godinho lembra que o Tratado só consolidou uma situação que já ocorria em Portugal: a entrada em grande quantidade dos tecidos ingleses e a preferência inglesa da compra dos vinhos portugueses em face aos franceses, explicada pela disputa mercantil entre Inglaterra e França. A política econômica baseada no Tratado e em uma série de leis que proibia a importação de vinhos e aguardentes em Portugal ia de encontro com os interesses internos da agricultura comercial e dos ministros da época, os quais estavam ligados às mais importantes casas senhoriais, representados pelo duque de Cadaval (Presidente do Conselho de Justiça) e o marquês de Alegrete (Presidente do Conselho de Finanças), produtores de vinho, azeite e frutos. Ao mesmo tempo, não havia leis de proteção a manufaturas.³⁷ A consequência dessa ação política foi um desequilíbrio na balança comercial e o financiamento do déficit do

³⁵Godinho, Vitorino Magalhães. *Mito e Mercancia, Utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII*. Difel/Difusão Editorial Lisboa. Lisboa, 1990 p. 483.

³⁶ Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 5ªed. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1963, p.47.

³⁷ Godinho, Vitorino Magalhães. *Mito e Mercancia, Utopia e Prática de Navegar (séculos XIII-XVIII)*. Difel, Difusão Editorial Ltda. Lisboa, 1990, p. 486-489.

comércio com a Inglaterra, cujas exportações orçavam em 400 000 libras anuais e as importações em 1 milhão de libras anuais nos anos de 1730/40.³⁸

Entretanto, o governo de D. João V ficou marcado pela entrada abundante do ouro e dos diamantes do Brasil em Portugal e pelo fausto produzido pelo metal e pelas pedras preciosas a partir da segunda década do século XVIII.

O encontro do ouro no Brasil não se deu por acaso. Sua descoberta foi incentivada em um período de recessão econômica. O monarca português, D. Pedro II fez uma intensa campanha junto aos paulistas para a organização das expedições em procura dos metais e pedras preciosas.

D. Pedro II alcançou seu objetivo e as primeiras minas de ouro do sertão brasileiro foram encontradas durante o seu reinado, em um período de intensa dificuldade financeira em Portugal. Mas, foi no governo de D. João V que as Minas tiveram o auge de sua produção (calcula-se que as minas do Brasil renderam aos cofres portugueses 107 milhões de cruzados, somente no reinado de D. João V), tornando o Brasil a base da economia portuguesa.³⁹ O ouro e mais tarde o diamante criaram em Portugal uma aparência de riqueza.

A descoberta dos diamantes “acrescentou júbilo a corte de D. João V”. O encontro das pedras no sertão brasileiro gerou uma comoção popular em Portugal; as pessoas saíram às ruas para comemorar a notícia, festas memoráveis foram organizadas e procissões em agradecimento à descoberta saíram às ruas. Foram enviadas amostras das pedras à Roma e o Papa e os cardeais enviaram felicitações

³⁸ Oliveira Marques, A.H. e Serrão, Joel. *Nova história de Portugal: Da paz da restauração ao ouro do Brasil*. v. VII. Editorial Presença. Lisboa, 2001, p. 207.

Sérgio, Antônio. *Breve Interpretação da história de Portugal*. 9ªed. Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1979, p. 116.

³⁹ Sérgio, Antônio. *Breve Interpretação da história de Portugal*. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa, 1979, p. 117.

a D. João V. Outros reis da Europa também enviam mensagens de congratulações ao rei de Portugal.⁴⁰

A entrada do ouro e do diamante na economia portuguesa causou vários efeitos na economia do país: promoveu a dinamização da atividade mercantil, intensificando o comércio com países atraídos pelo ouro brasileiro; Portugal no período mercantilista tornou-se o parceiro mais desejado da época; aumentou a riqueza privada através das remessas de milhares de emigrantes que foram para o Brasil; deu a Portugal uma disponibilidade de meios de pagamento ao exterior, o que lhe permitiu abdicar de algumas atividades menos rentáveis e substituí-las por importações, em proveito do reforço dos setores econômicos de maior vocação exportadora.

O comércio externo sofreu um processo de expansão acelerada até a década de 1760. Essa expansão estava correlacionada com as curvas de produção e exportação do metal precioso. Chegavam anualmente em Lisboa e ao Porto centenas de barco de diversos países com o objetivo da mercancia. As importações foram as principais beneficiárias desse incremento do tráfico mercantil, com crescimentos de 400% com a Inglaterra e 550% com a França. As exportações também tiveram um aumento, para a Inglaterra a taxa de exportação cresceu em 194% entre 1721 a 1725. Com relação ao tráfico ultramarino, o Brasil dominava as negociações na ordem de 80% a 90%. Muitos comerciantes portugueses tornaram-se simples agentes de recurso de casas comerciais inglesas. Os ingleses enviavam para o Brasil via agentes portugueses uma grande diversidade de produtos de manufaturados e no retorno

⁴⁰ Santos, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca de Serro Frio*. Editora da Universidade de São Paulo, Livraria Itatiaia editora. 4ª edição. Belo Horizonte, 1956.

recebiam as frotas carregadas principalmente de diamantes e ouro, e em menor quantidade, açúcar, tabaco, couros, madeiras e drogas.⁴¹

Como citado anteriormente, a consequência desse processo de grande crescimento econômico foi o vertiginoso aumento das importações, o que causou um déficit na balança comercial que acabou sendo pago com o ouro. A aparente diversidade de parceiros comerciais tornou-se, na verdade, uma preponderância da parceria com a Inglaterra. A parceria entre Inglaterra e Portugal era desequilibrada devido à desproporção dos fluxos de trocas; enquanto Portugal só exportava produtos primários, as exportações inglesas dividiam-se entre gêneros alimentícios (cereais e bacalhau) e artigos manufaturados. Também causavam desequilíbrio os inúmeros privilégios ingleses em Portugal, que iam desde a participação nos fretes, seguros, créditos até a apropriação do ouro brasileiro. Parte do circuito europeu do comércio externo português foi aos poucos sendo apropriado pelos mercadores e armadores britânicos; o comércio colonial através dos financiamentos e do fornecimento dos produtos para os negócios luso-brasileiros fez com que fosse possível a Inglaterra transferir para seus cofres a maior parte do ouro e dos diamantes brasileiros.⁴²

A grande prioridade do governo de D. João V foi o Brasil, a defesa de suas rotas e a proteção de suas fronteiras. O Brasil no início dos setecentos registrava uma grande prosperidade econômica e crescimento demográfico que ancorava o equilíbrio financeiro da monarquia.

D. João V marcou seu reinado com sua personalidade, apesar de não haver um consenso entre os historiadores clássicos sobre qual era a característica que

⁴¹ Mattoso, José. História de Portugal: O Antigo Regime. Editorial Estampa. Lisboa, 1998 p. 68-69; 94-96.

⁴² Mattoso, op. Cit. p. 98-99.

melhor o definia; a historiografia moderna traduziu-o como o “rei beato e devasso”.⁴³ Outros destacaram o grande incentivo que o monarca português deu às artes e às ciências, fundando academias e bibliotecas e tendo como conselheiros alguns homens adeptos do iluminismo, conhecidos como “estrangeirados”, como Alexandre de Gusmão e D. Luís da Cunha.⁴⁴ Paradoxalmente, alguns historiadores destacaram o caráter supersticioso do rei e sua proximidade com a Igreja, pois vivia cercado de padres e jesuítas, assistia a todas as cerimônias religiosas, acompanhava as procissões, inscrevia-se nas irmandades. Nas questões graves do Estado sempre privilegiava os conselhos do Secretário de Estado, Cardeal Motta e do Cônego Gaspar da Encarnação, em detrimento das opiniões de seu secretário particular Alexandre de Gusmão e de D. Luís da Cunha, embaixador português na França. Em carta a D. Luís da Cunha em 11 de fevereiro de 1747, Alexandre de Gusmão afirmou ressentir-se da influência do clero no governo português.⁴⁵

“... A primeira foi tratada na presença d’el-rei com o cardeal, o prior de São Nicolau, o monsenhor Moreira e dois jesuítas, a quem já tinha comunicado. Antes que nenhum deles falasse, resolveu el-rei com mais facilidade do que uma jornada das Caldas: porém não obstante aquela resolução sempre votaram que era ditada pelo espírito da soberba e da ambição com que foi bem salgada”...

A igreja era um poder paralelo no Estado português, abrangendo desde a esfera da família às questões internacionais. Regia-se por um direito próprio, gozava de foro exclusivo, não pagava a maioria dos impostos, podia punir os fiéis com excomunhão e censuras e ainda possuía tribunais próprios, como era o caso dos

⁴³ Mattoso, op. Cit. p. 413.

⁴⁴ Sérgio, Antônio. Breve Interpretação da história de Portugal. Op. Cit. 121-123. O autor defende o caráter contraditório de D. João V que, ao mesmo tempo mantinha ligações com os estrangeirados, era muito ligado à igreja.

⁴⁵ Silva, João Manoel Pereira da. *História da Fundação do império brasileiro*. Ed. B.L. Garnier. Paris/Rio de Janeiro, 1864-1868 p. 27-28.

tribunais episcopais, da legacia e da Inquisição. Desta forma, a igreja modelava a sociedade através do ensino nas instituições educacionais e da vigilância, com o Santo Ofício. Existia, então, uma estreita ligação entre Estado e igreja, apesar de D. João V buscar sobrepor sua autoridade a do Estado Eclesiástico.⁴⁶

O monarca português concedeu grandes somas de dinheiro aos papas em trocas de vantagens, como por exemplo elevar Lisboa de arcebispado à patriarchado, vestir o patriarca os paramentos como o do papa e seguir a liturgia dos cardeais. Realizou dispendiosas obras, entre elas o grandioso Convento de Mafra e abasteceu capelas portuguesas de renomadas obras de arte. Em uma ocasião, no ano de 1719, empregou 200 contos de reis em uma procissão de Corpus Christi.⁴⁷ Despendeu grandes somas para que o sacro colégio concedesse aos reis de Portugal o título de “fidelíssimo” e à nação portuguesa a posse de um patriarchado.⁴⁸ Dispôs de somas exorbitantes para os casamentos da família real, como o enlace entre a princesa D. Maria e o príncipe das Astúrias, que custou ao cofre real 125 arrobas de ouro.

O ouro brasileiro financiou também a reconstrução dos principais edifícios públicos destruídos pelo terremoto de 1755, como o da Alfândega, e a Praça do Comércio, através de um adicional de 4% sobre tarifas alfandegárias e um imposto especial, dito voluntário.⁴⁹

Em 1726, com a descoberta de diamantes no Brasil, os Cofres do Tesouro Público foram abastecidos com sacos de diamantes, “em tão grande quantidade que

⁴⁶ Oliveira Marques, A.H. e Serrão, Joel. *Nova história de Portugal: Da paz da restauração ao ouro do Brasil*. Op. Cit. p. 90-91.

⁴⁷ Dornas Filho, João. *O Ouro das Gerais e a Civilização da Capitania*. Companhia Editora Nacional. Brasileira série 5, nº 298. São Paulo, 1957.

⁴⁸ *O investigador português*, Tomo XIV, Traz a quitação a Francisco da Costa Solano de 5 de setembro de 1748 de 11,509,132 cruzados em dinheiro, 6417 arrobas e 27 libras de ouro, 324 arrobas de prata, 15679 arrobas de cobre e 2308 quilates de diamantes brutos *apud* Silva, João Manoel Pereira da. *Op. Cit* p. 26.

⁴⁹ Lamounier, Bolívar. *Moinho, Esmola, moeda, Limão- Conversa em Família*. Ed. Augurium. São Paulo, 2004 p. 241.

baixou o preço da pedra no mercado internacional”. Os diamantes rendiam aos cofres portugueses um milhão e meio de cruzados por ano, negociados em Amsterdam.⁵⁰

A riqueza que chegava do Brasil fez com que o governo de D. João V se tornasse símbolo de opulência; em sua corte foram incluídos faustos cerimoniais, aos moldes do que ocorria na corte de Luís XIV da França. O rei e sua corte ostentavam joias volumosas, os bailes promovidos por D. João V, demonstravam nítida influência francesa, desafiando a ala mais conservadora da corte portuguesa.⁵¹ O luxo e o exagero dessa corte pode ser explicado por uma opção política de glorificação pessoal régia e pela necessidade de glorificação do Estado.⁵²

Um dos vícios pelo qual o monarca ficou conhecido era o de freirático. Foi notório o costume do rei de possuir como amantes jovens freiras, com as quais gerou filhos ilegítimos. O rei chegou a reconhecer três desses filhos, D. Antônio, D. Gaspar de Bragança, arcebispo primaz de Braga e D. José, Inquisidor–mor. O caçula, D. José, era filho da amante mais famosa do rei, Madre Paula de Odivelas, com quem o rei manteve um relacionamento ostensivo por vinte anos.⁵³

Outro vício deu-lhe a fama de “rei beato”: sua estreita relação mantida com a igreja, descrita anteriormente, e o apoio incondicional dado ao Tribunal do Santo Ofício, que considerava como obra divina.⁵⁴ O Tribunal passou a definir prioridades por indicação régia, o que demonstrava claramente o objetivo do rei de reforçar internamente seu poder⁵⁵. Já no primeiro ano de seu governo, em 30 de junho de

⁵⁰ Sérgio, Antônio. *Breve Interpretação da história de Portugal*. Op. cit. p. 117.

⁵¹ A corte portuguesa dividiu-se em duas alas, o da moda nova, chefiado pelo conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, queria que as senhoras se deixassem ver e conversassem nas antecâmaras, que jogassem e bailassem; e o da moda velha, pelo conde de Vimioso, defendia que o lar fosse igual a um mosteiro, pregando retiro, silêncio e recato.

⁵² Oliveira Marques, A.H. e Serrão, Joel. *Nova história de Portugal: Da paz da restauração ao ouro do Brasil*. v. VII. Editorial Presença. Lisboa, 2001 p. 201

⁵³ Pimentel, Alberto. *As amantes de D. João V. Estudos Históricos*. Porto, 1946 *apud* Oliveira Marques, A.H. e Serrão, Joel. Op. Cit p. 204-205.

⁵⁴ Kayserling, p. 277.

⁵⁵ A.H. e Serrão, Joel. Op. Cit p. 210.

1707, um grande auto de fé penitenciou cinquenta e quatro pessoas e queimou seis. O número de autos de fé aumentava a cada ano, e contava sempre com a presença do monarca, da rainha, dos infantes e de muitos nobres. Os termos de uma carta, datada de 5 de novembro de 1707, poucos anos depois de D. João V ter assumido o trono, ilustra a mentalidade da corte portuguesa: "*Celebra-se um Auto-de-fé em honra e festival aplauso da nova dignidade do Inquisidor Geral. Enquanto se queimam os judeus, há de haver ópera no Rocio, baile nas ruas da cidade[...] e luminárias na Ribeira[...]*".⁵⁶

A cidade de Bragança, perto da fronteira espanhola, foi palco de uma minuciosa investigação inquisitorial. Grande parte da população de Bragança era de origem judaica, sendo presos mais de sessenta cristãos novos, que saíram em auto de fé no dia 17/06/1768 em Coimbra.⁵⁷

A degradação moral, a vulgaridade do reinado de D. João V e as infamantes acusações aos cristãos-novos foram notadas mesmo entre o clero e a nobreza. O Padre Vieira costuma afirmar que a Inquisição levava Portugal a um "grande atraso, tornando-o mais árido que o sertão brasileiro".⁵⁸ A Instituição foi atacada também por um pequeno grupo chamado de "estrangeirados"; entre eles, o mais enfático e que mais demonstrou ativamente sua indignação com os métodos do Tribunal foi Francisco Xavier Oliveira, conhecido como Cavaleiro de Oliveira. Seu livro, o *Discurso Patético* de 1756, expressa um dos mais violentos ataques proferidos contra a Inquisição. Toda a sua obra foi censurada pela Inquisição e o Cavaleiro de Oliveira viu-se obrigado a deixar seu país. Suas ideias a favor da liberdade e contra o poder

⁵⁶ Kayserling, M. *A História dos judeus em Portugal*. E. Pioneira. São Paulo, 1971 p. 277-278.

⁵⁷ Kayserling, op. Cit. P. 278.

⁵⁸ Saraiva, Antonio Jose. *The Marrano Factory. The Portuguese Inquisition and its New Christians 1536-1765*. Ed. Brill. Boston, 2001 p. 219.

inquisitorial foram sufocadas e, mesmo sem estar presente, sua estátua foi queimada pelo Santo Ofício, em auto de fé de 1761.⁵⁹

Apesar dos ataques, o poder inquisitorial continuou inabalado no governo de D. João V; sua intensa atuação e a descoberta de ouro e diamantes no Brasil levaram a um grande aumento do fluxo imigratório português. Vilas inteiras ficaram despovoadas.⁶⁰ Conta-se que filas eram formadas no porto em disputa por um lugar nas naus que partiam em comboios para o Brasil. Pessoas de todo o tipo lançaram-se nessa aventura: fidalgos, militares, artífices, lavradores, bandos de ciganos e muitos cristãos novos. Os aventureiros vendiam tudo o que possuíam na esperança de novas oportunidades econômicas.

Os homens de negócio cristãos novos que tinham uma situação financeira estável fugiram para Amsterdam, Hamburgo e Inglaterra, onde uma comunidade sefardita se organizava desde o fim do século XVII. O capital cristão novo foi direcionado às regiões onde não houvesse perigo de confisco. Em 1739, foi noticiado em um jornal de Amsterdam a chegada na cidade de dois abastados cristãos novos portugueses, Duliz e Solizar. Os dois seguiram para Viena, onde foram eleitos conselheiros de finanças do imperador, pois haviam remetido grandes somas de dinheiro de Portugal para Viena e emprestado à Corte Vienense fundos para aparelhar o exército na ocasião da Guerra contra a França.⁶¹

Entretanto, população cristã nova que contava com menos recursos engrossou o fluxo imigratório em direção ao Brasil, na procura de novas formas de subsistência.

⁵⁹ Novinsky, A. "Racismo em Portugal e no Brasil". In *Viver nos tempos da Inquisição*. Ed. Perspectiva. São Paulo, 2018.

⁶⁰ Um grande número de homens cristãos novos e cristãos velhos buscou melhores condições de vida nas Vilas do Ouro, abandonando suas casas e famílias em Portugal.

⁶¹ Kaserling, op. Cit. p. 284.

Esses homens chegavam continuamente às Minas de ouro e diamante no Brasil, no início do século XVIII.

O embaixador português na França, D. Luís da Cunha escreveu em seu “Testamento Político”, sobre a situação caótica que vivia Portugal naqueles tempos. O texto era endereçado ao príncipe do Brasil, futuro rei D. José I:

*“...Quando sua alteza ocupar o trono, encontrará quase despovoados muitas aldeias e vilarejos, como por exemplo, os burgos de Lamego e guarda, as aldeias do Fundão e Covilhã na beira baixa e a cidade de Bragança na província de Trás dos Montes. ...poucos terão coragem de dizer que a Inquisição encarcerando e desiludindo muitos pelo crime de judaísmo e forçando outros a fugir com suas riquezas temendo confisco ou prisão, destruiu essas indústrias e arrasou estas cidades e aldeias.”*⁶²

A preocupação com o grande fluxo imigratório chegou ao auge em 1720, quando uma política de restrição à imigração foi aplicada em Portugal. Foi proibida a venda de passagens para o Brasil e somente algumas pessoas, tais como funcionários públicos, bispos e missionários ou religiosos que pertencessem a algum convento ou mosteiro no Brasil e particulares que possuíssem negócios importantes em terras brasileiras obtinham permissão de embarcar para a colônia, inaugurando o sistema de passaporte.⁶³

A proibição não foi suficiente para conter a onda migratória. A vinda para o Brasil passou a ser realizada de forma ilegal. Em 1732, uma representação do Conselho Ultramarino tratava de alertar o rei para esse processo.

⁶² Halliday, Andrew. *The Present State of Portugal and the Portuguese army*. G.R. Clarke, Edinburgh, 1812 p. 276-277.

⁶³ Com relação aos particulares, era concedida uma licença com prazo determinado de retorno, para que concretizassem seus negócios. In Holanda, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ªed. Companhia das letras, 2004. São Paulo. p. 102.

“ A Fama dessas riquezas convida os vassallos do Reino a passarem-se para o Brasil e procurá-las ainda que por uma lei, se quis dar providência a essa deserção, por mil modos se vê frustrado o efeito dela e passam para aquele estado muitas pessoas, assim do Reino como das Ilhas, fazendo essa passagem ocultamente, negociando esse transporte com os mandantes dos navios, assim nos de guerra, como nos mercantes, ou com fraudes que se fazem à lei, procurando passaportes com pretextos e carregações falsas”...

....“ Por esse modo se despovoará o Reino e em poucos anos virá o Brasil a ver tantos vassallos brancos como tem o Reino”⁶⁴

Calcula-se que cerca de 10 mil pessoas deixavam o Reino anualmente. As aldeias e cidades do norte de Portugal eram as mais atingidas pelo movimento, especialmente as regiões do Minho, Trás dos Montes, Douro e as Beiras. Nessa região concentrava uma grande parte da comunidade cristã nova portuguesa. Já havia o costume entre a população masculina, adulta e solteira do Norte de imigrar para outras regiões em busca de melhores condições de vida.⁶⁵

A migração contínua provocou impacto na estrutura da sociedade e da economia portuguesa, tendo como consequência falta de mão de obra, alta taxa de mulheres, casamentos tardios e crianças abandonadas ou ilegítimas, interferindo diretamente na organização produtiva.⁶⁶

A força econômica do clero que, segundo D. Luís da Cunha, possuía um terço da terra arável do país, e a atuação inquisitorial no combate à heresia judaica

⁶⁴ Nero da Costa, Iraci “Ocupação, povoamento e dinâmica populacional”. in Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa. Minas Colonial: economia e sociedade. Pioneira. São Paulo, 1982, p. 12.

⁶⁵ Furtado, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: A Interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. Ed. Hucitec. 2º ed. São Paulo, 2006, p.151-152.

⁶⁶ Furtado, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: A Interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. Ed. Hucitec. 2º ed. São Paulo, 2006, p.151-152.

prejudicaram novas iniciativas no setor manufatureiro, causaram estagnação no setor agrícola e determinaram o atrofamento da iniciativa das camadas laboriosas.⁶⁷

O reinado de D. João V (1707-1750) pode ser caracterizado por uma época de estabilidade econômica e política; somente no fim do seu governo é que Portugal começou a sentir os efeitos de sua política econômica, ao mesmo tempo em que ocorreu o declínio da exploração do ouro brasileiro, o que levou ao início de uma crise econômica que se tornaria duradoura e deixaria para trás totalmente os dias de glória do Império português.

⁶⁷ Chaves, Castelo Branco (tradução, prefácio e notas). O Portugal de D. João V visto por três forasteiros, 2ª ed., Lisboa, 1989, p.21 apud A.H. e Serrão, Joel. Op. Cit., p. 219.

II - Em busca do “Eldorado”

1 - O Mito Brasileiro

Chegando à América, portugueses e espanhóis procuraram encontrar metais e pedras preciosas, o que motivava as expedições em direção ao desconhecido.

A ideia de que a América era a terra da fartura, onde o ouro aflorava na superfície, ao alcance das mãos, impregnava o imaginário europeu. Segundo Las Casas, o ouro crescia como plantas e era abundante como peixe nos rios.⁶⁸

Foi na época em que os aventureiros se lançavam ao mar em direção às novas terras, que surgiu o mito do Eldorado. No ano de 1531, o conquistador Diego de Ordaz foi informado sobre a existência do País e Meta, rico em ouro e pedras preciosas, território localizado no interior, hoje Colômbia. Em uma ocasião um índio chamado Muequetá procurou o rei de Quito em busca de ajuda para defender o seu país da invasão dos povos Chibcha, que viviam espalhados pela Colômbia. Ao descrever seu país conta que o cacique de sua tribo costumava tomar banho em uma lagoa de ouro. O rei de Quito, Sebastião de Becalcázar, organizou uma expedição em busca do extraordinário local, e lhe deu o nome de Província del Dorado⁶⁹.

O primeiro cronista a escrever sobre esse mito foi Gonçalo de Oviedo em 1541. Oviedo contou que um príncipe indígena se cobria todos os dias com uma espécie de resina e aplicava sobre ela uma camada de ouro em pó pelo corpo todo. Em nenhuma cultura indígena foi encontrada tal riqueza, mas, entre as lendas do povo pré-

⁶⁸ Las Casas, Bartolomé de. *História de las Índias* (século XVI). México. Fondo de Cultura econômica, 1951, p. 353.

⁶⁹ Ramos Perez, Demétrio. “El mito del Dorado no tiene um origen andino” in *Histórica*. Lima, vol XIX, n2, dez 1995. apud Langer, Johnni. “O Mito do Eldorado: origem e significado do imaginário sul-americano (século XVI)” . *Revista de História* 132. 1 semestre de 1997. FFLCH-Universidade de São Paulo, p. 28.

colombiano, Chibcha, figurava a ideia da existência do homem dourado, fato comprovado por diversos objetos feitos em ouro que foram encontrados no antigo local de culto desse povo.⁷⁰

A repercussão desse mito influenciou a mentalidade do conquistador, que via nas florestas desconhecidas locais de riquezas e mistérios. Essas histórias foram misturadas às descrições da civilização Inca, no Peru. Na obra, *História Geral de las Índias* de Francisco Lopes de Gomara, Cuzco é descrito como um local resplandecente, onde as casas tinham seus interiores pintados de ouro e todos os objetos eram feitos de ouro puro.⁷¹ Segundo um documento das últimas décadas do século XVI chamado “*Relación de Martinez*” de autoria de Johannes Martines, mestre de munições do conquistador Diego de Ordaz, Martinez, ao ficar perdido na floresta entre as regiões da Venezuela e Guianas, teria encontrado uma cidade dourada de nome Manoa⁷². A cidade estaria situada entre uma montanha de ouro, de prata e de sal. Um imponente palácio ficava em uma ilha verdejante no centro, margeado por um lago de água salgada. A entrada do palácio era marcada por colunas de pórfiro e alabastro, seguia-se uma galeria adornada com bois de ébano e joias. Dentro do palácio uma coluna de vinte e cinco pés de altura e no seu topo uma lua de prata, presa à coluna com correntes de ouro maciço e dois leões vivos; conforme se ia adentrando o interior do palácio, era possível avistar um jardim quadrado, com árvores frondosas, e no meio uma fonte de águas cristalinas decorada com quatro tubos de

⁷⁰ Alés, Catherine e Pouyllau, Michel. “La conquete de l’inutile: les geographes :l imaginaries de l’Eldorado” L’Homme. Paris, n. 122-124, 1992, p.287-288 *apud* Langer, Johnni. “O Mito do Eldorado: origem e significado do imaginário sul-americano (século XVI)”. Revista de História 132. 1 semestre de 1997. FFLCH-Universidade de São Paulo, p. 25-39.

⁷¹ Gomara, Lopes de. *História Geral de las Índias* (primeira edição em 1552). Ed. Lebo. Barcelona, 1965 p. 209 *apud* Langer, Johnni. “O Mito do Eldorado: origem e significado do imaginário sul-americano (século XVI)” op. Cit. p. 30

⁷² *Grand Dictionnaire du XIX siècle*, 1871 p. 296 *apud* Langer, Johnni. “O Mito do Eldorado: origem e significado do imaginário sul-americano (século XVI)”. Revista de História 132. 1 semestre de 1997. FFLCH-Universidade de São Paulo, p. 31.

ouro. O jardim em quadrilátero foi muito utilizado também em mosteiros e abadias medievais, devido ao simbolismo com o número quatro, os quatro pontos cardeais, os quatro elementos da matéria e as quatro letras do nome de Adão, o que remete o jardim a representatividade do *Éden*. Johnni Langer analisou esses elementos como metáforas para o sonho coletivo do paraíso judaico-cristão, descrito no Gênesis; o jardim idílico que alimenta as tradições naturais ou, segundo somente a tradição cristã, a *Jerusalém celeste*, descrita no Apocalipse.⁷³

Pioneiro nessa análise, Sérgio Buarque de Holanda demonstrou que com o descobrimento da América o mito do paraíso terrestre ganhou força através das representações dos cartógrafos, cosmógrafos e viajantes, estando presente na imaginação dos navegadores, exploradores e povoadores das novas terras. Havia um desejo de atribuir aos mapas e cartas geográficas uma posição eminente ao Paraíso Terreal, representado no Oriente, de acordo com o texto de Genesis. A imagem do Éden, tal como foi difundida na época das grandes navegações, fez parte dos fatores que presidiram a ocupação europeia no Novo Mundo.⁷⁴

As lendárias histórias sobre reinos fantásticos do ocidente também colaboraram para a preservação do mito do Eldorado no imaginário europeu. Os reinos de Prestes João e Ophir colaboraram para a construção dessa ideia. Prestes João seria descendente dos reis magos e seu reino seria localizado em uma ilha verdejante na África. Seu palácio seria construído sobre pedras preciosas, teria muros de ouro, grades e tetos de cristal.⁷⁵ O reino de Ophir, descrito na Bíblia, possuía riquezas inesgotáveis, fornecia prata, ouro, marfim e pedras preciosas para o rei

⁷³ Langer, Johnni. "O Mito do Eldorado: origem e significado do imaginário sul-americano (século XVI)". Revista de História 132. 1 semestre de 1997. FFLCH-Universidade de São Paulo, p. 34.

⁷⁴ Holanda, Sergio Buarque. *Visão do Paraíso*. Companhia das Letras. São Paulo, 2010, p.12-13; 226-227.

⁷⁵ Delumeau, Jean. *Uma história do Paraíso* (trad.). Terramar. Lisboa, 1995, p.103-106 apud Langer, Johnni. Op. Cit. p. 35.

Salomão e para o rei de Tiro. Como os outros reinos fantásticos sua localização é imprecisa, nas Índias Orientais, Malaca, Oriente ou Etiópia.⁷⁶

Em todos os relatos o Eldorado seria uma cidade de grandes riquezas, com jardins deleitosos, repletos de frutas, água em abundância, clima ameno, nem quente nem frio, localizada em uma região tropical com características paradisíacas. Uma mistura de jardim do Éden com uma promessa de prosperidade econômica com pouco labor (presença de ouro, prata e pedras que afloravam do solo).

Desde os primórdios da colonização do Brasil, já existiam relatos sobre as qualidades da terra recém-descoberta. Pero de Magalhães Gandavo afirma que *“Nessa Terra de Santa Cruz de tal maneira se comediou a natureza na temperança dos ares...”*. Nas cartas de Padre Anchieta e do padre Manuel da Nóbrega, fundadores da cidade de São Paulo, também existem passagens sobre a qualidade do clima brasileiro, mas o texto mais enfático pode ser encontrado em uma carta que José de Anchieta escreveu aos padres e irmãos de Portugal em 1560, onde afirmou: *“Se houvesse Paraíso na terra eu diria que agora o havia no Brasil... e não se pode viver senão no Brasil quem quizer viver no paraíso terreal”*.⁷⁷

No século XVI, relatos reforçaram o mito do “Eldorado Brasileiro”. Uma lagoa dourada, chamada de Dourado do Vapabuçu e Paraupava foi registrada em alguns mapas e citada por frei Vicente do Salvador com o nome de Dourado ou lagoa dourada.

O mito do Brasil como Paraíso terreal sobreviveu ao longo dos anos e chegou ao século XVIII através de um cabalista português de Minas Gerais, Pedro Hates

⁷⁶ Manguel, Alberto (org.) *The dictionary of imaginary places*. Harvest Books. New York, 1987. P. 278 apud Langer, Johnni. Op. Cit. p. 36

⁷⁷ Carta de 1560 apud Holanda, Sergio Buarque. *Visão do Paraíso*. Op. Cit. p. 26-27. Não há citação dos documentos.

Hanequim. Filho bastardo de um cônsul holandês com uma portuguesa, não há comprovação se tinha ou não origem judaica, pois após minucioso estudo sobre sua genealogia, nem o Santo Ofício da Inquisição conseguiu chegar a uma conclusão. Porém, Hanequim tinha uma visão de mundo baseada em mitos hebraicos, especialmente na crença do paraíso terrestre, o Jardim do Éden, que para Hanequim estava localizado entre as montanhas de Minas Gerais.

Sua fascinação pelo Brasil, com seus amplos horizontes, verdes cenários e enormes rios e a árvore da vida, estava situada nesse mundo. Influenciado pelas leituras proibidas das Sagradas Escrituras, Pedro Rates tentou interpretar e explicar cada mito, confrontando as profecias da Bíblia e citando textos em latim.

Para Hanequim, Adão, o primeiro homem, foi criado no Brasil, de onde foi para Jerusalém; os quatro rios que começam no Paraíso, conhecidos como Aphion, Gion, Tigre e Eufrates, seriam nomes apócrifos, os nomes verdadeiros seriam os dos rios São Francisco e Amazonas. O trono de Deus estaria situado exatamente perpendicular ao Jardim do Paraíso, acima da linha do equinócio. Acreditava que o Paraíso real estaria situado após a linha do Equador, e que quando se alcançasse o ponto mais alto, se encontraria a mais amena temperatura e uma fonte com grande quantidade de água, mas ninguém chegaria lá sem o desejo de Deus⁷⁸. Hanequim pagou com sua vida por suas ideias; foi preso e enviado à Inquisição de Lisboa, onde foi condenado à morte, afogado no Tejo e depois queimado.⁷⁹

Entre 1540 e 1700, o tema do Paraíso inspirou 155 obras literárias em latim ou em outras línguas da Europa Ocidental⁸⁰. A ideia do Éden terrestre mudou lentamente

⁷⁸ IBID, p. 79, 80.

⁷⁹ Novinsky, Levy, Gorenstein e Ribeiro. Os judeus que construíram o Brasil. Ed. Planeta. São Paulo, 2015, p. 236-242.

⁸⁰ Hollanda, 1969, op. Cit, p. XXI.

e, durante o Iluminismo, o *Gênese* foi entendido em seu sentido simbólico, porém ainda havia pessoas que acreditavam ter o jardim do Éden realmente existido e que poderia ser encontrado em algum lugar do mundo.

2 - O papel dos conversos nas primeiras descobertas

As primeiras informações sobre a existência de ouro no Brasil partiram de um cristão novo, que é considerado um pioneiro nas investidas na selva brasileira, Felipe Guillén. Nos primórdios da história do novo continente foi Felipe Guillén que chamou a atenção do rei D. João II para as novas perspectivas de enriquecimento para Portugal. Repetia as lendas que lhe contaram os índios sobre “pedaços de ouro” que rolavam sob os rios e serras resplandecentes. Em carta ao el-Rei, afirmava que os índios que viviam próximos a um grande rio diziam que havia tanto ouro naquelas montanhas que eles usavam o metal para confeccionar tigelas para servir comida aos porcos.⁸¹ Felipe Guillén chegou ao Brasil em 1538, na mesma caravela que o donatário Pero de Campos Tourinho. No porto de Ilhéus estava a sua espera o governador geral Tomé de Souza. As qualidades de Guillén como mineralogista, boticário, comerciante e astrônomo fizeram com que recebesse o cargo de Provedor de Porto Seguro. Sob sua coordenação foram organizadas diversas expedições em busca da “serra resplandecente”. A primeira partiu em 1554, no governo de Duarte da Costa, mas não obteve muito êxito. A segunda expedição em 1567 liderada por Martim Carvalho⁸², após enfrentar nuvens de mosquito, tribos indígenas desconhecidas e animais selvagens, encontrou pedras verdes, supostas esmeraldas, na região do

⁸¹ Carta de 1538- Felipe Guillén ao El-Rei de Portugal *apud* Almeida Prado, J.F. A Bahia e as capitanias do Centro do Brasil 1530-1626. I Tomo. Brasiliense, série 5, vol 247. Companhia Editora nacional, 1945 p. 297-303.

⁸² Martim Carvalho foi denunciado à Inquisição como sodomita em 1551.

Sabarabussú. A terceira expedição, liderada por Tourinho, subiu o Rio Doce e encontrou esmeraldas e safiras, mas o ataque de tribos indígenas o fizeram recuar e voltar a Porto Seguro.⁸³

Felipe Guillén foi denunciado pelo jesuíta Antônio Dias durante a Primeira Visitação da Bahia em 1591. Afirmou que ouviu de outro Jesuíta de Porto Seguro e homem de confiança que Guillén, quando se benzia o fazia com figas na mão e que quando perguntado sobre o motivo de tal desaforo, afirmava que tinha o polegar muito comprido e que o ato seria involuntário. O que não convencia ao clero local. Também ouviu boatos de que apesar de ter recebido o Hábito da Ordem de Cristo, era avesso às imagens e andava com uma cruz na sola do sapato⁸⁴

A vida continuamente ameaçada em Portugal após o estabelecimento do Santo Ofício da Inquisição (1536) levou uma massa de marranos a embarcarem para o Novo Mundo, que lhes acenava com oportunidades tanto sonhadas.

No Brasil, uma das regiões procuradas por conversos foi São Paulo. Local inóspito, povoado por indígenas, servia de refúgio perfeito aos perseguidos pelo Santo Ofício. Os primeiros povoadores de São Paulo, aparentemente, eram homens rudes, porém havia alguns com certo nível de erudição, como o cristão novo Cosme Fernandes Pessoa, Bacharel de Cananeia⁸⁵. Chegou ao Brasil, como degredado,

⁸³ Almeida Prado, J.F. A Bahia e as capitanias do Centro do Brasil 1530-1626. I Tomo. Brasileira, série 5, vol 247. Companhia Editora nacional, 1945, p.304-308.

⁸⁴ Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça. Denúncias. 1591- 1593, p. 338.

⁸⁵ Veio como degredado, segundo o registro existente no Livro dos Degredados; seu destino era 25 graus de "ladeza", na costa do Brasil, o que coincidia com a extremidade sul da Ilha do Meio, onde nasceu o primeiro povoado da futura capitania, denominado Maratayama.

Cosme Fernandes viveu em Cananéia desde 1502, assumindo a liderança entre os degredados portugueses, conquistou os indígenas regionais, teve muitas mulheres nativas e gerou numerosos filhos.

O Bacharel, como era chamado, por volta de 1510, invadiu e assumiu controle da feitoria portuguesa de São Vicente, onde ergueu um forte, construiu um estaleiro (no rio Japuí) e instalou um porto (junto à Ponta da Praia, no estuário do rio São Vicente) para abastecer os navios europeus que por ali passavam rumo ao Rio da Prata.

segundo o registro existente no Livro dos Degredos; seu destino era 25 graus de "ladeza", na costa do Brasil, o que coincidia com a extremidade sul da Ilha do Meio, onde nasceu o primeiro povoado da futura capitania, denominado Maratayama.

Cosme Fernandes viveu em Cananéia desde 1502, assumindo a liderança e conquistando os indígenas regionais. Casou-se diversas vezes com mulheres nativas e gerou numerosos filhos.

O Bacharel, como era chamado, invadiu e assumiu controle da feitoria portuguesa de São Vicente por volta de 1510, onde ergueu um forte, construiu um estaleiro (no rio Japuí) e instalou um porto (junto à Ponta da Praia, no estuário do rio São Vicente) para abastecer os navios europeus que por ali passavam rumo ao Rio da Prata. Cosme Fernandes foi denunciado às autoridades portuguesas por ter descoberto minas de ouro no litoral sul de São Paulo, região de Iguape, e não ter relatado à Coroa. Tornou-se o homem mais rico e influente do Brasil naquele tempo. A notícia das suas minas de ouro chegou ao conhecimento do rei de Portugal, por meio de denúncias. O rei enviou um grupo de oitenta portugueses até as minas de Cosme Fernandes para explorar o valioso metal naquelas terras remotas do litoral de São Paulo. Mas não se tem notícia sobre o resultado daquela exploração.⁸⁶

Algumas frases repetidas entre a população local expressavam a repugnância daquele povo contra a Inquisição. Diziam: "Se chegar um agente do Santo Ofício, será recebido a flechadas".⁸⁷

Cosme Fernandes foi denunciado às autoridades portuguesas, por ter descoberto minas de ouro no litoral sul de São Paulo, região de Iguape, e não ter relatado à Coroa. Tornou-se o homem mais rico e influente do Brasil naquele tempo. A notícia das suas minas de ouro chegou ao conhecimento do rei de Portugal, através de denúncias. O rei, enviou um grupo de 80 portugueses, para irem até as minas de Cosme Fernandes e explorar o valioso metal naquelas terras remotas do litoral de São Paulo. Ver:

⁸⁶ Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça. Denúncias. 1591- 1593 p. 338; YOUNG, Ernesto G. Esboço Histórico da Fundação da cidade de Iguape. Revista do IHGSP, vol II, São Paulo, 1896, pp. 49-151.

⁸⁷ Machado, Alcantara. Vida e Morte do bandeirante. Ed. Martins, São Paulo, 1965, p. 190.

No final do século XVII, a colônia brasileira passou por uma grave crise econômica decorrente de vertiginosa queda no preço do açúcar, que também era utilizado para efetivar pagamentos, e a escassez de moeda em circulação⁸⁸. Diversas medidas foram tomadas para combater a crise, entre elas a supervalorização da moeda em circulação no Brasil, que na época era o real português, entre os anos de 1688 e 1693, até a abertura da primeira Casa da Moeda no Brasil, em 1694.⁸⁹

Eclodiram diversos motins contra as determinações régias e os paulistas se destacaram por sua revolta.⁹⁰ A situação de penúria que se encontrava a região de São Paulo impulsionou a organização das “Entradas” e “Bandeiras”.

Durante a União Ibérica intensificou-se a busca de metais e pedras preciosas no interior brasileiro. Nesse período havia a crença de que através do interior do brasileiro era possível alcançar com facilidade o Peru e suas minas de prata.⁹¹

No final do século XVII o Príncipe Regente Pedro II ofereceu títulos, honrarias, um hábito das três ordens militares, de Cristo, de Avis e de Santiago, e encargos compensadores para quem encontrasse ouro, prata, diamantes ou esmeraldas. Encaminhou cartas com a proposta a alguns homens de destaque da vila de São Paulo, entre eles Fernão Dias Paes, Cornélio de Arzão, Manoel Rodrigues Arzão, Diogo Bueno e Garcia Rodrigues Paes. Ao capitão-mor Fernão Dias Paes, casado com a cristã nova Maria Rodrigues Betim, incumbiu a organização e liderança de uma

⁸⁸ Em 1614, o açúcar passou a valer como “moeda”, 15 kg (uma arroba) de açúcar branco foi fixado em 1.000 réis, o mascavo em 640 réis, e os de outras espécies em 320 réis.

⁸⁹ As primeiras moedas foram cunhadas em ouro e prata. As de ouro tinham o valor de 1, 2, e 4 mil réis e as de prata tinham o valor de 20, 40, 80, 160, 320 e 640 réis. De 1695 a 1702, entraram em circulação peças de cobre de 10 e 20 réis, cunhadas na Casa da Moeda de Lisboa. Ver anexo.

⁹⁰ Taunay, Afonso de. História das Bandeiras paulistas. Ed. Melhoramentos. São Paulo, 1975 p. 196. Os motins a que o texto se refere ficaram conhecidos na história como “motins da moeda” e se espalharam por todo o Brasil.

⁹¹ Furtado, Junia. “O Distrito de Diamantes: uma terra de estrelas” in *História das minas Gerais: as Minas Setecentistas v. 1* (org. Villalta e Rezende) Ed. Autêntica e Editora Companhia do tempo. Belo Horizonte, 2007, p. 303.

bandeira com aquela finalidade.⁹² Fernão Dias Paes tinha então sessenta e seis anos e sua bandeira partiu de São Paulo no dia 21 de julho de 1674, acompanhada por quarenta índios, mamelucos e brancos, mais alguns parentes e amigos; entre eles, o genro cristão novo Manuel do Borba Gato e o filho, Garcia Rodrigues Paes. O grupo foi o primeiro a alcançar a região de Serro Frio. Exploraram durante sete anos desde a cabeceira do Rio das Velhas até Serro Frio, onde encontraram, segundo testemunho de seu neto no documento de 1746, esmeraldas, ouro e alguns diamantes. Fernão Dias Paes morreu no sertão do Sumidouro. Após a morte de Fernão Dias, em 1700, o Tenente-General do Mato, Manoel do Borba Gato, seu genro (casado com a filha de Fernão Dias, a cristã nova Maria Leite), chegou a São Paulo com a notícia de que havia encontrado uma região riquíssima em ouro, na região do Rio das Velhas e na zona do Serro do Frio, onde vivia desde 1682.⁹³

A notícia se espalhou e um número grande de pessoas seguiu as pegadas da bandeira de Fernão Dias Paes. Rapidamente arraiais e vilas formaram-se e o principal povoado recebeu o nome de Vila do Príncipe em 1714.

Outro sertanista, Bartolomeu Bueno da Siqueira também foi um dos primeiros a apresentar mostras de ouro ao governador do Rio de Janeiro. Foi por meio das explorações paulistas que tiveram nascimento as povoações de Mariana, Ouro Preto e Pitangui.⁹⁴

Grupos de paulistas, entre eles diversos conversos, desbravaram os sertões. Desde crianças os paulistas estão envolvidos na atmosfera do sertanismo. Homens

⁹² Taques, Pedro. *Informações sobre as Minas de São Paulo*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 64, pte. 1^a; Salvador, José Gonçalves. *Os Cristãos novos em Minas Gerais durante o ciclo do Ouro: relações com a Inglaterra*. Ed. Pioneira, São Paulo, 1992 p. 3; Lima Jr. Op. Cit. p.21.

⁹³ Taques, Pedro de Almeida Paes Leme. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. Tomo III. Ed. Da universidade de São Paulo. São Paulo, 1980. P. 61-79; Salvador, José Gonçalves. *Os Cristãos novos em Minas Gerais durante o ciclo do Ouro*. Op. Cit. p. 4-5.

⁹⁴ Xavier da Veiga, José Pedro. *V Efemérides Mineira*. Imprensa Oficial do Estado de Minas. Ouro Preto, 1897.

adultos, idosos e adolescentes de 12 a 16 anos participavam das expedições. Na Entrada, que levou à descoberta de minas de prata, Fernão Dias Paes Leme levou seu sobrinho, Francisco Dias da Silva, um garoto de dezesseis anos. Em outra Entrada (1673), Manuel de Campos Bicudo levou o filho, então com catorze anos, Antônio Pires de Campos. Jovens e adultos guerreavam contra os jesuítas e ao liderar expedições ao interior do país se tornaram os primeiros descobridores do ouro.⁹⁵

Existem diferentes hipóteses sobre quem teria sido o primeiro a encontrar ouro nas terras do Brasil. Um documento de 1730 confere o feito de pioneiros na descoberta do ouro aos primeiros sertanistas que chegaram em São Paulo com a notícia do descobrimento das esmeraldas. Os responsáveis pela notícia foram os integrantes da bandeira de Fernão Dias Paes (que será detalhada adiante). Entre eles, havia certo mulato e cristão novo, Duarte Nunes, que encontrou ouro em grande quantidade em um ribeirão que desaguava no Rio Guarapiranga. No documento lê-se:

*...”Pelas notícias que deram em São Paulo, os primeiros sertanistas que vieram do descobrimento das esmeraldas, com o Capitão-mor Fernão Dias Paes e principalmente por um Duarte Nunes, que fazendo experiência em um certo ribeirão que desaguava no Rio Guarapiranga, de que com bateia tirava ouro e tanto que chegava, em povoado a fazer dele várias peças lavradas, para uso da casa, se animaram os moradores de todas as vilas, a formarem uma tropa com o intento de buscarem a paragem ou sertão da desejada Casa da Casca, onde diziam era muito precioso o ouro”.*⁹⁶

⁹⁵ Machado, Alcântara. *Vida e Morte do bandeirante*. Ed. Martins. São Paulo, 1965, p. 234-235.

⁹⁶ Códice CXVI-1-5. Biblioteca de Évora. Publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apud Lima Jr. Augusto. *A Capitania das Minas Gerais*. Ed. Itatiaia. São Paulo, 1978 p. 27 Lima Jr. afirma ser Duarte Nunes cristão Novo e mulato, porém, sobre sua origem cristã nova não temos provas.

Lima Jr, identificou Duarte Nunes como o mulato citado por Antonil, que “*havia estado nas Minas de Paranaguá e Curitiba. Este, indo ao sertão com uns paulistas com uma gamela para tirar água do ribeiro que hoje chamam de Ouro Preto; e metendo a gamela na ribanceira para tomar água, e roçando na margem do rio, viu depois que nela havia granitos da cor de aço*”.⁹⁷

Segundo Gonçalves Salvador, o descobridor do Ouro “tipo preto”, Duarte Nunes, tinha origem judaica.⁹⁸

Uma carta do governador fluminense Sebastião de Castro Caldas a D. Pedro II (16 de junho de 1696) dizia que Bartolomeu Bueno da Siqueira e Carlos Pedroso da Silveira haviam descoberto ouro nos sertões do Taubaté, a duzentas léguas das minas de Paranaguá.⁹⁹

Um dos primeiros colonizadores do território aurífero, Bento Fernandes Furtado de Mendonça, que viveu desde a infância na região mineradora com seu pai Salvador Fernandes, escreveu um documento intitulado “*Notícias dos primeiros descobridores de ouro pertencentes a estas Minas Gerais (1690-1765)*” onde afirma que o pioneiro na descoberta aurífera nas Gerais foi suposto cristão novo Antônio Rodrigues Arzão em 1693.¹⁰⁰ Arzão, em sua expedição através do sertão, apresentou amostras de ouro que havia encontrado no caminho ao governador. Ao retornar à sua cidade,

⁹⁷Antonil, André João. Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas. Cap. V- terceira parte (introdução André M. Diniz Silva) Ed. Edusp, 2007, p. 218.

⁹⁸Salvador, José Gonçalves. *Os Cristãos novos em Minas Gerais durante o ciclo do Ouro: relações com a Inglaterra*. Ed. Pioneira, São Paulo, 1992, p. 5.

⁹⁹Taunay, Afonso de. Op. Cit. p. 197.

¹⁰⁰ Taunay, A. op. Cit., p. 198. O documento, “Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro” foi levado a público por Taunay em 1945, sendo o número um da Bibliografia histórica de Minas Gerais.

Sobre a origem cristã nova de Arzão, Gonçalves Salvador afirma que seria talvez cristão novo com ascendência flamenga, cuja família estaria ligada a destacados bandeirantes de São Paulo in Salvador, José Gonçalves. *Os Cristãos novos em Minas Gerais durante o ciclo do Ouro: relações com a Inglaterra*. Ed. Pioneira, São Paulo, 1992, p. 5. Temos notícias de que o pai de Arzão, Cornélio Arzão foi preso pela Inquisição na visitação de 1624, mas por ser protestante foi liberado após pouco tempo. Sobre a origem de sua mãe não temos notícias.

Taubaté, Arzão entregou o mapa das Minas ao seu cunhado Bartolomeu Bueno da Siqueira, que tratou de organizar um grupo que rumou na direção recebida. Em 1694, Bartolomeu Bueno da Siqueira encontrou ouro na região de Itaverava, próximo ao que se tornaria a cidade de Ouro Preto. De posse da nova descoberta levou amostras do metal ao governador do Rio de Janeiro.¹⁰¹

O genro de Fernão Dias Paes, Manuel do Borba Gato viveu um tempo (1695), na região do Rio das Velhas, onde encontrou grande quantidade de ouro.¹⁰² Outras bandeiras passaram pela região no período e também encontraram ouro, por isso não é possível precisar sobre quem seria realmente o primeiro a encontrar as minas.

3 - Paulistas: pioneiros no sertão

Para entender a sociedade colonial é preciso conhecer a qualidade da gente que veio para o Brasil. Enquanto não soubermos quem foram esses homens, qual o seu “background”, as razões que os trouxeram para a América, será impossível caracterizar esse mundo que se formou nos trópicos. Para o Conde de Assumar, (governador das Minas de 1707 a 1721), os imigrantes que se dirigiam para as Minas eram a “escória da terra”. Charles Boxer diz que devemos ter cuidado com as descrições injuriosas do governador, pois os portugueses eram, na sua maioria, muito pobres, porém, jovens e robustos, vindos principalmente da região do Minho e do Douro.

¹⁰¹ Franco, Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e sertanistas do Brasil* apud, Lima Jr, Augusto. *A Capitania das Minas Gerais*. Ed. Itatiaia, São Paulo, 1978, p. 28. Segundo Franco, Arzão viveu até 1730, exercendo funções públicas em São Paulo, Franco defende a ideia de que Arzão era Cristão novo de origem Flamengo e era aparentado dos bandeirantes de sobrenome Bueno.

¹⁰² Boxer, Charles. *A idade do Ouro no Brasil*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1963, p. 49.

Mas quem realmente eram os intrépidos e destemidos homens que se embrenhavam no sertão à procura de metais preciosos? Quais eram suas motivações e mentalidade?

Uma nova interpretação de Anita Novinsky sobre a mentalidade dos paulistas traz luz ao estudo sobre as motivações dos bandeirantes, além da econômica, e sobre a própria constituição do povo brasileiro. Após a Conversão Forçada (1496) e o estabelecimento da Inquisição em Portugal (1536), muitos cristãos novos procuraram refúgio na colônia brasileira e especialmente em São Paulo, por ser uma região mais deserta, portanto mais segura.

Ao chegar, o converso foi influenciado pelo clima, pela aspereza da vida na floresta, animais selvagens até então desconhecidos e a animosidade dos nativos, que fez emergir um “novo homem”, com uma nova compreensão do mundo. Esse homem tornou-se um aventureiro, revolucionário, violento e rude. Os pioneiros na região mineradora, entre eles diversos cristãos novos, são exemplos desse “*Novo Homem*”.¹⁰³ A sociedade das Minas se formou com características próprias, recebeu mais em outras regiões do Brasil a influência desse homem destemido e rústico. Resultou da energia desprendida pelos bandeirantes paulistas, em busca de ouro e pedras preciosas e dos fluxos externos de conquista e exploração. O governador Geral Dom João de Lencastre descreveu os paulistas como uma “*gente amantíssima da liberdade*”.¹⁰⁴ Para os estrangeiros que visitaram o Brasil no período, “*os paulistas eram uma gente libertina, que não admite governo*”, que viviam sob suas próprias

¹⁰³ Novinsky, Anita. Novos Elementos para a história de São Paulo. In *Viver nos Tempos da Inquisição*. Editora Perspectiva. São Paulo, 2018, p. 217.

¹⁰⁴ “Dom João de Lencastre á Coroa”, Bahia, 1 de janeiro de 1700 apud Boxer. *A Idade do Ouro no Brasil*. Companhia Editora nacional. São Paulo, 1963, p. 48.

leis¹⁰⁵. Essa opinião reforça a ideia dos paulistas em busca de sua “Nova Canaã”, no sertão brasileiro.

As Minas nunca foram uma Capitania hereditária, mas sim um território de disputas, composta por diferentes etnias e com espírito de pioneirismo. A fusão das raças e das culturas deu origem à cultura mineradora.

O papel dos judeus descendentes dos convertidos nesse envolvimento inicial do ouro foi relevante, e entre eles se sobressaiu Manuel Nunes Viana, que alcançou posteriormente tanto prestígio que foi chamado de “rei do Emboabas”, por salientar-se na luta entre portugueses e paulistas pelo controle da exploração do ouro nas minas. Os portugueses amarravam penas de pássaros ao redor dos tornozelos para se proteger de picadas de insetos, daí decorre a denominação de emboaba.

Com o descobrimento do ouro, as minas atraíram numerosos indivíduos, muitos dos quais eram recém-chegados de Portugal. A inundação de pessoas na região fez com que surgisse uma acirrada rivalidade entre os pioneiros paulistas, que se declaravam merecedores de privilégios na exploração aurífera, e os novos imigrantes.

Por um lado, os paulistas tinham como líderes o Superintendente das Minas, Manuel da Borba Gato e o Capitão Jerônimo Pedrozo de Barros, de origem judaica; e do outro lado, defendendo os portugueses e os que vinham de outras Capitânicas (Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro), apelidados de “emboabas”, estava outro cristão novo, Manuel Nunes Viana.¹⁰⁶ Geralmente os cristãos novos não

¹⁰⁵ Froger, François. *A relation of a voyage made in the years 1695, 1696, 1697, on the coasts of Africa, Streights of Magellan, Brasil, Cayenna, and the Antilles, by a squadron of French men of war, under the command of M. de Gennes by the Sieur Froger*. Printed for M. Gillyflower ; W. Freeman, M. Wotton; J. Walthoe; and R. Parker. Londres, 1698, p. 62. In <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A40503.0001.001?view=toc>

Dampier, Cap. William. *A Voyage to New Holland 1699*. Printed for James and John Knapton at the Crown in Saint Paul's Churchyard, Londres, 1729 in <https://ia802308.us.archive.org/6/items/avoyagetonewholl15675gut/15675-h/15675-h.htm>

¹⁰⁶Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil, pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça (Denúncias da Bahia, 1591-1593). Ed. Paulo Prado. São Paulo, 1924 p. 419-420. Denúncia do filho Antônio Pedrozo de Barros de que os pais, Jerônimo Pedrozo e Joana Vas de Barros, eram meio

representavam somente uma facção de ideias, sempre estiveram alinhados com o grupo ao qual pertenciam.

Porém tanto Manuel Nunes Viana quanto Jerônimo Pedrozo e Borba Gato, são típicos exemplos do “Novo Homem”. Suas posições antagônicas explicam-se muito mais pela disputa econômica e pela construção de uma identidade ligada à pátria lusitana por parte dos novos imigrantes, em oposição à formação de uma identidade dos paulistas que estava mais ligada à sua origem judaica. Diversos foram os exemplos de bandeirantes paulistas, principalmente Raposo Tavares, Pedro Vas de Barros e os irmãos Fernandes, que afirmavam ser o sertão do Brasil a sonhada Terra Prometida, a Nova Canaã.¹⁰⁷ Os paulistas cristãos novos falavam o tupi, tinham escravos ameríndios e estavam à vontade no sertão. Viam a região mineira como sua propriedade, pretendiam ter na Minas e no resto do interior brasileiro um novo lar. Em 1700, o Conselho da cidade de São Paulo enviou um requerimento ao Rei de Portugal para que as terras das Minas Gerais pertencessem exclusivamente a eles, por serem os desbravadores do sertão, responsáveis pela descoberta mineralógica e fundadores das primeiras vilas.¹⁰⁸

O confronto entre Manuel Nunes Viana e Jerônimo Pedrozo, teve seu ápice na porta da igreja de Caeté quando, após a missa de domingo, os dois tomaram partes opostas em um conflito sobre uma espingarda emprestada, iniciaram uma acalorada discussão e Viana desafiou Pedrozo para um duelo que este último aceitou, mas depois acabou desistindo. Humilhados, os paulistas planejaram vingança.

cristãos novos. Ver também: Salvador, Gonçalves. *Os cristãos novos: povoamento e conquista do solo brasileiro*. Ed. Pioneira. São Paulo, 1976, p. 32.

¹⁰⁷ Novinsky, Levy, Gorenstein e Ribeiro. Paulistas e bandeirantes nas guerras contra as missões e a Inquisição de Lima. In *Os judeus que Construíram o Brasil*. Ed. Planeta. São Paulo, 2015, p. 151.

¹⁰⁸ Câmara Municipal de São Paulo à Coroa, em 7 de abril de 1700 apud Taunay. *História Geral IX*, p. 473-474.

Manuel Nunes Viana era conhecido pelo tratamento desrespeitoso que dispensava a seus adversários, usando de trocadilhos cômicos, injuriosos e alcunhas ofensivas, descompondo os adversários em praça pública, que, humilhados buscavam por vingança. Os paulistas, desdenhando de seus inimigos, toda vez que escutavam um estampido de um tiro à distância, bradavam, “lá morreu cachorro ou emboaba”.¹⁰⁹ Com o clima de rivalidade, o pequeno entrevero, parte de um longo processo de enfrentamentos entre paulistas e forasteiros, deu início ao grande confronto que foi a Guerra dos Emboabas.¹¹⁰

Manuel Nunes Viana era um homem de estatura mediana, rosto redondo, olhos pardos e cabelo preto, nascido em Viana do Castelo. Chegou na Bahia ainda garoto, mas logo depois seguiu para o interior com cartas de recomendação do governador da Capitania para alguns criadores de gado no Rio São Francisco, onde passou a administrar a propriedade de D. Izabel Maria, uma das principais latifundiárias do Brasil. Fez fortuna com carregações de gado para as Minas e em 1707 já era proprietário de várias minas de ouro em Caeté. O gado era um produto extremamente valorizado e estima-se que o consumo anual dos moradores, por volta de 1720, era a de 20 mil cabeças por ano, para uma população que girava em torno de 30.000 pessoas. As disputas pelos contratos de fornecimento de carne acirraram a animosidade entre paulistas e “forasteiros”.

Durante a Guerra dos Emboabas, Borba Gato ordenou que Manuel Nunes Viana fosse expulso das minas, mas acabou liderando o grupo dos portugueses contra os pioneiros paulistas e eleito governador das Minas pelos emboabas.

¹⁰⁹ Boxer, Charles. *A Idade do Ouro no Brasil*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1963, p. 73.

¹¹⁰ A Guerra dos emboabas ocorreu entre os anos de 1707 e 1709, entre os bandeirantes paulistas e os emboabas (portugueses e imigrantes de outras regiões do Brasil). O confronto tinha como causa principal a disputa pela exploração das minas de ouro. Os paulistas queriam exclusividade na exploração da região e mais direitos e benefícios sobre o ouro que haviam encontrado.

Romeiro, Adriana. *Paulista e Emboaba no coração das Minas*. Ed. UFMG. Belo Horizonte, 2008, p. 91.

É oportuno mencionar de passagem seu envolvimento judaico, através da sua amizade com o judaizante Miguel de Mendonça Valladolid e com o vultoso comerciante da Bahia, o cristão novo Antônio Cardozo Porto, com quem mantinha negócios.

Miguel de Mendonça Valladolid viveu por alguns anos na Holanda, onde foi circuncidado, frequentava a sinagoga e aprendeu tudo sobre o ritual litúrgico judaico. Como homem de negócio, Antônio Cardozo Porto circulava pelas comunidades judaicas europeias, principalmente na França, onde havia vivido por dezesseis anos e ainda mantinha negócios; recebia da comunidade judaica de Bayonne anualmente a informação de todas as festividades judaicas. Com Miguel de Mendonça Valladolid, Manuel Nunes Viana aprendeu as orações e por meio de Antônio Cardozo Porto, era avisado das datas que deveria comemorar de acordo com o calendário das antigas tradições de seus antepassados.

Miguel de Mendonça Valladolid ensinou a Manoel Nunes Viana a seguinte oração:

“Bendito tu Adonai Nuestro Dios, Rey del mundo, que nos santificou com suas encomendações sobre a limpeza das mãos”¹¹¹

Essa é a oração judaica, conhecida como *Netilat Yadaim*, recitada antes de lavar as mãos, principalmente ao acordar e antes das refeições.

Os amigos de Manuel Nunes Viana foram presos pela Inquisição portuguesa. Valladolid teve trágico destino, saiu em auto de fé com as mãos atadas e foi relaxado à justiça secular e queimado na fogueira. Antônio Cardozo terminou seus dias na miséria, após passar cinco anos nos cárceres do Santo Ofício.¹¹²

¹¹¹ ANTT-IL. Processo 9973. Miguel de Mendonça Valladolid

¹¹² ANTT-IL. Processo 9973. Miguel de Mendonça Valladolid. Fl.630-637
ANTT-IL. Processo 8887. Antônio Cardozo Porto

Diferente destino teve Manuel Nunes Viana. Após derrotar os paulistas, a Coroa portuguesa interferiu e ordenou que Viana retornasse à suas terras no Rio São Francisco, pois havia usurpado a autoridade da Coroa. No São Francisco tornou-se importante líder político, amado, respeitado e muitas vezes temido pelo povo. Aumentou ainda mais sua fortuna dando continuidade ao seu negócio de criação de gado, distribuindo carne para diversas vilas nas Gerais e empregando muitos escravos na mineração ¹¹³

Para acalmar os ânimos, a Coroa concedeu anistia a ambos os lados, manteve as nomeações feitas por Manuel Nunes Viana e reintegrou Manuel do Borba Gato como Superintendente da região do Rio das Velhas, além de criar a Capitania de São Paulo e das Vilas do Ouro, com sede na cidade de São Paulo.

Manuel Nunes Viana era um homem dividido: após uma vida permeada pela violência, dedicou-se à cultura e, durante uma temporada em Lisboa, financiou a primeira edição da obra *Peregrinos da América* (28 de junho 1725), cujo autor, Mina Marques Pereira, lhe dedicou as “*Suplicas*”, e em 1763, pagou a impressão do III volume das “*Décadas*” de Diogo do Couto. Alfabetizado, tinha uma biblioteca especializada em títulos políticos, como *Portugal Restaurado*, do Conde de Ericeira, *Guerra de Granada hecha por El Rei de España Don Phillippe II contra los mouriscos de aquel reino, sus rebeldes*, de Don Diego Hurtado de Mendonza e Luís Tribaldos de Toledo.¹¹⁴

Através dos exemplos de Fernão Dias Paes, Manuel da Borba Gato, Jerônimo Pedrozo e Manuel Nunes Viana, podemos afirmar que entre os pioneiros na

¹¹³ Boxer, Charles. *A Idade do Ouro no Brasil*. Op. Cit., p. 79-82.

¹¹⁴ Romeiro, Adriana. *Paulista e Emboaba no coração das Minas*. Ed. UFMG. Belo Horizonte, 2008, p. 160.

descoberta do ouro e diamantes no Brasil, e na construção das primeiras vilas do ouro, estavam os sefaraditas, descendentes dos judeus convertidos em 1497.

4 - Rotas para as Minas

Os bandeirantes, guiados pelos indígenas nas suas trilhas, iam abrindo novos caminhos em meio à selva.

Três itinerários oficiais davam acesso às Minas: o que saía de São Paulo, o que saía do Rio de Janeiro e o que saía de Salvador. De São Paulo a Ouro Preto a marcha levava dois meses, passando pelo Vale do Paraíba, garganta do Embaú, os vales do Rio Grande, do Rio da Morte e do Rio das Velhas. Partindo do Rio de Janeiro o prazo da viagem era de trinta dias através das montanhas. Da Bahia, Antonil não dá o tempo estimado, mas afirma ser o percurso mais aberto e mais fácil de ultrapassar, porém mais longo.¹¹⁵

O caminho mais antigo aberto pelas bandeiras que partiam de São Paulo até as ramificações do Rio São Francisco era chamado de Caminho Geral do Sertão. Acompanhava o rio Paraíba, através da Serra da Mantiqueira. Em torno de 1700, uma pequena estrada, chamada de Caminho Velho, foi aberta desse caminho para o porto de Parati, de onde o ouro era transportado de barco ao Rio de Janeiro.¹¹⁶

¹¹⁵ Antonil, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Cap. V- terceira parte op. Cit., p. 256-273.

¹¹⁶ Boxer, Charles op. Cit., p. 52.

Figura 1: Roteiro do Caminho Velho do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas do Ouro, 1707
 Fonte: Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro

A viagem para as montanhosas terras mineiras era longa, cansativa e perigosa. As paragens dificilmente ofereciam conforto e comida suficiente. Uma grande fome assolou os caminhos percorridos pelos desbravadores, especialmente nos anos de 1698, 1700 e 1713. Na primeira expedição exploradora para Minas Gerais em 1697, o bandeirante Fernão Dias Paes tinha a preocupação de garantir alimentos para o retorno da expedição e, conforme adentravam o sertão, plantavam roças de feijão e milho, que lhes garantiria víveres e retaguarda.

Um diário de viagem do Conde de Assumar quando deixou o Rio de Janeiro para assumir suas funções nas Minas em 1717 nos dá preciosas informações sobre

as dificuldades enfrentadas nesse caminho. Parte do caminho foi feito pelo mar, onde tiveram que encarar grande quantidade de baleias.

Em terra, a fome com certeza foi um aspecto que atraiu a atenção do relator do documento. Na primeira paragem do trajeto, cinco horas após o início da jornada, o relato nos conta da pobreza que vivia o fazendeiro que recepcionou sua comitiva. A esposa do fazendeiro João Afonso Filho havia chegado recentemente de Portugal, penitenciada pelo Santo Ofício; todas as reservas do marido haviam sido usadas para o pagamento das custas do processo e os bens da esposa haviam sido confiscados. Os anfitriões não tinham alimentos para oferecer aos visitantes, somente água e pouso para os animais.

Em São Paulo a alimentação era mais diversificada em frutas e legumes, mas conforme se afastavam da vila, a dieta ia se tornando mais exótica; em um rancho paulista, pouso típico dos viajantes, serviu-se na ceia macaco assado e um cozido de formigas, que garantiu o anfitrião serem as mais finas iguarias da terra.¹¹⁷

Essas dificuldades fizeram com que os paulistas procurassem novas rotas, mais curtas, em direção às Minas. O cristão novo Garcia Rodrigues Paes, buscando diminuir o sofrimento dos viajantes, construiu uma estrada que reduzia o tempo de viagem entre o Rio de Janeiro (principal porto da colônia) e a vila Ouro Preto, chamada Caminho Novo ou Caminho do Comércio. Em cinco dias era possível alcançar o interior, onde havia um entroncamento com estrada antiga em Pindamonhangaba, daí em diante as duas estradas se tornavam uma só e levava cerca de vinte dias até chegar às minas do Rio das Mortes.

¹¹⁷*Diário da Jornada que fez EXM Senhor D. Pedro desde o Rio de Janeiro athe a cidade de São Paulo e desta athe as Minas 1717*. Revista do Patrimônio histórico artístico Nacional n 3, 1939. (Cópia Fiel do Ms 382-8 da Academia de Sciencias.) p. 295

As diferentes rotas do ouro
O «Caminho novo»

«Caminho Novo»
do Rio de Janeiro a Minas.

Segundo André MANSUY, p. 429 in ANTONIL: *Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas*, Paris, IHEAL, 1968, p. 429.

Figura 2: Caminho Novo do Rio de Janeiro a Minas
Fonte: Antonil, 2007, p. 266

Em 1702, em recompensa aos serviços prestados à Coroa, Garcia Rodrigues Paes foi nomeado inspetor-geral e Guarda Mor das Minas e obteve o título de Fidalgo da Casa Real.¹¹⁸ Empolgado com a nomeação, tentou ser aceito na “Ordem de Cristo”, mas foi recusado devido à sua origem cristã nova por parte materna.¹¹⁹ Somente seu

¹¹⁸ VIII- Mercê pedida por Francisco Machado da Silva como descobridor do Serro Frio. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano I, 1896, p. 208.

¹¹⁹ Salvador, G. Op. Cit., p. 7.

neto, depois de mais de setenta anos, conseguiu a proeza e foi Habilitado na Ordem de Cristo.¹²⁰

Mesmo após toda a contribuição dos cristãos novos para o povoamento do interior brasileiro, o Estatuto de Pureza de Sangue, criado em 1449, para distinguir cristãos novos e velhos, foi evocado para restringir a igualdade entre os grupos.¹²¹ O rei precisava limitar o número de pessoas que entrariam nas Minas, e a forma mais fácil seria excluindo o acesso dos cristãos novos; a legislação discriminatória já existia, seria só aplicá-la a esse contexto, estabelecendo a proibição aos cristãos novos de utilizarem as estradas de penetração do Brasil, mesmo tendo sido abertas por um descendente de convertidos, Garcia Rodrigues Paes.

Outras leis tentavam impedir o afluxo de pessoas para a região. O alvará de 29 de abril de 1727 suspendia a abertura de novas estradas e o de 27 de outubro de 1733 coibia a utilização de estradas descobertas ou a descobrir.

Apesar das restrições, cristãos novos do Rio de Janeiro e da Bahia passaram a divulgar informações sobre caminhos secretos para as Minas do Brasil e diversos mapas clandestinos circularam na Europa no século XVIII. O governo português se preocupava com a divulgação de informações mais detalhadas sobre a região, temendo facilitar a invasão de estrangeiros. As distâncias eram longas e o caminho que seguia de Ouro Preto a Serro Frio levava doze dias de viagem.

Temos conhecimento de três desses documentos clandestinos, um publicado em Sevilha, outro em Portugal e um terceiro manuscrito de autoria dos chamados “irmãos Nunes”.

¹²⁰ ANTT-IL. Diligência de Habilitação da ordem de Cristo de Fernando Dias Paes Leme da Camara. Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra F, mç. 25, n.º 37.

¹²¹ O Estatuto de Pureza de Sangue proibia a participação de conversos nas ordens militares, nas corporações de ofício e a cargos públicos

O folheto publicado clandestinamente em Sevilha pelo tipógrafo que se auto intitula Antônio da Silva e redigido pelo suposto cristão novo Francisco Tavares de Brito, chamado “Itinerário Geográfico”, destinava-se a ajudar os cristãos novos que quisessem chegar à região mineradora brasileira. O roteiro possui as descrições do percurso entre o Rio de Janeiro e as Minas, com detalhes das estradas, roças, sítios, povoações, lugares, vilas, rios, montes e serras que existiam no caminho. Esse documento secreto era um mapa destinado ajudar aqueles que queriam alcançar as Minas. O mapa traça o caminho detalhado de Santos para as Minas, do Rio de Janeiro para as Minas, onde destacamos uma localidade com o nome de Macabelo: “após atravessar o Rio das Mortes, passando por Calanday, Cataguazes, Camapoan e Carijós se chega a Macabelo” ou pelo Caminho Novo, Macabelo está próximo de Congonhas, dando uma volta na serra que se chama Ititiaya¹²². Lima Jr. afirma que foi um cristão novo fugitivo da Inquisição portuguesa que deu nome ao lugar, pois Macabelo deriva de Macabeu.¹²³ Os Macabeus ocupam posição de destaque na história judaica, faziam parte de uma família de sacerdotes rurais que lutaram contra o domínio helenista de Antioco IV, restaurando o culto judaico no Templo em Jerusalém e a *Torah* como a lei da Judéia.¹²⁴ A existência dessa localidade tornou-se um mito na história e ainda hoje existe grupo de historiadores buscando comprovar a veracidade da existência e a povoação por parte de cristãos novos. O documento ainda contém a primeira descrição detalhada da Vila de São João del Rei.¹²⁵

¹²² Brito, Francisco Tavares de. *Itinerário Geográfico*. Da Oficina de Antonio da Sylva. Sevilha, MDCCXXXII, p. 5-8.

¹²³ Lima Jr. A Capitania das Minas Gerais. Op. Cit., p. 135.

¹²⁴ Scheindlin, Raymond. História ilustrada do povo judeu. Ediouro. São Paulo, 1998, p. 68-69.

¹²⁵ Lima Jr. descreve essa obra e afirma que o autor era cristão novo e o trabalho era destinado a auxiliar os cristãos novos que queriam chegar às Minas. Entretanto, Lima Jr. afirma que esta obra não tem nenhuma licença régia, nem do Santo Ofício, mas examinando um exemplar, na capa consta a inscrição de que há todas as licenças necessárias; mas internamente não temos a presença de nenhuma licença. Ver: Lima Jr. A capitania das Minas Gerais. Op. Cit., p. 133-136.

Figura 3: Itinerário Geográfico
Fonte: Brito, MDCCXXXII.

Outro mapa anônimo e um manuscrito que descrevia os caminhos para as Minas de forma detalhada, foram atribuídos ao mestre de campo Felix de Azevedo Cunha e tiveram ampla circulação. O mapa se perdeu, mas o manuscrito foi preservado.¹²⁶

Coube a três irmãos Nunes divulgar o que consideravam uma verdadeira Terra Prometida, redigindo um importante documento, verdadeiro guia de penetração a zona mineradora. O roteiro escrito por cristãos novos portugueses que viveram no Brasil por quinze anos narrava com detalhes os caminhos que ligavam a Bahia às Minas. Intitulado *Notícias das minas da América chamadas Geraes Pertencentes a El rei de Portugal, relatada pelos três irmãos chamados Nunes, os quaes rodarão muytos anos por estas partes*, foi escrito provavelmente no fim de 1720, quando os irmãos Nunes chegaram em Londres. Na base desse relato foi feito um mapa, o roteiro dos

¹²⁶ Derby, Orville. *Um mappa antigo de partes das Capitanias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro*. Revista do Instituto histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1897. v. II, p. 197-220.

irmãos Nunes do Brasil chegou à Paris até as mãos do embaixador português, que empolgado solicitou a um cartógrafo que preparasse um mapa que serviria para rediscutir as fronteiras brasileiras com a Espanha.¹²⁷

O documento é dividido em quatro partes. A primeira descreve os caminhos que ligavam a Bahia às Minas, particularmente a viagem feita pelos irmãos em 1709. A segunda parte relata a Guerra dos Emboabas e recebeu o nome de *Como os paulistas foram dominados*. A terceira parte trata de um lugar onde se podem encontrar esmeraldas (*Da paragem onde se acham esmeraldas*). A última parte é uma lista de *Nomes dos reinos gentios, por onde se passa pela banda do rio Doce*.¹²⁸

Os auto-intitulados “irmãos Nunes” foram identificados como Diogo, João e Sebastião Nunes. Eram filhos do comerciante Diogo Nunes, natural de Proença e Clara Henriques, natural de São Vicente da Beira. Após o nascimento do caçula, a família mudou-se para Idanha-a Nova, onde possuíam numerosos parentes. Fugindo da Inquisição portuguesa, alguns membros da família Nunes deixaram a região da Beira em Portugal e buscaram viver na França, Holanda, Inglaterra e Brasil. Como exemplos, podemos citar os primos Diogo Nunes Ribeiro e Antônio Ribeiro Sanches, que estudavam medicina em Londres, e a prima Clara, professora de judaísmo em

¹²⁷ Stuttgart. Robert Bosch Collection. Notícias das minas da América chamadas Geraes Pertencentes a El rei de Portugal, relatada pelos três irmãos chamados Nunes, os quaes rodarão muytos anos por estas partes. N. 229, doc.555(1) f. 1 apud. *Apud*. Furtado, Junia. “Trajetórias carto-geograficas de uma família de cristãos novos dos sertões das Gerais aos cárceres da Inquisição: o caso dos irmãos Nunes.” In *Travessias Inquisitoriais das Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso brasileiro (sécs- XVI – XVIII)* (org. Junia Furtado e Maria Leônia Chaves de Rezende). Ed. Fino Traço. Belo Horizonte, 2013, p. 189-238.

O mapa citado, que serviu de base para o estabelecimento do tratado de Madrid, trata-se da *Carta de l’Amerique méridionale*, impresso em 1748 apud Furtado, Junia e Safier, Neil. “O sertão das Minas como espaço vivido: Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia europeia” in Paiva, Eduardo França (org) *Brasil- Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI- XVIII)*. Ed Annablume, São Paulo, 2006, p. 263-277.

¹²⁸ “Achávamos-nos na Bahia de Todos os Santos, no mês de outubro de 1709, quando resolvemos fazer uma viagem para as Minas Gerais, assim chamadas por estarem no meio daquelas conquistas”. Stuttgart. Robert Bosch Collection. *Notícias das minas*. Op. Cit p 1. apud Furtado, Junia Ferreira. *Oráculos da geografia Iluminista*. Op. Cit. p.393.

Londres. No Brasil contavam com o primo José Nunes de Miranda, comerciante no Rio de Janeiro, o primo Gaspar Henriques, capitão de navio em Salvador e mais dois primos que eram homens de negócio nas Minas, Diogo Nunes Henriques e Miguel Nunes¹²⁹. Todas as informações sobre essa rede familiar podem ser encontradas no processo da Inquisição de um dos irmãos, Diogo Nunes.

No Brasil, Diogo Nunes e seus irmãos João e Sebastião se estabeleceram em Curralinho de Itaubira (Cachoeira do Campo), localidade que ficava em um dos caminhos que ligava às Minas à Bahia. O tempo em que viveram na região possibilitou aos irmãos um exímio conhecimento da região, das estradas e suas ramificações, bem como dos rios, córregos e acidentes geográficos.

O documento produzido pelos irmãos Nunes tinha como claro objetivo passar adiante todo o conhecimento geográfico que adquiriram nos tempos em que viveram nas Minas do Brasil. O relato orientava em detalhes as pessoas que quisessem alcançar a área mineradora, e se destinava principalmente a seus compatriotas cristãos novos. Logo após a descoberta do ouro no interior do Brasil, circulavam nas redes de comunicação de cristãos novos informações sobre como chegar à região mineradora. Além do Itinerário Geográfico, já descrito acima, o relato dos irmãos Nunes, até a pouco desconhecido, servia a esse propósito.

O roteiro tem início em Salvador na Bahia e orientava os viajantes em como alcançar Sabará e Vila Rica nas Minas Gerais. A viagem duraria entre vinte e cinco a trinta dias, por isso era importante saber onde havia locais para pouso e para o abastecimento de água, já que o caminho passa por uma região muito quente. O relato

¹²⁹ ANTLL-IL Processo 7488 de Diogo Nunes.

recomenda que a melhor época para iniciar a viagem é no mês de outubro, quando começam as chuvas e indica a localização de poços, lagoas e rios.

A rota foi traçada inicialmente a partir de três caminhos distintos: no primeiro, o viajante deveria seguir pela travessia de João Amaro, por onde estaria distante a quinhentas léguas, passava por São Pedro- o Novo, cruzava o rio Paraguaçu e chegava a Vila de João Amaro, onde se pegava uma ramificação que encurtava o caminho. A rota seguia pelo hospício dos frades do Carmo até a fazenda Parateca, na margem do São Francisco (trinta dias de viagem).

Próximo à Fazenda Parateca, a primeira trilha encontrava-se com a segunda, a Travessia de Dona Joana (o nome era em homenagem a Joana da Silva Guedes de Brito, proprietária de quase todas as fazendas em que o viajante era obrigado a parar por esse caminho), estando de outra parte das minas a oitocentas léguas; o viajante acompanhava o curso do São Francisco, passava pela Vila de Cachoeira, pelo arraial dos Cardozo até Barra do rio das Velhas, atravessava o rio Ricudo e a Serra vermelha até Vila Rica. O último trecho era nomeado de Estrada Real, pois era controlado pela Coroa, que oferecia maior segurança e o controle de entrada e saída de pessoas e mercadorias, além de serem cobrados impostos.

A terceira opção era o caminho do Morro do Chapéu, em que o viajante deveria atingir o rio São Francisco na altura da fazenda de Santo Antônio do Urubu. Apesar de inicialmente os autores apresentarem estas três opções, no decorrer do relato são apresentadas diversas bifurcações, como, por exemplo, quando informam que pela travessia de Dona Joana se chega à fazenda Taparacú das Porteiras pela “Carrera Direita, saindo da Bahia até a Fazenda de Jatobá” demonstrando haver uma “Carrera de Esquerda” que não foi descrita por eles.

Os irmãos alertavam os viajantes para os perigos que encontrariam no caminho. Cobras venenosas, onças, toda a sorte de animais peçonhentos, e um perigo invisível: a sede. Para combater esse problema eles indicam todos os lugares onde é possível encontrar água para abastecer os aventureiros e seus cavalos e mulas, mas sinalizam para que o viajante tome cuidado ao chegar perto dos rios, pois em períodos de seca todos os animais se aproximam dos rios para beber água. Um dos irmãos viu à “beira de uma lagoa uma tropa de mais de vinte mil animais selvagens”. Em uma ocasião, um deles foi buscar água em uma lagoa e prendeu o pé no barro; para retirar segurou em algo que acreditava ser um pau seco, mas que era na verdade uma cobra que “cinge um boi, ou cavalo, esmigalha os ossos e os chupa”. O rapaz só conseguiu se salvar porque foi rápido ao golpear a serpente com um “alfanje”.

Entre as advertências contidas no relato destaca-se a preocupação em aconselhar os viajantes a sempre levar antídoto para picadas de cobras. Na época era conhecido o pó da planta *nhambi*, com o suco das folhas de *caapeba* e da *caiatia* e para a picada de cobra coral era indicado um emplasto preparado com a cabeça da serpente.¹³⁰ Na expedição, era de grande ajuda a presença de um “*Língua*”, capaz de falar a Língua Geral, um dialeto criado pelos jesuítas para facilitar a comunicação e auxiliar na conversão dos índios; na prática, o Língua evitava conflitos e enfrentamentos. Havia também a preocupação com ataques fortuitos de bandos de escravos fugitivos e índios antropófagos. Para proteção, a viagem deveria ser feita somente em grupos fortemente armados.

¹³⁰ Piso, Guilherme. Livro terceiro: que trata dos venenos e seus antídotos. In: Piso, Willem, Marggraf, Georg, et Laet, Johannes. *Historia naturalis Brasilae, Auspicio et beneficio Illustriss. L. Mauritii Com Nassau*. Leiden: Franciscum Hackium/ Amsterdam: Ludovicus Elzevirum, 1648, p. 49 *apud* Furtado, Junia Ferreira Trajetórias carto geográficas de uma família de cristãos novos dos sertões dos gerais aos cárceres da Inquisição: o caso dos irmãos Nunes” *op. Cit. p. 189-238*.

Além dos perigos mencionados, os viajantes poderiam ser acometidos também por doenças da selva, entre elas a malária, uma das piores enfermidades. O cirurgião Luís Gomes Ferreira, autor da primeira obra médica em língua portuguesa, o *Erário Mineral*, adoeceu no caminho e teve que permanecer no Rio das Velhas por cinco meses, atacado por febres altas e delírios.¹³¹ Em seu livro, faz referência a essa difícil passagem de sua vida, afirmando que os males da região do São Francisco são os piores de que se tem notícia.¹³²

Apesar de todas as feras e obstáculos que os viajantes encontravam no caminho, os irmãos Nunes exaltaram a beleza da fauna e da flora da região e a abundância das frutas. Segundo Furtado, os irmãos Nunes endossam uma visão paradisíaca do sertão brasileiro, corrente no imaginário europeu na época.

Ao descrever algumas ilhas do São Francisco, destacam a abundância de terras despovoadas, afirmando que muitas ainda não “*tinham donos*”. As sesmarias que eram distribuídas na região tinham “*três léguas de terras, em longo; posto que, no largo, cada um possui o quanto pode cultivar*”...porque “*na largura, não tem fim o que está por descobrir, deste sertão*”

Para os cristãos novos em especial, a nova região acenava com a possibilidade de progresso econômico e de segurança, pois a distância poderia protegê-los do Santo Ofício, premissa que mais tarde não se confirmou.

¹³¹FERREIRA, GL. *Erário Mineral* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. Coleção Mineiriana (org. Junia Furtado)

Luís Gomes Ferreira viveu um ano nas Minas, depois integrou-se em 1711 como cirurgião ao exército recrutado para expulsar a esquadra francesa que invadira a cidade Rio Janeiro.

Publicou sua Obra em 1735, após retornar a Portugal. O *Erário Mineral* foi um dos primeiros tratados de medicina brasileira escrito em língua portuguesa. O livro reúne as experiências de práticas médicas na capitania de Minas Gerais, descreve os principais males e os medicamentos mais eficazes.

¹³²*Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira*. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2000. V. 1., p. 293-294.

Os cristãos novos portugueses podiam contar com uma rede de apoio formada por diversas fazendas espalhadas pelo caminho, onde era possível encontrar descanso. O caminho ficava dividido em jornadas médias de trinta e sete léguas. Nem todas as fazendas do caminho pertenciam a cristãos novos, mas muitas das citadas pelos irmãos Nunes faziam parte dessa rede de apoio dos cristãos novos portugueses. O sítio do Salgado e a roça de Antônio Roiz Campos, próxima à Vila de Cachoeira, pertenciam a cristãos novos portugueses e recebiam compatriotas que necessitavam de pouso. Os cristãos novos Domingos Rodrigues Ramires e Diogo Nunes Henriques (primo dos autores do documento descrito, os irmãos Nunes) possuíam na Vila de Cachoeira uma estalagem para receber seus compatriotas que viajavam pelas Minas.¹³³ A estalagem, ou hospedaria, é a última evolução dos precários ranchos, fornecia ao viajante cama e comida, os burros eram descarregados e depois tratados pelos escravos para seguir viagem. No geral, possuíam dois ou três quartos de terra batida, teto sem forro e travesseiros de palha de milho, e ao lado da cabeceira da cama ficava um caixote com uma lamparina de azeite. Serviam também almoço e jantar aos viajantes, composto principalmente de feijão, farinha de milho, legumes (abobrinha ou chuchu) e eventualmente carne ou frango¹³⁴. Diversas hospedarias funcionavam como prostíbulo, onde as mulheres alugavam quartos e ofereciam seus serviços aos viajantes¹³⁵. Com relação à estalagem dos cristãos novos Domingos Ramires e Diogo Nunes, não temos nenhum indício de haver em sua propriedade esse tipo de ofício.

¹³³ ANTT-IL. Processo 7847. Diogo Nunes Henriques.

ANTT-IL. Processo 6517. Domingos Rodrigues Ramires.

¹³⁴ Frieiro, Eduardo. Feijão, Angu e Couve. Ed. Livraria Itatiaia. São Paulo, 1982. (1ª edição, 1892) p. 101-102.

¹³⁵ Burton, Richard. Viagens aos planaltos do Brasil. São Paulo apud Dornas Filho, João. Primeiro Seminário de Estudos Mineiros. *Tropas e Tropeiros*. Imprensa da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1957, p. 113-114.

O roteiro escrito pelos irmãos Nunes foi utilizado pelo cartógrafo francês Jean Baptiste Bourguignon D'Anville para a confecção da *Carte de l'Amerique méridionale de 1748*.¹³⁶ O mapa havia sido encomendado pelo embaixador português Dom Luís da Cunha, que se preocupava em realizar uma profunda transformação econômica em Portugal, por isso se empenhou em arranjar mapas geográficos dos domínios ultramarinos.¹³⁷ O mapa encomendado ao cartógrafo francês serviria a esse propósito nas negociações com a Espanha sobre as fronteiras do Brasil que resultaram no Tratado de Madrid. Foi o embaixador Dom Luís da Cunha que entregou ao cartógrafo francês o relato dos irmãos Nunes como fonte para a elaboração do mapa.

Dom Luís da Cunha mantinha íntimas relações com os cristãos novos. Na época em que viveu em Londres, conviveu com a comunidade judaica. Seu médico pessoal era o cristão novo português Fernão Mendes da Costa; também mantinha relações de amizade com o médico português, o converso Jacob de Castro Sarmiento, de quem comprava um medicamento, a Água da Inglaterra, à base de quina, para enviar ao rei Dom João V. No período em que viveu na Holanda, fez parte da delegação portuguesa da Conferência de Utrecht (1718) e representou Portugal nos Países Baixos (1728-1736). Em Amsterdam, costumava frequentar a residência do judeu Álvaro Nunes da Costa, financista da corte portuguesa e das despesas da embaixada. Chegou a comparecer no casamento do filho de Álvaro Nunes da Costa, que ocorreu na sinagoga da cidade. Tinha como criada em sua casa em Haia Ana Nunes, possivelmente uma prima dos irmãos Nunes. Segundo Júnia Furtado, a criada do embaixador poderia ser a mãe ou irmã do médico de origem judaica, Antônio

¹³⁶ Furtado, Júnia..Oráculos da geografia Iluminista. Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2012, p.395.

¹³⁷ Magalhães. Joaquim Romero. "O Projecto de D. Luís da Cunha para o império português" in F Ribeiro da Silva, M Antonieta Cruz, J Martins Ribeiro, H. Oswald (org.) *Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos*. v 1. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Ed. Francisco Ribeiro da Silva. Porto, 2004. Disponível em: www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5002.pdf

Ribeiro Sanches, com quem mantinha um ótimo relacionamento. Sanches, no período em que ainda era estudante na universidade de Leiden, ajudou-o a reformar o estudo da medicina em Portugal. Mais tarde, tornou-se seu médico pessoal, tratando-o de problemas de saúde, decorrentes da idade.

Mas, a Ana Nunes citada poderia ser também a sobrinha de Diogo Nunes Henriques, filha de seu irmão Antônio Nunes, que fugiu para Londres após a prisão do tio e depois não mais se teve notícias sobre o seu paradeiro.¹³⁸ De qualquer um dos lados, ela seria prima dos Irmãos Nunes, e possivelmente foi através dela que o embaixador teve acesso ao documento.

Como embaixador português na França, D. Luís da Cunha afirmou sua defesa à tolerância religiosa, defendia a liberdade de culto e criticava ardorosamente a Inquisição. Em uma carta ao rei de Portugal, afirmou que a culpa do atraso na produção de manufaturas no Reino era da Inquisição, que prendia e afugentava os cristãos novos, responsáveis pelo desenvolvimento no setor.

“...E se V. A. perguntar a causa desta dissolução, não sei se alguma pessoa se atreverá a dizer-lhe com a liberdade que eu terei a honra de fazê-lo; e vem a ser que a Inquisição prendendo uns por crime de judaísmo e fazendo outros fugir para fora do Reino com seus cabedais, por temerem que lhos confiscassem, se fossem presos, foi preciso que as tais manufaturas caíssem, porque os chamados cristãos novos sustentam e seus obreiros, que nelas trabalhavam, eram em grande número, foi necessário que se espalhassem e fossem viver em outras partes e tomassem outros ofícios para ganharem seu pão, porque ninguém se quis deixar morrer de fome.” ¹³⁹

¹³⁸ ANTT. IL. Processo 9542. Manuel Nunes da Paz. Genealogia

¹³⁹ Carta de D. Luís da Cunha ao rei de Portugal, 1748-1749. Transcrito do Conselho aos Governantes. Coletânea organizada por Walter Costa Porto. Ed. Senado Federal. p. 599-647 in www.cdped.org.br/carta_Luis_da_cunha.pdf

Conviveu na França com diversos grupos de judeus e cristãos novos portugueses, entre eles outro judeu, financista do rei de Portugal, Pedro Nolasco Convay, homem erudito e proprietário de vasta biblioteca com 3731 obras. Colecionador de mapas referentes ao Brasil, colaborou com diversos elementos para D`Anville na elaboração de seu mapa.

A maioria dessas informações que circulavam na Europa acerca dos sertões brasileiros foi perdida, principalmente por serem clandestinas e desafiarem a Coroa portuguesa, que tentava preservar fora do alcance público as rotas de suas riquezas no Brasil. Porém, as que permaneceram são inestimáveis fontes para compreendermos os fluxos para a região mineradora no século XVIII.

Figura 4: Região das Minas Gerais com uma parte dos caminhos de São Paulo e Rio de Janeiro para as Minas e dos afluentes terminais do São Francisco.
Fonte: Arquivo Biblioteca Nacional

III - O Brilho das Pedras

1- Cristãos Novos e os diamantes

Desde o século XVII corriam boatos sobre a presença de diamantes no Brasil. Cronistas já apontavam a presença de diamantes no solo brasileiro. O Padre Simão de Vasconcelos, em 1658, fez referência a pedras de cristal a modo de “formosos diamantes” que viu na Serra de Paranapiacaba, em São Paulo.¹⁴⁰ Outro religioso, frei Antônio do Rosário, afirmou em 1702 que eram enviados diamantes do Brasil em caixas para Portugal.¹⁴¹

Em 1653, Domingos de Azeredo e Antônio de Azeredo deram a notícia de que seu pai, Marcos de Azeredo, havia encontrado diamantes e esmeraldas no sertão da Bahia. Orville Derby e Sergio Buarque de Holanda afirmam que a data provável da expedição de Marcos de Azeredo é 1611, o que marcaria a primeira descoberta das pedras preciosas um século antes do descobrimento oficial.¹⁴²

Em 1702, alguns cronistas incluem diamantes entre os muitos tesouros do Brasil, afirmando ser o país a verdadeira Índia e mina de Portugal.¹⁴³

A descoberta oficial na região, que anos depois se tornaria o Distrito Diamantino, se deu somente no início do século XVIII. Quanto ao nome do responsável pela descoberta e à data exata ainda há um mistério, pois relatos são profusos e existem diferentes versões para o ocorrido. Joaquim Felício dos Santos

¹⁴⁰ Vasconcelos, Pe. Simão de. *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Tipografia de João Inácio da Silva. Rio de Janeiro, 1864 p. 120 *apud* Furtado, Junia. O Distrito de Diamantes, op. Cit. p. 304.

¹⁴¹ Rosário, frei Antonio. *Frutas do Brasil numa nova e ascética monarquia*. Lisboa, 1702, p. 111.

¹⁴² Holanda, Sérgio Buarque. *História da civilização brasileira: A Época colonial*. Tomo I v. 2. Difel/ Difusão Editorial. São Paulo, 1982, p. 242-243.

¹⁴³ Holanda, op. Cit., p. 243.

escreveu sobre a dificuldade em indicar o responsável, devido à diversidade da tradição e porque os garimpeiros, acostumados com o ouro, não sabiam identificar diamantes, os quais eram guardados como simples objetos de curiosidade. Uma dessas tradições indica um frade de nome desconhecido que, ao visitar Tejuco, percebeu que os mineradores nos seus momentos de lazer utilizavam pedras brilhantes para marcar seus jogos, identificando essas pedras como diamantes.¹⁴⁴

Lima Jr. afirma que em 1714 um faiscador de nome Francisco Machado da Silva, ao partir uns blocos de cristal, encontrou uma pedrinha dura e clara que guardou como curiosidade. Depois Machado encontrou mais dessas pedras no córrego Mosquito e deu algumas ao capitão de Dragões, João de Almeida e Vasconcelos. Vasconcelos lapidou uma das pedras e descobriu tratar-se de um diamante que valeria cerca de dois mil cruzados.

Os primeiros descobridores guardaram segredo do achado para não atrair a atenção de outros mineiros, e continuaram a comprar as pedras dos faiscadores, que vendiam por quantia irrisória, pois achavam que nada valiam, a não ser como marcadores de jogos. Um documento de 1730 refere-se ao descaso com que os faiscadores lidavam com as pedras preciosas: *“Destas pedrinhas então incógnitas, se serviram muitas pessoas fazendo delas tentos nos jogos do trunfo e da renegada e como não lhes davam outro uso no descuido com que as possuíam se seguia a desestimação com que a desperdiçavam. Há ainda hoje naquela Comarca homens que encheram as algibeiras e copas de chapéus escolhendo as maiores e mais vistosas...”*¹⁴⁵

¹⁴⁴ Santos, Joaquim Felício. *Memória do Distrito Diamantino da Comarca de Serro Frio* Ed. USP, Livraria Itatiaia. São Paulo, p. 49.

¹⁴⁵ Lima Jr. *A história dos diamantes nas Minas Gerais*. Edições Dois Mundos- Livros de Portugal. Rio de Janeiro, s. d. p. 18-19.

Um relato do funcionário régio Martinho de Pina Proença, encarregado pelo Visconde de Sabugosa de apurar o mistério em 1730, afirma que em 1721 o suposto cristão novo português, sargento-mor Bernardo da Fonseca Lobo, encontrou essas pedras em um riacho de sua propriedade. A primeira pessoa a ser avisada foi o governador D. Lourenço de Almeida, que assumiu o governo da Capitania das Minas em 1722, e o ouvidor do Serro Frio Antônio Rodrigues Banha.¹⁴⁶ Os envolvidos constituíram uma sociedade para extrair ilegalmente as pedras e não avisaram ao rei.

O crescimento do boato sobre as pedras teria obrigado o governador D. Lourenço de Almeida a fazer o comunicado oficial, assim Bernardo da Fonseca Lobo tornou-se o descobridor oficial de diamantes.

Na obra do médico cristão novo Jacob de Castro Sarmiento há o primeiro relato impresso sobre a descoberta de diamantes. O autor dedicou um capítulo do livro *Matéria Médica: Physico- histórico-mecanica, Reyno Mineral* ao diamante, indicando como seu descobridor o cristão novo Felipe Santiago¹⁴⁷.

“As primeiras Minas de diamantes que se conhecem até hoje são cinco... A quinta é a do Serro do frio nos estados do Brasil, domínios de sua majestade portuguesa, junto da Vila do príncipe, onde no ribeiro chamado Caythemirim, ao extrair

¹⁴⁶Sobre o descobrimento dos diamantes na Comarca de Serro Frio. Primeiras administrações. Revista do Arquivo Público mineiro. Belo Horizonte, v. VIII, 1902, p. 215-263. Esse documento não fala sobre a suposta origem cristã nova de Bernardo da Fonseca Lobo, porém essa origem é defendida por Lima Jr e Gonçalves Salvador.

¹⁴⁷ Sarmiento, Jacob de Castro. “Diamantes”. In *Materia Médica: physico Historica-mecanica, Reyno Mineral*. Londres, 1735p. 149. Jacob de Castro Sarmiento nasceu em Bragança, com o nome de Henrique de Castro. Era filho de Francisco de Castro Almeida, estanqueiro, e de Violante de Mesquita, ambos cristãos novos. Teve o pai e um meio-irmão presos pela Inquisição de Évora. Formou-se em medicina na Universidade de Coimbra. Logo após sua formatura fugiu para Inglaterra devido a um grande número de prisões de cristãos-novos do Alentejo e Algarve pela Inquisição, que se seguiu às denúncias feitas pelo médico Francisco de Sá e Mesquita em setembro e outubro de 1720. No Reino Unido foi o primeiro judeu a obter o título de doutor. Sobre Sarmiento ver: Kayserling, op. Cit; Augusto de Esaguy, *Jacob de Castro Sarmiento - notas relativas à sua vida e à sua obra*, Lisboa, Ática, 1946; Maximiano Lemos, *Jacob de Castro Sarmiento*, Typ. da Encyclopédia Portuguesa Illustrada, Porto, 1950; Matt Goldish, *Newtonian, Converso, and Deist: The Lives of Jacob (Henrique) de Castro Sarmiento*, in *Science in Context* 10, 4 (1997).

*o ouro se principiaram a descobrir essas pedras, das quais, por muitos tempos, sem lhe darem outra estimação que pela elegância de suas figuras, escolhiam e guardavam os mineiros as mais curiosas pelo tempo adiante, por falta de notícia nem reservaram ou se acharam com estas, quando no ano de 1726, um Phelippe Santiago, mineiro de ouro, ou por ter algum conhecimento delas ou por suspeitar que seriam diamantes por ver a diligência que fazia o ouvidor da comarca, que era então Dr. Antônio Rodrigues Banha, que realmente conhecia e ocultava. Se retirou para Lisboa com uma porção delas onde certificou-se de que eram diamantes...”*¹⁴⁸

Sarmiento ainda nos informa que os diamantes eram encontrados principalmente, entre os cascalhos no ribeirão de Caetê-Mirim, no Ribeiro dos Cristais ao norte de Tejuco, onde eram encontradas as pedras mais brilhantes; no Ribeiro do Palmital; no Ribeiro do Inferno; no Ribeiro do Milho Verde, no Rio das Pedras, no Rio Jequitinhonha e no Rio do Paraúna.

Um documento de 1732, o Itinerário Geográfico, citado anteriormente nesse trabalho, descreve que nas Minas do Serro do Frio, nas lavras de Bernardo da Fonseca Lobo, chamadas de Caetê-Mirim, saíam alternadamente ouro e diamantes, e que na parte de cima das lavras havia um morro de pedras brancas, onde também eram encontrados diamantes.¹⁴⁹

Gonçalves Salvador defende a tese de que Bernardo da Fonseca Lobo, após encontrar as pedras no seu quintal no garimpo de Morrinhos, entregou os cristais a Felipe Santiago, que já possuía algum conhecimento sobre diamantes, identificando-os imediatamente. De posse da comprovação, Lobo passou a remeter os diamantes para sócios em Lisboa que os negociavam em casas do ramo.¹⁵⁰ Lima Jr. já havia

¹⁴⁸ Sarmiento, op. Cit., p. 148-151.

¹⁴⁹ Brito, Francisco Tavares de. *Itinerário Geográfico*. Op. Cit., p. 23.

¹⁵⁰ Salvador, José Gonçalves. Os Cristãos novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro p. 122; Lima Jr. op. Cit., p. 57-58.

escrito que em 1721, na lavra aurífera do Córrego Morrinhos de propriedade de Bernardo da Fonseca Lobo, seu feitor, Francisco Teixeira, encontrou em sua bateia “*algumas dessas pedras e entregou a seu patrão*”.

Nessa mesma época, em outras lavras também foram encontradas essas pedras, principalmente na lavra de Nicolau Gonçalves Fiusa. O minerador, que não conhecia diamantes, procurou aconselhar-se sobre o achado com o homem de negócio e tropeiro Felipe Santiago e com Frei Elói Torres, italiano que havia residido por anos no Oriente, seus associados de negócios¹⁵¹. Os dois logo identificaram o diamante, e Santiago passou a remeter as pedras a seus correspondentes na Bahia, que as enviavam para a Europa nas naus da Índia, chegando em Lisboa como se viessem do Oriente.¹⁵²

Em 1726, em viagem à Vila Rica, Bernardo da Fonseca Lobo presenteou Manuel Afonseca, secretário do governador D. Lourenço de Almeida, com alguns desses “cristais”. Dom Lourenço de Almeida, que havia vivido muitos anos em Goa, principal produtora mundial de diamantes na época, logo reconheceu as pedras.

Dom Lourenço tentou não fazer alarde, mas a notícia espalhou-se e quando avisou a Coroa portuguesa sobre a descoberta, o comércio com o mineral trazido do Brasil já era intenso em Lisboa. O próprio governador era suspeito de lucrar com o negócio dos diamantes. Ao desembarcar no Reino, para reportar ao monarca as boas notícias, já contava com um patrimônio de 18 milhões de cruzados, imensa fortuna para a época.¹⁵³

¹⁵¹ Lima Jr. A história dos diamantes nas Minas Gerais. Edições Dois Mundos- Livros de Portugal. Rio de Janeiro, s. d., p.18.

¹⁵² Lima Jr, Augusto. A Capitania das Minas Gerais Op. Cit., p. 56-57.

¹⁵³ Godinho, Vitorino de Magalhães. *Portugal, as frotas do açúcar e do ouro (1670-1770.)*. Revista de História, São Paulo, jul/set 1953.

D. João V estranhou a demora do anúncio (09/02/1730), mas tratou logo de investir o governador D. Lourenço de Almeida de poderes amplos e ilimitados para regular a extração do diamante no Brasil.

Bernardo da Fonseca Lobo foi recebido na Corte como descobridor oficial dos diamantes e recebeu através de um despacho-régio diversas honrarias, como a propriedade hereditária de um Tabelião na Vila do Príncipe, a mercê de Três Hábitos da Ordem de Cristo e o título de Capitão-Mor vitalício.¹⁵⁴

O anúncio da descoberta dos diamantes reacendeu na população portuguesa o desejo de buscar seu “Eldorado”. Corria em Portugal a notícia de que em meio à floresta tropical no Brasil ficava uma região onde era possível colher diamantes como se colhe flores em um jardim. Em relatos que circulavam na Europa sobre as minas brasileiras, destacavam-se elementos que aproximava a região ao paraíso terrestre.

Em paralelo, na primeira metade do século XVIII, a Inquisição aperfeiçoou sua organização, agindo com maior severidade, o que fez aumentar o êxodo dos judeus conversos de Portugal para o Novo Mundo.¹⁵⁵

Os cristãos novos exaltaram as novas possibilidades que se abriam com a descoberta das novas minas no Brasil. Estima-se que a região recebia em média cinco mil pessoas por ano, saídas principalmente do Minho.¹⁵⁶ Para os cristãos novos portugueses, perseguidos, chegavam notícias de prosperidade de seus conterrâneos, o que despertava o desejo de também buscar essa oportunidade no além-mar.

¹⁵⁴ Lima Jr, Augusto. A Capitania das Minas Gerais. Op. Cit., p. 61.

¹⁵⁵ Um grande número de homens cristãos novos e cristãos velhos buscaram melhores condições de vida nas Vilas do Ouro, abandonando suas casas e famílias em Portugal. Sabugosa- ver kayserling

¹⁵⁶ Boxer, Charles. A idade do Ouro no Brasil..Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1963, p.60-61.

A população da região mineradora chegou a ultrapassar 300.000 pessoas na primeira metade do século XVIII, entre escravos e homens livres.¹⁵⁷ No que se refere a homens brancos, o número era próximo de 40.000 em 1776, se levarmos em consideração que trinta anos antes a população deveria ser menor, possivelmente em torno de 30.000 ou 35.000.¹⁵⁸ Não podemos fornecer o número exato de cristãos novos existentes na localidade, mas entre os nomes de denunciados como judaizantes e os prisioneiros, chegamos a 231 conversos nas Minas, em torno de 9% da população.¹⁵⁹ Não devemos esquecer que parte dos processos da Torre do Tombo se perdeu em enchentes e outros acidentes, portanto dificilmente termos o número exato dos processados do Brasil pela Inquisição.

Empresas inglesas, holandesas e francesas, interessadas no negócio da lapidação e do comércio dos diamantes entraram em contato com homens de negócios cristãos novos que viviam na região das Minas brasileiras, com o objetivo de constituir uma sociedade, atuando como agentes intermediários, transportando diamantes, moedas de ouro e letras de crédito do Brasil para a Europa.

Através das correspondências do vultoso homem de negócios Francisco Pinheiro, que possuía uma casa comercial em Lisboa e agentes espalhados por todo o Brasil, podemos verificar a formação de sociedades entre os comerciantes de Lisboa e os cristãos novos no Brasil. Pinheiro tinha como um de seus agentes nas Minas o cristão novo Francisco da Cruz, de Sabará, para quem enviava tecidos ingleses,

¹⁵⁷ Castro, Eduardo Machado. *A Inconfidência Mineira*. Ouro Preto, 1896, parte 1ª capítulo 1º. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano VI, ascicu/os III e IV, p. 1069-1074 in Lima, Mario (org.) *Collectanea de Auctores Mineiros: Prosadores* v I. Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 1922, p. 181.

¹⁵⁸ Stumpf, Roberta Giannubilo. *Minas contada em Números*. Revista Brasileira de Estudos populacionais v. 34 nº3. Belo Horizonte, set/ dez 2017, p. 529-548.

¹⁵⁹ Novinsky, Anita. *Gabinete de investigação: uma caça aos judeus sem precedentes*. Humanitas. São Paulo, 2007.

pólvora da Holanda, entre outras mercadorias que deveriam ser negociadas nas Minas em troca de pagamento em ouro¹⁶⁰.

A região deserta e inóspita que nascia precisava de artesãos, agricultores e principalmente comerciantes. Faltavam todos os gêneros, desde ferramentas até vestuário e perfumaria. Pouco se produzia nas Minas, tudo era trazido dos centros urbanos mais importantes, como Rio de Janeiro e Bahia, onde também ficavam dois dos principais portos do país.

Os sefaraditas atuaram nas mais diversas atividades, porém a maioria encontrava lucros no comércio; 64% dos cristãos novos presos nas Minas eram mercadores.¹⁶¹ A intensa circulação monetária na região alterou o pequeno arraial, transformando-o em um local de aparente prosperidade. Rugendas descreveu Tijuco, no início do século XIX, como um arraial muito agradável, que merecia o título de cidade pelo seu desenvolvimento. Havia grande dinamismo comercial, principalmente de artigos de luxo, ampla circulação de funcionários públicos e comerciantes.¹⁶²

O comércio ajudou os cristãos novos a obterem sucesso financeiro. Integraram-se na elite de cristãos velhos, fazendo com eles importantes negócios e parcerias, frequentando os mesmos círculos sociais. No Brasil, as relações entre cristãos e marranos, em geral, não gerou inimizades nem conflitos violentos. Teceram grandes amizades e os casamentos mistos foram frequentes entre aqueles sefaraditas para os quais a religião não tinha grande importância.

¹⁶⁰ Lisanti, Luís. *Negócios Coloniais*. Uma correspondência comercial do século XVIII. V. 5.p.45-46 Ministério da Fazenda. Brasília, 1973.

¹⁶¹ Lewkowicz, Ida. "Confiscos do Santo Ofício e formas de riqueza nas Minas Gerais no século XVIII in Anita Novinsky e Maria Luiza Tucci Carneiro (orgs). *Inquisição, ensaios sobre a mentalidade, heresia e arte*. São Paulo. Ed. Expressão e Cultura/ EDUSP, 1992, p. 208-224.

¹⁶² Rugendas, João Maurício. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Livraria Martins Editora, Universidade de São Paulo, 1972, p. 40.

2 - A Administração das Minas

O primeiro Regimento referente à extração e distribuição dos diamantes foi estabelecido em 26 de junho de 1730. Por essa ordem ficava estabelecido um imposto de 5\$000 para cada escravo empregado na extração. No mesmo regimento foi nomeado como superintendente das terras diamantinas da comarca o Ouvidor-Geral da Vila do Príncipe, Antônio Ferreira do Vale e Melo.

“As cartas de datas”, ou seja, as licenças para exploração, concedidas anteriormente para a extração de ouro na região, foram anuladas e rios e córregos foram divididos entre os mineiros. Foram liberadas duas braças e meia para cada praça. Para o rei, ficaria uma data de 30 braças no melhor lugar. Quem fizesse novas descobertas também teria direito a uma data de 30 braças.

Ficou proibida a abertura de lojas e vendas ao longo das novas lavras, somente a uma distância de duas léguas. Esses estabelecimentos comerciais poderiam manter atividades somente durante o dia; ao anoitecer suas portas deveriam ser fechadas.

Também não era permitida a compra de diamantes diretamente de escravos, sob pena de confisco de bens; neste caso a terça parte dos bens confiscados ficaria para o denunciante.

Foi ordenada a expulsão dos frades da Comarca, pois em seus sermões dominicais alertavam o povo, questionando a cobrança do quinto, afirmando ser um tributo e não um “direito real”, como afirmado pela coroa portuguesa.¹⁶³

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, os frades e monges eram considerados os piores contraventores das determinações régias, e por isso chegaram a ser proibidos de vir ao Brasil; somente bispos e missionários que já haviam professado

¹⁶³ Santos, Joaquim Felício. Op. Cit., p. 50.

no Brasil e precisavam retornar aos conventos receberiam licença para deixar Portugal em direção ao Brasil.¹⁶⁴

Com o crescimento da exploração de diamantes, formou-se o Arraial de Tejuco, que em pouco tempo tornou-se um importante centro urbano, ultrapassando em população e em importância a Vila do Príncipe. Em 1734, Tejuco foi feito centro administrativo do Distrito Diamantino. O controle do Distrito era feito por um intendente, com poderes judiciais, fiscais e administrativos. Pouco tempo depois de anunciarem o descobrimento dos diamantes, o Arraial ostentava grande prosperidade; muitos que trabalhavam na extração do ouro abandonaram seus sítios e foram em busca dos diamantes.¹⁶⁵

Uma carta escrita em 1728 pelo comerciante Francisco da Cruz afirma que a Vila de Sabará estava ficando deserta devido à quantidade de moradores que iam para as minas de diamante. Ele espantou-se com o número de pessoas que vendiam todas as suas posses para comprar escravos com o intuito de empregá-los na extração diamantífera; alguns chegavam até a trocar suas casas por cavalos para chegar à região dos diamantes.¹⁶⁶

Com a descoberta, houve também um aumento no fluxo de portugueses e estrangeiros que chegavam à região. Este fato fez o rei promulgar um decreto proibindo a entrada de estrangeiros em todo o Brasil. Na demarcação, a proibição estendia-se a portugueses recém-chegados em especial. A entrada era fiscalizada por funcionários reais portugueses, que só cumpriam a determinação com severidade

¹⁶⁴ Holanda, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2004, p. 102.

¹⁶⁵ Testamentária de Francisco Pinheiro, fundo do Hospital São José. Carta 166. Maço 29 f. 257 *apud* Furtado, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: A interiorização da Metrópole e do Comércio das minas setecentistas*. Ed. Hucitec, São Paulo, 2006, p. 189.

¹⁶⁶ Testamentária de Francisco Pinheiro, fundo do Hospital São José. Carta 166. Maço 29 f. 257-259 *apud* Furtado, Júnia Ferreira. "O distrito dos Diamantes". Op. Cit., p. 305.

quando se tratava dos que não eram seus patrícios, mesmo porque os portugueses eram cidadãos do Império.¹⁶⁷

Em 28/02/1707, D. João V escreveu ao novo governador da capitania do Rio de Janeiro, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro, acerca de suas preocupações sobre a entrada de estrangeiros nas Minas e sua atuação no comércio local, que causaria prejuízo aos cofres portugueses:

“Fui informado que sem embargo das proibições que há para que estrangeiros não vão às Conquistas deste Reino, nem que possam residir nelas, tem passado e passam em grande número não somente a habitar nas praças marítimas delas, mas ainda nos sertões e principalmente nas minas do Rio de Janeiro, cuja ambição os desperta mais, de que resulta prejuízo a esse Estado pelo perigo que há de que sendo devassado pelos estrangeiros se informarão das forças dele, disposições de sua defesa e capacidade dos portos e surgidouros, e das entradas das terras para as Minas, acrescentando também outro grave inconveniente de que por esse modo vêm os estrangeiros a fazer seu próprio comércio, que é dos naturais deste Reino, o qual correndo também pelas mãos não pode deixar de padecer maiores caminhos nos direitos devidos a minha Fazenda”

Com a chegada dos primeiros diamantes na Corte, a ambição real foi aguçada e o rei declarou que o Regimento de 1730 era brando e ineficaz, pois não punia o contrabando com a rigidez que convinha.

¹⁶⁷ *Documentos históricos do Rio de Janeiro*, XXXIV, p. 281.

Em virtude de antigos tratados somente quatro famílias de ingleses e quatro de holandeses foram autorizados a estabelecer-se na Bahia, no Rio de Janeiro e em Pernambuco. *Apud* Antonil, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Cap. V- terceira parte (introdução André M. Diniz Silva) Ed. Edusp, 2007, p. 227.

Em 26/03/1731, o rei ordenou que fosse despejada das lavras diamantinas toda pessoa que minerasse, mesmo que tivesse residência e família. Quem não saísse receberia pena de dez anos de degredo em Angola e confisco de bens.

As únicas lavras que permaneceram abertas foram a do Jequitinhonha e Ribeirão do Inferno, as quais seriam loteadas e leiloadas. O lance mínimo era de 60\$000 anuais por braça. O valor era exorbitante e quando o decreto foi publicado, causou grande consternação.¹⁶⁸

Espalharam-se patrulhas por toda parte para garantir o cumprimento da resolução. Os responsáveis pela fiscalização eram chamados Oficiais Dragões. O corpo dessa patrulha era constituído por quarenta soldados a cavalo, um capitão, um tenente, um alferes, um cabo e um tambor; todos os integrantes deveriam residir no Distrito.¹⁶⁹

Diversas petições foram enviadas pedindo a abertura das lavras de diamantes. Em 1732, uma petição oferecia uma capitação de 20\$000 para que as lavras fossem abertas. O governador resolveu então aceitar e reabrir a mineração.

Após a liberação das lavras houve uma intensa movimentação no comércio de diamantes em Tejuco. Os mineiros trocavam as pedras por gêneros alimentícios ou vendiam por ouro, em pó ou barras. Os compradores remetiam em partidos para serem negociados em Lisboa.

O diamante era procurado nas margens dos rios. Os escravos sentados à beira d'água eram vigiados por fiscais (para cada cinco ou seis escravos havia um fiscal), recolhiam o cascalho, quebravam as pedras e pilavam os fragmentos, depois jogavam mais água e agitavam a bateia, de maneira a escorrer a terra. Quando um diamante

¹⁶⁸ Santos, Joaquim Felício. Op. Cit., p. 50-51.

¹⁶⁹ Santos, Joaquim Felício, op. Cit., p. 59.

era encontrado, era levado a um recipiente para esse fim, sempre sob os olhos do fiscal, e o escravo devia bater palmas para avisar do achado e provar que não havia nada entre os dedos.¹⁷⁰

Figura 5: Mineração de diamantes, 1770
Fonte: Julião, 1960.

Em 10/04/1732 tomou posse do governo das Minas André de Melo e Castro, Conde de Galveas. Em suas atribuições recebeu amplos poderes, estando subordinado somente ao governo Central em Lisboa. Como uma de suas primeiras resoluções, tratou de subir o preço da capitação no Distrito Diamantino para 25\$600 por oito meses e após dois anos esse valor teria um reajuste para 40\$000.

Apesar da reabertura das Minas, D. João V promulgou uma lei em 1734, pela qual todo diamante que tivesse 20 quilates ou mais seria de propriedade do Rei de

¹⁷⁰ Rugendas, 1972. Op. Cit p., 39.

Portugal. Aqueles que noticiassem a descoberta no prazo de trinta dias ao superintendente da Casa de Fundição ou diretamente ao governador receberiam um prêmio de 400 mil réis e se fosse escravo, seria alforriado. Porém, aquele que não noticiasse a descoberta poderia ser denunciado por qualquer pessoa, a qual receberia o prêmio em seu lugar e se fosse escravo, além da alforria receberia 200 mil réis em prêmios¹⁷¹. A lei incentivava a delação, característica intrínseca da sociedade portuguesa, além de demonstrar que era corriqueiro o descaminho do diamante pelo escravo. A punição para o descaminho nesse caso era o degredo para Angola por dez anos e o confisco de bens.

Outro problema enfrentado pelo Conde de Galveas ao assumir o cargo foi a prostituição. A riqueza produzida pelos diamantes era despendida com o que chamavam de “*mulheres de má vida*”. Eram constantes as reclamações das senhoras sobre a participação das prostitutas na sociedade tejuicana; segundo elas, de “*maneira exibicionista, atrevendo-se, inclusive a frequentar as igrejas como grandes senhoras*”. Esse comportamento era inaceitável para o Conde de Galveas, que fez uma denúncia no édito admonitório de 2 de dezembro de 1733, onde dizia:

“Os peccados públicos que com tanta soltura correm desfrenadamente no Arraial do Tejuco, pelo grande número de mulheres deshonestas, que habitão no mesmo arraial com vida tão dissoluta e escandalosa, que não se contentando de andarem com cadeiras e serpentinas acompanhadas de escravos, se atrevem irreverentes a entrar na casa de Deus com vestidos ricos e pomposos, e totalmente alheios e impróprios de sua condição”.

¹⁷¹ Os privilégios do inglez nos reynos e domínios de Portugal: contheudos no tratado de pas concluído por Oliver Cromwell e em varias leys, decretos &c Ao que se ajuntou a nova Ley de El Rey de Portugal tocante aos diamantes que se achão no Brasil. Londres, 1736, p. 101-104.

Para combater essa questão decretou que as mulheres “*com vida escandalosa*” teriam oito dias para deixar a Comarca de Serro Frio, sob pena de prisão e confisco de bens. Cabia ao Ouvidor e ao Comandante dos Dragões a obrigação de garantir que a ordem fosse cumprida.¹⁷²

Até 1734, a autoridade suprema na região era o Ouvidor Geral, que tinha poder de dar buscas em casas de particulares para procurar contraventores¹⁷³. Mas com o crescimento e formação de povoados (Rio Manso, Penha, Araçáú, Rio Preto, Gouveia, Pouso Alto) houve a necessidade de formar uma administração especial. Foi criada então a Intendência dos Diamantes e o nomeado para o cargo foi o Dr. Rafael Pires Pardiniho, que havia servido como Desembargador na Casa da Suplicação em Lisboa. Pardiniho era subordinado ao Governador da Capitania e tinha os mesmos poderes do Ouvidor Geral.

Pardiniho teve a incumbência de realizar a primeira demarcação do Distrito. Ficou estabelecido um quadrilátero que circundava o Arraial de Tejuco (hoje Diamantina), como centro administrativo do Distrito, além de povoados como Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Rio Manso, Picada e Pé de Morro.

Em 24 de dezembro de 1734, o Intendente recebeu ordem do rei para que as Minas fossem fechadas novamente. Os mineradores tiveram o prazo de três meses para entregar todos os diamantes que haviam extraído desde o mês de agosto daquele ano. As pedras seriam guardadas no cofre do Intendente para que fossem registradas e, após receberem o registro, poderiam deixar o arraial para serem negociadas. Após o término do prazo, todos os diamantes encontrados seriam confiscados em benefício da Real Fazenda.¹⁷⁴

¹⁷² Boxer, A Idade do Ouro. Op. Cit. p., 194-195.

¹⁷³ Santos, Joaquim Felício, op. Cit., p. 57.

¹⁷⁴ Santos, Joaquim Felício. Op. Cit., p. 61.

Os moradores do Tejuco que viviam somente da extração de diamantes encontraram-se em situação de penúria. Mineiros e fazendeiros tiveram que abandonar suas fazendas e lavras. Diversas súplicas foram enviadas ao Intendente e ao governador na tentativa de reverter a determinação. Após extensa discussão entre o Intendente e o governador foi decidida a reabertura das Minas em 1739 somente para extração de ouro em áreas que não possuísem diamantes.

As Minas de Diamantes também foram reabertas, mas com um sistema diferente de extração, o de Contrato. Esse sistema consistia em um monopólio particular de um contratante, ou consórcio de arrematantes, que por concessão privilegiada compravam da Coroa o direito de extração de diamante em todo o território demarcado. Os Contratadores de diamantes pagavam à Coroa um imposto de capitação de 230 mil réis por escravo empregado no garimpo, podendo vender livremente as pedras obtidas

O primeiro contrato foi firmado com João Fernandes de Oliveira e o cristão novo Francisco Ferreira da Silva por quatro anos (1740-1743), o qual foi renovado por mais quatro anos. Formou-se a Companhia dos Diamantes.¹⁷⁵ Os contratadores conseguiram extrair somente 134.071 quilates de diamantes, o que lhes rendeu 1.606:274\$037 da venda das pedras, dos quais 575:864\$438 foram pagos à Coroa em forma de taxa.¹⁷⁶

O primeiro contratador realizava o garimpo com a garantia de lote mínimo, pagando a Coroa um preço fixo por quilate garimpado, uma vez atingido o mínimo ou acima dele. Um segundo contratador vendia a produção pelo preço acertado por ambas as partes, pela concessão do comércio; o terceiro contratador pagava a Coroa

¹⁷⁵ Furtado, Júnia. O Distrito dos Diamantes. Op. Cit., p. 310.

¹⁷⁶ Boxer, A Idade de Ouro. Op. Cit., p. 195.

uma taxa variável anualmente e tinha a liberdade de negociar as pedras com quem quisesse.

A cobrança de imposto e de dívidas de moradores do Distrito ficou a cargo também do contratador, que contava com a ajuda de agentes, feitores e associados. Pessoas interessadas no confisco de bens imposto aos devedores da Coroa. Através de um sistema de espionagem e de denúncias garantia o crescimento de seu poder. A lei garantia ao contratador o direito de executar dívidas, começando pela penhora dos bens do devedor ou prisão e castigos no Tronco da cadeia ou do arraial. Quando a companhia denunciava algum crime de Contrabando, todos os bens do denunciado eram confiscados e colocados a leilão; dois terços dos bens ficavam para o contratador e um terço para a Coroa.¹⁷⁷

O número de escravos empregados na extração também foi amplamente debatido entre contratadores e a Coroa; no primeiro e segundo contratos era permitido o uso de 600 escravos, mas esse número foi renegociado, bem como a forma de reposição da mão de obra perdida.

No ano de 1747, no fim de seu segundo Contrato, a Companhia dos Diamantes desistiu de renová-lo, pois a restrição do número de escravos em 600 limitava a produção e não pagava os custos do negócio. João Fernandes de Oliveira terminou sua administração sem conseguir honrar as letras de crédito emitidas em Lisboa; a solução teria sido seu casamento com uma viúva rica, Isabel Pires Monteiro, que havia herdado do marido (o capitão-mor Luís da Siqueira Brandão) uma fortuna no valor de 37 contos de réis.¹⁷⁸

¹⁷⁷ Santos, Joaquim. Op. Cit. p., 70-71.

¹⁷⁸ ANTT. Desembargo do Paço. Ilhas. Maço 1342. Doc 7 *apud* Furtado, Júnia. O Distrito dos diamantes, 2007. Op. Cit., p.313.

Em 1748, o terceiro Contrato foi arrematado por Felisberto Caldeira Brant, Alberto Luís Pereira e Conrado Caldeira Brant. Nesse período foram extraídos 154.579 quilates de diamantes e pago à Coroa 609:526\$465. Essa administração foi marcada por acusações de contrabando e terminou com Felisberto Caldeira Brant atolado em dívidas, preso e enviado à Lisboa.

O quarto Contrato foi arrematado em 1751 por 240 milhões de réis por um período de seis anos, extraiu 390.094 quilates de diamantes e rendeu aos cofres reais 914:921\$424. O Contratante era novamente o sargento-mor João Fernandes de Oliveira em diferente sociedade, com Antônio dos Santos Pinto e Domingos de Basto Viana. O sargento-mor arrematou também o quinto (1759-1761) e o sexto (1762-1771) Contratos.¹⁷⁹

As principais atribuições dos contratadores era controlar a produção, limitando a oferta (a área de extração e o número de escravos empregados na mineração também era restringida pela Coroa), pagar anualmente à Coroa quantia proporcional ao produto da venda dos diamantes no mercado internacional e fiscalizar o contrabando. Como benefício, até o quarto Contrato, os arrematadores tinham o monopólio da produção e da comercialização

Esses contratadores reuniram uma riqueza incalculável e um poder enorme, sonegando da Coroa grande parte do que extraíam, sendo quase impossível indiciá-los por seus crimes.¹⁸⁰

A mineração clandestina era uma preocupação constante dos contratadores. Para combater a prática a companhia dos Diamantes possuía uma numerosa tropa de Capitães do Mato. Se houvesse uma suspeita de compra ou extração de

¹⁷⁹ Furtado. O distrito dos Diamantes. Op. Cit., p. 310; Boxer. A Idade de Ouro. Op. Cit., p. 195.

¹⁸⁰ Furtado, Junia. *O livro de Capa Verde*, p. 26.

diamantes, comunicavam ao Intendente sem ser preciso comprovação anterior. A residência do suspeito seria revistada e receberia uma notificação para que deixasse a Demarcação Diamantina em três dias. Caso fosse encontrado diamante com o suspeito, este seria enviado para a prisão e teria todos seus bens confiscados.

Através de um folheto anônimo que corria no ano de 1821, intitulado: *Refutação da Proclamação de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá*, geralmente atribuído ao Dr. José Vieira Couto, podemos verificar que Portugal pouco usufruiu da riqueza produzida pelos diamantes. Neste texto há uma crítica à política portuguesa que, ao receber os diamantes, enviava para as empresas de lapidação na Inglaterra e na Holanda. Após a lapidação havia um grande aumento no valor das pedras. Um diamante poderia ser comprado em estado bruto por 24\$000 e depois de lapidado poderia ser vendido por 300\$000.

A grande quantidade de pedras preciosas que chegavam à Europa fez com que houvesse uma depreciação do preço; em certa altura elas chegavam a custar um terço do preço dos anos anteriores a 1730. Segundo o Conde de Sabugosa, a culpa pela desvalorização do diamante brasileiro na Europa era principalmente das maquinações dos financistas judeus da Inglaterra e da Holanda. Os comerciantes judeus que controlavam parte do comércio de diamantes da Índia ficaram aflitos com a entrada do diamante brasileiro; teriam então supostamente lançado um boato sobre a inferioridade do diamante brasileiro em relação ao Oriental.¹⁸¹

Esse foi um dos motivos do fechamento das minas no ano de 1734. Outra estratégia foi utilizada para contornar a questão. Os diamantes de Serro Frio eram

¹⁸¹ Vasco Fernandes César de Meneses, foi o 1º Conde de Sabugosa. Exerceu os cargos de Alferes-mor do reino, alcaide-mor de Alenquer, comendador de São João de Rio Frio e de São Pedro de Tomar. Em 1720 foi nomeado Vice Rei do Brasil. Boxer, Charles. *A Idade do Ouro do Brasil*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1963, p. 187; Santos, Joaquim. Op. Cit., p. 78.

enviados diretamente à Goa e de lá para Bengala, onde recebiam a autenticação de um diamante Oriental. Com isso era valorizado no mercado europeu e vendido à Inglaterra para ser lapidado e distribuído para o resto da Europa. Nesse momento o mercado europeu passou a depender do diamante brasileiro para seu abastecimento.

Durante o período dos Contratos assumiu, no ano de 1741, um novo Intendente, Dr. Plácido de Almeida Moutoso, que teve em seu governo diversos desafios, principalmente o de combater os problemas de vadiagem e contrabando. Com esse objetivo, ordenou que todas as pessoas que não possuíssem ofício ou emprego deveriam deixar a região, sob pena de prisão. Foi proibido também que escravas alforriadas andassem com tabuleiros pelas ruas ou lavras; só podiam vender seus quitutes nos arraiais. As que fossem pegas próximas às lavras receberiam duzentos açoites e quinze dias de prisão. Uma rua foi designada para o pequeno mercado das quitandeiras, por esse motivo a rua passou a ser chamada de Rua da Quitanda

No início do reinado de D. José, os negócios do Brasil minguavam. A extração do ouro diminuiu e o preço dos diamantes caiu no mercado internacional. Para fomentar a atividade nas Minas, em 1753, o rei aboliu a taxa de capitação e passou assumir as responsabilidades do Contratador, a quem deu ainda o monopólio da venda do diamante dentro e fora do Reino¹⁸²

Progressivamente, os Contratadores foram aos poucos deixando de honrar seus compromissos, não dando à Coroa o lucro esperado. Quando faleceu o contratador João Fernandes de Oliveira, em 1771, a administração passou ao Erário Real, fiscalizada pessoalmente pelo Marquês de Pombal. Através do Monopólio Real

¹⁸² *Ley do Contrato de Diamantes do Brasil: 11 de agosto de 1753*. Impresso na Officina de Miguel Rodrigues. John Carter Brown Library. Portugal and Brazil Collection.

Direto a venda dos diamantes no mercado internacional era totalmente controlada pela Coroa¹⁸³. Quando o Marquês de pombal deixou o governo, possuía em seus cofres 5 a 6 milhões de cruzados em diamantes.¹⁸⁴

Mapa das Diam. pertencentes ao C.º Contrato q.º se remetem do Tejuco a 18. de Jan. de 1768

Cofres		Oitavas
1.º	Em q.º entra hũa pedra de 8 ^{va} e 7 1/2 ^{va}	323
2.º	"	323
3.º	"	323
4.º	"	323
5.º	"	323
6.º	"	323
7.º	Em q.º entrão 23/8 e 1/2 Extraviados	323 3/4
Total		2267 3/4

Figura 6: Intendência dos Diamantes. Remessas do Tejuco em 18 de janeiro de 1768.
Fonte: Arquivo Público Nacional, Rio de Janeiro.

¹⁸³ Holanda, Sérgio Buarque. *História da civilização brasileira Op. Cit., p. 347-348.*

¹⁸⁴ Azevedo, João Lúcio. *Novas Epanáforas*. Livraria Clássica Editora. Lisboa, 1932, p.39- 40.

Figura 7: Lavra de diamantes do Sr. Felisberto D'Andrade Brant : S. João da Chapada
Riedel, Augusto, 1836-ca.1877 papel albuminado, p&b 23,6 x 27,9
Fonte: Arquivo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro

3 - Tejuco no dia a dia

O arraial do Tejuco cresceu próximo aos rios de onde se extraíam as pedras. Com a exploração dos diamantes sua população teve um vertiginoso crescimento; em 1732 a população já ultrapassava a da Vila do Príncipe, principal povoado da região.¹⁸⁵ Neste mesmo ano, o governador D. Lourenço de Almeida, Ouvidor de Serro, recomendou que as arrematações se fizessem no Arraial do Tejuco e não na Vila do Príncipe, que era mais distante dos rios e despovoada de gente.¹⁸⁶

Essa expansão teve início na década de 1720 até 1750, quando o arraial se organizou de forma reticulada. As ruas mais importantes eram a do Rosário, Bonfim, Carmo, Quitanda e Direita¹⁸⁷ A partir da Rua Direita formou-se o Largo Santo Antônio, onde foi erigida a igreja de mesmo nome. A partir dela situava-se a Rua do Contrato, onde ficavam a Casa do Contrato e a igreja São Francisco de Paula, da Ordem Terceira do Carmo, constituindo o centro urbano de Tejuco.¹⁸⁸

As primeiras construções foram a capela e as vendas, pequenas barracas de comércio que brotavam por toda parte. As casas do arraial eram feitas de taipa de pilão e pau a pique, algumas foram feitas em pedra, devido à influência da arquitetura rural paulista e a abundância de pedras na região. Entre os anos de 1720 e 1750 as residências passaram a ser mais espaçosas; muitas apresentavam um pátio interno, janelas com treliça e a utilização de beirais decorados.¹⁸⁹ Os casarões passaram a

¹⁸⁵ Vasconcelos, Silvio de. *A formação urbana do arraial do Tejuco*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n 14, 1959, p. 126.

¹⁸⁶ Revista do Arquivo Público Mineiro VII p. 279 *apud* Vasconcelos, Silvio de. *A formação urbana do arraial do Tejuco*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n 14, 1959, p. 126.

¹⁸⁷ Vasconcelos, Silvio de. *A formação urbana do arraial do Tejuco*. Op. Cit., p.129.

¹⁸⁸ Lemos, Celina Borges. *Diamantina e sua arquitetura nos contextos da formação do arraial e consolidação da Vila: registros e manifestos de modernidade na paisagem cultural entre séculos XVIII e XIX*. In www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A037.pdf

¹⁸⁹ Lemos, Celina Borges. Op. cit., p. 5.

ser assobradados, com estabelecimentos comerciais no térreo. Para acessar o andar residencial, geralmente, havia corredores laterais onde uma escada dava acesso ao piso superior; o primeiro cômodo a ser visto era uma sala de visita que tinha vista para a rua e passagem para os quartos. Nos fundos ficava a sala de jantar que se abria para um alpendre, a cozinha era próxima à sala de jantar e tinha acesso para uma varanda onde havia outra escada para um pátio interno. Atrás do pátio ficava a horta familiar e o galinheiro, de importância vital para o abastecimento doméstico, e embaixo da casa ficavam as cocheiras e a senzala.¹⁹⁰

Com o tempo, o arraial tornou-se um dinâmico centro urbano. Na década de 1750 contava com um teatro de ópera, onde eram apresentados espetáculos populares.¹⁹¹ As igrejas tinham músicos e corais que faziam apresentações nas principais festas católicas, além de protagonizarem missas cantadas. No final do século XVIII, um caso interessante ocorreu no Arraial: influenciados pela mentalidade iluminista, o Intendente e o fiscal do Distrito opuseram-se publicamente a alguns aspectos da festa de Santo Antônio, patrono do Tejuco. A procissão foi proibida de sair e os músicos foram obrigados a tocar em meio ao povo ao invés de tocar no coreto da matriz como era de costume. Formou-se então uma orquestra de Sinfonias e quartetos que tocaram músicas profanas de Pleyel.¹⁹²

Viveu no Tejuco um renomado compositor mineiro, José Joaquim Emérico Lobo de Mesquita, organista na Irmandade do Santíssimo Sacramento da matriz de Santo

¹⁹⁰ Priori, Mary. *Histórias da gente brasileira*. V. I. Ed. Leya. São Paulo, 2016, p. 218.

¹⁹¹ Furtado, Junia. . “*Distrito dos diamantes O*”, Op. Cit., p. 317.

¹⁹² Holanda, Sérgio Buarque. *História da civilização brasileira: A Época colonial*. Tomo I v. 2. Difel/ Difusão Editorial. São Paulo, 1982, p. 135-136.

Pleyel foi um destacado pianista e compositor de óperas austríaco que viveu no século XVIII, desenvolveu sua carreira artística na França e na Inglaterra. Recebeu grande influência de Haydn, de quem foi pupilo. Sobre Pleyel ver: Honegger, Geneviève. (1987) “*Pleyel À Strasbourg Durant La Terreur*.” *Revue de Musicologie* 73, no. 1 (1987); Keefe, Simon P. (2005) “*Preface*”, in *Ignaz Pleyel: Six String Quartets, Opus 1*. Ann Arbor, MI: Steglein publishing.

Antônio e também da ordem Terceira do Carmo, em 1782. Através dos documentos musicais de Mesquita, Sérgio Buarque de Holanda concluiu que no fim do século XVIII o arraial chegou a ter sete regentes musicais e um total de aproximadamente 100 músicos.¹⁹³

No Início do século XIX, o Arraial contava com 7.000 a 8.000 habitantes. Casas assobradadas de dois andares, que segundo Rugendas, eram as mais limpas e bem construídas de toda a província.¹⁹⁴

A formação da sociedade tejudana tinha em sua base a maioria de escravos, uma pequena camada intermediária composta por ex-escravos (que haviam conseguido comprar sua carta de alforria)¹⁹⁵ e pequenos comerciantes e um número reduzido de pessoas que compunha a elite branca, principalmente portugueses com cargos administrativos, militares e mercadores. Era comum a união em concubinato entre mulheres pardas forras e homens brancos, ou escravas e homens brancos que acabavam concedendo-lhes a liberdade¹⁹⁶.

Como no resto da Capitania o número de mulheres brancas era muito pequeno na sociedade tejudana, principalmente nos primeiros anos do século XVIII. Com a grande quantidade de homens solteiros, o preço das escravas africanas ou mulatas atingia preços altíssimos e aumentou muito o número da população parda, constituindo o segundo maior grupo, depois dos escravos.

Entre as famílias portuguesas, os pais preferiam enviar suas filhas para os conventos da Bahia ou de Pernambuco do que deixá-las casar nas Minas. Para

¹⁹³ Holanda, op. Cit., p. 139-140.

¹⁹⁴ Rugendas, 1972. Op. Cit., p. 40.

¹⁹⁵ A atividade mineradora possibilitava maior mobilidade social; os escravos muitas vezes escondiam parte do ouro encontrado e alguns proprietários permitiam que os escravos, após lhe entregarem uma quantidade mínima de ouro, extraíssem ouro ao final da tarde e em dias santos para si próprios. Dessa forma, eles conseguiam juntar o dinheiro necessário para a compra de sua carta de alforria.

¹⁹⁶ Furtado, Junia. "O Distrito dos diamantes", Op. Cit., p. 318.

contornar a situação, o governador D. Lourenço de Almeida enviou uma carta ao rei, pedindo que fosse tomada alguma providência para impedir que as moças da região mineradora fossem para Portugal. Seu pedido foi atendido em março de 1732, quando foi promulgada uma lei proibindo as mulheres de deixar o Brasil sem autorização prévia da Coroa. Essa situação foi se alterando gradativamente, com o crescimento das vilas, a instalação de um aparato burocrático administrativo e o afluxo de pessoas em busca de fortuna.

O povo procurava imitar os usos e modas da metrópole, que por sua vez imitava os franceses. Os homens usavam cabelos compridos com rabichos em trança entrelaçadas com um cadarço de gorgorão e arrematado na extremidade com um laço; chapéu de três pancadas; camisas de folhos com colarinho baixo; gravata de lenço branco bordado; colete de cetim Macau bordado de lantejoulas e no comprimento de fraque, com abotoadura de pedras; casaca de veludo de diversas cores, degolada, comprida; calção largo de seda ou veludo, apertado com fivelas de ouro por cima de meias de seda pérola; sapatos pretos pontiagudos com fivelas de cravação de pedras; bastão grosso de castão e ponta de ouro, relógio com cadeia de cornalina; florete de bainha de ouro e guarnição em forma de S. As senhoras traziam na cabeça uma coifa de seda branca presa ao cabelo com alfinetes e borla de fio de ouro na extremidade; camisas de folhos apertadas ao pescoço; espartilho de barbatanas, sobre o qual vestiam um macaquinho de veludo, com rica abotoadura e flores de pedras pendentes sobre o peito; grosso afogador e pesados brincos de pedraria encastoadas; saia de imensa roda com longa cauda, que trançavam no braço; sapatos de bico de agudo levemente voltado para cima, com altos saltos de madeira; bastão fino; os dedos das mãos eram quase todo cobertos de ouro. Em casa usavam um folgado timão, apertado adiante e apanhado por cima de seda com bordas

pendentes; empoavam os cabelos com polvilho, feito de trigo macerado ou goma de mandioca.¹⁹⁷

Todo o vestuário era pago em ouro aos alfaiates e costureiras. Por uma casaca de lã masculina, em 1755, cobrava-se dez oitavas de ouro; um vestido de baile, caseado em ouro ou prata, custava seis oitavas; por um par de botas em couro, pagava-se ao sapateiro sete oitavas.¹⁹⁸

Poucas casas tinham utensílios de mesa; somente os homens de negócio tinham garfos e facas para seu uso. Em alguns inventários podemos notar que alguns possuíam somente um garfo de latão por pessoa da família, enquanto outros, como o comerciante João de Azevedo Pereira, tinham um faqueiro em prata com vinte e quatro peças. O administrador geral dos diamantes no Tejuco, Felipe José Correia de Lacerda, tinha faqueiro com peças de latão, estanho e prata, além de louças da Índia e jogos de chá. Mas não era comum nas casas da classe média, que utilizavam louça simples feita de barro por artesões locais. As mesas eram postas sempre com delicadas toalhas de linho, algodão ou “panos do reino” e rendas.¹⁹⁹

Havia uma rigorosa etiqueta, muito discutida nos estudos chamados *política ou civilidade*. Somente em uma ocasião essas regras não eram seguidas com tanta rigidez: nas reuniões familiares, chamadas bailes, onde a dança eram o objetivo principal.²⁰⁰

Quanto à educação, somente as noções das primeiras letras e da doutrina cristã eram ensinadas em escolas particulares. Entre a elite, nas famílias mais abastadas, havia o costume de enviar os filhos para a Universidade de Coimbra. No

¹⁹⁷ Priori, M. *Histórias da gente brasileira*. Op. Cit., p. 230-231

¹⁹⁸ Torres, João Camillo. *O Homem e a Montanha*. Ed. Livraria Cultura Brasileira. Belo Horizonte, 1944, p. 129.

¹⁹⁹ Priori, M. *Histórias da gente brasileira*. Op. Cit., p. 230-231

²⁰⁰ Santos, Joaquim Felício. Op. Cit., p. 85-86.

final do século XVIII, 35% dos matriculados na Universidade eram de Tejuco ou Serro Frio. No ano de 1782, quase a metade dos candidatos das Minas à Coimbra são do Arraial do Tejuco e de Serro Frio, quatro em um total de nove matriculados das Minas²⁰¹. Esse hábito caracterizou a elite da sociedade diamantina pelo alto desenvolvimento intelectual. Em uma época onde a leitura era um hábito restrito somente a um pequeno grupo, podemos destacar na sociedade tejudana magníficas bibliotecas; como exemplo, podemos citar o guarda livros Manoel Pires de Figueredo, que possuía uma biblioteca composta de quarenta obras, em cerca de trezentos tomos de diferentes assuntos, com obras em latim e francês, entre eles Montesquieu e os enciclopedistas.²⁰² Era um número considerável de livros, visto que na época as maiores bibliotecas do Brasil contavam com no máximo o dobro de obras. Uma biblioteca que ficou famosa na época era a do Cônego de Vila Rica, Luís Vieira, que tinha duzentas e setenta obras. Até mesmo na Europa era um número considerável; a biblioteca de Kant contava somente com trezentos livros. Um século antes, Espinosa tinha cento e setenta livros, um pouco mais que o guarda livros de Tejuco.²⁰³

Todo esse esforço em se aproximar da cultura europeia parece ter surtido efeito. No século XIX, um viajante, o botânico Gardner, descreveu diamantina com os mais delicados elogios. Deixou em seu relato, a impressão de que *“as mulheres são as mais belas que já se viu em todo o Brasil e também os homens são de mais fina raça que os das regiões baixas, antes parecendo europeus que habitantes de um clima tropical”*²⁰⁴

²⁰¹Holanda, Sérgio Buarque. *História da civilização brasileira: A Época colonial*. Tomo I v. 2. Op. Cit., p. 306.

²⁰²Furtado, Junia. “O Distrito dos diamantes”, Op. Cit., p. 317.

²⁰³Friero, Eduardo. *O Diabo na livreria do Conego*. Editora Itatiaia. Belo horizonte, 1981, p. 20.

²⁰⁴Gardner, George. *Viagens no Brasil, principalmente nas Províncias do Norte e nos distritos do ouro e dos diamantes, durante os anos de 1836-1841*. Brasileira. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1942, p. 385.

IV - Sob o Jugo do Poder e da Violência

A violência esteve presente na legislação colonial desde os primórdios. O primeiro código penal do Brasil foi o Código Filipino, em 1603, ratificado em 1643 pelo rei D. João IV. As Ordenações Filipinas incluíam punições severas aos infratores das normas estabelecidas. As penalidades de mutilação (corte de membro, açoite) e morte (por enforcamento e pelo fogo) eram previstas na lei, sendo usualmente substituídas pelo perdão real ou comutadas (pelo Governador ou Ouvidor) por degredo ou trabalho compulsório nas galés. A penalidade era determinada pelo juiz segundo a gravidade do caso e a qualidade da pessoa.²⁰⁵

D. João V demonstrou preocupação com a aplicação das punições aos crimes no Brasil. Em carta ao corregedor do crime, em 1745, apontou a falta de efetividade das Ordenações Filipinas, "...as leis costumam ser feitas com muito vagar e sossego, e nunca devem ser executadas com aceleração, ...".²⁰⁶

Na região mineradora, povoada em grande parte por aventureiros e majoritariamente por homens, o Estado tomava para si a incumbência de controlar a imigração ilegal e os distúrbios de todo o tipo. A criminalidade atingiu altas proporções na região, a ponto de ser vista pelas autoridades como risco para a exploração mineradora. Em 1701, o governador geral Dom João de Lencastre afirmava que o controle exercido não era suficiente, pois a população vivia em anarquia, levando uma vida promiscua e nada cristã; o povo era constituído, segundo Lencastre, por um bando de vagabundos e malfeitores, cujos crimes ficavam sem punição e as estradas

²⁰⁵ Almeida, Candido Mendes (org). *Ordenações e leis do Reino de Portugal. Recompilados per Mandado do muito alto catholico e poderoso rei Dom Phillipe I.* Livro V. Typographia do Instituto Philomathico. Rio de Janeiro, 18 14ª ed. p. 1185- 1221.

²⁰⁶ Edgard Costa, *Efemérides judiciária*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro (MEC), 1961, p. 50.

repletas de assassinos e ladrões.²⁰⁷ Os homens andavam armados até os dentes e qualquer pequena desavença pessoal tornava-se motivo para grandes enfrentamentos e morte. Quando alguém era ofendido, a vingança, um dos valores mais arraigados na sociedade, era considerada legítima e vista como demonstração de coragem, por isso a retaliação deveria ser exemplar, para que ficasse na memória do povo.²⁰⁸ Essa situação, afirmava ainda o governador, poderia transformar a região em um foco de rebeldia, colocando em risco o controle português, principalmente se esse povo “*manifestasse a mesma propensão em amar a liberdade demonstrada pelos paulistas*”.²⁰⁹

Durante a primeira década do século XVIII, o poder dos proprietários nas Minas Gerais dominava a sociedade. Os líderes paulistas e os fazendeiros mais abastados possuíam exércitos de capangas que executavam as ordens dos poderosos e exerciam a justiça à sua “maneira”. Uma das práticas comuns entre os poderosos era a intimidação: as “assuadas ou correrias”, quando bandos armados invadiam um arraial fazendo arruaça e espantando os moradores para dentro de casa.²¹⁰ O povo queixava-se da falta de respeito às leis divinas ou humanas,²¹¹ pois as tropas do distante governo não dispunham de força e organização suficientes para enfrentar os tumultos da região.

Em determinada ocasião, o Conde de Assumar, governador das Minas entre 1717 e 1721, solicitou a remoção do Ouvidor do Serro por abusos praticados; sua solicitação foi recusada com a justificativa de que ele não deveria se intrometer em

²⁰⁷ Boxer, Charles. *A idade do Ouro no Brasil*, p. 53-55.

²⁰⁸ Romeiro, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das minas*. Op. Cit., p. 89.

²⁰⁹ Dom João de Lencastre á Coroa, 12 de janeiro de 1701. *apud* Boxer, Charles. *A idade do Ouro no Brasil*, p.54.

²¹⁰ Romeiro, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das minas*. Op. Cit., p. 89.

²¹¹ “Correspondência Oficial dos Governadores do Rio de Janeiro 1703-1706”. *apud* Boxer, Charles. *A idade do Ouro no Brasil*, p.56.

assuntos de justiça e que era melhor tolerar um mau juiz do que controlar as consequências de sua transferência.²¹²

Com a Revolta de Felipe dos Santos em Vila Rica, em 1720, contra a proibição da circulação do ouro em pó e o estabelecimento das casas de fundição que garantiam o pagamento do quinto real, a política governamental nas Minas tornou-se totalmente opressiva. Com o objetivo de extirpar os revoltosos, o governo apelou para a ajuda de Portugal, que enviou tropas denominadas de “Oficiais Dragões”. As duas primeiras companhias de Dragões, compostas por sessenta homens, chegaram nas Minas em 1719, com um aspecto diferenciado das tropas locais; os homens estavam sempre muito bem trajados e disciplinados e foram seguidos por uma terceira e uma quarta companhia (1733 e 1746 respectivamente). Vigiam as vilas e as estradas que levavam ao Distrito Diamantino, tinham o poder de prender os contrabandistas de ouro ou diamantes e revistar todos os viajantes. Para cada prisão receberiam uma recompensa, sendo suas patrulhas suplementadas por mulatos e capitães do mato que conheciam suficientemente bem a região. Sua presença inspirava temor entre a população.

As autoridades locais possuíam grande autonomia e poder; ouvidores, contratadores, intendentes e capitães de Destacamentos abusavam ao extremo de sua autoridade²¹³. O poder do Intendente, também exercido pelos Contratadores, era absoluto e, com o apoio dos Oficiais Dragões, tinham o poder de vida e morte sobre a população. Para abrir uma loja, uma taverna ou uma pequena venda era preciso autorização do Contratador e do Intendente. Se alguém precisasse entrar no Distrito Diamantino para cobrar uma dívida também seria necessária a autorização do

²¹² Torres, João Camilo. 1944. Op. Cit., p. 88.

²¹³ Furtado, Junia. *O Livro da Capa Verde*. Ed. Anna Blume. São Paulo, 2008. p. 69.

Contratador, que geralmente cobrava uma porcentagem da dívida devida. Os “abusos” da função consistiam também no estabelecimento arbitrário para prazos de liquidação das dívidas, de acordo com os interesses dos cobradores, prisões e degredo de indivíduos acusados de causadores habituais de desordem, mesmo antes de instaurado o processo, e interferência no regime de concessão de terras.

A cada seis meses o Contratador e o Intendente trocavam os Oficiais Dragões, sempre por pessoas de sua confiança. O rodízio tinha o objetivo de evitar corrupção entre os oficiais e aumentar a fiscalização.²¹⁴

A denúncia sobre a mineração clandestina e compra ou venda de diamantes poderia ser secreta e o Intendente poderia expulsar os acusados, sem chance de defesa.

Todas as semanas em dias indeterminados, o Intendente mandava inesperadamente o meirinho, escrivão e fiscal dos diamantes entrarem para revistar todas as casas dos moradores do Tejuco. Qualquer pessoa suspeita, ou que não tinha licença por escrito para residir no Arraial, ou entrar nas terras demarcadas, era conduzida ao pelourinho da cadeia onde seria castigado.

A população protestou contra esse despotismo arbitrário e a câmara Municipal da Vila do Príncipe chegou a reclamar do poder do Contratador, que estava invadindo e revistando todas as propriedades de comerciantes e lojistas. O Intendente, Dr. Pires Pardinho, respondeu que ele ou o contratador tinham poderes para quando considerassem necessário realizar o procedimento e os queixosos poderiam deixar o Distrito; afirmou que *“todos estavam marcados pela mesma tinta, pois brancos agiam como receptadores de diamantes roubados pelos negros”*, acrescentou à Câmara,

²¹⁴ *Ley do Contrato de Diamantes do Brasil: 11 de agosto de 1753*. Impresso na Officina de Miguel Rodrigues. John Carter Brown Library. Portugal and Brazil Collection.

que “vossa majestade prefere ver o distrito despovoado a ver os moradores traficarem os diamantes”.²¹⁵

Em 1730, foram criadas as Juntas de Justiça, que concediam poder aos governadores e ouvidores para condenar à morte pessoas “sem qualidade”; o objetivo era acabar com a impunidade, pois “...continuados delitos que se estão fazendo por bastardos, carijós, mulatos e negros porque não viam o exemplo de serem enforcados”.²¹⁶ Na prática, essas condenações já existiam desde o começo da colonização, onde a execução era utilizada como exemplo para instituir o medo na sociedade. Algumas punições eram realizadas com requintes de crueldade, como por exemplo, quando o governador Geral Tomé de Souza condenou um colono a ser amarrado na boca de um canhão e atirado pelos ares. A mesma punição foi narrada pelo historiador Luiz Mott, no caso de um índio condenado por homossexualismo em 1613 a morrer amarrado à “boca de um canhão”, como forma de execução exemplar.²¹⁷

Apesar dessas crueldades, são escassos os registros desse tipo de sentença na Colônia. Porém, no Distrito Diamantino, o poder governamental se impôs “a ferro e fogo”. A condenação ao açoite tornou-se usual, não somente entre escravos, mas para todos aqueles que ousavam desafiar as leis²¹⁸. No caso da forca, os corpos dos condenados eram mantidos em exposição até se decomporem e caírem no chão, para servir de modelo, impondo medo e terror na sociedade diamantina.²¹⁹ Quando o criminoso era um escravo, geralmente a pena aplicada era a de ferros e açoite; os

²¹⁵ Boxer, op. Cit., p. 190.

²¹⁶ Goulart, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo (Castigo de escravos no Brasil)*, Ed. Conquista, Rio de Janeiro, 1971, p. 190

²¹⁷ Mott, Luiz. “Dois crimes homofóbicos no Nordeste Colonial”. In *História dos Crimes e da Violência no Brasil*. (Mary del Priori e Angelica Muller, orgs) Ed. UNESP, São Paulo, 2017, p. 37-63.

²¹⁸ Carvalho Filho, Luís Francisco. *Impunidade no Brasil Colônia e Império*

²¹⁹ *Regimento para os administradores do Contrato dos Diamantes*. Na Regia Officina Typografica. Lisboa, MDCCLXXI

fugitivos eram marcados e enviados às Galés, onde somente após 10 anos seus donos poderiam requerê-los de volta. Segundo Junia Furtado, o único caso em que as Galés foram aplicadas a um branco foi no caso do guarda-mor Manoel Coelho dos Santos Silva. Até o próprio governador Cunha Menezes chegou a interceder a seu favor, alegando o estado agonizante do réu. Porém, o trabalho nas Galés foi muito utilizado como penitência pela Inquisição portuguesa e diversos cristãos novos do Brasil e de Portugal tiveram como destino essa punição.

O degredo também foi bastante utilizado em casos dos mais ativos contrabandistas.

Para o crime de extravio havia também a pena de morte, onde a cabeça do réu era exposta em praça pública após o enforcamento, além do confisco dos bens que serviriam para indenizar a Coroa dos prejuízos causados.²²⁰

O crime de insubordinação era punido com açoite público. Em uma ocasião, o tenente João da Silva Pereira foi preso e açoitado por não prestar ajuda imediata ao comandante de Itaubira e por facilitar a fuga dos detentos. Em outro momento, todo o regimento do Coronel Luís Lopes da Costa Canuto foi preso por quinze dias, por se recusar a conduzir um barril em que ia a cabeça de um réu.²²¹

Um exemplo dos desmandos cometidos pelos homens que ocupavam o poder na sociedade mineradora foi o do ouvidor de Serro Frio, Joaquim Manuel de Seixas Abranches (1781), sendo que o governador D. Rodrigo José de Menezes sentiu-se obrigado a comunicar suas arbitrariedades ao rei de Portugal, afirmando que “ninguém vive em segurança debaixo de tal despotismo”! Abranches, sempre em companhia de seu capanga, Bernardo José de Almeida (conhecido por seu estilo truculento) e

²²⁰ Furtado, Junia. *O livro da Capa verde*. Op. Cit., p. 92-93.

²²¹ Arquivo Público Mineiro. SC 226 f. 34 apud Furtado. *O livro da Capa verde*. Op. Cit., p. 90-95.

uma tropa de jagunços, costumava extorquir dinheiro da população simulando “falsas” devassas. Em uma ocasião, viajou de Vila em Vila cobrando mais de quarenta mil reis de tributo. Aqueles que não possuíam recursos tinham seus bois e cavalos confiscados. Certa vez, mandou prender um viúvo humilde que vivia com três filhas no Distrito da Barra; enquanto o homem estava na cadeia, o ouvidor fingiu uma caçada de perdizes e calculando o tempo em que o viúvo estaria fora, invadiu sua casa e violentou uma de suas filhas.

Sobre a devassidão e seu comportamento libidinoso pesaram-lhe várias acusações. Em outra ocasião, mandou prender uma senhora idosa que pedia esmolas, sob falso pretexto, somente para lhe desonrar a filha também, expulsando-as depois do Distrito para o rio São Francisco, sob pena de prisão se retornassem. Quando pretendia fazer o mesmo com uma donzela de família remediada, não teve como usar a prisão, mas com a negativa da menina, passou a difamá-la, dizendo que vivia em concubinato com um jovem, motivo pelo qual deveria ser expulsa da comarca.²²²

O nepotismo também era uma prática corriqueira, pois trocava funcionários públicos de seus cargos, somente para empregar parentes e pessoas de sua confiança. Provocou um escândalo quando empossou seu sobrinho, por meio das armas, ao cargo de Juiz de Órfãos da Vila de Minas Novas. Quem não queria perder seus cargos chegava a pagar até duzentos mil réis de “contribuição”. Ao ser questionado sobre suas atitudes, costumava dizer que não lhe importavam as Leis, pois era ele quem mandava!²²³

²²²A justiça na capitania das Minas Gerais- correspondência de D. Rodrigo José de Menezes com o ministro Martinho de Mello e Castro. Revista do Arquivo Público Mineiro. Nº IV, 1899. P. 4-17

²²³A justiça na capitania das Minas Gerais- correspondência de D. Rodrigo José de Menezes com o ministro Martinho de Mello e Castro. RAPM, 1899 op. cit. P. 15

O cotidiano nas Minas era violento; para combater as brigas e os crimes entre a população, o Governador D. Pedro de Almeida proibiu os escravos de usarem facas, punhais e adagas. Em 1722, o rei D. João V proibiu o comércio de armas na demarcação Diamantina e somente nobres poderiam andar com espadas atadas a cintura.

A condição de militar nobilitava e dava prestígio aos cidadãos comuns. Em nenhum outro lugar os militares tiveram tanto poder; através de seus cargos conseguiam esquivar-se da justiça, a lei era somente para o resto da população e os militares infringiam ao povo toda sorte de abusos e desmandos. Em alguns casos, os capitães de Destacamento chegavam a possuir, em suas residências, troncos e cárceres privados, praticando prisões arbitrárias sem jurisdição.²²⁴

Desde 1735 o intendente dos diamantes acumulava as funções de Ouvidor da demarcação. Após a Demarcação Diamantina ser estabelecida em 1732, diversos foram as Leis e Bandos (1732, 1731, 1739, 1750, 1753) que regulamentavam o controle da população. Havia diversas leis que tentaram impedir as violações, punir os contrabandistas e seus cúmplices, assim como controlar a vadiagem e as vendas. O que não era satisfatório aos olhos do rei português.

Um novo Regimento entrou em vigor no Distrito Diamantino, em 1771, para os administradores do Contrato dos Diamantes, ratificando as leis anteriores, entre elas as penalidades de degredo para Angola, trabalho nas Galés, açoites, até morte e mutilação para crimes considerados graves e até a forca, punições já previstas anteriormente pelas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas. O Regimento de 1771 foi o responsável pelo enorme fortalecimento do poder do Intendente. Ratificou

²²⁴ Arquivo Público Mineiro, S.C.226 f. 2v. Carta do governador Pedro Maria Xavier de Athaide e Melo, 1803.

o acúmulo de cargos de Intendente e Ouvidor, visando acelerar os burocráticos processos judiciais, principalmente devido à distância do Distrito em relação a sede da Capitania. Era ainda de sua responsabilidade permitir ou não a entrada de cobradores de dívidas, dar ordens de despejo, inspecionar os serviços e os escravos, determinar quais escravos seriam alugados e castigá-los quando achasse necessário, utilizar negros para controlar o contrabando e extravios, autorizar a revista de uma pessoa ou uma casa, reduzir o número de lojas, fiscalizar os armazéns, pagar aqueles que fizessem alguma denúncia, emitir ordens de expulsão e prisão, conceder licença aos lavradores, fiscalizar os funcionários públicos e conduzir processos e devassas²²⁵. Todas essas funções faziam com que o Intendente gozasse de grande prestígio e autonomia, mesmo em relação ao Governador da Capitania.

O direito de defesa foi impedido à população diamantina após o Alvará de 23 de maio de 1772, que proibiu a residência de bacharéis e doutores no Distrito, sob pena de seis meses de prisão no Rio de Janeiro, com exceção somente para aqueles que haviam nascido no Tejuco, desde que não exercessem a advocacia.²²⁶

As condições sociais traziam grande instabilidade para a população que vivia na região das Minas, especialmente no Distrito Diamantino. A alta criminalidade, a insegurança das estradas e o direito à vida sempre ameaçado por bandidos que andavam a espreita, ou até mesmo disputas pessoais, criavam no cotidiano da sociedade mineradora uma atmosfera de tensão e receio constantes. Aliada a esses fatores, a falta de privacidade decorrente das constantes inspeções e prisões arbitrárias por parte do poder público e privado causava na população uma situação de permanente estresse.

²²⁵ Furtado, Junia. *O Livro da Capa Verde. O regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração* Ed. Anna Blume. São Paulo, 2008, p. 71.

²²⁶ Machado, Alcantara. *Vida e Morde de um Bandeirante*. Ed. Martins. São Paulo, 1965, p. 120.

Apesar das condições e do ambiente hostil, a esperança de amealhar fortuna com o garimpo em um curto espaço de tempo continuava atraindo grandes massas para as Minas Gerais; pessoas dispostas a lutar com todas as armas para a concretização de seus sonhos.

V- A Relevância das Redes Comerciais

1 – Interiorização dos Negócios

Grande parte dos cristãos novos que viviam nas Minas se dedicava ao comércio. Segundo um estudo baseado na tabulação de bens confiscados dos cristãos novos pela Inquisição, 61% dos cristãos novos presos na região mineradora exerciam a mercancia. A região necessitava de produtos de todos os gêneros, desde ferramentas até vestuário e perfumaria. Pouco se produzia nas Minas, tudo era trazido dos centros urbanos mais importantes, como Rio de Janeiro e Bahia, onde também ficavam dois dos principais portos do país. O comércio se tornou a atividade econômica mais atrativa, pois, nos primeiros anos da exploração aurífera, a grande escassez de gênero elevou a margem de lucro dos produtos. Um alqueire de milho valia 20 oitavas de ouro, de feijão e farinha- 32 oitavas, uma galinha valia 2 oitavas, uma vara de fumo- 8 oitavas e um prato pequeno de sal- 5 oitavas. Para termos uma noção da alta desses preços, um pequeno artesão ganhava em torno de 2 oitavas de ouro por dia.²²⁷

Um número menor de cristãos novos exercia outras atividades econômicas: 23% eram mineradores, 6% eram lavradores e senhores de engenho e 7% eram advogados, médicos, boticários, coletores de impostos, vendeiros e rendeiros.²²⁸

²²⁷ Taunay, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. Edições Melhoramentos. São Paulo, 1975, p. 121

Diário da jornada que fez Exm Senhor D. Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo e desta até as Minas no anno de 1717. Op. Cit., p. 268.

²²⁸ O número de cristãos novos ligados a terra era razoavelmente alto se levarmos em consideração que muito pouco se plantava nas Minas, o que levou a população, no início da exploração do ouro, a momentos de carestia extrema. Sobre o assunto ver: Souza, Laura de Mello. *Os Desclassificados do ouro.: a pobreza mineira no século XVIII*. Ed. Graal. Rio de Janeiro, 2004.

Os dados acima são resultados de consulta dos bens confiscados dos cristãos novos presos pela Inquisição, normalmente declarados pelo réu, porém, ao confrontar diferentes processos inquisitoriais nos quais o mesmo réu é denunciado, pudemos perceber que a mesma pessoa foi apontada com diferentes profissões, o que nos leva a crer que muitos homens de negócio diversificavam suas atividades e apesar de se auto denominarem comerciantes, muitos combinavam a mineração, o comércio e outras atividades liberais, como medicina e advocacia.

Gráfico 1: Profissões dos cristãos novos nas Minas
Fonte: Elaborado pela autora

No Brasil colonial, especificamente na região mineradora, “a praxe mercantil era regulada através da confiança, a palavra dada tinha a força de um contrato legal”. O relacionamento nas organizações mercantis se dava através de relações de

parentesco, laços de amizade e compadrio, por isso a confiança e honestidade do negociante eram muito importantes.²²⁹ Nesse sentido, era vital aos homens de negócios cristãos novos se unirem em redes de comércio que abrigavam comerciantes de diferentes hierarquias. As redes de comércio tinham importância primordial no comércio da região mineradora, pois ligavam um número de indivíduos situados em pontos diferentes de um mesmo circuito, que garantiam o sucesso das ligações e trocas comerciais.²³⁰ Havia grande preocupação em relação à proteção desse grupo; naturalmente as minorias têm uma tendência para a coesão e ajuda mútua. A preocupação com a autodefesa foi ampliada nas Minas e a insegurança das estradas, as longas distâncias e a investida inquisitorial na região fortaleceram os vínculos criados entre os integrantes dessas redes comerciais.

Um grupo bastante heterogêneo formava a classe mercantil mineira na primeira metade do século XVIII. A historiografia adotou diferentes formas de classificá-los.²³¹ Nesse trabalho adotaremos a classificação feita por Boxer, que dividiu os comerciantes em quatro tipos: negociantes de grosso trato, que possuíam atividades ligadas ao comércio e às atividades financeiras; comerciantes a varejo, em

²²⁹ Martinho, Lenira Menezes e Gorenstein, Riva. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Coleção Biblioteca Carioca. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Esportes. Rio de Janeiro, 1992, p. 135.

²³⁰ Braudel, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII- O jogo das Trocas*. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 2009, p. 125.

²³¹ Outras formas de classificação foram adotadas. Mafalda Zemela adotou a divisão entre comércio fixo e volante. In Zemela, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo USP, 1951 p. 180. Júnia Furtado baseando-se em pesquisas com a correspondência de Francisco Pinheiro (mercador de Sabará) dividiu os comerciantes em: negociantes de grosso trato, mercadores a retalho de secos e molhados, lojistas, taverneiros, tratantes, tendeiros, caixeiros, escriturários, mascates, viandeiros de caminhos, lavradores que comerciavam seus gêneros, comboieiros de escravos. in Furtado, *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas Setecentistas*, ed. Hucitec. São Paulo, 2006, p. 232. D. Maria I apontou a existência de cinco classes de mercadores, em carta régia de 30 de outubro de 1789, na qual confirmava a concessão de aposentadoria à categoria, atendendo ao pedido da *Mesa do bem comum dos mercadores*. As cinco classes correspondentes correspondiam às Corporações de Ofício Mercantis atuantes em Lisboa in ANTT. *Junta do comércio. Livros de Matrícula de comerciantes nº 185 e 186 apud Furtado, Junia. Homens de negócio*. Op. Cit., p. 232.

geral proprietários de lojas; mascates, ambulantes que vendiam mercadorias de porta em porta; empregados de grandes casas comerciais, como os caixeiros e caixas²³². Gostaria de acrescentar à divisão de Boxer duas atividades comerciais que eram mal vistas na época pelas autoridades governamentais: o vendeiro e o taberneiro.

As vendas eram geralmente estabelecidas nos morros, próximos às lavras mineradoras, o que fazia com que houvesse uma fiscalização mais acirrada por parte principalmente das Câmaras, que indicavam as vendas como um antro de contrabando e um local onde os escravos eram induzidos a gastar o ouro lavrado em prejuízo de seus proprietários.

Porém, era muito difícil reprimir a proliferação das vendas nos morros. Em 1718, a câmara ordenou que todas as vendas fossem retiradas para o perímetro urbano, sob pena de serem multadas em 200 oitavas de ouro e que a partir dali as vendas deveriam ser cadastradas, pagando um subsídio recolhido anualmente. Apesar de a legislação proibir o exercício das vendas sem uma licença emitida pela Câmara, o castigo aos infratores dependia de sua condição social: os brancos deveriam pagar uma multa de cem oitavas de ouro e os escravos forros poderiam ser açoitados no alto da Câmara.²³³

As mulheres incomodavam as autoridades no papel de vendeiras. É interessante notar que das 57 vendas registradas 18 eram de mulheres e 13 de escravas forras, ou seja, 55% dos estabelecimentos. As vendas e as tabernas eram consideradas locais de permissividade, ociosidade e licenciosidade, de lazer das classes populares, onde negros se encontravam para beber e praticar jogos de azar,

²³² Boxer, op. Cit., p. 110.

²³³ Arquivo Público Mineiro. Câmara Municipal de Ouro Preto, fundo da APM. 06. F. 33-34v.

causando brigas e desordem e tudo agravado pela presença de prostituição.²³⁴ Devido a essa característica, as vendas foram alvo de investigação e devassas por diversas vezes; no caso de irregularidades o proprietário poderia ser punido com pena de prisão ou degredo.²³⁵ O taverneiro Ignácio Pereira da Costa foi acusado, na Devassa de 1749 em Rio Acima, de não ouvir Missa nos domingos e dias santos, de abrir a taverna nesses dias e de ser amancebado com uma escrava, com quem tinha um filho. As acusações de heresia e concubinato demonstram a crise social do ponto de vista das autoridades, que tentavam a todo custo manter a ordem naquela sociedade. As vendeiras, os taberneiros e os comerciantes volantes representavam sempre uma ameaça a essa ordem.²³⁶

Os vendeiros tinham um status inferior aos lojistas, pois a maioria também exercia um ofício manual, trabalho considerado degradante pela sociedade da época.²³⁷

Entre os próprios vendeiros existia uma distinção; vendeiros portugueses, que comerciavam com secos e molhados nas vilas, afastados dos morros, procuravam partilhar dos valores da elite branca. Chamada de venda portuguesa e normalmente aberta ao lado da igreja, oferecia todo o tipo de mercadoria, desde cachaça, sal, açúcar, feijão, carne seca, alho até ferraduras, fumo em corda, armas de fogo e livros de missa. O vendeiro cristão novo português José Nunes, do Arraial do Tejuco, apresentava o mesmo perfil da maioria dos vendeiros portugueses que trabalhavam

²³⁴ Figueredo, Luciano. O Averso da Memória, cotidiano e trabalho da mulher nas Minas Gerais no século XVIII. Ed. José Olímpio, Rio de Janeiro, 1993, p. 44.

²³⁵ Arquivo eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Devassa de 1748-9. Prat. Z. nº4; Devassa de 1742-43. Prat. Z nº1 e Devassa de 1722-23 in Furtado, Junia. *Homens de negócio*. op. Cit., p. 256.

²³⁶ Furtado, Junia. *Homens de negócio* Op cit., p. 260.

²³⁷ A desqualificação do trabalho manual deve-se ao fato de que as Ordenações do Reino permitiam que pessoas que fossem úteis e dignas ao Comércio, à Agricultura e às Artes liberais podiam requerer títulos de nobreza desde que possuíssem criados para as tarefas gerais e que não exercessem atividades mecânicas ou rústicas in Furtado, Junia. Op. Cit., p. 247.

nas mesmas condições que ele: eram na sua maioria solteiros, jovens entre vinte e cinco e quarenta e cinco anos e letrados, segundo as informações obtidas a partir das devassas de 1742-1743 e do processo inquisitorial número 430.²³⁸

José Nunes foi preso e enviado aos cárceres do Santo Ofício em 1735; por meio de seu processo podemos reconstituir o modo de vida de um vendeiro no Arraial do Tejuco. Possuía algumas casas, em uma delas funcionava sua venda de secos e molhados, e outra lhe servia de residência. De acordo com o inventário de seus bens e através de processos de correligionários, temos a informação de que negociava aguardente, grãos e utensílios. Contava com dois escravos para seu auxílio, uma mulher de nome Rosa e um escravo de nome João. Seu irmão, Manoel da Fonseca, vivia nas Minas de Caeté e fazia carregações para as Minas e provavelmente era um dos seus fornecedores. Para chegar às Minas, contou com o auxílio de correligionários que o abrigaram na vila de Ribeirão do Carmo. Trabalhou um tempo como caixeiro do homem de negócios Francisco Ferreira Izidro, o que lhe permitiu a compra de um armazém em Ribeirão do Carmo e alguns imóveis, entre eles uma venda no Tejuco, região emergente. Seu estabelecimento tornou-se ponto de encontro dos cristãos novos que se reuniam para beber e trocar informações.

Eram nessas ocasiões que recebiam notícias de amigos e parentes distantes, sabiam quem ia bem nos negócios, quem acumulava prejuízo e quem havia sido preso pela Inquisição. Quando o homem de negócios Francisco Ferreira Izidro foi levado aos cárceres de Lisboa, a notícia de sua prisão foi alvo de diversas conversas entre os frequentadores de sua venda e causou grande impacto em Jose Nunes.²³⁹

²³⁸ Arquivo Eclesiástico de Mariana. Devassa de 1742-43. Prat. Z nº1; 1748-9 Prat Z. Nº4 *apud* Furtado, Junia Homens de negócio op. Cit., p. 259.

²³⁹ ANTT-IL. Processo 8018. João de Rodrigues Mesquita. Confissão de 5 de outubro de 1734

Costumava aceitar o pagamento em ouro pelas mercadorias e também pagava os fornecedores em ouro, como aparece em seu inventário, onde devia 500 oitavas de ouro ao mercador Rodrigo Nunes.²⁴⁰

Os vendeiros deveriam pagar um subsídio anual sobre as vendas à Coroa portuguesa. Cabia às Câmaras o recolhimento dos impostos e a fiscalização do pagamento, através da inscrição dos estabelecimentos no exame das carregações que chegavam nas vendas. A mesma política era aplicada às tavernas. Com o passar dos anos, as vendas foram instaladas em sobrados, que também serviam de moradia para proprietários; no andar superior e no térreo havia o cômodo do comércio, com portas abertas para a rua e nesse período o próprio vendeiro tornou-se também arrematador de impostos.²⁴¹

As lojas, responsáveis pelo comércio atacadista e varejista, possuíam uma distinção social elevada. Segundo Júnia Ferreira Furtado, havia uma predominância de portugueses nessa atividade, que eram identificados pela sociedade *por sua origem judaica*.²⁴² Uma das formas do cristão novo se inserir na sociedade era através do acúmulo de riquezas. Para que essa inserção se efetivasse os comerciantes procuravam ter acesso aos símbolos de prestígio social, como a formação de um plantel escravista, a requisição de sesmarias e o acesso a honrarias e cargos. Para Sombart, uma inovação significativa na organização do comércio varejista foi a introdução do pagamento em prestações na compra em quantidades maiores, técnica introduzida pelos judeus, na tentativa de incrementar os negócios.

²⁴⁰ ANTT- IL prc 430. José Nunes. Manuel da Fonseca, irmão de José Nunes não foi preso, somente denunciado.

²⁴¹ Torres, João Camilo de Oliveira. O homem e a montanha. Ed. Livraria Cultura Brasileira. Belo Horizonte, 1944, p. 73.

²⁴² Furtado, Júnia. Homens de negocio Op. Cit., p.193.

Os judeus defenderam durante os séculos XVII e XVIII a introdução da concepção fundamentalmente individualista da economia, onde cada sujeito econômico precisaria conquistar sua posição e espaço de manobra, constituindo o “espírito moderno” em contraposição à mentalidade econômica não-judaica durante a era pré-capitalista.²⁴³ Sabemos que na região mineradora a prática da venda à prestação foi largamente utilizada através da “caderneta”, utilizada principalmente pelos vendeiros, que anotavam os produtos adquiridos pelos clientes, para que a dívida fosse saldada ao final do mês.

Segundo o estudo de Anita Novinsky sobre os inventários dos bens confiscados aos cristãos novos no século XVIII, sabemos que a maioria dos conversos presos pela Inquisição, que vivia na região das Minas, eram mercadores, ao todo vinte e sete; oito cristãos novos eram mineradores, agricultores e médicos havia quatro de cada, dois eram advogados, dois eram coletores de impostos e o restante se dividia em diversas profissões como um inspetor de minas, um rendeiro, um curtidor, um boticário, um capitão-mor e dois caixeiros.²⁴⁴ O caixeiro era peça essencial no funcionamento das lojas, pois realizavam os pagamentos, cobranças e escrituração dos negócios. Nas Minas, estavam ligados principalmente aos negociantes de Grosso Trato e acabavam muitas vezes se tornando sócios. Mas existe uma diversificação na hierarquia dos caixeiros: há aqueles que somente cuidam dos negócios de balcão, nas vendas a retalho, há aqueles que são encarregados de cobranças e das vendas fora do estabelecimento, e o caixeiro de escritório, que lida com cópias de cartas, faturas de

²⁴³ Sombart, op. Cit., p. 232.

²⁴⁴ Novinsky, Anita. *Inquisição- Inventários dos bens confiscados dos cristãos novos* Ed. Imprensa Nacional. Casa da Moeda. Livraria Camões. Lisboa; Lewkowicz, Ida. “Confisco do Santo ofício e formas de riqueza nas Minas Gerais no século XVIII” in Anita Novinsky e Maria Luiza Tucci Carneiro (orgs), *Inquisição, Ensaio sobre mentalidade, heresia e arte*. São Paulo, Expressão e Cultura/ Edusp, 1992, p. 208-224. Novinsky, Anita. “Marranos e Inquisição: Sobre a Rota do Ouro em Minas Colonial”. Op. Cit., p. 188-195.

letras e compras e vendas no atacado.²⁴⁵ Os caixeiros cristãos novos que identificamos na região das minas, Manoel de Matos Dias, João de Matos Henriques, caixeiro de David de Miranda e José Nunes, que durante um período foi caixeiro de Francisco Ferreira Izidro, se encaixam nessa última classificação.²⁴⁶

No Serro Frio, em 1736, temos o registro de 56 lojas pequenas, médias e grandes. Todos os proprietários eram homens e não havia escravos trabalhando em seus estabelecimentos.²⁴⁷ A maior loja do arraial pertencia ao cristão novo Diogo Dias Correa, dono de uma rede de lojas nos arredores, nas localidades de Tejuco, Andrequicê, Gouveia e Conceição do Mato Dentro.²⁴⁸

Diogo Dias Correia teve grande parte de sua família presa pela Inquisição portuguesa. Quatro irmãos conseguiram fugir para a Inglaterra. Correa não conseguiu escapar e passou três anos (1728-1731) nos cárceres do Santo Ofício em Lisboa, onde após sair em Auto de Fé recebeu como penalidade o uso do hábito penitencial, o qual foi retirado após lida a sentença. Embora não conste de seu processo, Diogo Dias Correa obteve uma licença para retornar ao Brasil, de acordo com os documentos do Arquivo Histórico Mineiro. No Distrito Diamantino conseguiu restabelecer seus negócios, tornando-se o maior lojista da região diamantina.²⁴⁹

Para incrementar suas atividades, vendia a crédito, hábito muito difundido nas Minas, como já dissemos. As letras de câmbio foram muito utilizadas, pois era mais seguro andar com as letras do que com efetivo em metal, dada a insegurança das

²⁴⁵ Martinho, Lenira Menezes e Gorenstein, Riva. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Coleção Biblioteca Carioca. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Esportes. Rio de Janeiro, 1992, p. 38.

²⁴⁶ ANTT-IL. Processo n.3752. João de Matos Henriques.

²⁴⁷ Furtado, Junia. *Homens de Negócio*. Op. Cit., p. 244.

²⁴⁸ ANTT-IL processo de Diogo Dias Correa nº 2646.

²⁴⁹ Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial 98 f. 122.

estradas no sertão.²⁵⁰ Em 1756, uma nova dificuldade marcou sua vida: foi preso e expulso da Demarcação Diamantina e amargou grande prejuízo, pois não pode cobrar os devedores. Recorreu então à Coroa, que deu um parecer a seu favor, permitindo que retornasse ao Tejuco e realizasse as cobranças após anos de trabalho no varejo.²⁵¹

O caso de Diogo Dias Correa foi único no Tijuco, geralmente os lojistas possuíam somente um estabelecimento, como era o caso do cristão novo Antônio Ribeiro Furtado. Furtado tinha o ofício de tecelão e era dono de uma loja de fazenda seca no Tijuco, mas segundo o inventário de seus bens vivia de forma modesta.²⁵²

Era comum o comerciante das Minas diversificar seus negócios; frequentemente combinava a atividade mineradora com o comércio de mercadorias e escravos e esses foram os que amealharam maiores fortunas, como por exemplo, o cristão novo Ignácio Cardozo de Azeredo, senhor de engenho no Rio de Janeiro, mercador que enviava mercadorias para as Minas, proprietário de lavras de mineração nas Minas de Ouro Preto e que emprestava dinheiro a juros; sua fortuna foi declarada em 26:295\$311.²⁵³

A diversificação das mercadorias negociadas pode ser verificada entre aqueles que faziam o comércio que envolvia a região das Minas, Salvador e o Rio de Janeiro, chamados de Tratantes e os chamados “homens de negócio”, que estavam envolvidos também com o comércio transatlântico.

²⁵⁰ Ribeiro, Ana Sofia. “Letras de Câmbio e Correspondência Comercial como materiais da História”. Revista CEM. Cultura, Espaço & Memória nº 2. Porto

²⁵¹ Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial 98 f. 122.

²⁵² ANTT-IL processo nº 2801.

²⁵³ Novinsky, Anita. Marranos e Inquisição. Op. Cit., p.171-172.

ANTT-IL processo de Antônio Cardozo de Azeredo n 5447 *apud* Novinsky, Anita. Inquisição: inventário dos bens confiscados a cristãos novos. Op. Cit., p. 127.

Tratantes e homens de negócio cristãos novos utilizavam-se de uma rede de parentesco e amizade para expandir suas empresas e facilitar a troca comercial. Essa rede também atuava na formação de comboios necessários para transportar as mercadorias dos portos através das estradas que levavam as Minas. As estradas, como já dissemos, eram repletas de perigos; um comerciante que se arriscasse a cruzar sozinho os caminhos, poderia ficar sem suas mercadorias e até perder a própria vida. Ataques de grupos de bandidos, animais peçonhentos e doenças transmitidas por insetos estavam à espreita dos viajantes.

Mas foi na expansão da atividade mercantil que a rede de parentesco demonstrava sua força. Como exemplo, podemos citar o cristão novo Diogo Nunes, preso pelo Santo Ofício aos 53 anos. Diogo Nunes tornou-se um importante homem de negócios. Viveu no Brasil por volta de 15 anos e em conjunto com seus irmãos João Nunes Ribeiro e Sebastião Nunes Ribeiro foi autor de um dos mais completos roteiros para os caminhos das minas, já discutido nesse trabalho.

Um ano antes de chegar ao Brasil, viveu em Luanda, Angola, em companhia de seu irmão João Nunes Ribeiro.²⁵⁴

Desde o século XVII, Angola era o principal entreposto de comércio de escravos para o Brasil. Os cativos eram trazidos do interior do país (aproximadamente sessenta dias de caminhada) e negociados no porto de Luanda. A partir do segundo quartel do século XVII, Luanda se transformou em um importante porto negreiro por importar e estocar alimentos para sustentar as grandes levas de prisioneiros que seriam vendidos como escravos.²⁵⁵

²⁵⁴ ANTT-IL. Processo n. 7488. Diogo Nunes. Confissão 7/09/1729.

²⁵⁵ Alencastro, Luiz Felipe. *Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. Companhia das Letras. São Paulo, 2000, p. 255.

A base da alimentação em Luanda era a farinha de mandioca, produzida em larga escala no Brasil e utilizada como moeda de troca nos portos africanos. Esse foi um dos motivos que fez com que o Brasil passasse a ser uma parada obrigatória para os portugueses envolvidos no tráfico negreiro. Nos portos da Bahia (distante quarenta dias de Luanda) e de Pernambuco (distante trinta e cinco dias de Pernambuco), os mercadores se abasteciam de mercadorias que serviriam de escambo. Partindo desses portos, homens de negócio do Brasil passaram a integrar essa rota, estabelecendo um intenso comércio bilateral, tendo como principal moeda de troca a farinha de mandioca.²⁵⁶ A partir do final do século XVII, a cachaça produzida nos engenhos fluminenses e baianos tornou-se “o elemento chave do trato brasileiro em Angola; dois terços das casas de Luanda transformaram-se em venda de cachaça, produto que com facilidade era também transformado em melaço.”²⁵⁷

Beneficiando-se desse comércio em Luanda, os irmãos Nunes tinham como correspondentes no Brasil o capitão de navio do Rio de Janeiro, Manuel Nunes Bernal, filho do médico da Bahia; Francisco Nunes de Miranda, um aparentado seu; e o homem de negócios e proprietário de um navio José da Costa, da Bahia, casado com a irmã de Manuel Nunes Bernal.²⁵⁸ Os capitães de navio, José da Costa e Manuel Nunes Bernal, levavam do Brasil para Luanda diversos produtos, como panos de Covilhã e partidas de açúcar, enviados pelo senhor de engenho da Bahia, Manuel Mendes Monforte, e tabaco, enviado pelo lavrador de Campos da Cachoeira Antônio Roiz Campos, além da farinha de mandioca, de propriedade de José da Costa, e cachaça produzida por senhores de engenho do Rio de Janeiro²⁵⁹. O tabaco embebido

²⁵⁶ Alencastro, L. F. *Trato dos Videntes*. Op. Cit., p. 251-254.

²⁵⁷ Alencastro, L. F. op. cit., p. 323.

²⁵⁸ ANTT-IL. Processo n. 11329. Manuel Nunes Bernal.

ANTT-IL. Processo n. 1292. Francisco Nunes de Miranda.

²⁵⁹ ANTT-IL. Processo 675. Manuel Mendes Monforte. Inventário realizado a 21 de agosto de 1721.

em melado e envolto em couro era muito apreciado entre a nobreza da costa do Benin.²⁶⁰ O tabaco e a cachaça eram considerados mercadorias de prestígio na costa africana, o que favorecia os traficantes vindos do Brasil. Nos anos entre 1701 e 1810, 48% dos (2.027.000) escravos que chegaram ao Brasil foram adquiridos com tabaco e cachaça (chamada de *jeribita* pelos africanos). Em conjunto com outros produtos exportados do Brasil, como o couro, mandioca, cavalos, milho, açúcar, carnes e peixes salgados e contrabando de ouro e diamantes, podemos afirmar que mais da metade dos escravos comprados nesse período foram adquiridos com mercadorias produzidas no Brasil²⁶¹.

A procura por cativos obteve um grande crescimento após a descoberta do ouro e dos diamantes. Calcula-se que de cerca de 40% dos escravos que chegavam a Salvador, 40% eram para atender a demanda mineradora.²⁶²

Diversos cristãos novos se envolveram na atividade, não como traficantes e sim como comerciantes de escravos. Essa diferenciação se faz necessária, pois a grande maioria dos cristãos novos, com exceção dos já mencionados, não era proprietária de navios; trabalhava como comissário volante, recebia uma porcentagem pelas mercadorias vendidas e, entre elas, os escravos. Como exemplo desse modelo de negociante, temos outro parente dos irmãos Nunes: o cristão novo da Bahia, Gaspar Henriques, que comprava os carregamentos no porto de Salvador e os levava para vender nas Minas e nos engenhos do Rio de Janeiro. Henriques afirmou que regularmente a comissão recebida pela carregação vendida era de 8%, mas que em alguns negócios, onde trabalhava com familiares, aceitava reduzir sua comissão para

²⁶⁰ Verger, Pierre. Fluxo e Refluxo: do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos. 4 ed. Ed. Corrupio. Salvador, 202, p. 30-31.

²⁶¹ Alencastro. L. F. Trato dos Videntes. Op. Cit., p. 324.

²⁶² Ribeiro, Alexandre Vieira. O tráfico Atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador, c. 1680-1830. UFRJ. Rio de Janeiro, 2005 (dissertação de mestrado) apud Furtado, Junia

5%.²⁶³ Apesar de trabalhar como comissário volante a maior parte de sua vida, durante um período também atuou como capitão de navio, onde exerceu a atividade de traficante de escravos em uma associação com seu primo Diogo D'Ávila Henriques.

No tempo em que morava em Luanda, Diogo Nunes também recebeu em sua casa a esposa de outro parente, Felix Nunes de Miranda: Gracia Roiz (Rodrigues)²⁶⁴. Em meio a uma esfera dominada totalmente por homens, essa cristã nova destacou-se no comércio transatlântico, cuidava de grande parte dos negócios da família e o próprio marido declarou que sobre os imóveis da família não possuía nenhuma informação, pois a esposa era responsável por esse assunto. Gracia Roiz (Rodrigues) importava azeite de peixe (óleo de baleia) em Angola e o comercializava em sua loja em Salvador, na freguesia de São Pedro. Para a empreitada contava com o apoio e financiamento do médico do Rio de Janeiro, Francisco Nunes de Miranda e seu filho Miguel, além do capitão de navio Manoel Nunes Bernal²⁶⁵.

Miguel Nunes de Miranda e seu irmão Manoel Nunes de Almeida eram os responsáveis por distribuir o óleo no Brasil, levando carregações do produto para as Minas. O óleo de baleia era um importante combustível utilizado para iluminação no período colonial, além de servir para fazer argamassa para a construção de casas. Durante a estada de Gracia Roiz na casa de Diogo Nunes em Luanda, os amigos firmaram uma parceria, pela qual Diogo Nunes ficou responsável por remeter o azeite de peixe de Angola para a loja de Gracia Roiz (Rodrigues) e Felix Nunes na Bahia e de Miguel Nunes de Miranda nas Minas.²⁶⁶

²⁶³ Novinsky. Anita. Inquisição: Inventário dos bens confiscados a cristãos novos. Imprensa Nacional. Casa da Moeda. Lisboa, s.d. p.121-126; ANTT-IL processo 6486. Gaspar Henriques

²⁶⁴ Gracia Rodrigues era parente em quarto grau de Manuel Nunes da Paz, filho de Diogo Nunes Henriques, primo dos irmãos Nunes. In ANTT-IL. Processo n 9542. Manuel Nunes da Paz. Confissão do dia 29-10-1727.

²⁶⁵ ANTT-IL. Processo n. 2293. Felix Nunes de Miranda. ANTT-IL. Processo n.3752 João de Matos Henriques. ANTT-IL. Processo n. 11239 Manuel Nunes Bernal.

²⁶⁶ ANTT-IL. Processo n. 2293. Felix Nunes de Miranda.

Diogo e João Nunes chegaram ao Brasil por volta de 1707. Desembarcaram em Salvador, onde se encontraram com o outro irmão, Sebastião Nunes Ribeiro. Na cidade, contavam com uma rede de apoio e visitaram seus parentes e parceiros comerciais, entre eles a casa de Dona Mariana Soares, que tinha uma filha casada com Manuel Lopes Mercado, mercador na Holanda com que mantinha negócios e José da Costa, através dos quais continuaram mantendo seus negócios com Luanda.²⁶⁷ Um ano após chegar ao Brasil, Diogo Nunes e irmãos passaram a fazer o comércio entre o porto de Salvador e as Minas. Viajaram por toda a região das Minas, Curralinho, Campos da Cachoeira, Ribeirão do Carmo, Ouro Preto, Minas Novas de Itacambira, São Francisco, Sabará, Guarapiranga e São Paulo. Em todas essas localidades contaram com o auxílio de parentes e amigos da mesma nação. Frequentavam reuniões onde se discutia negócios e religião. Em Curralinho ficou hospedado na casa de seu primo Diogo Nunes Henriques, onde participou de celebrações judaicas. Diogo Nunes Henriques era um proeminente homem de negócios, possuía imóveis, negociava gado das fazendas do sertão com os açougues da região mineradora, trabalhava com crédito, financiando atividade mercantil de tratantes. Auxiliou Diogo Nunes, João e Sebastião Nunes Ribeiro no desenvolvimento de sua atividade mercantil nas Minas, adiantando crédito para seus negócios de comissário volante²⁶⁸

Os três irmãos Nunes se tornaram vizinhos de seu primo Diogo Nunes Henriques. João Nunes Ribeiro adquiriu um sítio em Campos Cachoeira e Diogo Nunes em Campos de Itaubira, distrito da freguesia de Campos da Cachoeira, pertencente ao termo de Vila Rica, nos campos de Curralinho. Curralinho era uma

²⁶⁷ ANTT-IL. Processo 7488. Diogo Nunes.

²⁶⁸ ANTT-IL Processo 7487. Diogo Nunes Henriques. Inventário.

região estratégica para aqueles que queriam se dedicar a atividade mercantil nas Minas. Era um local de trânsito para aqueles que estavam a caminho de Vila Rica e ao mesmo tempo distante da região mineradora. Havia em torno de 25 membros da família Nunes-Henriques vivendo na localidade.²⁶⁹

Os negócios obrigavam Diogo Nunes a constantes viagens, pois em cada cidade ficava uma ponta de sua rede comercial. Em Ribeirão do Carmo se reuniu com os tratantes Francisco Ferreira Izidro (parente de Diogo Nunes Henriques), Francisco Fernandes, Diogo Fernandes Cardozo e Antônio Nunes (sobrinho de Diogo Nunes Henriques e irmão de Domingos Nunes). Em Ouro Preto com David da Silva (filho do capitão da ordenança Gregório da Silva), Luís Froes e João Lopes Alvarez, todos eles homens de negócio cristãos novos. Em São Paulo, integravam a rede os primos João Nunes, Francisco Nunes e o tratante José de Mendonça; no Rio São Francisco, negociou com seu parente e vizinho de Currallinho Domingos Nunes. Nas Minas de Pitangi, negociou minérios com o sobrinho de Antônio Rodrigues Cardozo, no Rio de Janeiro continuou mantendo contato com o capitão de navio Manuel Nunes Bernal. Nos caminhos entre o Rio de Janeiro e as Minas ou entre Salvador e as Minas também aproveitava para encontrar membros de sua rede comercial e amigos com quem conversava sobre a sua origem judaica, como na ocasião em que encontrou o tratante Miguel Nunes, sobrinho de David de Miranda e irmão de João de Matos Henriques, no caminho do Rio de Janeiro para as Minas²⁷⁰. Mais tarde os dois se encontrariam novamente na sinagoga de Londres, quando decidiram professar abertamente seu judaísmo.

²⁶⁹ Furtado, Junia. *“Trajetórias carto-geograficas de uma família de cristãos novos dos sertões das Gerais aos cárceres da Inquisição: o caso dos irmãos Nunes.”* In *Travessias Inquisitoriais das Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso brasileiro (sécs-XVI – XVIII)* (org. Junia Furtado e Maria Leônia Chaves de Rezende). Ed. Fino Traço. Belo Horizonte, 2013, p. 189-238.

²⁷⁰ ANTT-IL. Processo n.3752 João de Matos Henriques.

João de Matos Henriques iniciou sua carreira como caixeiro de seu tio, David de Miranda, e tornou-se um grande homem de negócios. liderando um braço da rede comercial que ligava Minas-Rio de Janeiro-Bahia-Paris e Lisboa. Vivia em Serro Frio e integrava a comunidade cristã nova do Tejuco. Em parceria com seu irmão Miguel da Cruz desenvolvia o comércio transatlântico entre a França, onde tinha como correspondente Antônio Cardozo Porto (que também se dividia entre a França e o Brasil) e a Bahia, onde tinha como associados José da Costa e seus irmãos Antônio da Costa e Carlos da Costa e um primo seu, o homem de negócios Gaspar Fernandes Pereira, que vivia no Rio São Francisco. João de Matos atuava também no comércio local, levando cavalos, entre outros carregamentos, para a toda região das Minas, Ribeirão do Carmo, Ouro Preto, Rio das Mortes, Rio São Francisco, Serro Frio e Campos da Cachoeira.²⁷¹

Apesar de manter o contato com o Rio de Janeiro, Diogo Nunes e João Nunes Ribeiro se dedicaram principalmente ao eixo comercial Salvador-Minas.

Outro que recebia carregamentos de escravos para distribuí-los nas Gerais era Francisco da Cruz, já citado nesse trabalho como Comissário do magnata português Francisco Pinheiro e distribuidor de diversas mercadorias, como azeite, vinho, tecidos e pólvora, além de escravos. Francisco da Cruz abastecia os comboieiros, os tratantes e lojistas com a mercadoria vinda de toda a Europa, através de Lisboa.²⁷²

Nas Minas ficavam os tratantes ou comissários volantes de cidade em cidade, em Salvador e no Rio de Janeiro ficava a maior parte dos homens de negócio, que disponibilizavam o crédito para o desenvolvimento da prática mercantil, entre outras atividades. Podemos citar como exemplo desse tipo de homem de negócio o cristão

²⁷¹ ANTT-IL. Processo 3752. João de Matos Henriques.

²⁷² Lisante, Luís. *Negocios Coloniais*. Op. Cit., p. 660.

novo de Salvador, Diogo D'Ávila Henriques, que negociava letras de câmbio entre a Bahia e a cidade do Porto em Portugal, trazia carregações de escravos, através de seu primo, o capitão de navio Gaspar Henriques.²⁷³ Também comprava couro no sertão, talvez de Diogo Nunes Henriques, com quem mantinha contato, e enviava ao curtume de Antônio de Miranda, que o beneficiava e transformava em sola para ser vendido na cidade do Porto.²⁷⁴ Diogo de Ávila Henriques tinha como associados os cristãos novos Jerônimo Rodrigues e João Lopes Alvarez. Jerônimo Rodrigues comprava os escravos que Diogo de Ávila Henriques trazia e levava até as Minas onde revendia o lote a Jerônimo Rodrigues que distribuía nas regiões mineradoras²⁷⁵

Um exemplo desse tipo de homem de negócios e financiador da atividade mercantil foi o proeminente cristão novo Antonio Cardozo Porto. Cardozo Porto possuía uma fábrica de fumo em sociedade com Jacome Joseph, criado do vice-rei Vasco Fernandes, onde enrolava o tabaco para remeter à Angola e a Costa da Mina; em troca trazia escravos que eram vendidos por tratantes ou comissários. Entre os homens com quem mantinha negócios figurava o cristão novo Francisco Ferreira Izidro, seu agente nas Minas.

O cristão novo da Bahia Diogo Fernandes Cardozo também integrava a rede de homens de negócio da Bahia que faziam a ponte entre a Europa- África e as Minas. Eram eles: José da Costa e sua esposa Ana de Miranda, o irmão dela, o capitão de

²⁷³ ANTT-IL. Processo n 2121. Diogo de Ávila Henriques. Inventário realizado no dia 23 de dezembro de 1726.

ANTT-IL Processo n 6486. Processo de Gaspar Henriques. Inventário realizado dia 4 de fevereiro de 1727

²⁷⁴ Arquivo Histórico do museu da Inconfidência. Casa do Pilar. Testamento de João Gonçalves Batista. Cod. 67. Auto 802, p. 81 apud Furtado, Junia... *Trajetórias carto-geográficas de uma família de cristãos novos dos sertões das Gerais aos cárceres da Inquisição: o caso dos irmãos Nunes.* In *Travessias Inquisitoriais das Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso brasileiro*. Op. Cit., p. 189-238.

Processo n 2121. Diogo de Ávila Henriques. Inventário realizado no dia 23 de dezembro de 1726.

²⁷⁵ ANTT-IL. Processo n 2121. Diogo de Ávila Henriques. Inventário realizado no dia 23 de dezembro de 1726.

navio Manuel Nunes Bernal, Felix Nunes e sua mulher Gracia Rodrigues. Esses mercadores eram os responsáveis por abastecer os tratantes que levavam as mercadorias para as Minas.

Outra fonte de abastecimento dos tratantes eram os senhores de engenho. Nesse momento entra a participação de Manuel Mendes Monforte, proprietário do engenho Salgado, a três léguas da cidade da Bahia e o senhor. de engenho Jerônimo Rodrigues de Crasto, que lhes forneciam açúcar para ser vendido nas Minas. Manuel Mendes Monforte também importava da Holanda chapéus, baetas e bretanhas, que seriam distribuídos pelos tratantes que tinha contato.²⁷⁶

Essa rede comercial foi esfacelada quando a Inquisição atingiu a região de Curralinho e grande parte desses homens foi presa ou fugiu.

O irmão de Diogo Nunes, João Nunes Ribeiro, fugiu para Dunquerque, França, onde veio a falecer. Diogo Nunes e seu irmão Sebastião passaram pela França, mas decidiram refugiar-se na Inglaterra. Em Londres reencontraram diversos companheiros do Brasil. Entre eles, a esposa de Manuel Mendes Monforte, Maria Ayres de Pina e seu filho Sebastião de Pina, Manoel Oróbio casado com uma filha de Jerônimo Rodrigues e Gracia Rodrigues, com quem costumava frequentar a sinagoga de Londres. Grande parte dos parentes de Idanha Nova também vivia em Londres na mesma época. Seu primo, o médico Diogo Nunes Ribeiro e sua mulher e cinco primos da mesma, entre eles Rodrigo Henriques. Os primos Antônio Ribeiro Sanches, as primas Ana e Clara, que era professora de judaísmo, entre outros primos de sobrenome Nunes e Henriques que foram obrigados a deixar o reino quando os primeiros Nunes foram denunciados à Inquisição.

²⁷⁶ Novinsky, Anita. Inventários dos bens confiscados aos cristãos novos, p. 198-206.

No eixo Rio- Minas também atuaram redes cristãs novas de comércio. Segundo Lina Gorenstein, com a descoberta do ouro nas Gerais, o Rio de Janeiro transformou-se em um entreposto comercial para as Minas e abastecia a região com produtos vindos do Reino e produzidos no Brasil, entre eles, sal, açúcar, peixe seco, azeite, vinho, aguardente, farinha, panos, vestuário, ferramentas e escravos. Ao mesmo tempo, era também o porto exportador das riquezas extraídas da região mineradora²⁷⁷. As carregações de escravos para as Minas destacaram-se pelo grande volume de negócios, chegando a preocupar o governador do Rio de Janeiro, que proibiu o envio de escravos para as Minas no início de 1700. A questão foi resolvida quando o Conselho Ultramarino resolveu facilitar a entrada de escravos na cidade.²⁷⁸

Apesar da preocupação, a própria governança chegou a participar do comércio escravocrata. O governador das minas Dom Pedro de Almeida, Conde de Assumar, tinha uma rede de negócios, que incluía o tráfico de escravos entre o Rio de Janeiro e a Costa da Mina. Em uma ocasião, seu representante na praça do Rio de Janeiro, o cristão novo Manuel Colaço e seu irmão Mateus Antunes Colaço, negociaram uma carga que chegava da Costa da Mina com 460 escravos, sendo 115 de propriedade de D. Pedro de Almeida. O governador do Rio de Janeiro, parceiro de negócios do Conde de Assumar, também estava envolvido com o comércio de escravos.²⁷⁹ Em uma ocasião vendeu para o cristão novo e guarda-mor das minas do

²⁷⁷ Gorenstein Ferreira da Silva, Lina. *Heréticos e Impuros*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro, 1995, p. 27-28.

²⁷⁸ Decreto do governador Arthur de Sá e Menezes de 26 de março de 1700. In Gorenstein, Lina. *Heréticos...*, op. Cit., p. 28.

²⁷⁹ Mathias, Carlos Leonardo Kelmer. "No exercício de atividades comerciais, na busca da governabilidade: D. Pedro de Almeida e sua rede de potentados nas minas do ouro durante as duas primeiras décadas do século XVIII". In Fragoso, Almeida e Sampaio (org.) *Conquistadores e Negociantes. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2007, p. 202-213.

Carmo, Maximiano de Oliveira Leite, neto do bandeirante Fernão Dias Paes Leme, catorze escravos de Guiné por 3:288\$000.²⁸⁰

As redes cristãs novas de comércio, formadas no Rio de Janeiro com o objetivo de negociar com as cidades mineradoras, tiveram sua base nas redes familiares. Profissionais de diferentes setores, senhores de engenho, lavradores, advogados e médicos engajaram-se na atividade.

Os cristãos novos acompanharam a evolução das atividades econômicas regionais e viram no desenvolvimento da região mineradora uma oportunidade de ampliação de seus negócios.

O senhor de engenho em Jacutinga, João Rodrigues do Vale e seus primos, o advogado Damião Rodrigues Moeda e o médico João Nunes Viseu fizeram para as Minas uma carregação com negros, vestuário e tecidos e chapéus.²⁸¹

Os filhos do senhor de engenho Agostinho de Paredes, Manuel e Inácio Cardozo de Azeredo, levavam para as Minas carregações de seu irmão Rodrigo Mendes de Paredes e de outros parentes. Inácio chegou a comprar uma casa nas Minas, “de telhas novas”, onde costumava se hospedar durante suas viagens de negócio. Nessa casa possuía duas escravas para o trabalho doméstico e um escravo. Carregava do Rio de Janeiro principalmente escravos, tecidos e cavalos, além do açúcar produzido no engenho de seu pai.²⁸²

As redes comerciais possibilitaram aos mercadores e homens de negócio obtenção de maior lucro entre todas as atividades econômicas desenvolvidas nas regiões mineradoras. Enquanto os proprietários de lavras, no caso do ouro, ou os

²⁸⁰ Maximiano de Oliveira Leite era filho de Mariana Paes Leme, irmã de Garcia Rodrigues Paes, filhos de Fernão Dias Paes Leme e da cristã nova Maria Garcia Betim, portanto eram cristãos novos por descendência materna.

²⁸¹ Novinsky, Anita. *Inventários de bens confiscados a cristãos novos*. Imprensa Nacional. Casa da Moeda, Lisboa, s.d. p. 142; Gorenstein, Lina. *Heréticos e impuros*, op. Cit., p. 66.

²⁸² Novinsky, Anita. *Inventários de bens confiscados a cristãos novos*. Op. Cit., p128.

Contratadores no caso dos diamantes tinham que despende de um vultoso capital para investir na extração do minério e das pedras, além de um grande número de escravos, o mercador abastece a região com tecidos ferramentas, mercúrio, víveres, em troca de ouro ou diamantes, engrossando o processo de descaminho, tratado adiante, e encerrando um processo de escambo altamente lucrativo.²⁸³

²⁸³ Braudel, F. *Civilização Material, economia e capitalismo*. Op. Cit., p. 285-286.

Mapa 1: Regionalização para o século XVIII. Mobilidade comercial dos cristãos novos nas Minas
Fonte: Elaborado pelo autor com base na projeção sobre o mapa atual de Minas Gerais

2 – Os Operadores do Contrabando

Sermão do Bom Ladrão

“- Basta, senhor, de que eu, porque roubo em uma barca sou ladrão, e vós, porque roubais em uma armada, sois imperador? –Assim é. O roubar pouco é culpa, o roubar muito é grandeza...”
“...ladrões que mais própria e dignamente merecem este título são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força, roubam e despojam os povos. Outros ladrões roubam um homem, estes roubam cidades e reinos, outros furtam debaixo de seu risco, estes sem temor, nem perigo, os outros se furtam são enforcados, estes furtam e enforcam”.²⁸⁴

Segundo Ernest Pijning, o contrabando é um instrumento chave para a análise da estrutura colonial da sociedade brasileira, pois fornece elementos para a compreensão do sistema jurídico, da ética pública e privada e do funcionamento do mercantilismo nessa sociedade.²⁸⁵

Na colônia brasileira, o contrabando era parte integrante do sistema de exploração metropolitano. De acordo com Fernando Novais, a existência do comércio ilegal refletia paradoxalmente a força, a fraqueza e a flexibilidade do sistema colonial.²⁸⁶

Desde o final do século XVI e início do século XVII, mercadores portugueses estavam presentes nas capitais da América espanhola, como Cidade do México, Cartagena de las Indias, Buenos Aires, Lima e Minas de prata do Potosi. Com a União Ibérica e o relaxamento das fronteiras, o comércio foi intensificado. Do Brasil era

²⁸⁴ “Sermão do Bom Ladrão”, proferido pelo Padre Antônio Vieira em 1655 na igreja da Misericórdia em Lisboa, alerta para a corrupção da governança. Inicia suas palavras dizendo que seria mais apropriado dizê-las na Capela Real, onde haveria melhor compreensão da matéria. In Vieira, Padre Antônio. *Escritos históricos e políticos*. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 1995, p. 109-111.

²⁸⁵ Pijning, Ernest. “Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII.” *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2001, v. 21, nº42, p. 397-414.

²⁸⁶ Novais, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777-1808)* 4º ed. Ed. Hucitec, São Paulo, 1986, p.91-92.

levado açúcar, arroz, tecidos, escravos e no século XVIII, o ouro. As pequenas naus, com capacidade para quarenta toneladas, traziam para o Brasil uma grande quantidade de prata. Mercadores do Peru também utilizavam o Rio do Prata para chegar às Capitanias do Brasil, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, onde abasteciam seus navios de produtos que seriam negociados em Lima. Esse intenso fluxo paralelo trazia para o mercado brasileiro uma grande quantidade de prata. Segundo mercadores da época, o lucro chegava em 500 ou até 1000%.²⁸⁷

Para compreendermos melhor esta questão, é necessário que se divida o contrabando em dois tipos: o tolerado e o condenado. O comércio ilegal tolerado era realizado com a conivência das autoridades. A flexibilidade dependia das relações políticas do contrabandista e dos interesses políticos envolvidos. No caso de mercadores ingleses e holandeses, nações que apoiavam militarmente e economicamente Portugal, seus navios gozavam de privilégios tanto em Portugal quanto nas colônias do Atlântico.²⁸⁸

No período da União Ibérica, Portugal sentiu sua soberania ameaçada; para retomar o trono português contou com a aliança militar da Inglaterra e das Províncias Unidas dos Países Baixos. Em troca do apoio, Portugal concedeu vantagens comerciais a essas duas nações. Após a guerra de Sucessão espanhola, quando a aliança entre Portugal, Inglaterra e Holanda contra a Espanha estreitou-se, os acordos comerciais privilegiavam Inglaterra e Holanda, em detrimento de Portugal. Parte dos privilégios consistia em isenção de fiscalização dos navios que transportavam produtos desses países para Portugal e vice-versa; esse fato facilitava o transporte

²⁸⁷ Braudel, Fernand. *Civilização Material, economia e capitalismo*. Op. Cit., p. 136-137.

²⁸⁸ Pijning, Ernest. op. cit, 2001, p. 400-401.

de ouro e diamantes para a Inglaterra e para a Holanda.²⁸⁹ O Tratado entre o rei de Portugal e Cromwell em 1654 assegurava aos ingleses a mesma isenção, liberdades e privilégios do comércio português. Esses acordos geraram uma dependência econômica portuguesa em relação à Inglaterra. Afirma-se que era com grande facilidade que os metais preciosos e os diamantes podiam ser enviados do porto de Lisboa à Inglaterra por navios de guerra ingleses e paquetes de Falmouth, que eram isentos de revista.²⁹⁰ Somente no ano de 1699 foram registradas 35 arrobas contra 20 introduzidas ilegalmente. Os navios do rei da Inglaterra chegavam ao mesmo tempo do que as frotas do Brasil no porto de Lisboa; na escuridão da noite o ouro não declarado passava para os navios ingleses.²⁹¹ Algumas vezes, parte do ouro, ao chegar em Lisboa, era escondido em barris de cerveja nas naus de guerra, mas em 1722 essa prática passou a levantar suspeita; a cerveja chegava quase como uma água suja e os fiscais desconfiavam do envio de um produto naquele estado. Os mercadores mudaram de tática e ordenaram que o ouro fosse enviado somente em moedas e que fosse dividido em menores quantidades e em diversas naus.²⁹²

Além de vantagens concedidas a alguns países, a Coroa portuguesa incentivava as transações comerciais ilegais entre Lisboa e as colônias espanholas através da Colônia de Sacramento. Resumindo, a governança via com bons olhos o contrabando desde que atendesse aos seus interesses econômicos e políticos.

Com o crescimento da produção das Minas, esses privilégios foram aos poucos sendo combatidos pelo rei de Portugal, que expulsou os estrangeiros do Brasil, proibiu

²⁸⁹ Pijning, Ernest. "Passive Resistance: Portuguese Diplomacy of Contraband Trade During King John V's Reign (1706-1750)". *Arquipélago. História*, 2º série, II, 1997, p. 174-176.

²⁹⁰ Maxwell, Kenneth. *Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira*. Ed. Presença. Lisboa, 2001, p. 94.

²⁹¹ Godinho, Vitorino Magalhães. *Mito e Mercancia*. Op. cit., p. 491.

²⁹² Carta de Francisco Pinheiro de Lisboa a Luis Alves Pretto, no Rio de Janeiro. 20/05/1722 in Lisante, Luís. *Negócios Coloniais. Uma correspondência colonial no século XVIII v. V*. Visão Editorial. São Paulo, 1973, p. 12.

navios estrangeiros de ancorar em portos brasileiros e expulsou famílias de mercadores estrangeiros que haviam tido permissão para viver no Brasil após os tratados de paz.

Como consequência, todo o comércio com o Brasil passou a necessitar de um intermediário português, o que já ocorria oficialmente, mas após a promulgação das leis citadas acima, intensificou-se.²⁹³ Neste contexto, ganhou destaque a figura do caixeiro-viajante e os comissários volantes portugueses. Eles compravam mercadoria na metrópole, vendiam pessoalmente na América e retornavam com a receita. Eram muitas vezes responsáveis pelo contrabando, levando mercadorias escondidas em sua própria cabine. O caminho inverso também era realizado no caso dos diamantes, o comissário levava as pedras do Brasil para Portugal, onde suas conexões na Inglaterra e na Holanda os lapidavam e negociavam.

No Brasil, fraudes ocorriam sobre o quinto real, possibilitando um contrabando interamericano de proporções consideráveis, e segundo Alexandre do Gusmão, a maior parte da produção do ouro escapava da inspeção oficial.²⁹⁴

A evasão de impostos sobre o ouro e depois sobre os diamantes envolvia também a classe eclesiástica. Padres levavam ouro em pó, ou pedras de diamantes, escondidos dentro de imagens de santos, vazias internamente, para fora da região mineradora. A prática deu origem à expressão "santo do pau oco", que designa uma pessoa que se faz passar por boa, mas que comete atos moralmente errados ou ilícitos.

²⁹³ Pijning, op. Cit, 2001, p. 402.

²⁹⁴ Maxwell, K. *Pombal e a nacionalização luso-brasileira*, Op. Cit., p. 96.

A coroa portuguesa, alarmada com a situação, investiu no combate ao contrabando na região das Minas que se tornou cada vez mais rígido. Em 1711 proibiu o estabelecimento de ordens religiosas nas minas.

Alguns fatores incentivavam e facilitavam a fraude ao quinto real e o contrabando do ouro:

- a) O território montanhoso e a falta de boas estradas;
- b) A burocracia das casas de fundição, onde era extraído o quinto, o que atrasava em muito a viagem;
- c) Os baixos salários dos funcionários públicos, facilmente subornados;
- d) A Coroa pagava o preço fixo de 1200 réis por oitava de ouro, enquanto que no mercado aberto a oitava valia de 1350 a 1500 réis.²⁹⁵

O controle tornou-se ainda maior após a criação do Distrito Diamantino, onde havia uma profunda preocupação com o contrabando e com a alta entrada de diamantes no mercado internacional. O transporte de ouro e diamantes passou a ser escoltado por tropas. Na entrada e na saída da capitania, os viajantes eram cuidadosamente revistados.

A fiscalização visava também garantir o aumento de arrecadação do quinto real e limitar o número de mineradores, para garantir a estabilidade do valor do diamante no mercado internacional.

Para fugir da voracidade do fisco português, o diamante era escondido e contrabandeado em larga escala, apesar da vigilância do poder colonial nas vilas, lavras e caminhos. Evitar o contrabando dos diamantes e sua exploração clandestina,

²⁹⁵ Boxer, Charles. *Brazilian Gold and British Traders in the First Half of the Eighteenth century*. The Hispanic American Historical Review . Vol. 49, No. 3. Duke University Press, (Aug., 1969), p. 460

chamada de garimpo, era uma tarefa difícil de realizar. A dificuldade concentrava-se no fato de cobrar o imposto sobre o diamante e fiscalizar as estradas.

A mudança da sede do governo no ano de 1763 de Salvador para o Rio de Janeiro foi uma forma de aproximar mais o Governo-geral da região mineradora, intensificando o controle estatal. Outra tentativa foi tornar a vigilância por parte dos Oficiais Dragões e Capitães do Mato ostensiva.²⁹⁶ Havia ainda outra arma para combater os descaminhos: a punição. O castigo imposto aos traficantes era exemplar e violento, os contrabandistas de ouro eram punidos com chibatadas, prisão e degredo e os traficantes de diamantes com escorpiões.²⁹⁷

A extração ilegal era realizada pelo garimpeiro, homem intrépido que desafiava as leis impostas à extração ilegal. Muitas vezes, era um antigo minerador que impedido de continuar sua atividade, ao ver sua família na miséria, embrenhava-se nos profundos recônditos das brenhas e vales e se arriscava a ser degredado à África e perder todos seus bens para o confisco.

A caça empreendida aos garimpeiros era desumana; animais ferozes percorriam vales, córregos, serras e campos incansavelmente à procura dos garimpos.²⁹⁸ A única forma de defesa do garimpeiro era o suborno. Os garimpeiros ofereciam aos funcionários do registro de entrada e saída de ouro um pouco de ouro em pó, para ajudar a “secar a tinta”, sob a condição de que o funcionário aceitasse os

²⁹⁶ Na região diamantina existiam dois tipos de corpos militares pagos pela Coroa: os pedestres ou Capitães do Mato e os Dragões. Os pedestres eram divididos em duas companhias, a companhia da Intendência, composta por 150 soldados e subordinada à intendência dos diamantes e à Companhia de administração, formada por 49 soldados pagos pela Fazenda Real, subordinada ao governo da capitania. Eram sujeitos ao regimento dos Dragões das minas, de quem recebiam armas e munições. Os soldados eram principalmente escravos forros e cativos. In Cotta, Francis Albert. *O Comércio Negro em terras diamantinas: práticas quilombolas nas minas do século XVIII*. efaich.ufmg.br/pae/apoio/ocomercionegroemterrasdiamantinas.pdf

²⁹⁷ Boxer, op. Cit., p. 182; Lamounier, Bolivar. *Moinho, Esmola, Moeda e Limão: Conversa em família*. Ed. Augurium. São Paulo, 2004, p. 267.

²⁹⁸ Santos, Joaquim Felício. Op. Cit., p.79.

dados fornecidos pelo garimpeiro. Espalhado o ouro sob o papel úmido, o oficial régio guardava o que não ficava preso na tinta, o que configurava em uma forma discreta de propina.²⁹⁹

Os maiores contrabandistas entre os anos de 1743 e 1744 foram os comboieiros, que a pretexto de venderem escravos, obtinham licença para entrarem na demarcação Diamantina. Ao negociarem os escravos, levavam a paga em diamantes (negócio proibido) e compravam diamantes de garimpeiros. Essa fraude foi descoberta com a prisão de um comboieiro no ano de 1745, que levava consigo 206 oitavas de diamantes. O prisioneiro denunciou todas as pessoas envolvidas no negócio e abriu-se então uma grande Devassa em Tejuco. Houve muitas prisões, condenações e confiscos. Seguiu-se uma Lei Geral, que expulsava e proibia a entrada de comboieiros em toda a terra demarcada. Como a atividade era necessária para o abastecimento local, a Vila do Príncipe foi designada como opção de moradia e comércio dos comboieiros. Caso necessitassem cobrar dívidas de alguém em Tejuco, deveriam fazê-lo através de procurador.³⁰⁰

A profissão de cobrador de dívidas particulares tornou-se comum na região e era exercida inclusive por cristãos novos, como foi o caso do contrabandista de diamantes Antônio de Sá de Almeida, morador do Tejuco que, ao ser preso pela Inquisição declarou-se cobrador de dívidas particulares.³⁰¹

As mulheres que vendiam comida aos garimpeiros eram vistas pelas autoridades como principais intermediárias do contrabando, o que fez com que fosse proibida sua presença próxima às lavras.

²⁹⁹ Torres, João Camilo. 1944 op. Cit., p. 85.

³⁰⁰ Santos, Joaquim Felício. Op. cit., p. 80

³⁰¹ ANTT proc. 8205. Antonio de Sá de Almeida.

Os escravos que trabalhavam na capitação de diamantes desenvolveram várias técnicas para esconder algumas pedras encontradas. Tinham que trabalhar curvados nos rios, de frente para os feitores (cada feitor era responsável por oito escravos) e eram constantemente trocados de lugar para que não enterrassem as pedras que encontravam, com o intuito de buscá-las depois. Os escravos mais experientes ensinavam aos mais jovens as artimanhas para esconder os diamantes nas narinas, embaixo de unhas longas (os menores) e entre os dedos da mão e do pé, para depois engoli-los sem levantar suspeita. A tática de engolir foi a mais utilizada, porém quando o escravo era descoberto, era trancado em um quarto forte e obrigado a tomar um violento purgante de pimenta malagueta.³⁰²

Figura 8: Lavra de diamantes do Sr. Felisberto D'Andrade Brant : S. João da Chapada
Riedel, Augusto, 1836-ca.1877 papel albuminado, p&b 23,6 x 27,9
Fonte: Julião, 1960

Os eclesiásticos se destacaram como grandes contrabandistas por serem isentos de revistas nos pontos de inspeção; podiam carregar grandes quantidades de ouro e esconder muitas pedras de diamante facilmente, sem serem incomodados. O

³⁰² Boxer, Charles. A idade do ouro do Brasil. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1963, p.194.

ouro era levado das Minas Gerais para Buenos Aires e das minas de Cuiabá e Mato Grosso às províncias espanholas próximas. Nesses lugares, o ouro era trocado por prata, de acordo com uma taxa cambial, e trazido de volta ao Brasil onde era utilizado para comprar manufaturas contrabandeadas de comissários ou dos oficiais e marinheiros.³⁰³ Os frades são apontados como os que mais contribuíam para a fuga do ouro e diamantes, em um documento incluído na “*Informação Sobre as Minas do Brasil*”, impresso nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Afirma-se que os frades em multidão iam às minas e não quintavam o ouro lavrado, além de ensinar e ajudar os seculares a fazer o mesmo. Nas cartas entre o Conde de Assumar e D. Pedro de Almeida, existem diversas referências sobre a necessidade de “desinfetar as Minas daqueles homens”, que se aproveitavam de sua condição para granjear interesses próprios ao invés de se preocuparem com a edificação de católicos. O Conde de Assumar acreditava que somente uma decisão radical acabaria com os abusos, mas que seria difícil distinguir os que se dedicavam a seu ofício dos que se envolviam nos tratos ilícitos, por que para ele não havia frade que ia às Minas “que não seja para usar da liberdade que nos seus conventos tem suprimida”.³⁰⁴

Os jesuítas tiveram ampla participação no contrabando comercial ao norte do país. Donos de propriedades rurais com 170 mil cabeças de gado e engenhos, além de utilizar mão de obra indígena para extrair da mata cacau, cravos e outras drogas no norte do país, acumularam um grande capital. Seus negócios estendiam-se a uma vasta operação mercantil; quando os navios de Lisboa ou do Porto se aproximavam da costa brasileira, canoas recolhiam as mercadorias em alto mar e as desembarcavam nos armazéns do colégio jesuíta onde eram isentas de impostos e

³⁰³ Maxwell, Kenneth. Pombal e a nacionalização luso-brasileira, Op. cit., p. 96.

³⁰⁴ Holanda, Sérgio Buarque. *História da civilização brasileira: A Época colonial*. Tomo I v. 2. Difel/ Difusão Editorial. São Paulo, 1982, p. 277-278.

taxas alfandegárias. Essas mercadorias eram vendidas em uma feira e pagas por ouro em pó (sem fiscalização) e diamante contrabandeado. A operação atrapalhava o comércio legal do Pará e do Maranhão, e por quinze anos o representante dos interesses dos colonos do Maranhão em Lisboa, Paulo da Silva Nunes, reclamou da situação junto às cortes, mas nunca foi ouvido.³⁰⁵

O comércio de gado era motivo de preocupação para a Coroa portuguesa. Sendo o gado negociado em troca de ouro em pó, colocava grande quantidade desse mineral em circulação, e facilitava o descaminho, pois não passava pelas casas de fundição. Para combater a situação, foi dada a ordem para que todo o gado que entrasse nas Minas tivesse seu valor multiplicado por nove e que o superintendente teria que ser informado do preço pelo qual o gado seria vendido para que pagassem nessa base os quintos de ouro despendido.³⁰⁶

O contrabando não afetou apenas o trânsito de ouro e diamantes, mas afetou todo o comércio no Brasil, pois o lucro obtido nas Minas e a necessidade de abastecimento da região levaram pequenos comerciantes e especuladores a entrar no comércio ultramarino. Criou-se um comércio não oficial e ilegal que chegou a atingir proporções maiores que o capital movimentado pelos negócios oficiais.³⁰⁷

No ano de 1730, o governador do Rio de Janeiro, Luís da Vahia Monteiro, alertou a coroa para a formação de verdadeiras companhias que estavam sendo organizadas para fraudar os quintos reais. A denúncia do governador foi comprovada em 1731 por um informante que denunciou a existência de uma fábrica de moedas e uma fundição clandestina instaladas em uma região remota da serra de Paraopeba, em Minas Gerais. As empresas eram administradas por uma quadrilha de falsários,

³⁰⁵ Kenneth. Pombal e a nacionalização luso-brasileira, Op. Cit., p. 100.

³⁰⁶ Holanda, Sérgio Buarque. *História da civilização brasileira*. Op. Cit., p. 278-279.

³⁰⁷ Maxwell, Kenneth. *Pombal e a nacionalização luso-brasileira*. Op. cit., p.61.

dirigidos por Inácio de Souza Ferreira, frade oratoriano e comandante de uma nau de carreira da Índia Oriental. A quadrilha contava com especialistas em fundição e mais de trinta escravos bem armados. As instalações eram compostas por um prédio de residência, armazéns, capela, açudes e um mecanismo de defesa formado por estacadas, guaridas e casas de pedras.

O principal agente de Inácio de Souza Ferreira em Vila Rica era Manuel Afonseca, secretário do governador das Minas D. Lourenço de Almeida. Aliás, a quadrilha possuía agentes influentes na política colonial e ultramarina, sendo o irmão de D. João V, o infante Dom Francisco, sua conexão em Lisboa.

A administração colonial teve um papel decisivo na regulamentação do comércio ilegal. A jurisdição concedida pelo rei ao administrador significava que parte do comércio ilegal estaria sob seu controle. Portanto, não é de se estranhar o envolvimento do governador das minas e do próprio irmão do rei de Portugal nessas transações. No caso da fábrica de moeda, essas ligações eram necessárias para facilitar o escoamento da produção clandestina e sua circulação. A participação de D. Lourenço de Almeida foi essencial para o funcionamento da fábrica de moedas, pois ele negociou os interesses privados dentro da esfera oficial.³⁰⁸

Segundo Boxer, a quadrilha foi desmantelada pelo ouvidor-mor de Sabará, Dr. Diogo Cotrim de Souza, que invadiu a fábrica no mês de março de 1731. Alguns de seus integrantes, entre eles Inácio de Souza Ferreira, foram enviados a ferros para Lisboa e outros conseguiram fugir. Suas culpas foram fortemente comprovadas, pois na fábrica foram apreendidas máquinas de cunhagem e um regulamento da organização. Apesar das provas contundentes, a Coroa não tinha como puni-los

³⁰⁸ Boxer, op. Cit., p. 180.

Guimarães, André Rezende. "Moedas Falsas e negócios: o Território do Lícito nas Minas setecentistas" In www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais.

devido a íntimas relações que mantinham com a governança. Após o julgamento, alguns retornaram às Minas.³⁰⁹

Um fato sobre esse esquema de fraude escapou a Boxer, talvez por não ter trabalhado com as fontes inquisitoriais; o grupo de falsários estava também envolvido no contrabando de diamantes. Adriana Romeiro já havia alertado para a criação de uma rede destinada ao tráfico de diamantes, que se estendia de Serro Frio, passava por Lisboa e chegava à Londres e Amsterdam.³¹⁰ Inácio de Souza Ferreira liderava essa rede e contava com sócios em cada etapa do processo. As provas dessa afirmação estão contidas no processo inquisitorial do cristão novo Manuel Albuquerque de Aguiar, integrante do esquema.³¹¹

Quando a quadrilha foi descoberta, Aguiar estava em viagem de negócios no Reino e foi preso na casa de um amigo, José Luiz Cruz. Devido sua origem cristã nova, Aguiar foi remetido aos cárceres da Inquisição em novembro de 1731, oito meses após a prisão de seus parceiros. As provas de seu envolvimento no esquema estão em seu inventário. Declarou, entre outros diamantes e letras de crédito, estar de posses de diamantes, no valor de 20 mil cruzados; alguns diamantes menores, uma pedra de topázio amarela e algumas esmeraldas, que afirmou ser carregação de Francisco Xavier Soares, criado do governador das Minas D. Lourenço de Almeida. As pedras deveriam ser remetidas a Inglaterra, onde um associado, Miguel Rodrigues Faro, as negociaria.

Através desse processo podemos reconstituir uma verdadeira rede de tráfico de diamantes. No Brasil, Manuel Albuquerque Aguiar, sócio de Inácio de Souza

³⁰⁹ Boxer, op. Cit., p. 181-182.

³¹⁰ Romeiro, Adriana. Confissões de um falsário: as relações perigosas de um governador das Minas *in* História: fronteiras. XX Simpósio nacional da ANPUH. ANPUH, 1999, v. 1, p. 321-337.

³¹¹ ANTT processo 14407.

Ferreira, fazia o papel de comissário-volante, fazendo a ponte entre Europa e Brasil. Aceitava encomendas de lapidação e ourivesaria, como no caso de um capitão de navio da Bahia, Manuel Nunes Bernal, que entregou a Aguilar doze diamantes brutos para serem transformados em anéis para suas irmãs. Sua rede social compreendia mercadores, tratantes, caixeiros, médicos, mineradores e homens de negócio de toda região das Minas. A atuação de Aguilar era extensa, transportava diamantes, moedas de ouro e letras de crédito do Brasil para Portugal, Galícia, França e Inglaterra, onde a organização contava com os parceiros já citados.³¹²

Sua presença e contatos em diferentes cidades da região mineradora do Brasil e sua estada na Galícia antes de chegar à Lisboa pode indicar sua participação na rede de contrabando que envolvia Minas à rede interamericana de contrabando de ouro e prata, que compreendia Buenos Aires, as regiões mineradoras do interior e a Espanha. José Gonçalves Salvador havia afirmado que Aguilar extraía os diamantes e enviava-os para a Europa através do capitão do navio Manuel Nunes Bernal e do criado do governador Francisco Xavier Soares, mas na realidade o comissário-volante que fazia o papel de intermediário era mesmo o próprio Aguilar. O vultoso número de letras de crédito portadas por Aguilar demonstra o alto volume de negócios realizados. Aguilar demonstrou conhecer bem a estrutura inquisitorial; ficou preso somente sete meses, saiu em auto de fé em 6 de julho de 1732 e teve como sentença cárcere e hábito penitencial.³¹³

O caixeiro de Aguilar preso pela Inquisição dois anos depois, Manoel Matos Dias, foi indicado por Salvador como contrabandista de diamantes, mas sobre essa afirmação não temos provas. Em sua confissão, Manuel de Matos Dias afirmou manter

³¹² ANTT proc. 14407 Manuel de Albuquerque Aguilar.

³¹³ ANTT proc. 14407.

intensas relações com Aguilar, pois era seu caixeiro e homem de confiança³¹⁴. O caixeiro deveria ser de inteira confiança do senhor; normalmente era recrutado de forma corporativa entre familiares mais pobres ou compadres. Esperava-se que o caixeiro fosse sempre fiel ao patrão, e em geral, morava na mesma casa e era tratado como protegido³¹⁵. Não há relação próxima de parentesco entre Aguilar e Matos Dias, mas era clara a confiança que um depositava no outro. Se Matos vivia na casa de Aguilar não sabemos, mas podemos afirmar que era frequentador assíduo e esteve presente em diversas reuniões de negócios do patrão. Devido à suas poucas posses, podemos inferir que a sua participação no esquema de contrabando de Aguilar era cuidar somente da parte burocrática, as finanças.³¹⁶

Utilizar-se de intermediários para realizar atividades financeiras ilícitas era expediente comum entre a nobreza, como no caso de D. Lourenço de Almeida, ao utilizar-se dos serviços de Manoel Albuquerque Aguilar.

A fabricação de moedas era motivo de grande preocupação para o rei D. João V, e em 1737 enviou uma ordem para que os presos pelo crime de fabricar moeda ou falsas barras de ouro no Brasil fossem transferidos para a cadeia do Limoeiro em Lisboa.³¹⁷

Apesar disso, o contrabando era uma prática muito comum entre a elite colonial. Até mesmo o ouvidor e poeta Tomás Antônio Gonzaga foi tolerante à prática, quando seu futuro sogro, capitão da Serra Diamantina Baltazar João Mairinque,

³¹⁴ ANTT proc. 1518.

³¹⁵ Furtado, Júnia Ferrera. *Homens de negócio. A Interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. Ed. Hucitec. São Paulo, 2006.

³¹⁶ Salvador, José Gonçalves. *Os cristãos novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro*. Ed. Pioneira, São Paulo, 1992, p. 122-123.

³¹⁷ Arquivo Histórico Ultramarino. Carta de Martinho de Mendonça de Pina e Proença para Fernando Leite Lobo, ouvidor-geral de Vila Rica. 31/07/1736. Caixa 32. Documento 27.

admitiu ser conivente com os garimpeiros clandestinos do Tejuco. Tomas Antônio Gonzaga concluiu o caso afirmando não haver motivos para condená-lo.

Gonzaga fez versos onde satirizou a prática cometida por outros integrantes do governo, como o capitão do quartel da Extração Diamantina José Vasconcelos Parada e Souza, denunciado por um fiscal de diamantes, Luís Beltrão de Gouveia e Almeida, por dar proteção a contrabandistas e extorquir mineradores. O Ouvidor Antônio Gonzaga nada fez para punir o capitão, mas o denunciou em seus versos, com o pseudônimo de Critilo.³¹⁸

*“Também tu, ó Padela, te distingues
Na corja dos marotos. Tu conservas
De capitão o cargo; mas tu logras
O soldo de major, e mais as honras
Que foi que te fez digno de subires
À privança do chefe? Ah! Sim, eu vejo
O teu merecimento! É coisa grande
Ultras aos ministros, e proteges
A todos os tratantes, que exercitam
O furto, e o contrabando.”³¹⁹*

A condenação moral do contrabandista era rara, apesar da legislação portuguesa classificá-lo como pernicioso, porque roubava as riquezas do rei, fraudava os bens do povo e prejudicava o andamento do comércio. Mas a condenação moral não constava no discurso oficial, nem nos escritos religiosos.

³¹⁸ Gonçalves, Adolfo. *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999, p. 187-190; 205-206.

³¹⁹ Idem, p. 190-191.

Segundo Pijning, o contrabando permanece como um fenômeno ambivalente. O fracasso em condenar o comércio ilegal como algo imoral nas fontes oficiais e sua ampla aceitação dentro da sociedade brasileira fizeram do contrabando um crime ilusório. O contrabando era tolerado quando praticado por si próprio e condenado quando praticado pelo outro.³²⁰

³²⁰ Pijning. Op. Cit., 2001, p. 410.

VI – A dimensão mundial do negócio dos diamantes

1 - Negócios internacionais

O Diamante tem sido utilizado como amuleto e como adorno há mais de cinco mil anos. Em algumas culturas da Ásia antiga acreditava-se que o diamante tinha o poder de afastar os males, de atrair amores e de fortalecer o prestígio dos homens perante as mulheres.

As primeiras minas de que temos notícia foram encontradas em diversas partes da Índia, e na ilha de Bornéu, por volta do século IV a. C. A informação está registrada, em sânscrito, no livro Arthasatra.³²¹

Na Idade Média, os diamantes chegavam à Europa através de mercadores que faziam o comércio com o Oriente, entrando pelos portos de Veneza, Lisboa e Bruges.

Os judeus estiveram envolvidos intensamente na lapidação e no comércio dessas pedras desde o início. Os primeiros centros de corte e polimento das pedras foram Flandres e Antuérpia no século XV; foi somente nesse período que o diamante passou a ser admirado pelo seu brilho e capacidade para refletir a luz. No século XVI, Amsterdam e Veneza também figuravam entre os primeiros centros de lapidação dos diamantes. Os judeus que viviam nessas regiões tiveram um importante papel como lapidadores e joalheiros. Nesse momento, Portugal se destacava como centro distribuidor da pedra bruta.³²²

³²¹ O livro Arthasatra é um clássico tratado político da Índia, escrito entre os anos de 300 a 321 a.C., pelo estadista e filósofo indiano Chanakya.

A obra foi escrita em sânscrito e reúne quase tudo o que já havia sido escrito na Índia, quanto à chamada "artha": economia, prosperidade material e riqueza. Foi traduzido para o português por Sérgio Bath e editado pela Universidade de Brasília em 1994.

³²² Vanneste, Tijl. Global trade and Commercial Networks. Pickering & Chatto. London, 2011, p. 41-42.

No século XVII, os mercadores holandeses e ingleses, ligados com a Companhia das Índias Orientais, passaram a disputar com os portugueses o comércio dos diamantes indianos em Goa, que na época era colônia de Portugal.

Desde o final do século XVI, os judeus e cristãos novos formaram uma rede judaica internacional de comércio de pedras preciosas, traziam as pedras da Índia através do Levante para lapidá-las em Amsterdam, Antuérpia e Londres, onde eram distribuídas para Polônia, Rússia, Alemanha, Áustria, Itália, França e Espanha. Todos aqueles envolvidos com o comércio de pedras preciosas negociavam também o coral, utilizado como parte do pagamento na compra de diamante bruto na Índia e na China, principalmente por mercadores ingleses que os compravam em Livorno, Marselha, Genova e Nápoles.³²³

Um exemplo do funcionamento dessas redes comerciais no século XVII foi a liderada pelo magnata cristão novo português e financista da casa de Bragança Duarte da Silva e seus sobrinhos, Rodrigo Aires Brandão e Jorge Dias Brandão.³²⁴ Duarte da Silva, além de financista da casa real de Bragança, possuía uma alta influência na política de Estado. Financiou a armada portuguesa, responsável pela reconquista do nordeste brasileiro, que estava ocupado pelos holandeses (1630-1654). Tinha extensa correspondência com o cristão novo da Bahia, Diogo Lopes Ulhoa, assessor direto do governador da capital do Brasil.

Todos seus negócios foram abalados entre os anos de 1647 a 1652, devido à prisão de parte de sua família pelo Santo Ofício da Inquisição. Foram penitenciados

³²³ Vanneste, Tijl. Op. Cit., p. 47.

³²⁴ ANTT-IL. Processo nº 8131 e 8132-1. Duarte da Silva, 1647-1653; Processo nº 4107. Rodrigo Aires Brandão. Processo nº 11752. Jorge Dias Brandão, 1647- 1652. Processo nº 5407. Francisco Dias da Silva, 1647-1652- filho- 16 anos. Processo nº 08133. D. Catarina da Silva, 1647-1652- filha- 17 anos. Processo nº 1301 D. Branca da Silva, 1647-1648- esposa.

seus filhos, ainda muito jovens, uma menina de 17 anos e um menino de 16 anos, a esposa de Duarte da Silva e seus sobrinhos, sócios das empresas.

Enquanto encarcerados, conseguiram manter ativa parte dos negócios, principalmente com o Norte da Europa, subornando um funcionário da cozinha que os ajudou a entregar mensagens para fora dos Estados e as respostas vinham disfarçadas na alimentação, no pão, nos assados, na torta de abóbora, etc. Eventualmente enrolavam mensagens em pedras que eram atiradas pela janela, para serem recolhidas por pessoas de sua confiança. Dessa forma, conseguiram preservar seu patrimônio, enviando parte dele para Amsterdam e para a Inglaterra, onde a Inquisição dificilmente agia.

Duarte Nunes e os sobrinhos dividiram o mesmo cárcere e se comunicavam com outros presos através dos bilhetes secretos. Alertavam outros parentes, também presos, sobre a vigilância dos médicos que visitavam os presos, com o objetivo de descobrir ações que os incriminassem. Duarte Nunes foi torturado no potro, para que denunciasse mais parentes e amigos. Testemunhas alegaram que Rodrigo Aires quando estava em Amsterdam, na Antuérpia e em Hamburgo se declarava judeu. Duarte da Silva foi acusado pelos médicos da Inquisição, após breve exame, de ter se submetido à circuncisão, em uma das temporadas em que havia passado entre os judeus da Holanda.³²⁵

Duarte da Silva, Rodrigo Aires Brandão e Jorge Dias Brandão saíram em auto de fé, com a vela acesa na mão após passarem cinco anos na prisão e sobreviverem ao tormento físico, imposto àqueles que não queriam implicar a todos que conheciam. Os irmãos Rodrigo Aires e Jorge Dias foram condenados à penitências espirituais e

³²⁵ ANTT-IL. Processo 4107. Rodrigo Aires Brandão.

prisão; já Duarte da Silva foi condenado à cinco anos de degredo para o Brasil, mas acabou fugindo de Portugal.

Sua fuga para Londres ilustra um episódio inusitado da história dos cristãos novos portugueses. Saiu de Lisboa, acompanhado por dois filhos, como integrante da comitiva da rainha Catarina de Bragança, e seu procurador, responsável pelo pagamento do seu dote para o casamento com o rei da Inglaterra, Charles II. Mais duas famílias, aparentadas de Duarte da Silva, seguiram a comitiva, fugindo da Inquisição: os homens de negócio Fernão Mendes da Costa, seu filho, Álvaro da Costa e Gomes Rodrigues e filhos. Fernão Mendes teve sua esposa queimada pela Inquisição e sabia que sua prisão estava próxima. Em Londres, tornou-se agente da Companhia das Índias Orientais, correspondendo-se diretamente com as fábricas de diamantes de Surat. Gomes Rodrigues também tinha parentes presos e transferiu seus negócios de exportação de cana de açúcar, seda e roupas para a Inglaterra e se tornou membro ativo da sinagoga *Bevis Marks* de Londres, sob o nome de Abraham Israel Sequeira. Em 1684, Rodrigues e seus três filhos abriram uma agência de comércio de diamantes na Índia³²⁶

Em solo inglês, abriu-se um novo capítulo da sua história de Duarte da Silva e reorganizou sua rede internacional de comércio, negociando, entre uma vasta diversidade de produtos, diamantes da Índia e Coral, além de açúcar, seda e tecidos. Para o comércio de pedras preciosas, possuía na Índia, em um porto da costa ocidental controlado pelo governo inglês, os associados cristãos novos portugueses João dos Reis, Manuel Nunes Paixão e o capitão de navio Gaspar Gomes, que enviavam os diamantes e o Coral à Lisboa para seus genros, Jorge Dias Brandão e Rodrigo Aires, que os remetiam para a Antuérpia e Holanda, onde eram lapidados.

³²⁶ Samuel, Edgard. Op. Cit., p. 243.

O correspondente na Antuérpia era o cristão novo Gaspar Roiz Passarinho; a Antuérpia era um importante centro de lapidação de pedras e mercado consumidor e distribuidor de joias na Europa. No século XVIII, só havia doze mercadores que controlavam todo o setor joalheiro. Em Amsterdam, importante centro de importação de diamantes e de montagem de joias, seus associados eram Diogo Nunes Roxo, Bento Osório e Duarte Esteves de Pina.

Após a lapidação, os diamantes seguiam para Roma e eram negociados por Francisco Nunes Sanches e Henrique Nunes Sarayva.³²⁷ Rodrigo Aires Brandão e Duarte da Silva, tinham também outras conexões na Antuérpia; entre elas, destaca-se a família inglesa Dormer.

Os Dormers provavelmente já atuavam no setor de lapidação desde o século XVII, pois no início do século XVIII, James Dormer e seu filho coordenavam uma das mais extensas redes internacionais de comércio de pedras preciosas, constituída por mercadores de diferentes nacionalidades e origens, como católicos, judeus, protestantes e anglicanos.³²⁸

A rede judaica de comércio de diamantes tinha um elemento que se diferenciava de outras redes judaicas de negócios, como a do açúcar: a participação de mercadores não judeus. O comércio internacional de diamantes criou uma mentalidade cosmopolita entre os homens de negócios que atuavam no setor, unindo os mercadores além das diferenças religiosas e culturais. Com a intenção de diminuir o risco do negócio, era necessário criar uma rede de reciprocidade, confiança e troca

³²⁷ ANTT-IL. Processo de Duarte da Silva. Nº 8132.

Sobre Duarte Nunes e suas redes comerciais ver: Carollo, Denise Helena Monteiro de Barros. Dissertação de mestrado defendida na FFLCH- Universidade de São Paulo, 1995

³²⁸ ANTT. Manuscrito da livraria. Documentos relativos ao casamento da infanta D. Catarina com Carlos II, rei da Inglaterra. Contrato e acordo sobre o galeão São Luís e cartas dirigidas a Francisco de Melo, Conde da Ponte e Marquês de Sande, do Conselho de guerra, embaixada exterior do rei de Portugal em Inglaterra e procurador do contrato matrimonial da Infanta D. Catarina de Bragança. Carta de Duarte da Silva a Francisco de Melo. 1657-1667.

de favores, baseada em valores universais. Segundo Werner Sombart, os judeus desempenharam um papel decisivo na formação da mentalidade econômica moderna, introduzindo as ideias de “livre comércio” e racionalismo econômico, base para o desenvolvimento do espírito capitalista.³²⁹

O comércio internacional de diamantes ligava-se diretamente aos joalheiros de Amsterdam. Como exemplo dessa conexão, podemos citar os joalheiros Manuel Levy Mendes do Valle e seu sócio Jacob Athias.

Athias nasceu em 1631, no Brasil, durante a ocupação holandesa. Recebeu o nome cristão de Francisco Vas de Crasto. Seu pai, Isaac Athias, era do Conselho Judaico de Pernambuco, um dos fundadores da Instituição Assistencial Dotar, em Recife e membro atuante daquela comunidade. Athias foi para Amsterdam com 25 anos e casou-se com uma rica herdeira do ramo de joalheria da Antuérpia, Constantine Duarte.

Seu associado, Manuel Levy Mendes do Vale, provavelmente pertencia à família de conversos Mendes do Vale, que viviam no Rio de Janeiro desde 1605 e foram estudados por Lina Gorenstein.³³⁰ A família, perseguida pela Inquisição por várias gerações, dispersou-se e parte foi morar em Amsterdã. Manuel Mendes do Vale casou-se com Gracia Duarte, irmã de Constantine, e também herdeira dos joalheiros da Antuérpia. Patriarca da família Duarte, Gaspar era um renomado joalheiro da Antuérpia, fornecia joias para diversas casas reais da Europa, entre elas, a casa de Orange.

Athias e Levy recebiam os diamantes brutos de diversas fontes. Compravam de passageiros e de tripulantes de navios da Companhia das Índias Orientais ou

³²⁹ Sombart, Werner. *Os judeus e a vida econômica*. Ed. UNESP. São Paulo, 2014, p. 233.

³³⁰ Gorenstein, Lina. *A Inquisição contra as mulheres. Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII*. Associação Editorial Humanitas. São Paulo, 2005, p. 74-77.

compravam direto de Goa, via Lisboa, através de importadores de Amsterdam. Em algumas ocasiões, investiram em um sindicato de Londres, liderado por Rodrigo Marques, que tinha outros investidores entre os cristãos novos de Londres, como Gaspar Francisco Bernal, antepassado do capitão de navio do Rio de Janeiro, Manuel Nunes Bernal, de quem falaremos com detalhes adiante. Também conseguiam as pedras preciosas em outra organização da Companhia das Índias Orientais, que possuía agentes nas minas de Golconda e de Surat na Índia, negociando diretamente com os mineiros. Para esses investimentos também se associaram aos judeus Moses Pereira, Aron Pereira e Jacob e Solomon de Lima. Depois de adquiridas, as pedras brutas seguiam para Amsterdam para serem lapidadas. Depois de montadas em joias, as peças eram reenviadas aos seus agentes de Surat, os judeus portugueses Antonio do Porto, Fernão Mendes Henriques e Pedro Pereira. Os portugueses negociavam as joias na Corte Mogul, na Índia subcontinental, fechando a rede comercial.

Athias e Levy também forneciam joias no atacado para distribuidores de Bruxelas, Antuérpia, Londres e Paris e para membros da nobreza ou do patriciado de Amsterdam. Entre seus principais clientes, estava a Condessa de Soissons, Olympe Mancini de Bruxelas. A Condessa era sobrinha do cardeal Mazarin, conselheiro do rei da França Luís XIV e fez de Athias e Levy seus agentes financeiros em Amsterdam. Outro importante cliente era seu primo de Paris, Luís Alvarez, joalheiro da corte francesa e tesoureiro da Guarda Real.

Era comum os joalheiros diversificarem suas ocupações atuando também como financistas e corretores. As joias eram utilizadas como garantia das transações bancárias. Em Londres e Paris, os joalheiros forneciam a seus clientes uma assessoria bancária. A Bolsa de Valores de Amsterdam via nesse negócio uma forma de diminuir os riscos dos investidores, fazendo das pedras preciosas um *commodity*,

fortalecendo a indústria e garantindo que Amsterdam permanecesse como principal centro mundial de negociação de pedras preciosas. Os negócios da família foram transmitidos às futuras gerações, chegando até o século XVIII. A filha de Manuel Levy Duarte, então com 19 anos, casou-se com Abraham Salvador, 35 anos, irmão de Francisco Salvador. A família Salvador destacou-se no século XVIII por estar entre as maiores empresas de negócios de pedras preciosas da Europa.³³¹

Durante os séculos XVII e XVIII, os judeus tiveram uma intensa participação no comércio transatlântico de artigos de luxo, como joias de ouro e prata, pedras preciosas, pérolas e sedas. Para autores como Sombart, eles monopolizavam esse setor, principalmente depois da descoberta do ouro e diamante no Brasil, onde tiveram ativa participação.³³² Porém, através dos exemplos relatados acima podemos perceber que essas redes eram formadas por agentes de diferentes nacionalidades e religiões.

Mas, devemos levar em consideração que a formação comunitária judaica contribuía para que os judeus se tornassem especialistas no comércio de diamantes e pedras preciosas. A estrutura comunitária, a ligação entre as comunidades de diferentes países, a proximidade dos laços familiares e o íntimo contato social favorecia a confiança mútua e crédito de longo prazo, essenciais para o comércio atacadista de pedras preciosas. Manuel Levy Mendes do Vale mantinha negócios nos Países Baixos com homens de diferentes nacionalidades e religiões, mas na Inglaterra e na Índia, seus correspondentes eram todos judeus portugueses, pessoas que conhecia, tinha parentesco e confiança. A atuação judaica no ramo de pedras preciosas em Londres contribuiu para a expansão da Inglaterra nesse mercado, que

³³¹ Samuel, Edgard. *The End of the Earth. Essays on the history of Jews in England and Portugal*. The Jewish Historical Society of England. London, 2004, p. 203-229.

³³² Sombart, op. Cit., p. 44.

ultrapassou Portugal, principalmente após 1654, quando os judeus receberam permissão de retorno ao território inglês.

Uma das principais redes de comércio internacional de diamantes no século XVIII envolvia os sefaraditas de Londres, como já citado anteriormente, Francisco Salvador e Joseph Salvador. Francisco Salvador nasceu em Portugal e junto com sua família fugiu da perseguição inquisitorial para a Holanda e depois para a Inglaterra. Apesar de sua família conviver com a elite londrina, manteve forte contato com as raízes judaicas. Seu filho Joseph Salvador tornou-se um dos líderes da comunidade judaico-portuguesa de Londres. Foi o primeiro judeu a exercer o cargo de Diretor da Companhia das Índias Orientais. Defendeu o processo de naturalização dos judeus na Inglaterra e em 1753 escreveu um panfleto intitulado “Considerações sobre o Ato que permite pessoas da religião judaica serem naturalizadas pelo Parlamento em segunda carta dos mercadores da cidade para seu amigo no país”. Nesse panfleto encontram-se informações sobre o papel que os judeus da Inglaterra tiveram no comércio externo inglês.³³³ Sua defesa culminou no chamado *Jew Bill*, de 1753, onde ficou aprovado que os judeus que se inscrevessem para o Parlamento Britânico seriam naturalizados.³³⁴ Entre suas diversas atividades econômicas herdou do pai o comércio de metais preciosos e diamantes.

Francisco e Joseph Salvador tornaram-se a principal potência financeira da Inglaterra, com contatos em diversos países da Europa³³⁵. Em Amsterdã, seus agentes eram os primos David Fernandes Nunes e Aaron Nunes. Em parceria com as

³³³ O nome do panfleto na língua original: *Further Considerations on the Act to permit persons professing the Jewish religion to be naturalized by Parliament in a second letter from merchant in town to his friend in the Country*. M. Woolf. *Joseph Salvador, 1716-1786*. Jewish Historical Society of England, transactions, XXI (1962-7), 105-6 *apud* Diamonds and Coral Op. cit., p. 35.

³³⁴ Perry, Thomas. *A Study of the Jewish Naturalization Act of 1753. Public opinion, Propaganda and Politics in Eighteenth century England*. Harvard University Press. Harvard, s/a.

³³⁵ Outro grande financista judeu do período foi Sampson Gideon, consultor do governo, conhecido não Parlamento inglês como “pilare do crédito estatal”.

firmas judaicas estava o aristocrata inglês católico James Dormer, cujas correspondências servem hoje de inestimável fonte de pesquisa para a compreensão das redes transnacionais de negócio de diamantes. A rede era composta também pelos huguenotes Paul Berthon & Peter Garnault, estabelecidos em Lisboa, responsáveis pela venda dos diamantes naquela praça. Devido ao seu bom relacionamento com as firmas inglesas, sua função era a de entrar em contato com corretores e compradores; eles auxiliavam na conclusão dos negócios e na negociação dos pagamentos. Eram importantes fontes de informação sobre os diamantes brasileiros.

Como intermediários no transporte das pedras em Roterdã estavam os católicos franceses Joan Osy e filhos. Na Antuérpia, os católicos Bernardus Edmundo van Merlen e Isabela de Corninck eram sócios de Dormer e Salvador, compravam e vendiam os diamantes, mas também atuavam como intermediários. O judeu Jacob Elias Levy, importante comerciante de diamantes de Amsterdã, viajava constantemente para a Antuérpia onde comprava diamantes dessa rede, negociando com o intermediário de Salvador, Van Merlen & Corninck. Após a morte do marido, Isabela Corninck passou dirigir os negócios como responsável na Antuérpia pela lapidação das pedras negociadas pelos mercadores que integravam a rede.

A sociedade envolvia ainda três importantes casas bancárias de Amsterdã: Hope & Company, Andries Pels & Sons e George Clifford & Sons. A família protestante Clifford havia imigrado da Inglaterra para os Países Baixos no fim do século XVII. Em Amsterdã construíram fortuna, chegando a participar como membros ativos do Conselho da Cidade de Amsterdã. Os Clifford tinham especial interesse no comércio

dos diamantes brasileiros e atuaram em sociedade com Joseph Salvador no transporte de diamantes do Brasil para Lisboa.³³⁶

A rede de negócios pode ser considerada transnacional, pois continha quatro nacionalidades: holandeses, ingleses, franceses, portugueses e três religiões - católicos, protestantes e judeus, o que comprova o seu caráter universal e globalizado.³³⁷

Além de relações de parentesco que ligavam alguns elementos do grupo, a única característica em comum entre os integrantes da associação era a solidariedade nos negócios. Por quase cinquenta anos, entre 1744 e 1798 esses mercadores desenvolveram grande colaboração entre si. Não havia um contrato formal de comércio. Os negócios eram estabelecidos na base da confiança. A confiança entre os mercadores de diferentes nacionalidades e religiões baseava-se na reputação pessoal, nas informações do mercado, no histórico da conduta individual na sociedade e no crédito que tinham no mercado. Uma forma de crédito muito utilizada pelos judeus e cristãos novos no comércio internacional eram as letras de câmbio. As primeiras letras de Câmbio foram utilizadas por judeus em Veneza, no século XVI e depois popularizadas pelos judeus na Holanda³³⁸. Com o tempo, as sociedades de mercadores desenvolviam hábitos, costumes e tradições em comum. Defendiam os mesmos interesses e dividiam as mesmas posições contra concorrentes externos.

No século XVIII, os ingleses dominavam o comércio internacional de diamantes, da Índia e do Brasil, seguidos por Amsterdã. Esta situação sofreu uma alteração, quando nas últimas décadas do século XVIII, Amsterdã passou a dominar o comércio dos diamantes do Brasil.

³³⁶ Vanneste, Tijl. *Global trade and Commercial Networks*, p. 70.

³³⁷ Vanneste, Tijl. *Global trade and Commercial Networks*. Op. cit., p. 59-61.

³³⁸ Sombart. Op. Cit., p. 96.

A entrada dos diamantes brasileiros no mercado internacional após 1730 alterou o comércio de diamantes na Europa. Logo após sua descoberta no Serro Frio, não havia ainda uma legislação para sua exploração e comércio, o que dava liberdade para os mineradores negociarem as pedras livremente com os agentes portugueses.

Aproveitando-se da extensão dos contatos dos cristãos novos das Minas, empresas inglesas, holandesas e francesas, interessadas no negócio da lapidação e do comércio dos diamantes, entraram em contato com homens de negócios cristãos novos que viviam na região das Minas brasileiras para constituírem uma associação. A organização dos conversos das Minas atuava como agente intermediária, passando a transportar diamantes, moedas de ouro e letras de crédito do Brasil para a Europa.

A grande produção de diamantes no Brasil inundou o comércio de pedras preciosas em Portugal. O monarca português, preocupado com queda acentuada do preço dos diamantes, chamou as grandes empresas joalheiras para buscar uma solução. A empresa inglesa dirigida por John Gore, em associação com um grupo de judeus, já havia manifestado preocupação com a grande quantidade de diamantes em circulação no mercado.³³⁹ Antônio de Oliveira Campos, que fazia parte do grupo, mantinha boas relações com o ministro de D. João V, Diogo de Mendonça Corte Real e, utilizando seus contatos, intermediou uma aproximação de John Gore com o monarca português. Alarmado com a queda do preço do diamante no mercado internacional Gore escreveu aos ministros e ao rei de Portugal diversas cartas; a primeira aconselhava que, assim que chegassem diamantes na frota da Bahia, deveriam ser retidos e guardados na casa da Moeda, solução que foi adotada pelo monarca português³⁴⁰. A segunda carta afirmava que não havia ainda conseguido

³³⁹ O grupo de judeus associados de John Gore era composto por: Antônio de Oliveira Campos, Gabriel Lopes Pinheiro e Francisco Salvador.

³⁴⁰ Noya Pinto, Virgílio. O ouro brasileiro e o comércio Anglo-Português. Op. Cit., p. 214.

controlar a entrada dos diamantes e que seria prudente se as minas de diamantes do Brasil fossem fechadas por um tempo. Gore ainda colocava toda a sua experiência à disposição do rei para elaborar um planejamento de distribuição dos diamantes. Em outra carta de Antônio de Oliveira Campos ao ministro Corte Real, ele defende o interesse de John Gore em comandar a distribuição dos diamantes brasileiros, afirmando que ele teria como fazer que seus correspondentes na Holanda, Flandres e Paris subissem o preço dos diamantes, impedindo a chegada dos diamantes da Índia³⁴¹. As estratégias formuladas por John Gore e pelos judeus Antônio de Oliveira Campos e Francisco Salvador serviram de indicadores para as resoluções tomadas pelo monarca português.

A inundação dos diamantes brasileiros no mercado europeu preocupou principalmente os mercadores ingleses, pois ameaçava destruir o domínio inglês no comércio mundial de diamantes indianos. A Inglaterra tinha uma larga participação na importação do ouro brasileiro via Lisboa e as carregações de diamantes eram feitas junto com as carregações de ouro, dessa forma os diamantes do Brasil chegavam em abundância ao Mercado Central de diamantes de Londres. O embaixador inglês em Lisboa recebia cartas de mercadores ingleses preocupados com a situação; em uma dessas cartas o mercador afirmava que as *“minas do Brasil havia colocado um fim nos negócios de diamantes da Companhia das Índias Orientais...Navios mercadores faziam constantes viagens entre Lisboa e Londres levando ouro e diamantes”*.³⁴²

As resoluções de D. João V para conter a inundação de diamantes e segurar seu preço no mercado internacional levaram, no primeiro momento, ao aumento da

³⁴¹Lima Jr, História dos Diamantes no Brasil. Edições Dois mundos: Livros do Brasil- Livros de Portugal. Lisboa, s/a p. 62-65.

³⁴² Tyrawley to Newcastle, Lisbon, 2 May 1732, State Papers/ Portugal, 89/37 apud Yogev, Gedalia. Op. Cit., p. 113-114.

taxa de capitação por escravo, e em seguida a uma solução mais radical, o estabelecimento do Distrito Diamantino e a suspensão momentânea da extração.

Após controlar a entrada dos diamantes no mercado europeu, a Coroa portuguesa estabeleceu um novo sistema de exploração: por Contrato. Esse sistema consistia em um monopólio particular de um contratante, ou consórcio de arrematantes, que por concessão privilegiada comprariam da Coroa o direito de extração de diamante em todo o território diamantino demarcado.

O primeiro contrato de extração de diamantes foi firmado com a Companhia dos Diamantes, formada por João Fernandes de Oliveira e o cristão novo Francisco Ferreira da Silva por quatro anos (1740-1743) e renovado por mais quatro anos.³⁴³ A Companhia tinha o apoio da firma londrina dos joalheiros John Gore e dos judeus Francisco Salvador e Antônio de Oliveira Campos.³⁴⁴

Alguns anos após o estabelecimento do contrato de exploração foi também concedido um monopólio do comércio das pedras na Europa. A primeira empresa a ganhar a concessão foi a associação entre John Bristows, sócio da *Bristows, Ward & Co.*, uma das maiores empresas inglesas que atuavam no comércio de Lisboa e do Porto, e Gerard Braancamp, mercador católico holandês que havia sido representante do governo da Prússia na corte portuguesa no início dos anos de 1750.³⁴⁵

O controle do comércio diamantífero continuou nas mãos dos mesmos agentes. A *Bristows* era composta por homens de negócio de Amsterdam e Londres, entre eles um associado secreto, Francisco Salvador³⁴⁶. Em uma carta ao mercador James Dormer, Salvador afirmou, três anos antes do Contrato com a *Bristows*: “*Nós agora*

³⁴³ Furtado, Júnia. O Distrito dos Diamantes. Op. Cit., p. 310.

³⁴⁴ Lima Jr. História dos Diamantes op. Cit., p. 99.

³⁴⁵ Vannest, Tijl. Op cit., p.54.

³⁴⁶ Lima Jr. História dos Diamantes op. Cit., p. 112-113.

temos um Contrato pelo qua, a maior parte do comércio de diamantes brasileiros passa por nossas mãos".³⁴⁷ A carta é de 1751, nesse período ainda não havia um monopólio oficial do comércio dos diamantes. O contrato, ao qual Salvador se refere, deve ter sido estabelecido legalmente com os mercadores portugueses ou ilegalmente com os mineradores de Tejuco.

Quando a associação de Salvador com a *Bristows* foi descoberta, a empresa foi acusada pela Coroa portuguesa de entregar todas as disposições secretas do contrato para os "Hebreus" (vistos como defensores dos interesses dos diamantes indianos)³⁴⁸. Ao mesmo tempo, Salvador teve problemas com o terceiro sócio, a firma *Braamcamp*; a origem da disputa não é conhecida, mas talvez tenha começado no conflito de interesses pela disputa do comércio dos diamantes nos Países Baixos.

Incomodado com a intensa participação judaica nesse comércio, o governo português elaborou um plano pelo qual pretendia afastar os judeus da Inglaterra e da Holanda do mercado de diamantes. Promulgou uma Lei em 11 de agosto de 1753, que dava ao Contratador no Brasil o privilégio exclusivo da compra, venda e transporte dos diamantes em todo o Império português, afastando dos seus portos mercadores que não tivessem vínculo com os Contratadores. As denúncias sobre estrangeiros que transportassem ou negociassem os diamantes sem o pagamento de uma comissão ao Contratador poderiam ser secretas, como era de hábito no governo lusitano, e aquele que denunciasse receberia como pagamento metade do valor da multa (que

³⁴⁷Correspondência de Francisco e Joseph Salvador para James Dormer. Londres, 27 de dezembro de 1751. Felixarchief Antwerpen, IBI 1741 *apud* Vannest, Tijl. Op. cit., p. 74.

³⁴⁸ Pijning, Ernest. *Reviews in History*. Tijl Vanneste. *Global Trade and Commercial Networks: Eighteenth- Century Diamonds merchants* p. 2In www.history.ac.uk/reviews/print/review/1269.

era o dobro do valor da carga em pedras preciosas). A pena era de prisão, confisco de bens e degredo.³⁴⁹

Quando Francisco Salvador morreu em 1755, seu filho, Joseph Salvador, assumiu os negócios, mas a firma enfrentava dificuldades, principalmente após o terremoto de Lisboa, que abalou seus negócios. Após o escândalo envolvendo a *Bristows*, o monarca português cancelou o contrato de concessão, mesmo antes do fim.

O segundo monopólio da venda dos diamantes do Brasil foi concedido a um antigo parceiro de Salvador, John Gore, em associação com o holandês Van Neck. A empresa inglesa do joalheiro John Gore utilizou toda a sua influência na corte portuguesa para indicar um representante dos judeus compradores de diamantes, Antônio de Oliveira Campos, que passaria a viver bem próximo das Minas, em Tejuco, de onde transmitia todas as informações aos associados.³⁵⁰

Gore permaneceu com o contrato somente por dois anos. Após negociações e manipulações com o comércio dos diamantes da Ásia, sua concessão foi cancelada.

Neste momento, já havia outro rei no trono português, D. José. O monarca, desconfiado de que os contratadores estivessem obtendo um preço mais vantajoso nos diamantes através de contrabando, procurou uma pessoa sua confiança para firmar o próximo contrato de venda das pedras.

O escolhido foi o holandês Daniel Gildemeester, considerado em Lisboa o mercador de maior capital financeiro, além de ser correspondente da Companhia das Índias Orientais em Lisboa. Seu filho era cônsul português em Amsterdã. Segundo

³⁴⁹ *Ley do Contrato de Diamantes do Brasil: 11 de agosto de 1753*. Impresso na Officina de Miguel Rodrigues. John Carter Brown Library. Portugal and Brazil Collection.

³⁵⁰ Lima Jr. *História dos Diamantes Op. Cit.*, p. 117.

Lima Jr., Gildemeester tinha origem judaica; sobre essa afirmação não encontramos nenhuma outra evidência em documentos ou na historiografia.

O empresário Gildemeester tinha larga experiência no negócio de diamantes. Há anos comprava ilegalmente os diamantes, que chegavam de contrabando das tropas da Bahia e do Rio de Janeiro, revendendo para os joalheiros da Holanda. Deixou em Amsterdam, como responsável pelos seus negócios, o irmão Tomé e outros associados.³⁵¹

Os diamantes chegavam à Holanda de duas formas. De Lisboa eram enviados de forma legal e de Londres eram enviados ilegalmente. Os mesmos paquetes que levavam ouro de Lisboa para a Cornualha carregavam clandestinamente os diamantes.

Os mercadores judeus portugueses que viviam na Inglaterra atuavam nas duas frentes, negociavam de forma legal e ilegal. A maior parte deles possuía correspondentes em Lisboa.³⁵² Esses associados em Lisboa enviavam legalmente os diamantes para as firmas inglesas, mas também o faziam diretamente para Amsterdam através de contrabando.

O comércio clandestino dos diamantes era feito de forma triangular e envolvia prata, coral e diamantes. A prata era exportada de Cadiz para Livorno na Itália, onde os agentes a usavam para comprar coral; o coral era importado pela Inglaterra onde os negociantes o usavam para comprar o diamante do Brasil e da Índia. Os

³⁵¹ Lima Jr. História dos Diamantes Op. Cit., p. 122.

³⁵² Francisco Salvador, e seus parceiros Felipe e João Mendes da Costa tinham como agentes em Lisboa, Joseph Townshend, John Wingfield e Roberts e Bristows (1715). Benjamim Mendes da Costa e Elias da Paz tinha como agente Beroardi e Medici, Burdett, Lockwood e Hanway (1730). Gabriel Lopes Pinheiro tinha como agente em Lisboa Buller e Bear; Willian e John Wayne (1730), entre outras firmas. O mercador Andrew Lopes tinha como agente Antônio Maria Porsille e Jacquez da Costa (1705); Isaac de Souza Portelo tinha como agente Jeronimo Henriques de Castro (1915). *In* Public Record Office C5/223.1 C9/225.39;C11/2726.23;C112364.51; C11480.45; SP/ Portugal; 100/39; C12/1279.2; C12/809.16; C12/497.5 *Apud*. Diamond and coral op. cit., p. 278.

mercadores judeus enviavam os diamantes para serem lapidados na Antuérpia e de lá eram vendidos como joias para a corte europeia.³⁵³

Em uma carta datada de 13 de fevereiro de 1731, o cônsul francês Montagnac afirmava que os diamantes do Brasil eram procurados em Lisboa pelos lapidários da Holanda e da Inglaterra. Os diamantes eram então trabalhados e revendidos aos portugueses. Como exemplo desse processo, podemos citar uma ocasião quando a Marquesa de Távora, neta da falecida duquesa de Cadaval, comprou de um joalheiro inglês um diamante brasileiro por três mil cruzados.³⁵⁴

Como demonstramos acima, podemos afirmar que, entre os mercadores ingleses que atuavam no negócio, a participação judaica era considerável. O proeminente homem de negócios de Londres, o judeu Miguel Viana, (também conhecido como Fernando Fernandes ou Abraham Dias), substituiu a partir de 1732 as importações de ouro de Lisboa pela importação de diamantes. Miguel Viana havia fugido de Portugal para a Inglaterra em 1706, quando sua esposa foi queimada pela Inquisição. Integrava uma associação de homens de negócio judeus.³⁵⁵ Um deles, Gabriel Lopes Pinheiro, mantinha intenso comércio com Portugal, arrematava diamantes do Brasil e os enviava para Viena, onde vivia seu filho, responsável nessa região pelos negócios do pai.³⁵⁶ Toda a transação era feita através de sua renomada empresa em Londres, chamada Pereira e Lima.³⁵⁷

³⁵³ Epstein, Edward Jay. *The Rise and Fall of Diamonds: The shattering of a brilliant illusion*. Simon and Schuster, 1982, Cap. 8 p. 1.

³⁵⁴ Archives Nationales (Paris). AE.B1 665. Carta de 13 de fevereiro de 1731 *apud* Noya Pinto, Virgílio. O ouro brasileiro e o comércio Anglo-Português. Brasiliana. vol. 371. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1979, p. 213.

³⁵⁵ A associação de homens de negócio judeus era composta por Gabriel Lopes Pinheiro, também conhecido como Daniel Viana ou Pedro Forte.

³⁵⁶ O filho de Gabriel Lopes Pinheiro chamava-se Abraham Lopes Dias.

³⁵⁷ Yogeve, Gedalia. *Diamonds and Coral: Anglo- Dutch Jews and Eighteenth Century Trade*. Leicester University Press, 1978, p. 30-31; 40-41.

No mesmo ano de 1732, vinte e cinco mercadores portugueses de Londres assinaram um documento pedindo a isenção de impostos no comércio de diamantes. Dos vinte e cinco mercadores que assinaram o documento, dez eram de origem judaica. Todos os mercadores que assinaram essa petição já possuíam larga experiência no negócio de diamantes com a Índia.³⁵⁸

Entretanto, o plano do rei de Portugal, que mencionamos anteriormente, alcançou certo êxito e nas últimas décadas do século XVIII, principalmente nos anos em que o ministro do reino era o Marquês de Pombal; os judeus holandeses e ingleses enfrentaram graves dificuldades no comércio internacional de diamantes e tiveram uma drástica redução no setor, especialmente aqueles que negociavam nas praças portuguesas.³⁵⁹

O diamante brasileiro incrementou o mercado de joalheiros, conquistando admiradores entre diversos membros da nobreza europeia. Um caso curioso envolvendo a rainha da França, um cardeal apaixonado e um colar de diamantes brasileiros, movimentou a Corte de Versalhes. O colar brasileiro, trabalhado pelos joalheiros reais franceses, Bôhmer e Bassenge, foi encomendado pelo rei Luís XV para dar à sua amante, Madame Dubarry, mas com a morte do rei o colar não foi pago e quase levou os joalheiros a falência.

A notícia correu pela corte e o colar tornou-se objeto de desejo por grande parte da nobreza. A condessa Jeanne Valois de la Motte (nobre decadente que penetrou em Versalhes à procura de oportunidade econômica), movida pela cobiça da jóia, criou uma trama que envolveu o cardeal Rohan (bispo de Estrasburgo) e a rainha

³⁵⁸ Entre o que assinaram a petição, podemos destacar: Francisco Salvador Jr., Jacob Fernandes Nunes, Benjamim Mendes da Costa, Álvaro Lopes Suasso, Jacob Mendes da Costa Sr, Jacob Mendes da Costa, Isaac Franks, Abraham Franco, Jacob Franco, Joseph Viana e Daniel Viana in Yogev, Gedalia. Op. Cit., p. 114.

³⁵⁹ Azevedo, João Lúcio. Novas Epanáforas. Livraria Clássica Editora. Lisboa, 1932, p. 39.

Maria Antonieta. Aproveitando-se do interesse do cardeal pela rainha, a condessa, fazendo-se passar por mensageira de Maria Antonieta procurou o cardeal afirmando que a rainha desejava receber o colar de presente. A condessa contratou uma prostituta para se fazer passar pela rainha, no lugar marcado simulou um encontro com a suposta rainha, o qual foi observado de longe pelo cardeal. O cardeal, convencido da autenticidade do pedido e empolgado com a ideia de agradar Maria Antonieta, comprou os diamantes e deu à condessa para que ela o entregasse a rainha. Quando a condessa tentou vender o colar a trama foi descoberta, Maria Antonieta exigiu que o caso fosse minuciosamente apurado e os responsáveis punidos.³⁶⁰

Ao atingir o final do século XVIII, a grande quantidade de diamantes que o Brasil forneceu para a Europa popularizou a pedra, que deixou de ser exclusiva das joias utilizadas pela nobreza e atingiu uma classe social emergente, a burguesia.³⁶¹

³⁶⁰ Funck-Brentano, Frantz. L'affaire du collier, d'après de nouveaux documents recueillis en partie par A. Bégis, Paris, 1901; Faveau, Jean-Claude. *Le prince Louis cardinal de Rohan-Guéméné ou les diamants du roi*, Paris, L'Harmattan. 2007.

³⁶¹ Noya Pinto, Virgílio. Op. Cit., 223.

Figura 9: O caso do colar da rainha

Fonte: <http://marie-antoinette.forumactif.org/t363-marie-antoinette-et-l-affaire-du-collier-de-la-reine>

2 - Os minérios do Brasil nos cofres ingleses

“Quanto maior for a massa de ouro na Europa, tanto mais Portugal será pobre, tanto mais será uma província da Inglaterra, sem que por isso ninguém seja mais rico.”³⁶²

A explicação para o acúmulo de capital na Inglaterra, geralmente é dada a partir do fortalecimento da marinha inglesa e da burguesia comercial decorrentes da política implementada por Cromwell, que teve como consequência a conquista do mercado mundial. O monopólio do tráfico de escravos, a expansão do comércio de lã e as investidas contra os galeões espanhóis foram fatores auxiliares na canalização de

³⁶² Rodrigues, José Tenório. 1913. *História do Brasil* v. 1 Brasileira v. 21. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1979, p. 176-177.

recursos para a produção industrial. Soma-se a isso a invenção das máquinas, a produtividade agrícola, a adoção dos princípios liberais e a formulação das leis da economia política.

Contudo, um componente importante para o acúmulo de capital inglês foi a transferência do ouro e dos diamantes do Brasil para os cofres ingleses, através do comércio Anglo-português, além do contrabando.³⁶³ Esse benefício foi estendido também às colônias inglesas da América do Norte.³⁶⁴ Devido às estreitas relações que os sefaraditas de Newport tinham com os judeus de Londres, os cristãos-novos do Brasil e das Ilhas das Índias Ocidentais, desenvolveu-se um intenso intercâmbio comercial que criou um fluxo de metais preciosos extraídos no Brasil para as colônias inglesas da América do Norte, os quais eram investidos na implementação das primeiras indústrias e na movimentação dos negócios transnacionais.³⁶⁵

Grande parte do fluxo de ouro que chegava a Portugal era utilizado para saldar as dívidas do comércio português com outros países europeus, através da intermediação da Inglaterra. Era a Inglaterra também a responsável pelo transporte de mercadorias portuguesas negociadas com outros países, por isso os lingotes de ouro serviam também para saldar o pagamento do transporte da mercadoria portuguesa e a comissão dos intermediários ingleses no comércio externo português.³⁶⁶

³⁶³ Macedo, Jorge Borges. *Problemas da história da Indústria portuguesa no século XVIII*. Associação Indústria portuguesa. Lisboa, 1963.

Noya Pinto, Virgílio. *O Ouro Brasileiro e o comércio anglo- português*. Brasileira vol. 371. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1979.

³⁶⁴ Marcus, J R. *The Colonial American Jew*. Wayne State University Press. Detroit, 1970 v. II, p. 661-662.

³⁶⁵ Sombart, op. Cit., p. 66.

³⁶⁶ Fisher, H E S. *The Portugal Trade*. Methuen and Co. London, 1971, p. 21-24.

A produção brasileira levava ao Tejo uma grande quantidade de mercadorias altamente lucrativas para Portugal, como o couro, o açúcar, óleo de baleia, madeira de tinturaria, algodão, tabaco e cofres cheios de ouro e diamantes.

Esses produtos eram negociados com os ingleses, Portugal comprava o tecido inglês por um preço baixo e vendia os valiosos produtos do Brasil por um preço alto. Dessa forma a Inglaterra foi moldando o mercado português como lhe convinha, introduziu os vinhedos no Norte de Portugal e abastecia o Reino com trigo, bacalhau e seus tecidos. Com esse jogo os ingleses manipulavam o mercado. Portugal precisava empregar grandes somas para fazer o comércio com os produtos do Brasil, que comprometia seu capital em um longo circuito. Toda a economia portuguesa no século XVIII dependia das flutuações do mercado colonial; o fumo e o açúcar eram reexportados para a Espanha e o ouro era a forma de equilibrar o intercâmbio desfavorável com o Norte e de pagar as importações de madeira e cereais. No porto de Lisboa, chegavam da Bahia anualmente de trinta a quarenta navios carregados de ouro, prata, diamantes, jaspe, cacau, algodão, fumo e açúcar, sem contabilizar os navios do Rio de Janeiro, que vinham carregados de ouro, couro e prata, e de Pernambuco com madeira e açúcar. Entre os anos de 1740-1750, somente o porto de Lisboa chegou a ter um movimento anual de oitocentos navios. Toda essa mercadoria constituía a base do comércio entre o Atlântico Sul e a Europa.³⁶⁷ Paralelamente, Londres fornecia mercadorias para abastecer Portugal e toda a colônia brasileira; todos os escravos da colônia brasileira eram vestidos com os tecidos da Inglaterra. A comunidade de mercadores judeus de Londres tinha intensa participação nesse comércio. Podemos citar o fundador da comunidade judaica de Londres, o cristão novo Antonio Fernandes Carvajal, que importava vinho de seus parentes do Fundão

³⁶⁷Maxwell, Kenneth. *A Devassa da Devassa*. Ed. Paz e Terra, 2005, p. 24.

e barras de ouro que chegavam do Brasil no porto de Lisboa e exportava trigo e tecido inglês para Portugal.³⁶⁸

No Brasil, os magistrados das Minas mandavam destruir os simples teares dos artesãos da região mineradora, pois a ordem era que os únicos tecidos a serem comercializados no Brasil fossem os ingleses, em cumprimento ao Tratado de Methuen. Como resultado, o ouro brasileiro passava por uma rápida etapa nos cofres reais para depois acumular-se nas arcas dos industriais britânicos.³⁶⁹

A grande estratégia do jogo comercial inglês era a concessão de crédito. Todo o comércio com o Brasil se fazia a crédito, através das letras de câmbio. Poucos eram os comerciantes portugueses que tinham capacidade de negociar com capital próprio; eles procuravam as casas de negócios inglesas, algumas de sócios conterrâneos, sediadas em Portugal, como a Bristow, Ward and Co, Burrell, Duckett and Hardy, Chase, Wilson and Co, para adquirirem crédito e iniciarem seus negócios. As próprias casas inglesas contavam com caixeiros e comissários volantes, que levavam de Portugal para a América as mercadorias, muitas vezes através do contrabando, como tratamos anteriormente.³⁷⁰ Esse sistema criou a dependência econômica de Portugal em relação aos ingleses.

Em 1759, o Barão Francês Malouet, em viagem ao Reino, escreveu que a Inglaterra tratava Portugal como uma de suas colônias. Como exemplo dessa relação, Malouet cita o caso do comércio de vinho do porto, principal produto de exportação português. Afirmar que o vinho era comprado em grandes quantidades por uma companhia inglesa e os proprietários das vinícolas eram obrigados a vender sua safra

³⁶⁸ Samuel, Edgard. "London's Portuguese Jewish community" in *From Strangers to citizens*. Ed Randolph Vigne and Charles Littleton. Sussex Academic Press. Brighton, 2001, p. 242-243.

³⁶⁹ Torres, João Camilo. 1944, Op. Cit., p. 90-91.

³⁷⁰ Maxwell, Kenneth. *A Devassa da Devassa* Ed. Paz e Terra, 2005, p. 26.

pelos preços taxados pelos comissários ingleses, que dessa forma controlavam a balança comercial portuguesa.³⁷¹ Por outro lado, toda a mercadoria vendida pela Inglaterra a Portugal era paga com o ouro brasileiro, sendo transferido quase que imediatamente aos ingleses. Um ano depois, o embaixador francês Choiseul concordou com o Barão Malouet e afirmou que Portugal tinha que ser considerado uma colônia inglesa.³⁷²

Os ingleses gozavam no Brasil de diversos privilégios desde 1654; um acordo entre os dois países concedia aos cidadãos ingleses o direito de negociar livremente nos portos brasileiros e em outras colônias portuguesas. Poderiam utilizar todos os portos, pagando o mesmo imposto que os mercadores portugueses. Os únicos produtos que sofriam restrições eram a farinha, o bacalhau, o vinho o azeite e o “pão do Brasil”, por serem produtos de monopólio da Companhia do Brasil. Os ingleses tinham liberdade de circulação na colônia e livre estabelecimento. Tinham liberdade religiosa, desde que no interior de suas residências. Não poderiam ser presos por oficiais portugueses e alguns impostos sobre propriedade, pagos por luso-brasileiros, não lhes eram cobrado. As mercadorias negociadas por ingleses não deveriam ser taxadas em mais de 23%. Essa negociação foi ratificada diversas vezes por diferentes monarcas (1667, 1668, 1699 até 1717). O que demonstra que muitas vezes os ingleses enfrentaram resistência dos oficiais de alfândega, especialmente no Brasil, onde encontramos em um documento secreto denominado “*Artigo secreto entre o Senhor Protetor da Inglaterra e o sereníssimo Rey de Portugal*”, que enfatiza que no Brasil os oficiais não estavam honrando os privilégios concedidos aos ingleses.

³⁷¹ Malouet, Pierre Victor. *Memoires du Malouet*. E. Plon et Imprimeurs editeurs. Paris, 1874. Tomo I p. 10-11.

³⁷² Rodrigo de Souza Coutinho a Bernardo Jose de Lorena, 20 de setembro de 1798, Arquivo Histórico Ultramarino, códice 610, f. 212 v-13v. *apud* Maxwell, K. *A Devassa da Devassa* op. Cit., p. 25.

Entretanto, a entrada direta de mercadorias inglesas como armas, peixes secos e tecidos era constante na Colônia. Também os acordos incluíam a contratação de naus inglesas para o transporte de carregamentos portugueses. Os comerciantes portugueses tinham liberdade para alugar quantas naus inglesas quisessem para seus negócios transatlânticos e as embarcações inglesas que transportassem mercadorias de comerciantes portugueses para os portos brasileiros pagariam no máximo 20% de imposto.³⁷³

Essa situação afirmou Portugal a partir do século XVIII como um dos mais importantes clientes da Inglaterra, colocando-se entre os grandes importadores daquele país, precedido apenas pela Holanda, Alemanha e Espanha. Somadas, as quatro nações representavam 36,3% do total das exportações inglesas.³⁷⁴ Mas a Inglaterra se preocupava em proteger sua balança comercial e não deixar que suas reservas metálicas fossem utilizadas para pagamento de importações. Em uma ocasião, no ano de 1703, a Inglaterra propôs a Portugal saldar suas dívidas de importação com exportação de cereais e trigo, a fim de evitar a saída de numerário efetivo.³⁷⁵

Por outro lado, Portugal não adotou essa precaução; era contínuo o fluxo do ouro e do diamante brasileiro para a Inglaterra após 1730. Dois terços de todo o ouro que chegavam ao porto de Lisboa seguiam diretamente para Londres. Este fluxo, além de envolver pagamentos realizados por Portugal àquela nação, implicava também em pagamentos realizados a outras potências. Os débitos portugueses com outras nações eram saldados através de Londres, devido à facilidade nas comunicações e à

³⁷³Os Privilégios do Inglez nos Reynos e Domínios de Portugal: Contheudos no Tratado de Pas concluído por Oliver Cromwell e em varias leys, decretos &c Ao que se juntou a nova Ley de El Rey de Portugal tocante aos diamantes que se achão no Brasil. Londres, 1736, p. 20-27.

³⁷⁴Archives Nationales (Paris), AE. B1 685. Carta de 23 de Abril de 1761 *apud* Noya Pinto, op. Cit., p. 257.

³⁷⁵Braudel, Fernand. Civilização Material, economia e capitalismo. Op. Cit., p. 176.

segurança, mantida pela poderosa marinha britânica. Somente entre março de 1740 a junho de 1741, chegou ao porto de Falmouth, vindo de Lisboa, o valor de 447.347 libras em ouro.³⁷⁶

Com relação aos diamantes, o registro da entrada não era feito pela alfândega inglesa. Segundo um enviado inglês em Portugal, grande parte dos diamantes do Brasil iam direto para Londres, devido à grande disponibilidade de navios ingleses no porto de Lisboa, especialmente navios da marinha inglesa, que possuíam imunidade diplomática, tornando mais fácil o contrabando. Nos anos entre 1753 a 1760, as empresas inglesas eram oficialmente responsáveis pelo Contrato de distribuição dos diamantes brasileiros; nesse período, o valor anual de diamantes negociados estava em torno de 72.000 a 107.000 libras por ano.³⁷⁷

O cônsul Semonin escreveu que Portugal saldava sua balança comercial com o ouro, e esta balança no que se refere à Inglaterra, Holanda, França e Alemanha é calculada em cerca de trinta milhões por ano. Esses trinta milhões passavam quase que totalmente pela Inglaterra, onde ficava a maior parte, e o restante se distribuía entre outros países fornecedores e credores de Portugal. Os mercadores sabiam que era possível trocar o ouro no banco público de Londres e por peso sem nenhuma diminuição. Ainda que o proprietário do ouro nada tivesse que pagar à Inglaterra, ele o enviava para lá, para vender como mercadoria, ou no caso do câmbio favorável, para trocar peso por peso³⁷⁸.

Assim, Londres se colocava como centro distribuidor de ouro e diamantes no século XVIII, substituindo Amsterdam. Grande parte do ouro importado era levada

³⁷⁶ Chol. MSS. Cambridge. P 44, 50, 89 apud Fisher, H E S. *The Portugal Trade*. Methuen and Co. London, 1971, p. 22.

³⁷⁷ Fisher, op. Cit., p. 24.

³⁷⁸ Noya Pinto, op. Cit., p. 307-308.

para o banco da Inglaterra ou para a Casa da Moeda, onde as moedas inglesas passaram a ser cunhadas em ouro. John Clapham na obra clássica *The Bank of England*, ao analisar a história do banco de 1694-1797, diz que o ouro vinha para o banco nesta época em lingotes de ouro ou *moydores*. O *moydore*, dupla moeda de ouro, era uma moeda portuguesa equivalente a 27 xelins, corrente principalmente em Barbados, na Irlanda e no oeste da Inglaterra. O banco mandava o *moydores* junto com as barras para a Casa da moeda para serem transformados em guinéus.

O conde de Baschy, ao comunicar a chegada do comboio inglês com provisões e fundos para socorrer as vítimas do terremoto em Lisboa, afirma que boa parte dos fundos vinha em moeda luso-brasileira.

O tempo em que o Marquês de Pombal passou como embaixador em Londres lhe deu uma visão clara das relações anglo-portuguesas. Acreditava que o tratado firmado em 1654 entre o rei de Portugal e Cromwell havia estabelecido em Portugal, pós União Ibérica, um sistema de controle que tornava o país escravo dos interesses britânicos. Pombal chegou a afirmar que os ingleses tinham a posse sem ter o domínio, e ratificava a ideia de que as riquezas produzidas pelas minas brasileiras passavam quase que integralmente à Inglaterra. Na opinião do Marquês, o grande fluxo de ouro e diamantes do Brasil criou meios para a Inglaterra formar sua poderosa marinha e as bases para o desenvolvimento da indústria. Além disso, a circulação do ouro na Inglaterra havia servido também para estimular a agricultura, valorizar as terras e renovar a indústria manufatureira.³⁷⁹ Desde o Tratado de Methuen, em 1703, os produtos de lã ingleses entravam no porto de Lisboa e Porto sem o pagamento de impostos e em troca os vinhos portugueses recebiam privilégios no mercado inglês. A lã constituía dois terços das exportações inglesas na metade do século XVIII, e 72%

³⁷⁹ Maxwell, Kenneth. *A Devassa da Devassa*. Ed. Paz e Terra, 2005, p. 23-24.

de todo o vinho consumido na Inglaterra era de Portugal. Com o aumento da entrada do ouro e do diamante em Portugal, a aquisição de produtos estrangeiros foi facilitada no reino. O embaixador inglês em Lisboa, Lord Tyrawly, estimou que em 1721 havia no mínimo 2.000 ingleses morando em Lisboa e 100 navios mercantes da Inglaterra circulando no Tejo.³⁸⁰

O aumento da cunhagem de ouro na Inglaterra e a fixação em 1717 da relação ouro-prata aumentaram a elasticidade monetária e permitiram a expansão econômica inglesa. Esta expansão se fez sobretudo graças aos estímulos sobre a exportação, principalmente para Portugal. O capitalismo comercial tirou proveito do ouro brasileiro e o aumento cada vez maior da demanda dos mercados consumidores externos provocou a alta dos lucros e dos preços.

A circulação das moedas de ouro luso-brasileiras na Grã-Bretanha e na Irlanda era tão intensa que algumas vezes excluía a moeda local. Um general da Cornualha reclamava, em 1737, que havia alguns anos que todos os pagamentos feitos por mercadores em Londres eram realizados em moedas luso-brasileiras, e que raramente se encontrava alguma outra espécie. No mesmo ano, o Chefe do Tesouro da Casa da Moeda da Irlanda comentava que o ouro de Portugal era a principal moeda em circulação na Irlanda, onde a *dobra* de 12,800 valia 4 libras e a peça de 6,400 reis valia 40 libras.³⁸¹

O estoque do ouro brasileiro e o comércio anglo-português são setores diretamente relacionados até a década de 1760. Quando a produção de ouro e

³⁸⁰ Carta Privada de Lord Tyrawly para o Duque de Newcastle, 6 de Junho de 1732 in PRO, SP 89/37. apud Boxer, Charles. *Brazilian Gold and British Traders in the first half of Eighteenth Century*. H.A.H.R. v. 49 nº3. August, 1969. p.465.

³⁸¹ Boxer, Charles. *Brazilian Gold and British Traders*, p. 469.

diamantes começou a declinar no Brasil na segunda metade do século XVIII, a relação comercial entre Portugal e Inglaterra sofreu uma diminuição.

A partir de 1770, esta diminuição intensificou-se. Com a crise dos contratos de venda dos diamantes, que de 91.000 quilates em 1766 foi reduzida para 35.000 quilates em 1771, houve também uma queda na importação dos manufaturados britânicos; enquanto que em 1770, 63% de navios mercantes no Tejo eram ingleses, em 1781 somente 16% eram ingleses³⁸²

Entre os anos de 1790 e 1800, Portugal enfrentava dificuldades financeiras ao mesmo tempo em que sofria ameaça de invasão por parte da França napoleônica. Mesmo com a diminuição da produção diamantífera, os diamantes brutos que chegavam do Brasil eram usados para pagar empréstimos que o governo português havia tomado em Londres.³⁸³ Essa entrada garantiu um substancial acúmulo metálico para a Grã-Bretanha, sem a qual dificilmente teria atravessado as Guerras Napoleônicas.³⁸⁴

É muito difícil mensurar o real montante da entrada do ouro brasileiro nos cofres ingleses, pois além do contrabando, uma parte era reexportada via Londres para Amsterdam e Hamburgo, devido às facilidades que gozavam os navios ingleses nos portos portugueses. Porém, podemos estimar que legalmente, o fluxo anual do ouro brasileiro para a Inglaterra era provavelmente de 3.000.000 a 4.000.000 de libras por ano; esta estimativa baseia-se nos registros de cargas do Tejo, onde, após 1716, todo ouro embarcado nas frotas brasileiras deveria ser listado³⁸⁵.

³⁸² Noya Pinto, op. Cit., p. 322.

³⁸³ Vanneste, Tijl. *Global trade and Commercial Networks*. Pickering & Chatto. London, 2011, p. 575.

³⁸⁴ Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1963, p. 47.

³⁸⁵ Boxer, Charles. *Brazilian Gold and British Traders*, p. 470.

O acúmulo de riqueza na Inglaterra terminou por gerar condições para as inovações técnicas. No bojo da crise do ouro e do diamante brasileiro, as inovações técnicas se processaram para explodir em seguida na Revolução Industrial, ocorrida somente na segunda metade do século XVII, após a entrada do ouro e do diamante brasileiro na sua economia. O ouro e o diamante do Brasil foram definitivamente elementos significativos para a economia inglesa do século XVIII.

Para o Brasil, o ouro transformou a conjuntura através da conquista territorial, da implantação de vilas e povoados, do aumento demográfico, da abertura de rotas e vias de comunicação, fatores decisivos na evolução brasileira. Houve também uma alteração no quadro social; a dualidade senhor de engenho-escravo começou a adquirir nuances intermediárias: o mascate, o comerciante, o artesão, os profissionais liberais, elementos de uma sociedade urbanizada, desenvolvendo uma sociedade independente da sociedade agrária.

Para a economia mundial, o ouro brasileiro e os diamantes foram responsáveis pelo enriquecimento do estoque monetário mundial, possibilitando o impulso do capitalismo industrial na Inglaterra. Uma carta de 16 de dezembro de 1788, do cônsul da Rússia em Lisboa para o Conde de Osterman da Corte de São Petersburgo, avisava a corte russa da chegada de um navio dos quintos (1/5 de todo o ouro extraído no Brasil e recolhido na forma de imposto) de nome Belém, que descarregaria o ouro no porto de São Petersburgo e traria de volta ao reino. O governador das Minas, Luís da Cunha Meneses, demonstra o alcance e a importância do ouro brasileiro na economia mundial.³⁸⁶

³⁸⁶ Carta de 16 de dezembro de 1788. Biblioteca Nacional de Lisboa. Catálogo Missivas administrativas nº 2047. Códice 51- XII folha, 541-543.

Com a queda na produção mineradora, enquanto o império português se debatia na crise proveniente da decadência das minas de ouro e diamantes, a economia inglesa encontrava novo vigor na Revolução Industrial.

VII - A falência do mito do Eldorado- A Inquisição

1 - A Ação Inquisitorial

Os interesses materiais durante o período do ouro apontavam para melhores condições de vida e muitas vezes para um extraordinário enriquecimento. Os dinâmicos homens das empresas mercantis, que deram impulso aos negócios do Brasil, tiveram destinos diferentes; diversos chegaram a ser magnatas, enquanto outros, devido à sua origem judaica, com sentimentos mais arraigados aos costumes dos antepassados, foram presos ou reduzidos à miséria pela Inquisição portuguesa.

Como sabemos, no Brasil nunca houve a instalação de um Tribunal do Santo Ofício, somente agentes da Inquisição que investigavam cada ato da vida dos cristãos novos, incentivavam as denúncias e tornavam a confissão quase obrigatória.³⁸⁷

A Inquisição no Brasil atuou no rastro do desenvolvimento econômico, por isso no século XVI, São Paulo, menos desenvolvida, era uma região de menor interesse.³⁸⁸ No século XVI e XVII, as capitanias de maior concentração de riqueza eram a Bahia e Pernambuco, conseqüentemente a Inquisição aumentou sua vigilância sobre aquela população, enviando representantes para investigar cada ato e cada gesto dos cristãos novos.

Esse panorama alterou-se com a descoberta do ouro e dos diamantes nas Minas; o eixo econômico foi transferido para o centro sul do Brasil. O sucesso após o

³⁸⁷ No Brasil houve quatro Visitações, a primeira na Bahia, Pernambuco e Paraíba, de 1591- 1595; a segunda novamente na Bahia entre 1618-1620; a terceira no Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, nos anos de 1627-28 e a quarta na província do Grão Pará, entre 1763-1769. Qualquer pessoa poderia fazer uma denúncia, e não era necessária sua identificação, pois poderia ser anônima e secreta.

³⁸⁸ Novinsky, Anita. Inquisição: Prisioneiros do Brasil. Ed. Perspectiva. São Paulo, 2009, p. 37.

descobrimento do ouro nas Gerais levou a Inquisição a voltar-se para o Rio de Janeiro, importante porto de abastecimento das Minas e escoamento aurífero, e para a própria região mineradora.

O distante sertão tornou-se um refúgio também para os cristãos novos paulistas que se sentiam ameaçados pelo Santo Ofício. Como exemplo podemos citar o cristão novo Pedro da Silva, filho de Francisco Rendon, de uma tradicional família paulista. Pedro da Silva seguiu para as Minas logo após sua mãe e sua irmã terem sido denunciadas por uma escrava por práticas judaizantes; seu primo, o clérigo Lourenço Toledo Taques, era conhecido em São Paulo como “mestre da sinagoga”, por possuir uma casa ao lado da igreja, onde celebrava os rituais judaicos.³⁸⁹

Os sefaraditas acreditavam estar seguros, embrenhados no sertão brasileiro, mas a rede de familiares e comissários alcançou os descendentes dos judeus convertidos e os enviou ao Palácio dos Estaus, em Lisboa, núcleo inquisitorial responsável pelos prisioneiros do Brasil.

A atuação inquisitorial nas novas “vilas do ouro” se deu através das “Devassas Gerais”, realizadas por prelados ou visitadores, que atuavam também como agentes inquisitoriais de Lisboa, e através dos Comissários e “familiares” do Santo Ofício, verdadeiros espiões, responsáveis pela instauração de uma rede de delações e denúncias, que moviam as engrenagens da Inquisição.³⁹⁰

Os comissários geralmente eram integrantes do clero. O principal comissário do Santo Ofício nas Minas entre os anos de 1710 a 1740 foi Manuel Freire Batalha. De acordo com a correspondência que mantinha com a Inquisição de Lisboa, entre

³⁸⁹ Caderno do promotor 77, 10 (65) (66). Arroja. Los Judios I p. 317. Don Tomas de Aguilar Rendon. Processo: Legajo 136 número 95, 7, processo terceiro 1664-1669, pel segunda, fols 41(53) r-61 (73)r

³⁹⁰ Prelado é um título de honra atribuído a certos eclesiásticos que ocupam cargos altos e muito importantes dentro da Igreja Católica (bispos, arcebispos, chefes de ordens religiosas).

suas obrigações estava a de organizar diligências, realizar prisões, remeter à Mesa do Santo Ofício o sumário da culpa dos réus, mandar pregar nas portas das igrejas editais de fé e dar apoio ao governador.

Os familiares eram escolhidos entre a elite da população, homens leigos que ambicionavam aumentar seu prestígio social, mas para isso deveriam comprovar serem “limpos de sangue”. O cargo de familiar exercia certos privilégios, como a isenção de pagamento de impostos e da obrigação de exercer serviços municipais; concedia o direito de andar armado e ter hospedagem gratuita durante suas viagens, por isso era tão disputado.³⁹¹ Apesar de serem funcionários não assalariados do Santo Ofício, recebiam gratificações pelas diligências avultadas. Comunicavam aos Inquisidores atos e discursos contrários à fé e podiam confiscar e prender os acusados.

A grande dificuldade no cumprimento das prisões era a distância entre as localidades, no extenso sertão das Gerais. Essa era uma questão que preocupava muito o Santo Ofício, que enviava fundos regulares para a contratação de homens da confiança do comissário para se embrenhar nas matas ou viajar até vilas distantes à procura dos acusados.³⁹²

A questão da longa distância entre as vilas e cidades nas Minas levou o Comissário Batalha a requisitar, por carta aos deputados de Lisboa, um aumento dos valores pagos aos funcionários incumbido das diligências, e no ano de 1738, a Inquisição de Lisboa autorizou o acréscimo dessa remuneração, bem como da comissão recebida pelo Comissário da Inquisição por prisão efetuada.

³⁹¹Calainho, Daniela Buono. *Agentes da Fé- Familiares da Inquisição portuguesa no Brasil Colonial*. EDUSC, Bauru-SP, 2006.

³⁹² ANTT-IL. Nº 0013 Correspondências expedidas para o Brasil 1732-1743. Cartas do Cardeal Cunha e deputados de Lisboa para Manuel Freire Batalha. Mç 61, nº 13.

Uma das preocupações dos inquisidores era a confusão dos homônimos. Como era costume entre os cristãos novos trocar seus nomes por motivos de segurança, os funcionários tinham a preocupação de definir, com certeza, se o acusado era realmente o denunciado. Em uma carta ao Comissário, o cardeal da Cunha adverte para o fato de que os cristãos novos em terras distantes costumavam trocar seus nomes, por isso os familiares do Santo Ofício, ao cumprirem os mandatos de prisão, deveriam se certificar sobre o nome correto. Havia uma ordem de que os prisioneiros não deveriam se comunicar com parentes e amigos.³⁹³

Segundo Aldair Carlos Rodrigues, o número de agentes inquisitoriais leigos nas Minas chegou a ser de 487.³⁹⁴

Muito se discute acerca da atuação dos tribunais eclesiásticos e das devassas episcopais nas denúncias de crimes contra a fé. As devassas episcopais obedeciam às Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, segundo o qual o visitador deveria pertencer ao clero e tinha como função fiscalizar a prática religiosa e “salvaguardar os bons costumes”. Laura de Melo e Souza, ao descrever as Devassas mineiras, afirma que apesar de estar estabelecido pelas Constituições do Arcebispado da Bahia que o seu objetivo deveria ser zelar pelas questões referentes à adequação do culto e observância da religião, na prática as devassas concentravam-se mais no comportamento cotidiano da população, como a vida amorosa, sexualidade, costumes, do que no cumprimento dos deveres religiosos da sociedade mineira, como comparecer a missa e cumprir os jejuns.³⁹⁵

³⁹³ ANTT-IL. Nº 0013. Correspondências expedidas para o Brasil. 1732-1749. Cartas do Cardeal da Cunha e deputados de Lisboa para Manuel Freire Batalha. Fólio 10.

³⁹⁴ Rodrigues, Aldair Carlos. *Limpos de Sangue: Familiares do Santo Ofício, Inquisição e Sociedade em Minas Colonial*. Ed. Alameda. São Paulo, 2011.

³⁹⁵ Souza, Laura de Mello. *Norma e Conflito*. Ed. UFMG. Belo Horizonte, 2006, p. 19-21.

João Pedro de Matos Paiva, ao diferenciar a atuação das visitas pastorais e as visitas inquisitoriais em Portugal, esclarece que havia um elemento de importante diferenciação entre as visitas pastorais (e Devassas episcopais) e as visitas inquisitoriais, somente quando investigavam um implicado com o Santo Ofício, é que se fazia a genealogia do denunciado.

A Inquisição preocupava-se com o controle sobre o comportamento religioso da população e combatia a heresia e delitos contra a ortodoxia católica, como as proposições heréticas, os apóstatas da fé e as práticas judaizantes, enquanto as devassas preocupavam-se com os crimes contra a moral, como o concubinato, adultério, bigamia, incesto, sodomia, superstições, etc. e o desempenho do clero na prática de suas funções.³⁹⁶

Nas Minas Gerais não consta nos documentos uma visitação oficial do Santo Ofício; o que se conhece são visitas esporádicas das dioceses ou pastorais. Os agentes responsáveis por investigar o comportamento da população viajavam de vila em vila, abrindo devassas. O resultado dessas inquirições produziu um grande número de denúncias que foram encaminhadas ao Santo Ofício de Lisboa.³⁹⁷

Ao analisar os processos dos réus de Minas Gerais, notamos que as visitas episcopais e inquisitoriais constituíram um meio eficaz de controle social, sendo complementares. Nas Minas, vigários gerais e de vara³⁹⁸ atuavam também como comissários do Santo Ofício, facilitando a comunicação entre a jurisdição episcopal e

³⁹⁶ Paiva, João Pedro. "Inquisição e Visitas pastorais: dois mecanismos complementares de controle social?" Revista de História das Ideias, vol. 11. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra, 1989, p. 85-101.

³⁹⁷ Figueredo, Luciano. Peccata mundi: a "pequena inquisição" mineira e as devassas episcopais. In *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2007, p.132-133.

³⁹⁸ Um vigário-geral é o sacerdote que auxilia o bispo no governo de toda a diocese. Vigário de Vara é aquele enviado pelo bispo como delegado de um grupo de paróquias.

inquisitorial.³⁹⁹ Como exemplo, podemos citar a denúncia contra Diogo Nunes Henriques feita em 1722 para o vigário geral da igreja Nossa Senhora de Ouro Preto, durante uma visita episcopal. Ao receber a denúncia, encaminhada pelo Vigário da igreja de Ouro Preto, o visitador, Lourenço Valhadares Vieira, que era também comissário do Santo Ofício, remeteu os autos para a Inquisição de Lisboa e deu andamento ao processo.⁴⁰⁰

Um estudo desenvolvido por Caio Boschi confirma as premissas acima, demonstrando que diversos visitadores diocesanos, como os padres Manuel Freire Batalha e Francisco Pinheiro da Fonseca, atuaram também como Comissários do Santo Ofício, tornando as visitas diocesanas em verdadeiros “tribunais itinerantes”.⁴⁰¹

Toda essa estrutura de espionagem e delação tornou Minas, na primeira metade do século XVIII, a segunda região do Brasil com o maior número de prisões, só ultrapassada pelo Rio de Janeiro. Os anos de maior atividade inquisitorial nas Minas foram entre 1730-1740, quando 40% de todas as prisões na região foram efetuadas. Notamos que esse período corresponde aos anos de maior produção de ouro e diamantes no Brasil.

³⁹⁹ A Jurisdição episcopal referia-se ao poder do bispo em julgar os crimes contra a moral e a jurisdição inquisitorial atuava nos crimes contra a fé.

Santos, Patrícia Ferreira. “A pastoral Tridentina e o propósito da justiça: as queixas e querelas oferecidas ao tribunal eclesiástico de Minas gerais no século XVIII.” In *Inquisição e justiça eclesiástica* (Yllan de Mattos e Pollyana G Mendonça Muniz org.) Ed. Paco Editorial. Jundiaí, 2013, p. 81.

⁴⁰⁰ ANTT-IL Processo 7487 Diogo Nunes Henriques.

⁴⁰¹ Boschi, Caio. As Visitações diocesanas e a Inquisição na Colônia. In *Inquisição*. Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII e Universitária Editora. Lisboa, 1989 v. 2, p. 966-967.

Gráfico 2: Produção de ouro no século XVIII

Fonte: Atlas Histórico do Brasil. CPDOC. Faculdade Getúlio Vargas. São Paulo, 2016
<https://atlas.fgv.br/marcos/descoberta-do-ouro/mapas/graficos-producao-de-ouro-e-populacao-mineira-no-seculo-18>.

A partir de 1605, a Inquisição deu início a um processo de reorganização, listou o nome de todos os culpados em um livro e intensificou sua atuação, principalmente durante a União Ibérica e depois no século XVIII, com a nomeação do Inquisidor geral, D. Nuno da Cunha de Ataíde e Melo (1707). O rigor de sua atuação teve como consequência o aumento do número de autos de fé, chegando a trezentos e sessenta e nove, entre públicos e privados (1707- 1759).⁴⁰²

Os cristãos novos eram denunciados por seus parentes e amigos como em um jogo de dominó; após a prisão de um deles, sucedia-se a busca por toda a rede familiar. Mas uma diferença essencial caracteriza a atuação inquisitorial nas Minas em relação a outras regiões. Enquanto no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco a Inquisição atuou principalmente na base da rede familiar, nas Minas era a rede comercial que produzia o maior número de denunciados. Somente da rede de negócios que envolviam os diamantes ou o abastecimento da região diamantina, o Santo Ofício prendeu em quinze anos, entre 1725 e 1740, cinquenta pessoas que mantinham negócios ou laços de parentesco.

Entre os anos de 1720-1721, a população mineira girava em torno de 23.000 pessoas brancas livres; em 1776, esse número pulou para 66.000. Podemos estimar que entre presos e denunciados nas Minas temos 198 cristãos novos (ver anexo) na primeira metade do século XVIII, dos quais 16% dos prisioneiros foram condenados à morte na fogueira.⁴⁰³

⁴⁰² Gorenstein, Lina. *A Inquisição contra as Mulheres. Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII*. Associação Editorial Humanitas. São Paulo, 2005. P. 113-114

⁴⁰³ Os processos da Inquisição portugueses a que temos acesso não correspondem à totalidade, pois, quando foram transferidos da Biblioteca Pública de Lisboa, onde estiveram até 1823, para o arquivo da Torre do Tombo, muitos foram danificados e outros caíram do caminhão que os transportava. Por isso não podemos afirmar, com certeza o número de processos dos presos pelo Santo Ofício.

Novinsky, Anita. *Inventários dos bens confiscados aos cristãos novos*. Fonte para a História de Portugal e Brasil. Imprensa nacional. Casa da Moeda, 1976.

Sobre a demografia de Minas Gerais ver: Stumpf, Roberta Giannerbilo. *Minas Contada em Números: A capitania de Minas Gerais e as fontes (1776-1821)*; Carrara, Angelo. *População do Brasil 1570-1700*.

Figura 10: População de Minas Gerais em 1786

Fonte: Atlas Histórico do Brasil. CPDOC. Faculdade Getúlio Vargas. São Paulo, 2016 in <https://atlas.fgv.br/marcos/descoberta-do-ouro/mapas/graficos-producao-de-ouro-e-populacao-mineira-no-seculo-18>

A maior parte dos descendentes dos marranos portugueses se integrou à sociedade mineradora. Havia muitas amostras de solidariedade e nem os agentes inquisitoriais conseguiram fazer dos judeus e cristãos inimigos. Talvez esse seja um dos motivos que impediu que o Santo Ofício instalasse um Tribunal em terras brasileiras. As denúncias em geral não eram feitas por cristãos velhos, mas por outros membros da mesma família que haviam sido penitenciados e forçados à delação sob tortura.

Porém, a assimilação nunca levou à igualdade e não os preservou das fogueiras inquisitoriais. O inicial paraíso minerador transformou-se, em pouco tempo, em uma grande armadilha para os cristãos novos.

Os cristãos novos que se estabeleceram em Minas Gerais, no início da época de Ouro, tinham a ilusão de que sua integração na sociedade cristã brasileira e a adoção da religião católica lhes livraria da perseguição e que haviam encontrado o “seu Eldorado brasileiro”, mas a realidade foi diferente; ao invés da liberdade, a Inquisição, tendo conhecimento de seu progresso econômico, alcançou os sertões mineradores e dezenas de portugueses de origem sefaradi terminaram seus dias na miséria em Portugal.

**Presos e denunciados da rede de negócios e parentesco das terras
diamantinas⁴⁰⁴**

	ANO DA PRISÃO	DENÚNCIA	OBSERVAÇÕES	MORADIA
Antônio de Sá de Almeida	1734		Foi considerado louco pelo Inquisidor	Tejuco
Ana Bernal de Miranda	1726/ 1737	Casada com José da Costa	Degredo para Cabo Verde	Bahia
Ana Mendes		Denunciada em 1728	irmã de Diogo Nunes Henriques- fugiu para Londres	
Ana do Vale	1734		Irmã de Elena do Vale	Minas do Cachoeiro
Antônio Fernandes Soares		Denunciado em 1730 por João de Matos Henriques	Não consta no rol dos culpados	
Antônio de Mendonça		Denunciado por Antonio Fernandes Pereira		Serro Frio
Antônio Fernandes Pereira	1730	Tios, irmãos e primos presos em Portugal. Denunciado por Joseph da Costa, Felix Nunes de Miranda David Mendes da Silva, Luis Vas, Domingos Nunes	Capitão de ordenança de Serro Frio Minerador	Vale do Jequitinhonha e Serro Frio
Antonio Nunes Garcia		Denunciado por João de Matos Henriques em 1730		
Antonio Ribeiro Sanches	1730		médico	Recebeu permissão para retornar ao Brasil

⁴⁰⁴ ANTT-IL. Processo de João de Matos Henriques; Processo 8106. Martinho da Cunha Oliveira Processo 6846. João Rodrigues da Costa; Processo 3752. João de Matos Henriques. Processo 8018. João Rodrigues de Mesquita; Processo 7488 Diogo Nunes; Processo 4895 Diogo Nunes Henriques; Processo 7487. Diogo Nunes Henriques; Processo 8025 Antonio de Sá de Almeida Novinsky, Anita. Inquisição. Prisioneiros do Brasil. Séculos XVI a XIX. Ed. Perspectiva, São Paulo, 2009. Novinsky, Anita. Rol dos Culpados. Fontes para a História do Brasil. Século XVIII. São Paulo, 1992.

Diogo Nunes Henriques 4895	1718		coletor de impostos – casado)	Ouro Preto
Diogo Nunes Henriques 7487	1728		Viúvo- homem de negócios	Curralinho
Diogo Nunes 7488	1729		Viúvo- tratante	Ribeirão do Carmo
David de Miranda	1714/ 1728		Homem de negócios- preso duas vezes	Ribeirão do Carmo
Diogo Dias Correia	1728		mercador	Serro Frio
David Mendes da Silva	1730		Homem de negócios	Serro Frio
Domingos Nunes	1730		QUEIMADO	Tejuco, Curralinho
Domingos Rodrigues Ramires	1710		Senhor de engenho	Ouro Preto/ Rio de Janeiro
Diogo Dias Fernandes	1732		médico	Ribeirão do Carmo
Duarte Rodrigues do Vale (Ramires)	1734		Filho de Domingos Rodrigues	Minas do Cachoeiro
Duarte Rodrigues Mendes		Denunciado por Antonio Fernandes Pereira	Lavrador de roça	Minas do Cachoeiro
Domingos da Cruz Henriques		Denunciado em 1736 pelo primo João da Cruz Henriques	Não consta do Rol	
Elena do Vale	1734			Minas do Cachoeiro
Fernando Gomes Nunes	1739		Tratante	Serro Frio e Minas Novas de Goiás
Francisco Rodrigues	Preso pelo Tribunal de Coimbra		Casado com Ana de Miranda, irmã de Manuel Nunes Bernal	
Francisco Dias Correa		Denunciado por Martinho da Cunha Oliveira em 1746		Jequitinhonha
Francisco Ferreira Izidro	1726		Homem de negócios	Ribeirão do Carmo

Francisco Nunes Miranda	1732		Homem de negócios	Minas/ Bahia
Fernando Gomes Nunes	1739		Tratante	Serro Frio/ Minas Novas-Goias
Francisca Henriques (esposa de Luís Henriques)	1726		Contato com o grupo de Serro Frio e Tijuco	Serro Frio/ Bahia
Gracia Gomes		denunciada pelo sobrinho João de Matos Henriques em 1730		
Gracia Rodrigues		Denunciada por Miguel da Cruz e Manuel Nunes da Paz em 1727		
Gaspar Dias		Denunciado em 1730 por David Mendes da Silva		
Gaspar Henriques		Denunciado pela cunhada, Guiomar Nunes em 1729 e pela irmã Clara Henriques em 1729 e João de Matos Henriques em 1730		
Gabriel Nunes		Advogado da Bahia- denunciado em 1730 por João de Matos Henriques		
Henrique Froes	1734		Não consta da lista	
João Rodrigues de Mesquita	1734	Diogo Dias Correia Antonio de Sá de Almeida	Faleceu no cárcere	Tejuco
Jeronimo Rodrigues	1729		Tratante	Serro Frio/ Bahia
João de Moraes	1729		Homem de negócios	Serro Frio/ Bahia
João Henriques	1741		QUEIMADO boticário	Minas de Paracatu
João de Matos Henriques	1729		tratante	Ribeirão do Carmo

José da Costa	1728			
José da Cruz Henriques	1728		dizimeiro	Ribeirão do Carmo
José Rodrigues Cardoso	1729		Tratante e mineiro, a mãe Guiomar da Rosa foi presa na Bahia	Curralinho e Bahia
José Nunes	1734		vendeiro	Serro Frio
João Nunes Ribeiro		Denunciado por Domingos Nunes em 1731	NÃO FOI PRESO	
João Lopes Nunes	1730		Foi caixeiro de David de Miranda. Segunda prisão	Preso em Santos, mas também morava em Cachoeiro-Morreu na prisão
João de Moraes Montezinos,	1729			Bahia/ Ouro Preto
João Lopes Castelhana		Denunciado por João Rodrigues de Mesquita em 1734		
José Lopes		Denunciado por João Rodrigues de Mesquita em 1734	Não consta do Rol	
Leonor Bernal		Denunciada por Jeronimo Rodrigues em 1729		
Luís Henriques		Denunciado por Jeronimo Rodrigues em 1729	Esposa presa	
Luís Vas de Oliveira	1730	Francisco Ferreira Izidro	Mãe Queimada	Boticário
Luís Mendes de Sá		Denunciado por Antonio Fernandes Pereira	Tratante QUEIMADO	Tejuco Nasceu na prisão em Coimbra
Luis Alendéz de Sá		Denunciado por Antonio Fernandes Pereira		Serro Frio
Martinho da Cunha Oliveira Pessoa	1746	Preso ao tentar fugir da Portugal para Holanda	QUEIMADO	Tejuco

Miguel da Cunha Pessoa ou João Baptista da Cunha	1746		QUEIMADO	Tejuco
Manoel da Cunha Pessoa	1746	Preso ao tentar fugir da Portugal para Holanda		Tejuco
Manuel Nunes Sanches	1730		Médico e mineiro	Minas do Fanado- divisa Bahia
Miguel Nunes Sanches	1747	Denunciados por irmãos e primos presos	soldado	Filho de Manuel Nunes Sanches
Manoel da Costa Ribeiro	1734/ 1737		QUEIMADO	Ouro Preto
Manuel Mendes Monforte	1721		médico	Bahia- viajava para às Minas
Manuel Nunes Bernal	1727	Rio de Janeiro e Ouro Preto	Capitão de navio	CURRALINHO- voltou ao Rio de Janeiro em 1728
Manuel Gomes Nunes		denunciado em 1730 por David Mendes da Silva; em 1734 por José Nunes; em 1736 por João de Matos Henriques		
Manuel Nunes da Paz	1725			Curralinho
Manuel de Albuquerque Aguilar	1732		Homem de negócio	Serro Frio

2 - A perseguição aos homens de negócio do Tejuco

Tejuco e Serro Frio reuniam um ativo grupo de mercadores, com relações internacionais, movimentando negócios de altos lucros e benefícios que revertiam para a Coroa portuguesa, com extensão maior para a Inglaterra. Constituíam uma rede que mantinha íntimos contatos familiares e comerciais, que se beneficiavam mutuamente da confiança e da intensa comunicação por toda a Colônia.

Independente dos interesses que os unia, esses mercadores estavam também ligados por sua origem - eram judeus. Entre eles, havia tanto cristãos novos apegados às práticas cerimoniais do judaísmo, como também aqueles menos vinculados aos costumes religiosos. Distantes há mais de duzentos anos da Conversão Forçada, surpreende o entusiasmo com que alguns se identificavam com o judaísmo no distante sertão. Há certas regiões em que a dúvida religiosa se fez muito mais presente do que em Tejuco. Analisando os processos dos cristãos novos de Tejuco e Serro Frio, podemos dizer que a maior parte se refere a homens de negócios que circulavam constantemente entre as cidades das Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia e possuíam contatos e associados em diferentes localidades.

Integrava o círculo dos mercadores da região diamantina Martinho Pessoa da Cunha Oliveira, antepassado do renomado poeta português do século XX, Fernando Pessoa⁴⁰⁵. Martinho da Cunha nasceu no Fundão, onde viveu até os 20 anos de idade. Ainda criança aprendeu sobre as tradições de seus antepassados judeus, sua família mudou-se para a Guarda, onde foi preso pela Inquisição em companhia de outros cristãos novos. Chegou aos cárceres do Santo Ofício pela primeira vez em 1713,

⁴⁰⁵Novinsky, Anita." Fernando Pessoa- O poeta marrano". In Elcio Cornelsen e Lyslei Nascimento, (Org.) *Estudos Judaicos: ensaios sobre literatura e cinema*. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras, FALE/UFMG. Belo Horizonte, 2005, p. 90.

perante os inquisidores fingiu arrependimento, pediu perdão e acabou sendo reconciliado no auto de fé do dia 6 de agosto de 1713. Marcado pela infâmia inquisitorial, não suportou viver em Portugal e cinco anos depois conseguiu fugir para o Brasil (1718), em companhia de seus irmãos Miguel da Cunha e Manuel da Cunha, onde permaneceram por vinte e cinco anos⁴⁰⁶.

Nas novas terras, Miguel, irmão de Martinho, por motivos de segurança mudou seu nome para João Baptista, transformando-se em um proeminente homem de negócios. Os três irmãos da Cunha inicialmente estabeleceram-se em Guarapiranga, termo de Ribeirão do Carmo que, segundo boatos, era uma região de grandes oportunidades. À medida que os negócios prosperavam, Martinho da Cunha adquiriu terras em Tejuco, onde a produção de diamantes era abundante.

Na região diamantina, segundo a expressão de Anita Novinsky, “tirou a máscara de reconciliado” e em companhia de antigos amigos do Fundão e parceiros de negócios criou uma sociedade secreta marrana, que retomava as antigas práticas de seus ancestrais⁴⁰⁷. Participavam das constantes reuniões os principais homens de negócio do Serro Frio e Tejuco, como o eminente magnata envolvido diretamente com o negócio dos diamantes Antônio de Sá de Almeida. Constavam também do grupo o tratante da Bahia Jeronimo Rodrigues, o coletor de impostos João Rodrigues de Mesquita, o proeminente mercador Fernando Gomes Nunes, que fazia o eixo comercial entre as Minas de Goiás, Serro Frio e Bahia e outro magnata do comércio de diamantes e pedras preciosas, João Rodrigues de Mesquita.

Durante suas constantes viagens ao Rio Jequitinhonha, Martinho costumava se hospedar em casa de Francisco Rodrigues, minerador, onde se encontrava com

⁴⁰⁶ ANTT-IL. Processo de João de Matos Henriques. Fólio 244.

⁴⁰⁷ Novinsky, Anita. “Fernando Pessoa- O poeta marrano”. 2005, Op. Cit., p. 42.

outros negociantes, como João de Moraes e Francisco Dias Correa. As reuniões de cunho econômico serviam de pretexto para outras finalidades, como, por exemplo, retomar as antigas cerimônias judaicas.

O *Shabat* costumava ser o ritual mais respeitado, para o qual se utilizava uma série de subterfúgios, como, por exemplo, colocar a vela dentro de uma panela a fim da luz da chama não levantar suspeita. Aproveitavam o Shabat para jantares festivos e agradecer a prosperidade alcançada. A distância da família e a solidão das montanhas (eram na sua maioria solteiros) fortaleceram o vínculo, dando origem a laços intensos de amizade. Martinho da Cunha permaneceu no Jequitinhonha por alguns meses com seu amigo João Rodrigues⁴⁰⁸; era um proeminente comerciante, que possuía diversas propriedades no Rio das Mortes, entre elas uma loja de secos e molhados, onde empregava escravos como mão de obra.⁴⁰⁹

Os irmãos Pessoa e os demais mercadores citados mantinham também constantes negócios na Bahia com Manuel Nunes Sanches e Manuel Mendes Monforte.

Desconhecemos a razão, porém Martinho da Cunha Oliveira decidiu retornar a Portugal, em 1733, onde abriu uma fábrica de tingir tecidos e casou-se com Izabel Nunes Moeda. Temia ser preso novamente pela Inquisição e após treze anos em Portugal, sabendo da prisão de vários correligionários, Martinho, auxiliado por antigos companheiros que chegaram do Brasil e também viviam no reino e parentes da região do Fundão, arquitetou um plano de fuga. Pediram ajuda para o cônsul de Hamburgo, que lhes arrumou dois navios para embarcar 26 pessoas. O cônsul da Holanda

⁴⁰⁸ ANTT-IL. Processo 8106. Martinho da Cunha Oliveira.

⁴⁰⁹ ANTT-IL Processo 6846. João Rodrigues da Costa.

também foi envolvido no plano de fuga e deu seu apoio ao grupo. Um navio seguiria para a Holanda e o outro para a França.

No dia combinado, as pessoas se reuniram no sítio Boa Vista, onde um fragateiro, chamado Antonio da Silva, os levaria para fora da barra onde uma nau os aguardaria. Mas foram traídos por um dos barqueiros, que os denunciou como fugitivos e contrabandistas. Foram interceptados antes de sair da barra e receberam ordem de regressar. O comandante do navio que seguia para a França, amedrontado, abandonou os passageiros na praia, apoderando-se de seus baús e móveis. Exigiu ainda mais doze moedas para que não deixar os passageiros em um local mais deserto. Encontrava-se nesse navio a família de Manuel Nunes Sanches, mineiro da Bahia; Martinho da Cunha e seu irmão João da Cunha; o mercador André Nunes, sua esposa e os três filhos; Branca Pereira (viúva do sapateiro João da Cruz), sua irmã Ana Pereira, seu filho, o fundidor Antonio da Cruz, o sapateiro Francisco da Cruz com a esposa e um irmão, João da Cruz, todos moradores do Fundão. Ao serem deixadas na praia, parte das pessoas, conseguiu se esconder e fugir, outros foram presos e levados aos cárceres do Santo Ofício, em 1746.

O irmão de Martinho da Cunha, João da Cunha, então com 22 anos, confessou logo que pretendia fugir para viver livremente como judeu. Confessou estar arrependido. Mas a sorte de Martinho da Cunha não foi a mesma, insistiu que era bom cristão e que não judaizava e negou que praticava qualquer cerimônia judaica. Saiu com as mãos atadas em auto de fé, no pátio de São Miguel em Coimbra, onde ouviu sua sentença de morte. Considerado negativo e indigno de misericórdia foi queimado, em 1747.

Após a prisão de Martinho e João da Cunha Oliveira, toda a família do Fundão, foi levada aos cárceres de Lisboa; sua prima de 1ª grau e filha do irmão de seu pai,

Sancho da Cunha Pessoa, Rosa Maria Pessoa, foi presa em outubro do mesmo ano, entrou no jogo inquisitorial e denunciou a todos. Triste destino da família Cunha-Oliveira-Pessoa.⁴¹⁰

No Brasil, a Inquisição continuou a perseguir a rede de mercadores de diamantes. Um dos primeiros a ser levado aos Estaus foi o tratante João de Matos Henriques. Devido ao seu ofício, fazia constantes viagens por todo o país. Em geral, os cristãos novos quando viajavam eram bem recebidos e auxiliados por parentes e amigos. Em São Paulo, hospedava-se com o amigo Miguel de Mendonça Valladolid, em Ribeirão do Carmo, em casa de grandes homens de negócio, Luís Vaz de Oliveira e Francisco Ferreira Izidro. Na Bahia, com José da Costa e seu tio Francisco Nunes de Miranda. No Rio de Janeiro, com os primos, Ana de Miranda e Manuel Nunes Bernal, também com a viúva Ana Mendes, irmã do homem de negócios Diogo Nunes Henriques, com quem declarou observar alguns costumes e rituais judaicos.

Em Ouro Preto era abrigado por um parente, Diogo Nunes Henriques, viúvo (homônimo do citado acima), que arrematava os dízimos da comarca de Ouro Preto. Quando andava pelas estradas das minas hospedava-se na Estalagem Santo Antônio. Em Ribeirão do Carmo, ficava na casa dos irmãos Martinho e Miguel da Cunha. Era muito próximo da família Vale do Rio de Janeiro, por isso frequentava o engenho de Domingos Rodrigues Ramires, integrante da família Vale, em Minas do Cachoeiro. Em diversos negócios era associado ao filho de Domingos Ramires, Duarte Rodrigues do Vale e tinha boas relações com as irmãs Ana e Helena do Vale.⁴¹¹

Em Serro Frio, tinha terras ao lado do Ribeirão dos Fornos, costumava frequentar o sítio de Manuel Lopes e Antônio Fernandes Soares em Mato Dentro

⁴¹⁰ ANTT-IL Processo 11431. Rosa Maria Pessoa. Sessão Genealogia.

⁴¹¹ ANTT-IL. Processo 3752. João de Matos Henriques. Confissão 26/06/1736.

Quando alguns parentes foram presos em 1729, João de Matos sabia que seria denunciado. Adiantou-se e se apresentou ao Comissário da Bahia alegando que há anos vivia na Lei de Moisés, mas que havia sido iluminado pelo Espírito Santo que havia ordenado que confessasse suas culpas. Confessou que desde criança, seu pai o ensinava sobre a Lei de Moisés e que para cumprir a dita Lei deveria fazer jejum em setembro e em março (Rainha Esther), guardar o sábado como dia santo e seguir algumas regras alimentares como não comer carne de porco.

Como se apresentou voluntariamente pediu licença para realizar viagens de negócios e seguiu para Portugal, porém nessa época diversos parentes e amigos estavam presos nos cárceres secretos da Inquisição. Com um número muito grande de denúncias, João foi preso e levado aos Estaus em 1736.

Os cristãos novos gostavam de se reunir com parentes e amigos em dia de Festa. João de Matos confessou que costumava se reunir para cumprir rituais judaicos, principalmente o jejum do *Yom Kipur*, foi obrigado a contar aos inquisidores que em uma determinada ocasião, passou o jejum do Dia Grande, com seus tios, José da Cruz Henriques e Gracia Gomes e seu primo, o dizimeiro Domingos da Cruz Henriques, no sítio Canedo.

Durante o tempo que esteve em Lisboa, com a licença do Santo Ofício desenvolveu um relacionamento amoroso com uma prima. Entrou com um pedido junto ao Vaticano para que a união pudesse ser realizada de acordo com a lei católica, porém após um ano de espera a bula permitindo a união ainda não havia saído. O casal decidiu então se casar segundo a Lei de Moisés e seguir todas as tradições judaicas que conheciam; colocavam roupas limpas às sextas-feiras para esperar o *shabat* e faziam o jejum do Dia Grande.

João de Matos confessou tudo que lembrava sobre o judaísmo, disse que antes do *Yom Kipur* tomava banho e colocava roupas limpas, não acreditava na Santíssima Trindade, na confissão, nem em Jesus como Messias. Implicou os amigos que visitou depois de casado em Portugal e denunciou todos os parentes. Os inquisidores parecem ter ficados satisfeitos. O réu saiu em auto de fé em 18 de junho de 1741, onde recebeu como sentença cárcere e hábito penitencial a arbítrio dos inquisidores. Ficou preso mais dois anos cumprindo penitências espirituais.

Dispersa entre a Bahia, Minas e Rio de Janeiro, a família Nunes-Bernal-Miranda- Henriques possuía relevância econômica, chegando a integrar a elite social dessas regiões. Faziam parte do grupo João de Matos Henriques e seu irmão José da Cruz; eram parentes do capitão de navio do Rio de Janeiro, Manuel Nunes Bernal e este parentesco os ligava aos pais de Manuel Nunes Bernal, o médico do Rio de Janeiro, Francisco Nunes de Miranda e sua esposa Izabel Bernal, além das irmãs de Manuel Nunes, Ana de Miranda, casada com o capitão de navio e vultoso homem de negócios da Bahia José da Costa, Maria Bernal de Miranda e o mercador Pedro Nunes de Miranda (morou na Bahia e no Rio das Mortes MG). Um homônimo de Francisco Nunes de Miranda, mercador que vivia entre Tejuco, Ribeirão do Carmo, Ouro Preto e Rio de Janeiro, era casado com Elena Henriques, parentes, mas não conseguimos identificar em que grau.

Dessa mesma família viviam na Bahia, além de Anna de Miranda, Estefânia de Miranda e Miguel Nunes. O irmão de Estefânia, João Batista de Miranda, estudante da Universidade de Coimbra, costumava passar as férias na casa da irmã em Salvador. A rede familiar compreendia ainda o juiz de ordenança Felix Nunes de Miranda, sua esposa, a “mulher de negócios”, Gracia Rodrigues e seus três filhos Miguel Nunes de Miranda, Izabel e Leonor Bernal, casada com Manoel Orobio. Esse

núcleo mantinha intenso contato com o advogado Gabriel Nunes, o casal Francisca e Luís Henriques e os homens de negócio Gaspar Henriques e José da Cruz.

A família se estendia também para a região de Curralinho. O comerciante Diogo Nunes Henriques, seu filho Manuel Nunes da Paz, seu sobrinho Domingos Nunes, queimado pela Inquisição de Lisboa, o dizimeiro José da Cruz Henriques de Ribeirão do Carmo e o mercador David de Miranda, de quem João de Matos Henriques foi caixeiro. Núcleo muito apegado às tradições judaicas, costumavam se reunir para a guarda do sábado e para o jejum do Dia Grande, ocasião que utilizavam roupas novas, com atmosfera festiva. O homônimo Diogo Nunes Henriques, viúvo, arrematava o dízimo da comarca de Ouro Preto e sua irmã que vivia no Rio de Janeiro, Ana Mendes, também frequentavam a casa dos parentes em Curralinho. Na família Nunes, um terceiro primo havia recebido também o mesmo nome de Diogo Nunes, viúvo de Leonor Henriques, e era tratante em Curralinho. Muito apegado à prática religiosa, decidiu que firmaria sua aliança com o povo judeu seguindo as regras da *Torah* e em uma cerimônia judaica fez a circuncisão com todas as solenidades rituais⁴¹². Nesta ocasião estavam presentes também alguns parentes e amigos, entre eles os irmãos e parceiro de negócios João Nunes Ribeiro e Sebastião Nunes Ribeiro.

A família Henriques se ramificou com os Ferreira Izidro e Vaz. O proeminente homem de negócios Francisco Ferreira Izidro, era sobrinho de João da Cruz Henriques. O primeiro parente direto de João da Cruz Henriques a chegar nas Minas foi seu avô, Luís Vaz de Oliveira, pai de Francisco Ferreira Izidro, que vivia em Ribeirão do Carmo, mas mantinha grandes negócios em Tejuco.

A comunidade criptojudia de Tejuco e Serro Frio também contava com pessoas ligadas somente pela amizade e por negócios, como David de Miranda, João de

⁴¹² ANTT-IL Processo Diogo Nunes nº 4895.

Moraes Montezinos, Antônio de Sá de Almeida, David Mendes da Silva e João Rodrigues de Mesquita.

Quando os homens de negócio Domingos Nunes e Antônio de Sá de Almeida foram presos, toda a sua rede de negócios e familiares ficou comprometida: João da Cruz Henriques, tio de Francisco Ferreira Izidro, seu avô, Luis Vaz de Oliveira, David de Miranda, João de Moraes Montezinos, David Mendes da Silva e João Rodrigues de Mesquita.

Era grupo muito coeso e unido, quando presos tentavam de todas as formas ludibriar os inquisidores à quem eram obrigados a confessar e entregavam seus amigos, mas no final sempre diziam que não sabiam mais do paradeiro de seus correligionários, que haviam se mudado. Quando João de Matos Henriques foi interrogado no cárcere afirmou que seu David Mendes da Silva seguia, como ele, a lei de Moisés, mas que não sabia onde ele morava.

O homem de negócios João Rodrigues de Mesquita quase teve a fogueira como seu destino exatamente por não contar aos inquisidores sobre o paradeiro de seus amigos e não denunciar a todos. Seu processo não consta entre os 159 inventários dos bens confiscados a cristãos novos de Anita Novinsky.⁴¹³

João Rodrigues de Mesquita nasceu em Portugal, em Vinhais. Fazia parte de uma família de tecedores de seda, por tradição. Muitos familiares foram presos pelo Santo Ofício, avós, tios e primos. Era letrado e suas habilidades mercantis o tornaram um grande mercador. Negociava diversos produtos, incluindo ouro e pedras preciosas, o que fazia com que suas viagens fossem constantes entre as cidades do interior de Minas, Rio de Janeiro e Bahia. Quando jovem, sua avó paterna, Leonor

⁴¹³ Novinsky, Anita. Inquisição. Inventários de bens confiscados a cristãos novos. Fonte para a História de Portugal e Brasil. Imprensa nacional. Casa da Moeda, 1976.

Nunes, o ensinou que deveria acreditar na Lei de Moisés para salvar sua alma, para isso deveria vestir roupas limpas aos sábados e cumprir alguns jejuns durante o ano, principalmente o do Dia Grande; também deveria rezar o padre nosso sem dizer Jesus no fim. Ensinou-lhe uma oração que deveria fazer pela manhã antes do nascer do sol:

“Bendita a Lei do Senhor

Bendito o Senhor que a ensina e nos guia para o mundo

O Senhor que fez o céu e as nuvens, dai-me paz, liberdade

Nos faça merecedores do reino da Santidade”⁴¹⁴

Podemos perceber que a oração ao acordar era recorrente entre os cristãos novos, um costume mantido através das gerações. Para os conversos, bem como para os judeus, Deus é supremo porque está acima de todas as coisas, acima do próprio ser. Uma forma de indicar o lugar do divino e dar ao homem a oportunidade da veneração e do vínculo. Ao invocar a misericórdia divina, invoca-se a memória da identidade de povo. Através de seu processo e da oração acima podemos confirmar as premissas da forte ligação ao judaísmo, à memória e tradição dos antepassados do grupo do Tejuco.

Quando vendeu a Manuel Nunes Sanches de Ouro Preto um barril de peixe, o amigo demonstrou preocupação se havia entre os peixes algum que fosse de couro. João Rodrigues tranquilizou-o dizendo que todos os peixes do barril eram de escamas e se enquadravam nas regras alimentares judaicas. Ao visitar o cristão novo Fernando Gomes, em Guarapiranga, foram convidados a almoçar na casa de um cristão velho, Manuel Barbosa, que era familiar do Santo Ofício. Ambos negaram o convite, com receio que fosse servido à mesa algum alimento proibido pela Lei judaica.

⁴¹⁴ANTT-IL . Processo 8018. João Rodrigues de Mesquita. Confissão 02/10/1734 fol. 17.

João Rodrigues de Mesquita reunia-se constantemente com amigos, onde discutiam o medo que tinham de serem presos, falavam também sobre quem havia sido levado aos Estaus. Esse medo demonstrava o profundo conhecimento do jogo inquisitorial; João Rodrigues conhecia de perto o trágico destino daqueles que haviam sido levados pela Inquisição. Costumava ajudar em Tejuco o filho do Médico português Gaspar Dias, chamado Diogo Dias Fernandes, que andava pedindo esmolas na rua, após a prisão do pai.

Frequentava a residência dos homens de negócio Diogo Nunes Henriques, Francisco Ferrera Izidro (cuja prisão o abalou muito), Em Guarapiranga, tinha como vizinhos Fernando Gomes, Miguel da Cunha e João Nunes. Em Ribeirão do Carmo, José Nunes; em Ouro Preto negociava com Manuel Gomes Nunes, João Lopes Castelhana, José Lopes, Manuel Mendes. No Rio das Mortes vivia seu sócio João Rodrigues, com quem viajava sempre para o Rio de Janeiro, onde costumavam se encontrar com Henrique Froes, seu correspondente carioca, e com Manoel Furtado Oróbio, que também fazia o eixo comercial Rio- Minas. Toda essa rede tinha também negócios e viveu durante algum tempo no Tejuco ou Serro Frio.

A tentativa de proteger seus amigos fez com que os inquisidores o condenassem à justiça secular, o que significava que deveria ser queimado, mas com “misericórdia” teve “outra chance” e foi levado ao tormento, onde acabou denunciando mais pessoas, com maior requinte de detalhes. Acabou adoecendo no cárcere e considerado louco. Foi levado ao hospital real, onde acabou falecendo em 16 de março de 1739. Não saiu em auto de fé, foi sepultado em terra consagrada.⁴¹⁵

Uma característica desse grupo nos chama a atenção, como já notamos em processos anteriores: os cristãos novos tentavam de diversas formas ludibriar os

⁴¹⁵ANTT-IL. Processo 8018. João Rodrigues de Mesquita.

inquisidores, omitindo informações ou até mesmo dando informações desencontradas sobre seus compatriotas, ou trocando seus nomes. Os inquisidores tinham conhecimento dessa característica; em uma carta do Cardeal Cunha de Lisboa para o Comissário do Santo Ofício Manuel Freire Batalha, há uma alerta para que os familiares do Santo Ofício ficassem atentos, pois os cristãos novos, em “terras distantes”, costumavam mudar o nome.⁴¹⁶ Esse foi o caso do minerador de Serro Frio, Antonio Fernandes Pereira. Integrante da extensa rede de negócios do Tejuco, Pereira chegou ao Brasil ainda criança. Seus tios viviam na Bahia, onde conviviam com a comunidade cristã nova do Recôncavo. Sua família em Portugal pertencia à uma classe de letrados; tinha um irmão médico, outro advogado e seu pai era rendeiro. Aprendeu sobre o judaísmo muito cedo, aos nove anos de idade, com um parente, o cirurgião Manuel Lopes Dourado, que costumava frequentar a casa de sua tia na cidade do Porto. Aprendeu que deveria, depois de rezar o Padre nosso, encerrar a oração com a prece:

“Consistório Divino, Adonai sem fim, pede e rogai ao Senhor por mim”

Também aprendeu a seguinte reza:

“Poderoso Grande Senhor

Me livra do mal, meu criador

Aplaque sua ira

Que o Rei da perdição não prevaleça

Posto que não o mereça

Dá-me salvação senhor”⁴¹⁷

⁴¹⁶ ANTT-IL. N° 0013. Correspondências expedidas para o Brasil. 1732-1749. Cartas do Cardeal da Cunha e deputados de Lisboa para Manuel Freire Batalha. Fólio 10.

⁴¹⁷ ANTT-IL Processo n° 10481. Antonio Fernandes Pereira.

No início da oração começa louvando Deus como grande Senhor, marcando a relação do devoto com o divino. Coloca-se como seu servo, aquele que necessita de condescendência, afim de que algo possa se manifestar, reforçando a superioridade divina, para resguardá-lo do mal. Alguém com quem possa falar, uma concepção intrinsecamente judaica de Deus como uma pessoa transcendente, que pode dirigir a palavra aos homens e os homens podem se comunicar através da oração.

Foram seus tios, Luiza Maria Pereira e Francisco Fernandes Camacho, que viviam em Campos da Cachoeira, no Brasil, que o incentivaram a seguir a lei de Moisés. Como em todas as famílias marranas, coube à mulher, no caso, sua tia, a transmissão dos costumes e a sua educação judaica.

Antônio Fernandes Pereira tornou-se vultoso homem de negócios e envolveu-se com a mineração, tinha contatos na Bahia com a família de Felix e Francisco Nunes de Miranda, Manuel Nunes Sanches, entre outros e, no Rio de Janeiro, com a proeminente família Vale. Frequentava o sítio de São Gonçalo, “Golambandé da Invocação de Nossa Senhora de Montesserate” de Antônio do Vale e Leonor Henriques.⁴¹⁸ Como minerador conseguiu adquirir grandes posses; tinha 21 escravos, faqueiro de prata com 27 peças, uma lavra de ouro em sociedade com o cristão novo Diogo de Aguiar Tiago, diversos devedores e algumas propriedades, uma pequena fazenda nas Minas de Arassuhy no Vale do rio Jequitinhonha, uma casa no córrego do Lavradio, e um sítio em Mato Dentro, Serro Frio, onde contratava outros cristãos novos para o auxiliarem no ofício de minerar. Quando denunciaram seu homem de confiança, tentou de todas as formas livrá-lo da Inquisição; disse que o cristão novo era chamado de João Carlos de Abreu, mas que ele tinha outro nome, que ele

⁴¹⁸ Sobre a família Vale ver: Gorenstein, Lina. *A Inquisição contra as mulheres. Rio de Janeiro século XVII e XVIII*. Associação Editorial Humanitas. São Paulo, 2005, p. 77.

desconhecia, só sabia que seu pai se chamava Luís Henriques. Denunciou primeiro os que já estavam presos, tios, primos e depois alguns amigos, como Antônio de Sá de Almeida, David de Miranda, David Mendes da Silva, Francisco Ferreira Izidro, João de Matos, enfim, todo o grupo de Tejuco. Mas sempre afirmava que não sabia do real paradeiro de seus amigos, que ouvia dizer que talvez estivessem presos. Também tentou não incriminar seu filho, disse que ouviu dizer que tinha um filho com uma mulher casada, Eulália Soares, esposa do alferes Joseph Cardozo de Bentacur, que vivia em Mato Dentro, mas não tinha certeza da paternidade. Aparentemente, os inquisidores ficaram satisfeitos com as denúncias de Antônio Fernandes Pereira, que saiu em auto de fé em 6 de julho de 1732, com a sentença de hábito penitencial a arbítrio dos inquisidores.⁴¹⁹

Como em um castelo de cartas, a Inquisição foi desintegrando a rede de negócios dos mercadores do Serro Frio e Tejuco.

⁴¹⁹ ANTT-IL Processo nº 10481. Antonio Fernandes Pereira

Mapa 2: Locais de maior presença de cristãos novos nas Minas
Fonte: Elaborado pelo autora com base no mapa microrregiões de Minas Gerais

VIII – A “cultura do segredo” nas terras do ouro e diamantes

1 - O Judaísmo secreto

Os cristãos novos trouxeram para a montanhosa terra das Gerais costumes, rituais e crenças que haviam herdado de seus antepassados judeus, diferentes da população cristã. As informações acerca da prática judaica circulavam principalmente entre a elite burguesa que, através dos negócios, estava mais próxima de seus correligionários judeus, possibilitando aos cristãos novos adotarem práticas judaicas ou sincréticas.

Esses costumes e crenças foram seguidos na clandestinidade. A comunicação entre os correligionários se dava através de símbolos, verdadeiros códigos secretos, apesar da vigilância rigorosa que a inquisição impôs sobre a colônia na época de sua prosperidade aurífera.

Envolvidos com a extração de diamantes e com o comércio, alguns cristãos novos enriqueceram e ajudavam os empobrecidos marranos, que chegavam fugitivos do Reino. Os recém-chegados traziam notícias de Portugal, Espanha, Holanda e ensinavam aos já esquecidos cristãos novos do Brasil práticas judaicas, muitas das quais o tempo já havia apagado. As datas festivas, o calendário, orações, eram repetidos pelos mineiros.

A comunidade cristã nova das Minas Gerais, especificamente do Distrito Diamantino, difere das outras regiões do Brasil pela presença reduzida de mulheres. A sociedade era composta essencialmente por homens, pais, filhos e irmãos, que deixavam em suas cidades de origem esposas e filhas, na busca de melhores oportunidades econômicas.

Tejuco e Serro Frio reuniam um ativo grupo de mercadores, com relações internacionais, movimentando negócios de altos lucros e benefícios que revertiam para a Coroa portuguesa, com extensão maior para a Inglaterra. Constituíam uma rede que mantinha íntimos contatos familiares e comerciais e que se beneficiava mutuamente da confiança e da intensa comunicação por toda a Colônia.

Independentemente dos interesses que os uniam, esses mercadores estavam também ligados por sua origem; eram judeus. Entre eles, havia tanto cristãos novos apegados às práticas cerimoniais do judaísmo, como também aqueles menos vinculados aos costumes religiosos. Distantes há mais de duzentos anos da Conversão Forçada, surpreende o entusiasmo com o qual alguns conversos se identificavam com o judaísmo no distante sertão. Em outras regiões, a dúvida religiosa se fez muito mais presente do que em Tejuco.

Entretanto, sobre a mentalidade desse grupo podemos afirmar que não havia uma uniformidade, mas sabemos que como no resto do Brasil e em Portugal, suas vidas eram fundadas no segredo.

O segredo é a chave para a compreensão do comportamento dos cristãos novos portugueses. Essa prática foi criada após o estabelecimento da Inquisição na Espanha (1478) e em Portugal (1536); a sociedade dividiu-se entre os que estavam integrados à cultura oficial e os que resistiam aos padrões impostos (judaizantes, sodomitas, homossexuais, feiticeiros, etc.).⁴²⁰ O próprio Santo Ofício da Inquisição trabalhava sob o segredo, as denúncias, as acusações, e todas as etapas do processo inquisitorial eram secretas.⁴²¹

⁴²⁰ Salvador, José Gonçalves. *Os Cristãos Novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro (1695-1755)-Relações com a Inglaterra*. Ed. Pioneira. São Paulo, 1992, p. 178.

⁴²¹ Saraiva, Antônio José. *A Inquisição Portuguesa*. 4ªed. (Mem.Martins) Europa-America, imp.1965.

Anita Novinsky mostrou que o controle de comportamento daquela sociedade pela igreja forçou a população à uma manipulação dos atos e palavras na tentativa de se resguardar da vigilância do poder eclesiástico.⁴²²

No que se refere aos criptojudeus, as comunicações secretas se davam frequentemente através de uma linguagem hermética.⁴²³ Como exemplo desse comportamento podemos citar o processo inquisitorial do cristão novo Antônio Ribeiro Furtado, homem de negócios, preso em 1751. Nele encontram-se duas cartas anexadas, de um tio e do irmão. As cartas referiam-se aos primos Francisco da Costa e Manoel Borges, que haviam lhe enviado um recado, dizendo que “saldasse suas dívidas”; Antônio Ribeiro Furtado não devia nada a ninguém: a expressão significava uma advertência para que procurasse um representante da Inquisição no Brasil e confessasse suas culpas. A carta prossegue prevenindo Antônio Ribeiro Furtado sobre os perigos que rondavam as Minas. Na mesma época, Furtado foi procurado por um amigo de seu tio, que o aconselhou a confessar suas culpas. O alerta era na verdade, uma instrução para que confessasse seu criptojudaísmo e tentasse uma penitência mais branda. Antônio Ribeiro Furtado assim o fez, apresentou-se a um padre da Companhia de Jesus da cidade do Rio de Janeiro, que era também agente inquisitorial, e declarou-se judaizante, esperando ser liberado após breve punição, pois havia se apresentado voluntariamente. Mas sua estratégia falhou e o réu foi enviado aos cárceres de Lisboa.

Antônio Ribeiro Furtado mantinha íntimas relações com a elite diamantina. Quando seus bens foram confiscados pela Inquisição, sua loja de fazenda seca no

⁴²² Novinsky, Anita. “As origens da Cultura do segredo” (prefácio) in Sancovsky, Renata. *Inimigos da Fé. Judeus, Conversos e Judaizantes na Península Ibérica séc. VII*. Ed. Imprinta. Rio de Janeiro, 2007, p. 5-6.

⁴²³ Novinsky, Anita. “Marranos e a Inquisição: sobre a rota do ouro nas Minas Gerais” in Os judeus no Brasil: identidade, imigração e Inquisição (org.) Keila Grinberg. Ed. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2005, p.163-183.

Tejuco foi entregue através de uma procuração ao contratador de diamantes Felisberto Caldeira, que além de cuidar de seus negócios ainda foi incumbido de cobrar dívidas em seu nome.

Durante um ano e meio, o acusado tentou convencer os inquisidores de que estava arrependido, mas somente após denunciar todos os amigos de infância e parentes, os inquisidores o reconciliaram. Saiu em auto de fé no dia 24 de setembro de 1752, sem recursos, sem seus bens. Recebeu a sentença de permanecer no cárcere e usar a roupa infamante durante o tempo que os inquisidores determinaram.⁴²⁴

Analisando os processos dos prisioneiros da região mineradora, um fato nos chama a atenção em diversas confissões: a indicação de locais de encontro entre marranos na zona rural, especificamente em sítios nos arredores de Vila Rica, em Campos da Cachoeira, em Ribeirão do Carmo e no Tejuco.

Ribeirão do Carmo já havia se transformado em um “centro de judaísmo”. A residência do homem de negócios Francisco Ferreira Izidro, nas imediações da Vila de Ribeirão do Carmo, aparece em diversos processos com um local de reunião de mercadores cristãos novos, onde discutiam negócios e praticavam rituais e cerimônias judaicas.⁴²⁵

Francisco Ferreira Izidro mantinha relações com mercadores de toda a região das Minas, da Bahia e do Rio de Janeiro e alcançou considerável sucesso nos negócios. Em seu círculo de amizades encontrava-se José da Costa, único cristão novo que trazia escravos de Angola para o Brasil.

⁴²⁴ ANTT-IL proc. Antônio Ribeiro Furtado nº 2801.

⁴²⁵ ANTT-IL proc. David Mendes da Silva nº 2134.

Entre os marranos que frequentavam sua residência, nota-se a presença do homem de negócio David Mendes da Silva de Tejuco; do afortunado comerciante Diogo Dias Correa que dividia seus compromissos circulando entre Vila Rica e Tejuco; do cobrador de dívidas e comerciante de diamantes Antonio de Sá de Almeida; dos vendeiros José Nunes e Domingos Nunes, também de Tejuco.

Izidro recebia seus correligionários anualmente em seu sítio no Dia de *Yom Kipur* para cumprirem juntos o jejum, que eles chamavam de Dia Grande. Tinham também como prática rezar os Salmos de David sem dizer o *Glória Patri* no final, o Padre Nosso sem dizer Jesus no fim, como era de costume entre os criptojudeus. Uma postura que se destacava na religião marrana era a aversão às imagens, a crença no Deus do Céu, a rejeição na Salvação da alma através da Lei de Cristo e a espera pelo Messias, a moda judaica.

Entre os prisioneiros do Distrito Diamantino houve um homem que se destacou pelo profundo conhecimento do judaísmo e pela defesa da liberdade de pensamento. Este foi o caso do homem de negócios Antônio de Sá Almeida

Antônio de Sá de Almeida nasceu em Portugal, filho de mercador converso e mãe cristã velha. Ainda criança veio com os pais para o Brasil e passou toda a infância e juventude entre o Rio de Janeiro e a região das Minas. Tornou-se um conhecido homem de negócios, atuava na região como minerador, era proprietário de uma lavra de ouro, além de ser cobrador de dívidas particulares e comerciante.

Foi denunciado para a “Inquisição” por parentes presos que haviam convivido com ele no Rio de Janeiro e por amigos de diversas localidades da região aurífera que também estavam nos cárceres do Santo Ofício. Em 1734 foi preso em Serro Frio, Distrito Diamantino, por um familiar da Inquisição que o acompanhou até a Bahia e de lá seguiram para Lisboa.

Ao relacionar seu inventário demonstrou ser um homem de posses. Tinha uma lavra de diamantes em Serro Frio, no sítio Paciência. Possuía cinco escravos pessoais e ferramentas de extrair ouro e diamantes. Embaixo de seu colchão foram encontradas duas oitavas de diamante que valiam vinte dobrões de 12\$800. Todos os bens sequestrados passaram para os cofres da Inquisição.

No cárcere, havia uma constante inspeção feita através de um orifício, onde familiares tinham a tarefa de vigiar as atitudes do prisioneiro. O familiar que o inspecionou descreveu-o como homem alto, com cabelos pretos, rosto comprido e nariz afilado, vestido de costume cinza e meias brancas.

Durante a confissão informou aos inquisidores que sua iniciação à religião judaica se dera aos 10 anos de idade em um sítio denominado “Mato Dentro”, próximo a Serro Frio. Foi Manuel Lopes Pereira, morador do local, que o ensinou sobre os jejuns judaicos, sobre a crença na futura vinda do Messias e a oração do Padre Nosso sem dizer Jesus no fim. Ensinou-lhe também uma benção que passou a proferir todas as manhãs antes do nascer do sol, que dizia o seguinte:

*“Bendita luz do dia,
O senhor Deus que a enviou
Nos de paz e alegria
Saber para fazer sua santa vontade e seja para parecer no reino da claridade,
quando haver de morrer.
Bendito tu Adonai nuestro dios, rey Del mundo vos sandes
De quem creado todo se atemoriza e se estremece
Na sombra do teu esforço,
Sois Dios grandeoso onipotente de Abraham, Deos de Isaac e Deos de Jacob”⁴²⁶*

⁴²⁶ ANTTL proc.8025. Antônio de Sá de Almeida.

Dentro da liturgia judaica há uma bênção realizada cotidianamente pela manhã, que exalta a unicidade de Deus e onde se abençoa Deus como criador de todo o universo, da luz, da escuridão e da paz.⁴²⁷ A reza acima mistura o português e o espanhol, provavelmente transmitida pela sua tradição familiar. Caracteriza-se por diversos elementos da perspectiva judaica, como quando reconhece Deus através da transmissão das gerações, um Deus que é autenticado por ser o mesmo Deus dos ancestrais, dos patriarcas, “de Isaac, Abraham e Jacob”, que fez a aliança com o povo e que nesse sentido pode ser reconhecido através dos ancestrais. Os patriarcas são aqueles que possibilitaram o aparecimento do povo, portanto se o mesmo Deus é venerado através das gerações, cria-se um sentido de unidade, de identidade coletiva. Esse vínculo faz do povo judeu, em qualquer lugar do mundo, um único povo, formando através da relação com o divino, uma compreensão do assentamento desse povo na história. Um dos aspectos mais relevantes do judaísmo é a sacralização da história, porque Deus interfere, na medida que faz a eleição de um povo e estabelece uma aliança a partir de Abraão.

Na oração, Deus é louvado, primeiro como Senhor, depois como Rei, uma exaltação maior do divino, fica claro o reconhecimento da realeza do divino; o homem é servo, mas também é súdito.⁴²⁸ Em ambos os papéis, o homem tem suas obrigações, que segundo o judaísmo são as *mitzvot*, “boas ações”, mas também tem a proteção e a salvação de Deus.

Antônio de Sá, praticava as “*mitzvot*” que conhecia, cumpria diversos jejuns, como o da Páscoa Judaica, do Dia Grande, do Capitão e da Rainha Esther. Possuía uma cordinha que amarrava na cintura e contas negras que segurava nas mãos nos

⁴²⁷ A bênção citada encontra-se no trecho sobre a leitura do *Shemá* e suas bênçãos na parte do *Barechu* e *et Shem*. ver: Jairo Fridlin. *Sídur Completo*. Ed. Sêfer. São Paulo, 1997, p.57; 59.

⁴²⁸ Aula proferida por Gilberto Safra sobre a Oração Judaica e os Estados de *Self*, que ela trás.

momentos de oração. Possivelmente tratava-se do “*Gartel*,” artefato religioso utilizado principalmente por judeus orientados pelas escolas cabalistas, como forma de separação dos membros superiores e inferiores do corpo. Apesar desse costume proceder de rabinos de escola askenazita, temos o conhecimento de que houve uma intensa integração de rabinos sefaraditas e askenazitas no século XIV, que podem ter deixado costumes arraigados nas comunidades onde estiveram presentes.⁴²⁹ Outra possibilidade é a influência de rabinos da Europa Oriental, que chegaram em Amsterdam para auxiliar na organização comunitária e religiosa. Como havia intensa comunicação entre os homens de negócios judeus de Amsterdam com parentes portugueses, na América esse costume pode ter sido difundido através desse caminho.

O réu foi acusado também de defumar o cárcere com a vela. No livro litúrgico do judaísmo, o *Sidur*, há uma reza pela manhã sobre o incenso, utilizado nos tempos bíblicos pelos judeus para defumar o Templo, mas não temos conhecimento se Antônio de Sá tinha contato com esse livro, ou sabia desse costume.⁴³⁰

Os marranos tinham uma visão de mundo diferente da visão imposta pela igreja católica. A necessidade de ter uma vida dupla, entre o cristianismo e o judaísmo, fazia com que desenvolvessem uma visão crítica da religião.⁴³¹ Nesse sentido, as ideias de Antônio de Sá expostas durante o inquérito desafiaram os inquisidores. Ele ridicularizou as superstições eclesiásticas, acusando a igreja de manipular os fiéis

⁴²⁹ Pequena corda que é amarrada na cintura para fazer uma reza, é retirada após o fim da oração. É possível tratar-se do *Gartel*, costume só difundido nas comunidades judaicas mais conservadoras. Pode ser utilizado pela manhã e à noite. Um rabino da Alemanha, Asher ben Lechiel tornou-se grão-rabino da sinagoga de Barcelona no século XIV. As contas correspondem também a um costume judaico oriental. Isaac ben Luria já divulgava as ideias cabalistas no século XVII, principalmente na Itália.

⁴³⁰ O costume de defumar pode ser encontrado no Êxodo 30,34 e pela manhã os judeus fazem uma bênção sobre o incenso. Ver: Jairo Fridlin, op. cit., p.34.

⁴³¹ Popkin, Richard. *The Third force in the seventeenth century thought*. Ed. EJ Brill. Leiden, New York, Kobenhavn, Koln. 1992, p.148-153.

com histórias de milagres e santos, “*que só poderiam ser inspiradas pelo próprio demônio*”. E ainda acrescentou que a igreja, com a mesma intenção, teria alterado as escrituras sagradas. Teve a coragem de afirmar que o Inquisidor, por dirigir aquela instituição, era inimigo de Deus, e tinha como parceiro o diabo.

Antônio de Sá procurou justificar-se dizendo que como “filho de Israel” não tinha culpa de ter sido batizado, pois não o foi por vontade própria, por isso não se sentia obrigado a respeitar o batismo. Demonstrou confusão própria do marrano, quando disse ao inquisidor que Jesus era filho de Raquel e José do Egito, somente um profeta. Essas confusões e dúvidas permeiam toda a mentalidade do criptojudeu.

Negou os dogmas cristãos, a Santíssima Trindade, o Mistério da Reencarnação e da Virgem Maria. Defendia a existência de outra lei para a salvação da alma.

Antônio Sá de Almeida manteve-se firme à sua fé, insistindo que se manteria na “Lei de Moisés” “*até derramar a última gota de sangue e que poderia ser queimado vivo, pois no momento certo o Deus de Israel acalmaria seu coração*”⁴³². A postura adotada, nesse momento, por Antônio de Sá tem precedentes na história judaica, como o exemplo do prosélito Isaac de Castro, que viveu no século XVII no Brasil e se tornou mártir do judaísmo, preferindo a morte na fogueira a renunciar suas origens; esse ato recebe o nome de morte em *Kidush Ashem*.⁴³³

Após exaustivas sessões com o réu, em que os Inquisidores faziam repetidas perguntas, Almeida mudou sua estratégia e tentou salvar sua vida. Resolveu dissimular e repetir exatamente o que os inquisidores esperavam ouvir. Disse que todas as injúrias proferidas por sua boca eram “obra do demônio”, que havia ocupado

⁴³² ANTT proc.8025.

⁴³³ ANTT, IL, processo 8025 Martinho da Cunha Oliveira fol. 90.

Sobre Isaac de Castro ver: Lipner, Elias. *Izaque de Castro, o mancebo que veio preso ao Brasil*. Recife. Fundação Joaquim Nabuco. Ed. Massangana, 1992.

seu coração, e que acreditava que a única fé verdadeira é a que vem da igreja católica. Em um processo de outro cristão novo, amigo de Antônio de Sá, Martinho da Cunha Oliveira, temos a informação que Antônio de Sá havia ficado doente de melancolia no cárcere e fingiu-se de louco para que os inquisidores anulassem as ofensas que havia proferido contra a igreja.⁴³⁴ Era de conhecimento dos Inquisidores a tentativa de diversos réus de dissimular loucura, como podemos constatar no Manual dos Inquisidores. Apesar do conhecimento dessa manobra, a dúvida sobre a sanidade mental do réu sempre permanecia. O manual aconselha que nesses casos, o réu deveria receber penitência, pois de qualquer forma a loucura não eximia o condenado totalmente.⁴³⁵

Antônio de Sá de Almeida foi reconciliado com a igreja e em 18 de outubro de 1739 saiu em auto de fé, onde recebeu sua sentença: “cárcere e hábito penitencial perpétuo sem remissão”, que significava continuar preso e ser obrigado a utilizar permanentemente uma túnica sobre as vestes, que o identificaria perante a sociedade como herege.

Antônio de Sá de Almeida, ainda permaneceu por mais 16 anos nos cárceres de Lisboa, para que recebesse instrução sobre o catolicismo. Após o terremoto de Lisboa, quando o Palácio dos Estaus, cárcere do Santo Ofício, veio abaixo, o réu foi transferido para Coimbra. Em 1756 foi liberado com a condição de viver em um local determinado, sempre sob a vigilância dos familiares do Santo Ofício. Terminou seus dias na miséria vagando pelas ruas do vilarejo.

Outro grande refúgio de conversos nas Minas foi Campos de Cachoeiro, região de alta circulação de homens de negócio, que atuavam junto ao Distrito Diamantino.

⁴³⁴ ANTT, IL, processo 8106-1. Martinho da Cunha Oliveira f. 89.

⁴³⁵ Eymerich, Nicolau. *Manual dos Inquisidores. Directorim Inquisitorum*. Ed. Rosa dos Tempos, 1993.

As informações sobre a ampla presença de conversos puderam ser encontradas através de um dos casos mais trágicos da história dos cristãos novos nas minas, a do tratante Domingos Nunes. Preso em 1730, tentou de todas as formas salvar-se, denunciou a todos que conhecia, mas terminou queimado vivo nas fogueiras inquisitoriais.

Foi denunciado por dezessete parceiros de negócios, muitos deles frequentadores assíduos de sua residência e pelos próprios companheiros de cárcere, os quais foram acusados de praticarem cerimônias judaicas.

Nos Estaus, Domingos Nunes teve sua cela constantemente vigiada por familiares do Santo Ofício, que o descreveram como um homem de 38 anos de cabelos pretos e estatura mediana, vestido de um costume azul, calças pretas, meias pardas e um capote pardo forrado de amarelo; na cabeça usava um barrete azul de algodão.⁴³⁶

Como a maioria dos homens de negócio cristãos novos das Minas, tinha grande mobilidade pelo Brasil, esteve na Bahia, Rio de Janeiro (onde também possuía residência), Santos, Ribeirão do Carmo, Ouro Preto e Serro Frio. Assiduamente reunia-se com outros cristãos novos com os quais fazia negócios e praticava algumas cerimônias judaicas. Era proprietário de um sítio em Curralinho, Campos de Cachoeira, que funcionava como um centro de encontro para práticas religiosas e negócios⁴³⁷. Os frequentadores de sua casa se declaravam da “mesma Nação”, tinham uma alimentação baseada nas regras dietéticas judaicas, como não comer carne de porco, peixe de couro, coelho e lebre, diziam-se observantes da lei de Moisés

⁴³⁶ ANTT –IL Processo de Domingos Nunes 1779.

⁴³⁷ Curralinho ficou conhecida por esse nome em função de um cercado para animais que ali existiu. Durante anos, Curralinho foi local de pouso de tropeiros por ficar estrategicamente inserido na rota da “Estrada Real”. As mercadorias vindas de Ouro Preto e do Rio de Janeiro passavam primeiramente pelo Distrito.

para Salvação de suas almas e para cumprir tal Lei realizavam os jejuns, como o do Dia Grande, do capitão e da rainha Esther; guardavam o sábado de trabalho e na época da Páscoa judaica comiam pão ázimo.

Domingos Nunes foi alertado por um companheiro, o capitão de navio da Bahia, Manuel Nunes Bernal, para que tomasse cuidado com quem andava, com o que falar e com seu estilo de vida, evitando demonstrações públicas de sua fé, e que cuidasse do seu segredo e de seus companheiros. Os marranos se solidarizavam e aqueles que possuíam maior conhecimento instruíam os que não eram preparados para lidar com o Santo Ofício.

As vigias de seu cárcere foram um fator decisivo para sua sentença. Os familiares denunciaram a prática de jejuns e rezas. Antes de fazer suas orações lavava-se, jogando água por cima da cabeça, depois rezava “à moda Judaica”, fazendo movimentos de balanço com o corpo, com as mãos para trás e segurando contas brancas. A utilização de contas foi interpretada erroneamente pelos familiares como um costume judaico. Os judeus não usam contas para rezar, mas sim por distração, hábito adquirido pelos judeus orientais e sefaraditas por influência árabe. Outra hipótese é de que essas contas poderiam ser um terço ou rosário católico, mas nesse caso o familiar teria identificado. A religião sincrética marrana permite uma terceira hipótese de que alguns cristãos novos usavam as contas árabes nos seus momentos de reza, devido à influência das comunidades do Levante, da Turquia e do Egito. Temos o caso de outro cristão novo citado anteriormente, Antônio de Sá de Almeida, que também tinha o costume de carregar contas.

Domingos Nunes passou momentos de desespero; enquanto fazia suas orações, chorava, olhava para as estrelas fazendo trejeitos com o corpo. Ao rezar, cobria a cabeça com um pano de algodão. No judaísmo é mandatório que os homens

cubram a cabeça ao rezar, como forma de submissão e devoção a um ente superior. Este hábito do réu foi visto pelo inquisidor como prova de seu judaísmo.

Domingos Nunes proferia duas orações, que descreviam seu estado de alma. Na liturgia judaica, a principal reza (*Shemá Israel*) enfatiza a unicidade de Deus e nas orações de domingos Nunes também os versos destacam a adoração em um Deus único, a louvação a Deus como ser supremo e transcendente, e a comunicação direta com o divino, segundo a crença judaica. Sua reza demonstra a agonia vivida pelo réu e a aflição em salvar-se:

*“Senhor, bendito sejas
Vós sois que governais o mundo da perdição
Ouvi senhor nossa oração
Recebei nossa aclamação
Não nos façais andar tristes
Pela alma que nos destes
Infinito vosso santo poder
Que fizeste luz e dia com grande sabedoria e fizeste anoitecer
Grandes são nossos pecados
Maior é vosso santo poder
Já nos temos confessado senhor toda a verdade
Livra-nos de escuridades
Que nossa alma seja salva diante de vosso santo poder
Amém”*

*“Grande senhor, criador do universo.
Como grande pecador, a ti senhor me confesso*

Por tal me reconheço
Perdão geral te peço
Não sou digno de tal perdão
Olha senhor a minha aflição
Olhe o que eu mereço
Por tal me reconheço
Perdão geral, olha senhor a minha aflição
Olhe o que eu mereço
Por tal me reconheço
Olha o que eu padeço
Alto poderoso, grande senhor
Amém”

Podemos perceber nas orações o grande número de adjetivos e substantivos empregados, que descrevem a reflexão sobre o ser. Ao mesmo tempo em que louvam a grandiosidade de Deus, também o indicam como um ser que pode interferir no cotidiano humano, que pode salvar e proteger. O temor a Deus se revela no reconhecimento da grandiosidade e da supremacia de Deus, pois em toda a história bíblica, Deus sempre salvou o homem quando sua condição humana estava em risco. A busca pela redenção tem a ver com a compreensão que existe no judaísmo, de que a vida é finita, e após a morte haveria um retorno a Deus, quando o ser humano poderia conviver com o divino, fazer parte, como uma volta ao lar, ao paraíso. Essa seria a redenção no judaísmo, uma redenção coletiva e não individual. Também podemos perceber em ambas as orações o sentimento de culpa intrínseco do ser

humano, talvez influenciado pela civilização judaico-cristã através do enraizamento do pecado original.⁴³⁸

Domingos Nunes foi submetido à tortura e denunciou todos os companheiros e associados que viviam nas diferentes cidades de Minas, Cachoeira, Paraopeba, Caeté, Congonhas, Pitangui, Minas do Fanado, Rio das Mortes, Distrito Diamantino (Serro frio e Tejuco), além de amigos e parentes do Rio de Janeiro e Bahia.

Apesar de todas as tentativas, Domingos Nunes recebeu a sentença de excomunhão maior, foi considerado diminuto, dissimulado, falso e por isso relaxado à justiça secular. Isso significava que não havia denunciado todos e não se arrependia verdadeiramente e que por isso deveria morrer queimado na fogueira.

Após mais de 200 anos da conversão forçada, havia nas Minas Gerais cristãos novos fiéis seguidores do judaísmo como Antônio de Sá de Almeida, Domingos Nunes e seus companheiros, que mantinham um conhecimento mais profundo do judaísmo, talvez por terem vivido parte de suas vidas em Portugal, mais próximos das comunidades judaicas europeias, diferentemente de muitos cristãos novos de outras partes do Brasil, distantes havia quase 200 anos de qualquer contato com suas tradições.

Por toda a região das Minas, diversos núcleos marranos formaram-se através de comunicações secretas. Esses grupos se solidarizavam por meio dos negócios e da religião. Desafiavam o poder instituído mantendo alguns costumes e tradições que haviam aprendido com seus antepassados e, sobretudo, defendiam a liberdade da alma.

⁴³⁸ A psicanálise tem colaborado muito para a compreensão do comportamento do réu, preso nos cárceres inquisitoriais. Gilberto Safra, através de uma visão psicanalítica, analisou as três orações judaicas.

Ver também: Fuks, Betty. *Freud e a Judeidade*. Jorge Zahar editor. Rio de Janeiro, 2000.

2 - A mentalidade cristã nova

O que é um judeu?

“....O judeu é o pioneiro da liberdade. Mesmo outrora, quando o povo se encontrava dividido em apenas duas classes distintas, escravos e senhores, mesmo naquela época longínqua, a Lei de Moisés proibia a prática de se manter uma pessoa em cativeiro por mais de seis anos...”⁴³⁹

Desde as primeiras décadas do século XVIII, os cristãos novos que viviam nas Minas já defendiam a liberdade de consciência. Porém, a busca dos mineiros pela liberdade era uma procura pela liberdade real, aquela possível dentro do contexto político, e não apenas ideal e utópica⁴⁴⁰

Marcado por sua origem judaica, esse grupo teve um atrativo a mais para a fúria inquisitorial: a defesa da liberdade religiosa, ao mesmo tempo em que ecoavam na Europa os princípios ilustrados.

A circulação do ouro e dos diamantes carregava em seu bojo novas críticas sobre o poder absolutista, a igreja e o clero colonial. Famílias da elite mineradora enviavam seus filhos para estudarem em Coimbra e esse grupo de estudantes cristãos novos ficou conhecido como “estrangeirados” e, devido à sua presença, Coimbra era chamada de “covil de hereges”. Quando retornavam ao Brasil tinham seus desígnios voltados para o mundo e para as “mudanças” que deram origem à rebeliões que, hoje, são reconhecidas como sementes de nossa independência nacional. O governador das Minas, conde de Assumar, chegou a afirmar em 1720 que: “O espírito de rebelião é quase uma segunda natureza das gentes de Minas”. “Corria

⁴³⁹ Tolstói, Leon. *O que é um judeu?* 1891.

⁴⁴⁰ Torres, João Camilo de Oliveira. *O Homem e a Montanha*. Livraria Cultura Brasileira. Belo Horizonte, 1944, p.26-27; 184-185 .

o boato de que a rebeldia nas Minas era como um hábito pernicioso que brotava nas catas e socavões, para fundir-se na alma do povo”.⁴⁴¹

No Livro das Denúncias do Santo Ofício da Bahia encontramos muitos exemplos da rebeldia dos cristãos novos face às autoridades e Igreja. Alguns, ao rezar, escondiam figas, ofendiam os Apóstolos com xingamentos, enterravam crucifixos em meio ao esterco, outros zombavam dos dogmas cristãos, principalmente os que dizem respeito à virgindade de Maria e a Santíssima Trindade.⁴⁴²

Um dos maiores representantes desse grupo foi o proeminente homem de negócios Diogo Nunes Henriques. Foi preso pelo Santo Ofício, pois o desafiou duplamente: defendia a liberdade de pensamento e mantinha em sua família algumas cerimônias judaicas de seus antepassados.

As primeiras denúncias contra ele datam de 1722 durante uma Visita Episcopal, realizada pelo Visitador da Comarca e comissário do Santo Ofício, Lourenço de Valhadares Vieira, mas foi somente após seis anos que a Inquisição conseguiu enviá-lo aos Estaus.

Logo após sua prisão, os inquisidores ordenaram uma profunda investigação sobre sua vida. Diogo Nunes era morador em Vila Rica de Ouro Preto e tinha como vizinhos uma grande quantidade de cristãos novos, entre eles o mercador de tecidos David de Miranda, seu sobrinho, Domingos Nunes, o senhor de engenho do Rio de Janeiro, Domingos Rodrigues Ramires, João da Cruz, David de Miranda, Duarte Rodrigues, Francisco Nunes, seu filho Manuel Nunes da Paz e Manuel Nunes

⁴⁴¹ Santos, Lúcio. “A Conjuração mineira: suas causas, seu espírito, seus efeitos. Revista do Archivo Público Mineiro. Instituto Histórico e Geographico de Minas Gerais. V. 22, 1928.

⁴⁴² Livro das Denúncias que se fizeram na Visitação do Santo Ofício à cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos, no ano de 1618. Inquisidor e Visitador o Licenciado Marcos Teixeira. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional, 1936.

Sanches. Alguns desses homens, já citados anteriormente se envolveram também com o negócio dos diamantes.

Esse grupo mantinha relações de amizade, frequentava a casa uns dos outros, formava uma verdadeira comunidade. Após viver mais de trinta anos no Brasil, Diogo Nunes Henriques foi denunciado por cristãos velhos que pertenciam ao seu círculo de amizades. A principal acusação contra ele era a de promover reuniões onde se “liam livros”, pois “não era homem de vinho, nem dado a paixões”.⁴⁴³ Também foi acusado nas reuniões que promovia em sua casa, defender a ideia de “que cada um poderia viver ou morrer na Lei que melhor lhe parecesse”. Ao defender a liberdade de pensamento, o grupo se comprometia a manter em segredo a conversa.⁴⁴⁴ O segredo permeava as relações desses homens, acostumados a dissimular na tentativa de se resguardar da vigilância do poder eclesiástico.

Diogo Nunes Henriques costumava hospedar conversos que chegavam do Reino; suspeitamos que ele possuía, em sociedade com Domingos Rodrigues Ramires uma estalagem, que recebia os recém-chegados do Reino. Quando seu sobrinho, também chamado Diogo Nunes, chegou de Portugal com sua esposa, se hospedou em sua casa por quatro meses. Nessas ocasiões costumava celebrar algumas festas judaicas em companhia de seus hóspedes. O caixeiro de David de Miranda, Antônio de Almeida, também havia passado uma semana em sua casa e na ocasião se declarou como judeu. Durante sete anos, o tratante morador de Serro Frio, David Mendes da Silva, frequentou a casa de Diogo Nunes Henriques, declarando-se seguidor da lei de Moisés.

⁴⁴³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo- Inquisição de Lisboa. Processo 7487- Diogo Nunes Henriques. Treslado da denúncia de 22/08/1722. Denúncia de Manuel Barbosa Couto. Copiada e anexada ao processo.

⁴⁴⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo- Inquisição de Lisboa. Processo 7487- Diogo Nunes Henriques. Fólio 22.

Outras denúncias pesaram sobre Diogo Nunes Henriques: foi acusado de ensinar práticas heréticas aos seus escravos, não lhes ensinando os mandamentos da “Santa Igreja Católica” e que além de não ensinar os mandamentos da igreja, costumava castigar sua escrava, Inácia Preta, quando esta queria ensinar o catolicismo às filhas, dando-lhes ao diabo. Vizinhos disseram que nunca o viram chamar pelo nome de Jesus. Em suas confissões confirmou essa prerrogativa, dizendo ainda esperar pelo Messias como os judeus esperam. Demonstrou não conhecer em profundidade o judaísmo, mas havia resquícios da tradição em sua memória. Sua fé era marcada por uma característica típica da religião marrana, a dúvida e a comunicação livre com o sagrado. Dizia oferecer os jejuns ao Deus do Céu, fazendo uma pequena prece:

“Oferecido seja ao Senhor o meu jejum, o meu sofrimento, o meu desconsolo que tive na minha boca, para o senhor perdoar minhas culpas e meus pecados”.

O pedido de perdão, o sentimento de culpa e o lamento pelo sofrimento, podem ser encontrados na liturgia judaica nas orações do Dia do Perdão (*Yom Kipur*).⁴⁴⁵

Cotidianamente utilizava outra oração para se comunicar com o “Deus do Céu”, termo empregado repetidamente pelos cristãos novos para diferenciar o Deus dos cristãos e o Deus dos judeus. Para os marranos, que preservavam a fé judaica, a unicidade de Deus era inquestionável, valor supremo da fé, e a Santíssima Trindade era inconcebível, não conseguiam compreender como três entidades poderiam se converter em uma, por isso o denominavam, “Deus do Céu”.

⁴⁴⁵Fridlin, Jairo e Vitor (org.) *Machor Completo, com tradução e transliteração*. Ed. Sefer, São Paulo, 1997, p. 393-394.

“Adonai, ó senhor que no céu está

Dai louvores ao senhor que no céu está

Escutai ó senhor que no céu está

Dai graças ao senhor que no Céu está.”

Diogo Nunes Henriques não acreditava nos dogmas da igreja, na Santíssima Trindade, em Cristo como Deus verdadeiro e nos sacramentos. Apesar de saber que o que fazia era contra os ensinamentos da igreja católica, não acreditava que suas práticas eram pecado. Tinha sua consciência livre de censura, vivia de acordo com o princípio que defendia: a liberdade da alma.⁴⁴⁶

Entretanto, teve um destino um pouco mais brando do que seu sobrinho. Após pedir perdão por seus pecados e se dizer arrependido, recebeu a pena de hábito penitencial perpétuo, passando algum tempo no cárcere para ser instruído nos mandamentos da igreja. Anos depois conseguiu uma licença e retornou ao Brasil.

Suponho que o espírito de rebeldia de Diogo Nunes e do seu sobrinho, Domingos Nunes, tem sua origem na filosofia judaica, pois para o judeu o debate, a crítica e a liberdade de pensamento são características essenciais para o desenvolvimento da humanidade. Para os judeus, o livro mais sagrado é a *Torá*, mas seu grande complemento é o *Talmud*, que discute as diferentes interpretações das leis da *Torá*, formando a base das ideias judaicas e os princípios da fé, filosofia e ética. O debate é promovido durante todo texto escrito e rabinos de diversas correntes propõem sua interpretação sobre o mesmo assunto; a crítica é incentivada.

Podemos completar a análise acima acrescentando outro aspecto que colaborou para a formação da vocação democrática do mineiro. Para Maria Arminda Arruda, essa vocação está relacionada a estrutura econômica, pois advém da

⁴⁴⁶ANTT-IL processo de Diogo Nunes Henriques- número 7487

atividade mineradora, que estabelece um tipo de igualitarismo entre os elementos de todas as classes e extrações. Ela exemplifica essa característica com o tratamento dispensado aos escravos. Se um escravo encontrasse ouro o suficiente para satisfazer seu senhor, ele teria o resto do dia para trabalhar por conta própria, o que lhe dava a oportunidade de uma reserva financeira que lhe serviria, no futuro, para a compra de sua liberdade.

Na região diamantina, se um escravo encontrasse um diamante a partir de 17 quilates e meio, era louvado, coroado com flores e conduzido até a administração do Distrito, onde receberia sua alforria. Essas questões levantaram discussões acerca do tratamento dispensado aos escravos na mineração. O fato de receberem terra para plantar por um lado é analisado como uma suavidade na condição de escravo, mas ao analisarmos com mais profundidade percebemos que é parte de uma conjuntura de escassez de gêneros alimentícios e de uma redução no gasto com a alimentação e manutenção da mão de obra.⁴⁴⁷

Retomando o caso de Diogo Nunes, seu envolvimento com os livros tornou sua situação mais complicada e seu processo mais extenso. Para os Inquisidores, as letras diabolizavam, tiravam o “juízo”. A censura e o cárcere não eram suficientes para corrigir o perigoso pecado da liberdade de ler e de pensar e só a fogueira poderia purificar alma tão “contaminada”. Quando havia uma Visita Inquisitorial, uma das primeiras atitudes tomadas era a convocação à mesa inquisitorial dos homens que possuíam biblioteca em sua residência e que deveriam prestar conta dos exemplares que possuíam em sua casa, garantindo não haver nenhum título listado no Index.⁴⁴⁸

⁴⁴⁷ Arruda, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade*. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1990 p. 77.

⁴⁴⁸ Omegna, Nelson. *A diabolização dos judeus: martírio e presença dos sefaradins no Brasil Colonial*. Ed. Record. Rio de Janeiro, 1969, p. 91-93.

Desconfiava-se da familiaridade dos demônios com a leitura, pela facilidade com que se fazem dissidentes, cismáticos e hereges. Os homens de letra pareciam tão perigosos ao despotismo instalado nas Minas Gerais que foi proibida a presença de advogados no Distrito Diamantino.

As pessoas que ousavam discordar do controle clerical eram chamadas de libertinas. Um exemplo dessa mentalidade foi o Dr. José Vieira Couto. Formado em Coimbra, médico de Tejuco, passou uma temporada se especializando em geologia na Alemanha e depois na Holanda. Ao retornar a Portugal recebeu do secretário do rei a missão de estudar o solo da região mineradora do Brasil e identificar os problemas que levavam à diminuição da produção aurífera e de diamantes⁴⁴⁹. O erudito Dr. Couto possuía uma biblioteca de 601 volumes, a sua maioria sobre história e filosofia, temas que lhe interessavam mais que a medicina. Chama a atenção o fato do Dr. Couto não possuir nenhum exemplar da Bíblia, mas tinha toda a coleção do historiador *Flavius Josephus*, “A História dos Judeus”. Não há, em seu processo inquisitorial, nenhuma menção à sua origem, mas as entrelinhas nos contam que o Dr. Couto possivelmente tinha antepassados judeus, o que justificaria sua mentalidade e seu interesse pela história judaica.

Dr. Couto foi denunciado para o Tribunal do Santo Ofício em 1761, por parentes e amigos músicos. Através de seu processo, podemos entender quais foram as ideias que incomodaram a Inquisição; costumava dizer que não existia inferno, o inferno é na vida; que quando morremos, a alma vai passear nos Campos Elíseos e desfrutar de suas delícias. Negava a confissão, virando a face para a parede, justificava sua atitude afirmando que não suportava o hálito do padre, que vivia constantemente

⁴⁴⁹ Furtado, Junia. "Enlightenment Science and Iconoclasm: The Brazilian Naturalist José Vieira Couto," *Osiris* 25 (2010): 189-212. <https://doi.org/10.1086/657269>.

embriagado. Dizia que ao curar um enfermo, tanto fazia viver ou morrer, porque era tudo o mesmo. Suas declarações refletem a personalidade e as ideias defendidas pelos cristãos novos ao longo de toda a perseguição inquisitorial.

Mas acredito que o mais incomodava a Inquisição portuguesa era o Dr. Couto afirmar que o melhor lugar para se viver era a Holanda, pois cada um podia viver na Lei que queria.⁴⁵⁰ O Dr. Couto nunca foi preso, seu processo correu à revelia, pois o príncipe regente afirmou que ele estava sob sua proteção e realizava um trabalho de extrema importância para o Reino português.⁴⁵¹

Suas pesquisas resultaram na publicação de dois livros: “Memórias sobre a Capitania de Minas Gerais” e “Memórias sobre as Minas”, onde revelou a existência de uma grande quantidade de cobre na região mineradora. Pelo feito, recebeu cargos e honrarias e seus familiares também foram beneficiados com posições de destaque na administração de Tejuco.

Através do exemplo do Dr. Couto e de tantos outros, acreditamos que a influência do espírito democrático está muito mais relacionada à formação da mentalidade de um grupo que conhecia o real valor desse conceito. Os sefaraditas trouxeram para a América uma nova concepção do homem que se liga à tradição que herdou do Sinai: O princípio de liberdade. O filósofo Emanuel Levinas nos lembra que, ao fazer a aliança com o povo judeu, Deus declarou que o povo judeu e os estrangeiros são iguais, formando um só gênero, o humano. Este foi o princípio que marcou a tradição judaica e o qual foi transmitido através das gerações.⁴⁵² A nostalgia da liberdade alimentou durante séculos a mente dos cristãos novos; nos processos

⁴⁵⁰ ANTT-IL. Processo Dr. José Vieira Couto nº 8601

⁴⁵¹ ANTT-IL. Processo de José Joaquim Couto nº 16391

⁴⁵² Levinas, Emmanuel. *Do Sagrado ao Santo. Cinco novas interpretações talmúdicas*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2001

inquisitoriais encontramos lamentos pela intolerância e pela falta de liberdade de consciência⁴⁵³. O princípio da liberdade está encravado na essência dos judeus, porque o receberam na *Torah*, onde pode ser encontrada a afirmação da igualdade perante ao Eterno.⁴⁵⁴ Somente um povo que sofreu perseguições por toda a sua história pode ensinar o verdadeiro valor desses conceitos universais.

A rebeldia contra a opressão do pensamento não conseguiu ser asfixiada de todo, apesar de ter contribuído para bloquear o desenvolvimento da colônia. Os “libertinos” e a contracultura dos cristãos novos continuaram a ser denunciados e durante séculos alimentaram a ideia de que “a vontade é livre” e que o Santo Ofício não podia restringir as “vontades do povo”.

3 - A cultura dos diamantes e os bacharéis

No século XVIII, as Minas Gerais constituíam um conjunto de vales, com pequenos núcleos urbanos à beira das montanhas e ao longo dos rios, que iam da bacia do Rio Grande às nascentes do rio Jequitinhonha.

Segundo João Camilo de Oliveira Torres, a personalidade do mineiro recebeu a influência dessa localização geográfica e clima frio, úmido e de pouca luminosidade, transformando-o em um indivíduo melancólico, reservado, tradicionalista, avesso ao absolutismo e extremismo. Ainda para o autor, o mineiro levava uma vida intimamente ligada aos fatores familiares e religiosos e evitava aglomerações sociais, com exceção

⁴⁵³ Novinsky Anita. Um legado do judeu sefardita: o princípio de liberdade. II Confarad. São Paulo, 2001, p. 33-38.

⁴⁵⁴ Levinas, Emmanuel. Op. Cit. p.,36-40

das festas promovidas pela Igreja, quase obrigatórias a todo bom cristão, e das festas familiares.⁴⁵⁵

Oliveira Torres e outros autores contemporâneos não consideraram, ao se referirem aos mineiros, a influência dos portugueses de origem judaica, que amplamente ajudaram a constituir a população da região mineradora no século XVIII. A miscigenação deixou marcas profundas na cultura brasileira; em geral, costumes ficaram arraigados entre a população, especialmente na região das Minas.

Podemos perceber através da linguagem alguns traços desse comportamento; nas Minas, o sinônimo de um sujeito avarento é sumítico, uma corruptela de semítico. Fazer alguém sofrer ou maltratar é “judiar”. Quando alguém pisa no pé de outro, há um ditado que diz: “quem pisa no pé é o judeu” ou “o de baixo é meu... o de cima é do judeu”. Podemos notar também diversos costumes entre a tradição popular. Quarenta dias após uma mulher dar à luz é costume ir à igreja, rezar, acender uma vela e dar esmola, em referência ao ritual de purificação judaica e a tradição de fazer caridade após uma grande alegria. Também quando nascia uma criança, deixava-se no quarto da parturiente uma lamparina acesa, porque a criança antes de ser batizada (ou circuncidada) não podia ficar no escuro, como proteção contra os maus espíritos. O costume judaico de acender velas toda sexta feira antes do anoitecer se cristianizou e foi transferido para os sábados, quando uma vela era acesa no oratório e deveria queimar até o fim do dia, em culto para nossa Senhora do Carmo pelas almas do purgatório. Também aos sábados era dia de colocar roupa lavada e nova.

Principalmente em Minas e em São Paulo, em tempos passados, poucos comiam carne de animal que não tivesse sido “sangrada”, de acordo com as regras

⁴⁵⁵ Torres, João Camilo de Oliveira. *O Homem e a Montanha*. Livraria Cultura Brasileira. Belo Horizonte, 1944, p. 26-27; 184-185.

alimentares judaicas. Entre o senso comum, corria-se a ideia de que os peixes de couro, abundantes nos rios de Minas, causavam irritação, doenças de pele, e até lepra, devendo ser substituídos pelos peixes salgados do litoral, mais uma referência ao *kashrut* (leis dietéticas judaicas).⁴⁵⁶

Na população de origem judaica, o medo e os horrores da Inquisição criaram, entre eles, o costume de guardar segredo sobre suas práticas, que foi muitas vezes seguido por gerações. As reuniões dos cristãos novos eram fechadas, ocultas, evitando sempre que um cristão velho ou vizinho as percebessem. As práticas proibidas da Páscoa judaica, do Ano Novo e da quebra do jejum do Dia Grande eram disfarçadas de jantares comuns.

Uma tradição que ficou arraigada na população mineira (como em outras comunidades de conversos espalhados pelo Brasil) foi a endogamia, ou seja, o casamento entre pessoas da mesma família. Essa tradição já foi estudada por Lina Gorenstein, que afirmou ser uma prática amplamente difundida entre os cristãos novos na cidade do Rio de Janeiro, não só como uma forma de preservação da família, mas com o objetivo diretamente relacionado à etnia, à preservação e à manutenção dos valores culturais. No caso das Minas, havia uma agravante: a escassa presença de mulheres brancas, que gerou a formação de fechados clãs familiares. Segundo a tradição judaica, a endogamia é um fator essencial da manutenção do povo e da Lei, estratégia largamente praticada entre os sefaraditas da Península Ibérica.⁴⁵⁷ Entre os cristãos novos mineiros, essa estratégia ia além da manutenção das tradições culturais, mas também era uma forma de preservação da vida. Os casamentos entre

⁴⁵⁶ Lima Jr., Augusto. *A capitania das Minas Gerais*. Ed. Itatiaia. Bel Horizonte, 1978, p. 86

⁴⁵⁷ Gorenstein, Lina. *A Inquisição contra as mulheres*. Associação editorial Humanitas. São Paulo, 2005, p. 256-257.

cristãos novos e velhos representavam uma ameaça à toda a família, que poderia ser denunciada pelo novo integrante cristão velho ao Santo Ofício.

A atuação econômica também colaborou na difusão da cultura marrana nas montanhas; alguns ofícios, como o mascate e o caixeiro-viajante difundiam a cultura material e outros, como médicos, boticários e bacharéis traziam para as vilas as novas ideias.

Nas frequentes viagens, os mascates traziam do Rio de Janeiro e da Bahia, as últimas novidades da moda, da música e da literatura. Por vezes eram os portadores de cartas de conteúdo codificado e secreto de um parente que vivia nos grandes centros, para outros das vilas, como já exemplificado em capítulos anteriores.

Os médicos, os farmacêuticos e os bacharéis tinham um papel fundamental na circulação de novas ideias. Entre os cristãos novos que viviam nas Minas, foram presos e denunciados oito médicos, um boticário e três bacharéis. Os médicos e os bacharéis haviam passado muito tempo fora da Vila, influenciados pela mentalidade universitária. Ao retornar, o “doutor” passava a frequentar casa da elite, que, muitas vezes o indagava sobre política e quais as novidades de Coimbra. Com uma cultura mais elevada e inclinados à leitura, os médicos e os bacharéis, como já dito no capítulo anterior, representavam uma ameaça ao poder instituído, *“responsáveis pela infiltração de ideias proibidas, as obras de autores franceses penetravam clandestinamente alimentando o espírito e a mentalidade dos brasileiros contra o absolutismo e a intolerância.”*⁴⁵⁸ Diversos foram os estudantes brasileiros presos na Universidade de Coimbra por possuírem e lerem livros proibidos, como também ocorreu entre os médicos e bacharéis das Minas, enviados à Lisboa. O controle, que

⁴⁵⁸ Novinsky, Anita. A Censura e o tráfico de ideias. In *Viver nos tempos da Inquisição*. Ed. Perspectiva. São Paulo, 2018, p. 167.

inicialmente teve um caráter aparentemente religioso, se tornou visivelmente político. O livro passou a ser visto como um perigo extremo e a fiscalização se estendia dos cargos oficiais à intimidade dos lares.

A farmácia, na segunda metade do século XVIII, tornou-se um local de encontros e de arranjos. O boticário muitas vezes exercia também um cargo municipal. O farmacêutico tinha grande influência na política local. À noite, os mais prestigiosos elementos da sociedade se reuniam na farmácia para café e discussões. Como exemplo, podemos citar uma família de médicos e boticários cristãos novos, que viveram em Sabará e nas Minas de Paracatu, perseguidos pela Inquisição. João Henriques, boticário, vivia há cerca de dois anos no Brasil quando foi preso pela Inquisição e remetido a Lisboa. Seu tio, o médico cristão novo Antônio Ribeiro Sanches, vivia em Sabará e foi quem o recebeu e o ajudou nos primeiros tempos a se instalar no Brasil e abrir sua botica. Seus pais haviam ouvido falar em Portugal que a região brasileira era muito promissora para novos médicos e farmacêuticos, por isso decidiram enviar o filho aos cuidados do tio. Na mesma época, vários parentes da família Henrique, que viviam na Ilha da Madeira, haviam sido denunciados e enviados aos cárceres do Santo Ofício, o que contribuiu para que João Henriques resolvesse tentar a profissão em terras distantes.

Denunciado pelos parentes presos, João Henriques, homem ligado as letras, parecia não entender os mecanismos inquisitoriais. Confessou as práticas judaicas e revogou sua confissão por cerca de quatro vezes. Foi acusado por vigias do cárcere de fazer, durante o período em que permaneceu nos Estaus, onze jejuns judaicos. Foi considerado dissimulado pelos inquisidores, que o levaram ao tormento. No potro, afirmou ter sido ensinado sobre o judaísmo por sua tia que vivia em Funchal, conhecido refúgio de criptojudeus. Dos companheiros do Brasil, só denunciou o primo

médico, Miguel Nunes Sanches, que já se encontrava preso em Lisboa. Os inquisidores não haviam ficado satisfeitos ainda. Em nova audiência, contou o que sabia sobre os rituais judaicos, mas aparentemente não estava ligado com as antigas tradições, não conhecia com detalhes os rituais, por isso jogou, tentou falar o que achava que os inquisidores queriam ouvir, afirmou que não sabia que havia contradições entre a Lei de Cristo e a Lei de Moisés, acreditando ser esse um bom argumento. Sua estratégia não deu certo e foi condenado à fogueira. Saiu em auto de fé privado, em uma igreja onde recebeu sua sentença de morte.⁴⁵⁹

Diferente destino teve seu tio, o médico Antônio Ribeiro Sanches, que parecia conhecer muito bem a estrutura inquisitorial. Ao ser preso em 1747, foi logo denunciando todos os familiares: pais, irmãos e irmãs, primos, sobrinhos, tios. Também demonstrou conhecer bem os rituais judaicos e confessou jejuns, o período de luto de uma semana dos judeus (*shivá*) e a alimentação segundo as regras judaicas. Falou tudo o que os inquisidores esperavam dele; por ser homem culto, formado em Coimbra em gramática, filosofia e medicina, soube bem como agir perante o Tribunal. Saiu em auto de fé e recebeu a sentença de hábito penitencial com confisco de bens. Retornou a Bahia, conseguiu refazer sua vida e consolidou sua carreira em Londres.⁴⁶⁰ Médico renomado, foi consultado pelo Marquês de Pombal sobre sugestões para a Reforma do ensino da medicina em Portugal.⁴⁶¹

Apesar da intensiva presença da Igreja na sociedade mineradora, o mineiro não expressa um fervor religioso excessivo, como demonstramos com o processo de João Henriques.⁴⁶² Havia um profundo sincretismo religioso, como por exemplo no caso do

⁴⁵⁹ ANTT-IL. Processo nº 8378. João Henriques.

⁴⁶⁰ ANTT-IL. Processo nº 11603. Antonio Ribeiro Sanches.

⁴⁶¹ Weffort, Francisco. Formação do pensamento político brasileiro. Ed. Ática. São Paulo, 2006, p. 137

⁴⁶² Torres, João Camilo de Oliveira. O Homem e a Montanha. Livraria Cultura Brasileira. Belo Horizonte, 1944, p. 167.

Santo Abraão, protetor contra berreiro de crianças pequenas, muito encontrado nos oratórios de residências com bebês ou a presença de santos católicos ao lado de símbolos judaicos, como a imagem abaixo da *Menorah* (castiçal de sete braços) do século XVIII.

Segundo Anita Novinsky, alguns marranos desenraizados do ponto de vista religioso aprenderam a adaptar-se a um mundo completamente profano e começaram a buscar o sentido do mundo no mundo mesmo, e não em Deus⁴⁶³. Esse comportamento interferiu na constituição da personalidade do mineiro.

A seguir um castiçal com forma de *menorah*, do século XVIII, encontrado por Anita Novinsky em uma residência de Minas Gerais; ao lado, uma imagem de Santo Antônio. Um exemplo da simbiose cultural.

Figura 11: Menorá
Fonte: Arquivo particular Anita Novinsky

⁴⁶³ GEBHARD, Carl, Spinoza, Editorial Losada, S. A., Buenos Aires, 1940, p.18. *apud* Novinsky, Anita. Cristãos Novos na Bahia. Ed. Perspectiva, 1992, p. 141-162.

Considerações Finais

Com o estabelecimento da Inquisição em Portugal em 1536, muitos cristãos novos, temendo pelo seu destino, buscaram refúgio em outras regiões, entre elas a distante colônia brasileira.

Os cristãos novos chegaram ao Brasil junto com os primeiros colonizadores. O Novo Mundo representava uma oportunidade para reconstruírem suas histórias. No início espalharam-se por todo o litoral de norte a sul e colaboraram para a formação das novas vilas, cidades e para o desenvolvimento da economia. A sua criatividade aflorou e os desafios da nova terra fizeram com que se tornassem empreendedores.

Muitos cristãos novos viam o Brasil como a Terra Prometida e ligaram-se intimamente com a composição étnica do povo brasileiro. Abriram caminhos, construíram estradas e estavam entre os pioneiros desbravadores do sertão, quando foi encontrado o ouro e diamante no Brasil.

No século XVIII, com a novidade mineralógica, o fluxo migratório dos cristãos novos se intensificou, deixando em Portugal vilas inteiras abandonadas. Alguns fizeram fortuna, enviaram seus filhos para estudar na Universidade de Coimbra e integraram a elite social e política.

Como homens de negócio, organizaram redes comerciais para abastecer a região mineradora, além de atuar diretamente como proprietários de lavras e intermediários para o mercado europeu de pedras preciosas.

Foram responsáveis por enviar toneladas de ouro e diamantes aos cofres portugueses através de seus impostos. Portugal saía de uma grave crise econômica, mas muito do ouro que chegava do Brasil, seguia diretamente para a Inglaterra como forma de pagamento dos produtos adquiridos pelos portugueses.

A riqueza do Brasil colaborou muito mais com o desenvolvimento econômico inglês do que português, reforçando ainda mais a dependência do Reino em relação à Inglaterra.

Durante o reinado de D. João V, a Inquisição endureceu sua atuação e os cristãos novos, que acreditavam estarem longe de seus olhos, foram surpreendidos pelos seus “braços”. O Santo Ofício nunca teve um Tribunal no Brasil, mas seus agentes, comissários, familiares e bispos conseguiram prender e enviar um grande número de luso-brasileiros, para os cárceres em Lisboa.

Os antigos Estatutos de Pureza de Sangue do século XV, que exigiam ausência de antepassados judeus ou muçulmanos para se poder ocupar uma grande variedade de cargos no reino, como a entrada nas Ordens Militares, foram aplicados nas Minas. A Inquisição, além de ser um mecanismo de controle da sociedade, poderia ser era um instrumento de hierarquização da sociedade mineradora, pois todos os títulos concedidos passavam pelo foro da Casa Real e das ordens militares, exigindo consequentemente a “Limpeza de Sangue”.

Esse processo determinou a implementação de diversas leis que proibiram a circulação de cristãos novos pelas novas estradas, ou a concessão de títulos e honrarias. Eventualmente, os conversos conseguiram contornar a situação através da compra clandestina de certificados chamados *Habilitação de Genere et Moribus*, que lhes autenticava a suposta “pureza sanguínea”.

Nas Minas, os cristãos novos constituíam um grupo heterogêneo, mas destaca-se uma parcela que se identificava com os judeus, não somente através da religião, mas principalmente através da identidade que os ligava à sua origem. Uma identidade que não poderia ser escolhida, mas que era transmitida pelo sangue.

Alguns conservavam costumes confusos e semi-conscientes, outros se tornavam agnósticos e um pequeno grupo, principalmente os homens de negócio em contato com as comunidades judaicas da Itália ou da Holanda, tinham algum conhecimento da religião. Eram vistos como uma grande ameaça ao poder instituído, a igreja, por que a maioria contestava os dogmas católicos e a visão de mundo imposta pelo catolicismo oficial.

No capítulo I deste trabalho procurei demonstrar a importância da entrada e da descoberta dos diamantes brasileiros nos cofres portugueses, ao mesmo tempo em que aumentava a dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra. A riqueza que o Brasil enviava a Portugal foi em parte destinada à igreja, face a alta religiosidade de D. João V. A Inquisição endureceu sua atuação, fazendo com que houvesse uma forte tentativa dos cristãos novos portugueses de fugir do Reino, aliada à possibilidade de ascensão social através da mineração no Brasil.

No capítulo II, demonstrei a intensa participação dos cristãos novos do Brasil nas primeiras descobertas mineralógicas, sua contribuição na abertura de novos caminhos que ligavam os centros da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo à região mineradora e na formação das novas vilas pelo interior brasileiro. Mostrei que os cristãos novos paulistas estavam entre os fundadores e pioneiros na expansão do território brasileiro e que acreditavam construir para si mesmos uma pátria.

No capítulo III - IV, destaquei os cristãos novos como os responsáveis pela descoberta dos diamantes e seu envolvimento com a extração e a administração da região produtora desde o início. As dificuldades e a aridez da sociedade diamantina que influenciaram no modo de vida da população local.

No capítulo V, demonstrei que nas primeiras décadas do século XVIII, os recém-chegados conseguiram constituir grandes redes de negócios, associando-se a

mercadores de Londres, Amsterdam e Lisboa. Os cristãos novos paulistas que viviam nas Minas e os conversos portugueses também tiveram destaque no abastecimento interno da região, através de suas redes de parentesco e negócios com associados do Rio de Janeiro e Bahia, gerando grande circulação e possibilidade de ascensão social.

No capítulo VI, faço um panorama da intensa participação de judeus europeus e cristãos novos no comércio internacional de pedras preciosas e na atividade joalheira, desde o início da época moderna. Como essa tradição foi utilizada para criar sociedades multiculturais e transnacionais entre homens de negócio da América, Europa e Ásia. Através da documentação estudada, pudemos perceber que os mercadores judeus portugueses se especializaram no comércio de pedras preciosas e combinavam o comércio das pedras brutas a outras mercadorias, como cana de açúcar, azeite e tecidos. Com o acirramento da vigilância inquisitorial, os conversos portugueses que atuavam no setor transferiram seus negócios para Amsterdam, Londres e Antuérpia. A Antuérpia superou as cidades italianas no negócio da lapidação, Londres tornou-se centro dos negócios de pedras preciosas e Amsterdam especializou-se na negociação das joias. Os judeus dessas comunidades mantinham rede de confiança com parentes de diversas regiões, como França, Portugal, Inglaterra, Antuérpia, Itália e Índia, que atuavam ostensivamente no setor; essas redes incluíam mercadores de diferentes nacionalidades e origens, formando redes transnacionais e globalizadas.

O ouro e o diamante do Brasil tiveram um breve período nos cofres portugueses, sendo grande parte de seu lucro direcionado para o pagamento de dívidas comerciais com os ingleses ou desviados através de contrabando para a

Inglaterra. Essa riqueza colaborou para a acumulação de capital inglês que serviu para o desencadeamento da Revolução Industrial.

O capítulo VII defende que não foram somente os portugueses que tiveram seu sonho do Eldorado arruinado; os cristãos novos que vieram para o Brasil em busca de uma nova esperança foram alcançados pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, que seguiu o rastro do ouro e fez no século XVIII, seu maior número de vítimas. Os cristãos velhos buscavam na chancela da Limpeza de Sangue, conferida pelo Santo Ofício, a oportunidade de se consolidar perante a elite colonial, assumindo o cargo de familiar do Santo Ofício, e criando uma extensa rede de delações, o que impactou profundamente na sociedade mineradora, trazendo para a região o medo e o terror impostos à sociedade portuguesa.

No capítulo VIII, podemos ver que muitos imigrantes portugueses de origem judaica se assimilaram e desapareceram para o judaísmo, porém uma pequena parte, principalmente os que mantinham contato com os mercadores judeus de Londres e Amsterdam, tinham um razoável conhecimento das tradições religiosas de seus antepassados, formaram verdadeiras sociedades secretas que atuavam na clandestinidade e comunicavam-se através de códigos e figuras de linguagem para combinar reuniões, onde se comemoravam as festividades judaicas ou trocavam informações acerca de amigos e parentes presos pelo Santo Ofício. Entre o grupo de conversos que vivia nas Minas, há um exemplo atípico entre os marranos, a classe dos vultosos comerciantes e mercadores de Minas; apesar do medo e do perigo, mostraram-se mais observantes em relação às práticas religiosas. No resto do Brasil, em geral, quanto maior era o nível de instrução, mais agnósticos se tornavam os homens, mas nas Minas, alguns que mantinham ativo contato com comunidades judaicas na Europa, desafiaram a ordem estabelecida.

A ascensão social possibilitou à burguesia enviar seus filhos para a universidade; coube aos jovens que retornavam da universidade de Coimbra a divulgação dos ideais democráticos, de liberdade e justiça. Os bacharéis, como eram chamados, trouxeram para a sociedade mineradora as modernas ideias da ilustração, que já haviam aprendido na ética judaica e, apesar do distanciamento religioso, mantinham sua identidade através dos princípios éticos herdados da sua tradição. Esse grupo deixou suas marcas na cultura mineradora e influenciou o modo de vida da sociedade brasileira.

Fontes

1 Fontes Primárias

Manuscritas:

Instituto do Arquivo Nacional Torre do Tombo- Inquisição de Lisboa

Processo .8025. Antônio de Sá de Almeida.
Processo n. 2801 Antônio Ribeiro Furtado
Processo n. 11603. Antônio Ribeiro Sanches
Processo n. 2134 David Mendes da Silva
Processo n. 821. Diogo Correa do Vale
Processo n. 2646 Diogo Dias Correa
Processo n. 7488. Diogo Nunes
Processo n. 7487 . Diogo Nunes Henriques
Processo n 2121. Diogo de Ávila Henriques.
Processo n. 6759 Duarte da Costa Fonseca
Processo n. 11965 Francisco Ferreira Izidro
Processo n 6486. Gaspar Henriques
Processo n. 430 José Nunes
Processo n. 3752 João de Matos Henriques
Processo n. 8018 João Rodrigues de Mesquita
Processo n.14407 Manuel de Albuquerque Aguilar
Processo n.1518 Manuel Matos Dias
Processo n. 8112 Miguel Nunes Sanches
Processo n. 11329 . Manuel Nunes Bernal.
Processo n. 1292. Francisco Nunes de Miranda
Processo n 675. Manuel Mendes Monforte.
Processo n 9542. Manuel Nunes da Paz.
Processo n. 2293. Felix Nunes de Miranda
Processo n. 8106-1 Martinho da Cunha Oliveira
Processo n. 11431. Rosa Maria Pessoa
Processo n. 6989. Ana do Vale
Processo n. 4220. Elena do Vale
Processo n. 4219 Duarte Rodrigues Ramires
Processo n. 8378 João Henriques
Processo n. 9973. Miguel de Mendonça Valladolid
Processo n. 8887. Antônio Cardozo Porto
Processo n 8659 Tomas Pinto Ferreira
Processo n 8601 dr. José Vieira Couto
Processo n 16391. José Joaquim Couto
Processo nº 8131 e 8132-1. Duarte da Silva
Processo nº 4107. Rodrigo Aires Brandão
Processo nº 11752. Jorge Dias Brandão
Processo nº 5407. Francisco Dias da Silva
Processo nº 08133. D. Catarina da Silva
Processo nº 1301 D. Branca da Silva

Caderno do promotor 77, 10 (65) (66). Arroja. Los Judios I p. 317. Don Tomas de Aguilar Rendon. Processo: Legajo 136 número 95, 7, processo terceiro 1664-1669, pel segunda, fols 41(53) r-61 (73)r

Caderno do promotor 3. Livro 324 (1731-1739), fol. 0286-0287, doc. 174

Doc. Junta do comércio. *Livros de Matrícula de comerciantes nº 185 e 186*

Doc. Nº 0013. Correspondências expedidas para o Brasil. 1732-1749. Cartas do Cardeal da Cunha e deputados de Lisboa para Manuel Freire Batalha. Mç 61 nº 13
Doc. nº 0818. Caderno do Promotor nº 124. 1740-1761

Diligencia de Habilitação da ordem de Cristo de Fernando Dias Paes Leme da Camara. Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra F, mç. 25, n.º 37

Manuscrito da Livraria. Documentos relativos ao casamento da infanta D. Catarina com Carlos II, rei da Inglaterra. Contrato e acordo sobre o galeão São Luis e cartas dirigidas a Francisco de Melo, Conde da Ponte e Marquês de Sande, do Conselho de guerra, embaixada exterior do rei de Portugal em Inglaterra e procurador do contrato matrimonial da Infanta D. Catarina de Bragança. 1657-1667

Outros arquivos

Arquivo eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Devassa de 1748-9. Prat. Z. nº4; Devassa de 1742-43. Prat. Z nº1 e Devassa de 1722-23

Arquivo Público Mineiro. Câmara Municipal de Ouro Preto, fundo da APM. 06. F. 33-34v.

Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial 98 f. 122

Documento Coleção Pombalina. 12 de julho de 1771. Septima inspecção ou dedução compediosa dos contratos de mineração dos diamantes. Códice 695. Biblioteca Nacional de Lisboa.

Documento Coleção Pombalina. Carta a Gomes Freire de Andrade. 3 de dezembro 1755. Códice 126. Biblioteca Nacional de Lisboa.

Carta de 16 de dezembro de 1788. Biblioteca Nacional de Lisboa. Catálogo Missivas administrativas nº 2047. Códice 51- XII folha 541-543

Primárias Impressas:

Alvará em forma de Lei, por que Vossa Magestade ha por bem ampliar, cassar, e abolir a capitação, que pagão ao seu Real Erario os moradores das Minas geraes :e excitar, restabelecer, e reintegrar para a cobrança do Direito Senhoreal dos Quintos o outro methodo, que os ditos moradores propuzerão ao Conde das Galvêas em vinte

e quatro de março de mil setecentos e trinta e quatro, e que foi por elles praticado desde aquelle tempo; até o em que a mesma capitação teve o seu principio : para Vossa Magestade ver. Publicado na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. Lisboa, 1750.

In <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/25659>.

A justiça na capitania das Minas Gerais- correspondência de D. Rodrigo José de Menezes com o ministro Martinho de Mello e Castro. Revista do Arquivo Público Mineiro. Nº IV, 1899. P. 4-17

Arquivo Público Mineiro, S.C.226 f. 2v. Carta do governador Pedro Maria Xavier de Athaide e Melo, 1803. Revista do Arquivo Público Mineiro in siaapm.cultura.mg.gov.br

Carta de D. Luís da Cunha ao rei de Portugal, 1748-1749. Transcrito do Conselho aos Governantes. Coletânea organizada por Walter Costa Porto. Ed. Senado Federal. p. 599-647 in www.cdped.org.br/carta_Luis_da_cunha.pdf

Brito, Francisco Tavares de. *Itinerário Geográfico*. Da Oficina de Antonio da Sylva. Sevilha, MDCCXXXII .

Boschi, Caio. *Fontes primárias para a História de Minas Gerais em Portugal*

Boschi, Caio e Quintão, Regis. *Minas Gerais nos reservados da Biblioteca nacional de Portugal*. PUC-MG. Centro de memória e Pesquisa Histórica. Belo Horizonte, 2017

Coleção das Notícias dos primeiros Descobrimientos das Minas na América que fez o Doutor Caetano da Costa Matoso sendo Ouvidor Geral das Minas de Ouro Preto de que tomou posse em fevereiro de 1749 e vários papeis.

Derby, Orville. *Um mappa antigo de partes das Capitanias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro*. Revista do Instituto histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1897. v. II, p. 197-220.

Diário da Jornada que fez EXM Senhor D. Pedro desde o Rio de Janeiro athe a cidade de São Paulo e desta athe as Minas 1717. Revista do Patrimônio histórico Artístico Nacional n 3, 1939. (Cópia Fiel do Ms 382-8 da Academia de Sciencias.)

Eymerich, Nicolau. *Manual dos Inquisidores. Directorim Inquisitorum*. Ed. Rosa dos Tempos, 1993

Funck-Brentano, Frantz. L'affaire du collier, d'après de nouveaux documents recueillis en partie par A. Bégis, Paris, 1901

Ley do Contrato de Diamantes do Brasil: 11 de agosto de 1753. Impresso na Officina de Miguel Rodrigues. John Carter Brown Library. Portugal and Brazil Collection.

Lisante, Luís. *Negócios Coloniais. Uma correspondência colonial no século XVIII*. Visão Editorial. São Paulo, 1973

Novinsky, Anita. Inquisição: *Inventários dos bens confiscados a cristãos novos*. Ed. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Livraria Camões.

Os privilégios do Inglez nos Reynos e Domínios de Portugal Contheudos no Tratado de Pas concluído por Oliver Cromwell e varias Leys, Decretos &c. Ao que se ajuntou a nova Ley de El Rey de Portugal tocante aos Diamantes que se achão no Brasil. Londres, MDCCXXVI (1736)

Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça. Denúncias da Bahia 1591- 1593. Ed. Paulo Prado. São Paulo, 1925

Livro das Denúncias que se fizeram na Visitação do Santo Ofício à cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos, no ano de 1618. Inquisidor e Visitador o Licenciado Marcos Teixeira. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional, 1936

VIII- Mercê pedida por Francisco Machado da Silva como descobridor do Serro Frio. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano I, 1896 p. 208

Regimento para os administradores do Contrato dos Diamantes. Regia Officina Typografica. Lisboa, MDCCLXXI (1771)

Santuário Mariano e história. Livro III. Título VII e VIII

Sarmiento, Jacob de Castro. "Diamantes". *In Materia Médica: physico Historica-mecanica, Reyno Mineral*. Londres, 1735

Sobre o descobrimento dos diamantes na Comarca de Serro Frio. Primeiras administrações. Revista do Arquivo Público mineiro. Belo Horizonte, v. VIII, 1902. p. 215-263.

Vieira, Padre Antônio. *Escritos históricos e políticos*. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 1995

2 Cronistas e Viajantes

Antonil, André João. *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e Minas*. Edusp. São Paulo, 2007

Diário da Jornada que fez EXM Senhor D. Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo e desta até as Minas 1717. Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional nº 3, 1939.

W Dampier. *A Voyage to New Holland 1699*. Printed for James and John Knapton at the Crown in Saint Paul's Churchyard, Londres, 1729

In <https://ia802308.us.archive.org/6/items/avoyagetonewholl15675gut/15675-h/15675-h.htm>

Froger, François. *A relation of a voyage made in the years 1695, 1696, 1697, on the coasts of Africa, Streights of Magellan, Brasil, Cayenna, and the Antilles, by a squadron of French men of war, under the command of M. de Gennes by the Sieur Froger*. Printed for M. Gillyflower ; W. Freeman, M. Wotton; J. Walthoe ; and R. Parker. Londres, 1698

in <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A40503.0001.001?view=toc>

Gardner, George. *Viagens no Brasil. Principalmente nas Províncias do Norte e nos Distritos de ouro e diamantes durante os anos de 1836-1841*. Brasiliana v. 223. série 5ª. Trad. Albertino Pinheiro. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1942

Mawe, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Ed. Itatiaia. Belo Horizonte, 1976.
Malouet, Pierre Victor. *Memoires du Malouet*. E. Plon et Imprimeurs editeurs. Paris, 1874. Tomo I

Rosário, frei Antonio. *Frutas do Brasil numa nova e ascética monarquia consagrada a santíssima Senhora do Rosário*. Officina de Antonio Pedrozo Gaham. Lisboa, 1702

Rugendas, João Maurício. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Livraria Martins Editora, Universidade de São Paulo, 1972.

Saint- Hilaire, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Tradução de Leonam de Azeredo Pena. São Paulo : Companhia Editora Nacional

Sarmiento, Jacob de Castro. "Diamantes". In *Materia Médica: physico- Historica-mecanica, Reyno Mineral*. Londres, 1735. John Brown Carter Library. Portugal and Brazil Collection, www.archive.org/details/materiamedicaphyooast

Vasconcelos, Pe. Simão de. *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Tipografia de João Inácio da Silva. Rio de Janeiro, 1864

Referências

1 Bibliografia específica

Almeida, Carlos Alberto Ferreira. *O culto a Nossa Senhora, no Porto, época moderna: perspectiva antropológica* in www.ier.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6333.pdf

Alencastro, Luiz Felipe. *Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. Companhia das Letras. São Paulo, 2000.

Arruda, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade*. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1990.

Azevedo, João Lúcio. *Novas Epanáforas*. Livraria Clássica Editora. Lisboa, 1932.

Benassar, Bartolomé. *Inquisicion espanola: poder político y control social*. Editorial Critica. Barcelona, 1981.

_____. Une fidelité difficile: les nouveaux chrétiens da Bahia e Rio de Janeiro aux XVII ème et XVIII siècles In: *Histoire, economies et Sociétés*, 2 année, 1988.

_____. (org.) *L'Inquisition Espagnole XV-XIX siècle*. Hachette. Paris, 1977.

Boschi, Caio. "As visitas diocesanas e Inquisição na colônia". *Revista Brasileira de História* v. 7 nº14 SP, 1987.

_____. "As diretrizes metropolitanas, a realidade colonial e as Irmandades mineiras". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte nº 65.

_____. *Os leigos e o poder*. Editora Ática. São Paulo, 1986.

_____. *Fontes primárias para a História de Minas Gerais em Portugal*. Ed. Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 1979.

_____. *Como os filhos de Israel no deserto? (ou a expulsão de eclesiásticos em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII)* *Vária História*, Belo Horizonte, nº 21 p. 119-141

Boxer, Charles. *A idade de Ouro no Brasil*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1963

_____. *Brazilian Gold and British Traders in the First Half of the Eighteenth Century*. IHAHR. Vol 49- august nº3, 1969

Braudel, Fernand. *Civilização Material, economia e capitalismo. Os jogos das trocas*. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 2009

Calainho, Daniela Buono. *Agentes da Fé- Familiares da Inquisição portuguesa no Brasil Colonial*. EDUSC, Bauru-SP, 2006

Castro, Eduardo Machado. *A Inconfidência Mineira*. Ouro Preto, 1896, parte 1ª capítulo 1º. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano VI, fascículos III e IV, p. 1069-1074 in Lima, Mario (org.) *Collectanea de Auctores Mineiros: Prosadores v I*. Imprensa Official. Belo Horizonte, 1922 p. 181

Costa, Iraci del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE/ USP, 1979

Cavalcante, Paulo. *Negócios de Trapaça. Caminhos e descaminhos na América Portuguesa (1700-1750)*. Ed. Hucitec. São Paulo, 2006

Cotta, Francis Albert. *O Comércio Negro em terras diamantinas: práticas quilombolas nas minas do século XVIII*. In www.efafich.ufmg.br/pae/apoio/ocomercionegroemterrasdiamantinas.pdf.

Epstein, Edward Jay. *The Rise and Fall of Diamonds: The shattering of a brilliant illusion*. Simon and Schuster, 1982.

Faveau, Jean-Claude. *Le prince Louis cardinal de Rohan-Guéméné ou les diamants du roi*, Paris, L'Harmattan. 2007.

Fernandes, Neuza. *A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII*. Ed. UERJ. Rio de Janeiro, 2004.

Figueredo, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. Ed. Hucitec. São Paulo, 1997.

_____. *O Avesso da Memória, cotidiano e trabalho da mulher nas Minas Gerais no século XVIII*. Ed. José Olímpio, Rio de Janeiro, 1993.

Fisher, H E S. *The Portugal Trade*. Methuen and Co. London, 1971

Fragoso, João & Bicalho, Maria Fernanda & Gouvêa, Maria de Fátima (org). *O Antigo Regime nos trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008.

Fridlin, Jairo (org.). *Sidur Completo*. Ed. Sêfer. São Paulo, 1997.

Frieiro, Eduardo. *O Diabo na livraria do Conego*. Editora Itatiaia. Belo Horizonte, 1981.

Frieiro, Eduardo. *Feijão, Angu e Couve*. Ed. Livraria Itatiaia. São Paulo, 1982. (1ª edição, 1892).

Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 5ªed. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1963

Furtado, Junia Ferreira. *Homens de negócio: A interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo, ed. Hucitec, 1999.
_____. *O livro da Capa Verde*. Ed. Annablume/UFMG, 2008.

_____. *Chica da Silva e o Contratador de diamantes*. Companhia das Letras. São Paulo, 2003.

_____. “O labirinto da fortuna ou os revezes na trajetória de um contratador de diamantes”. Universidade Federal de Minas Gerais. Revista História: Fronteiras, p. 309-320.

_____. “O Distrito de Diamantes: uma terra de estrelas” in *História das minas Gerais: as Minas Setecentistas v. 1* (org. Villalta e Rezende) Ed. Autêntica e Editora Companhia do tempo. Belo Horizonte, 2007. p. 303.

_____. *“Oráculos da geografia Iluminista. Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2012.

_____. (org.) *Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira*. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2000. V. 1.

_____. e Maria Leônia Chaves de Rezende (org.) *Travessias Inquisitoriais das Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso brasileiro (sécs- XVI – XVIII)*. Ed. Fino Traço. Belo Horizonte, 2013. P. 189-238.

Godinho, Vitorino Magalhães. *Mito e Mercancia, Utopia e Prática de Navegar (séculos XIII-XVIII)*. Difel, Difusão Editorial Ltda. Lisboa, 1990.

Gorenstein Ferreira da Silva, Lina. *Heréticos e Impuros*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro, 1995.

Gonçalves, Adelto. *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999.

Guinsburg, Carlo. “O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações”. In: Guinsburg, C. *A micro-história e outros ensaios*. Difel. Lisboa, 1989

Guimarães, André Rezende. “Moedas Falsas e negócios: o Território do Lícito nas Minas setecentistas” In www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais.

Halliday, Andrew. *The Present State of Portugal and the portuguese army*. G.R. Clarke, Edinburgh, 1812

Holanda, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ªed. Companhia das letras, 2004. São Paulo. P

_____. *História da civilização brasileira: A Época colonial*. Tomo I v. 2. Difel/ Difusão Editorial. São Paulo, 1982.

_____. *Visão do Paraíso*. Companhia das Letras. São Paulo, 2010.

Israel, Jonathan I. *Radical Enlightenment. Philosophy and the Making of Modernity 1650-1750*. Oxford University Press. Londres, 2001.

_____. *La Juderia europea en la era del mercantilismo, 1550-1750*. Catedra. Madrid, 1992.

_____. *Diasporas Within a Diaspora: Jews, Crypto Jews and the world Maritime Empires*. Ed. Brill. Londres, 2002.

Jobim, Leopoldo. "O Santo Ofício da inquisição no Brasil setecentista: estudo de uma denúncia". *Estudos Ibero americanos*, São Paulo: PUC-RS v. 13 nº 2

Kantor, Iris. *Ritualidade Pública no processo de implantação do Bispado de mariana (Minas Gerais 1745-1748)*. Projeto história (PUC-SP) v. 24. São Paulo, 2001, p. 229-242. [in revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/10438/7775](http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/10438/7775)

KAYSERLING, Meyer. *A história dos Judeus em Portugal*, São Paulo. Editora Pioneira, 1971.

Kagan, Richard and Morgan, Phillip. *Atlantic Diaspora. Jews, Conversos and Crypto-Jews in the Age of Mercantilism. 1500-1800*. The John Hopkins University Press. Baltimore, 2009.

Lamounier, Bolívar. *Moinho, Esmola, moeda, Limão- Conversa em Família*. Ed. Augurium. São Paulo, 2004.

Las casas, Bartolomé de. *História de las Índias* (século XVI). México. Fondo de Cultura econômica, 1951.

Langer, Johnni. "O Mito do Eldorado: origem e significado do imaginário sul-americano (século XVI)" . *Revista de História* 132. 1 semestre de 1997. FFLCH- Universidade de São Paulo.

Lemos, Celina Borges. *Diamantina e sua arquitetura nos contextos da formação do arraial e consolidação da Vila: registros e manifestos de modernidade na paisagem cultural entre séculos XVIII e XIX*. In www.cedeplar.ufmg.br/seminarios_dimantina/2008

Lemos, Maximiano . *Jacob de Castro Sarmiento*, Typ. da Encyclopedia Portuguesa Illustrada, Porto, 1950.

Lewkowicz, Ida. "Confisco do Santo ofício e formas de riqueza nas Minas Gerais no século XVIII" in Anita Novinsky e Maria Luiza Tucci Carneiro (orgs), *Inquisição, Ensaio sobre mentalidade, heresia e arte*. São Paulo, Expressão e Cultura/ Edusp 1992, p. 208-224.

Lima, Jr., Augusto de. *A Capitania das Minas Gerais*. Ed. Itatiaia- Ed. da Universidade de São Paulo. Belo Horizonte/ São Paulo, 1978.

_____. *História dos diamantes nas Minas Gerais*. Edições Dois mundos - Livros de Portugal. Rio de Janeiro, 1945.

_____. *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*. Ed. PUC Minas/Autêntica. Belo Horizonte, 2008.

_____. *As primeiras Vilas do Ouro*. Estabelecimentos gráficos Santa Maria. Belo Horizonte, 1962.

Lima, Alceu Amoroso. *A Voz de Minas*. Livraria AGIR Editora, 1946.

Lima, Mário (Org.) *Collectanea de Auctores Mineiros*. V. I. Imprensa oficial. Belo Horizonte, 1922.

Macedo, Jorge Borges. Problemas da história da Indústria portuguesa no século XVIII. Associação Indústria portuguesa. Lisboa, 1963.

Machado Filho, Aires da Mata. *Arraial do Tijucu Cidade Diamantina*. Livraria Martins Fontes. São Paulo, 1957.

Machado, Alcântara. *Vida e Morde de um Bandeirante*. Ed. Martins. São Paulo, 1965

Magalhães. Joaquim Romero. “O Projecto de D. Luís da Cunha para o império português” in F Ribeiro da Silva, M Antonieta Cruz, J Martins Ribeiro, H. Oswald (org.) *Estudos em homenagem a*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Ed. Francisco Ribeiro da Silva. Porto, 2004.
disponível em: www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5002.pdf

Martinho, Lenira Menezes e Gorenstein, Riva. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Coleção Biblioteca Carioca. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo Esportes. Rio de Janeiro, 1992.

Maxwell, Kenneth. *A Devassa da Devassa. Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750 –1808*. Ed. Paz e Terra, 6ªed. São Paulo, 2005.

_____. *Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira*. Ed. Presença. Lisboa, 2001

Mattoso, José. *História de Portugal: O Antigo Regime*. Editorial Estampa, Lisboa, 1998.

Manchester, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1973.

Mauro, Frederic. *Nova História e Novo Mundo*. Ed. Perspectiva. São Paulo, 1969.

Melo e Souza, Laura. *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVII*. Ed. Paz e terra. Rio de Janeiro, 2004.

_____. *Norma e Conflito: Aspectos da História de Minas no século XVII*. Ed. UFMG. Belo Horizonte, 2006.

_____. *O Diabo e a terra de Santa Cruz*. Ed. Companhia das Letras, 2ª ed. São Paulo, 2009.

_____. *Claudio Manuel da Costa*. Companhia das Letras. São Paulo, 2010.

MORIN, Edgard . *Mes démons*. Paris, Stock, 1994.

Mott, Luiz. *Fontes Inquisitoriais para o estudo da demografia histórica do Brasil*. História: questões e debates. Curitiba, nº 6.

_____. “Modelo de Santidade para uma clero devasso: a propósito das pinturas no cabido Mariana”. *Revista do departamento de história*. Belo Horizonte, UFMG, nº9, p.96-120, 1989.

Neal, Larry e Quinn, Stephen. *Networks of information, markets, and institutions in the rise of London as a financial centre, 1660-1720*. Financial History Review v. 8, part I, April 2001. Cambridge University Press. United Kingdom, 2001

Nero da Costa, Iraci “Ocupação, povoamento e dinâmica populacional”. in Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa. *Minas Colonial: economia e sociedade*. Pioneira. São Paulo, 1982.

Noya Pinto, Virgílio. *O Ouro Brasileiro e o comércio anglo-português*. Brasileira, v. 371. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1979

Novais, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial(1777-1808)* 4º ed.. Ed. Hucitec, São Paulo, 1986.

Novinsky, Anita. “A igreja no Brasil Colonial- Agentes da Inquisição” *In Anais do MP*. São Paulo, 1979, p. 29-25.

_____. “Marranos e a Inquisição: sobre a rota do ouro em Minas Gerais”. In Grinberg, Keila(org.) *Os judeus no Brasil*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2005.

_____. *Inquisição- Inventários dos bens confiscados dos cristãos novos* Ed. Imprensa Nacional. Casa da Moeda. Livraria Camões. Lisboa.

_____. e Carneiro, Maria Luiza Tucci (orgs), *Inquisição, Ensaio sobre mentalidade, heresia e arte*. São Paulo, Expressão e Cultura/ Edusp 1992.

_____. “Fernando Pessoa- O poeta marrano”. *Revista Portuguesa de História*, Vol. 33, Nº 2, 1999, págs. 699-711.

_____. “A igreja no Brasil Colonial- Agentes da Inquisição” *In Anais do MP*, São Paulo, 1979.

_____. “As origens da Cultura do segredo” (prefácio) in Sancovsky, Renata. *Inimigos da Fé. Judeus, Conversos e Judaizantes na Península Ibérica séc. VII*. Ed. Imprinta. Rio de Janeiro, 2007, p. 5-6.

_____. “A Inquisição no Brasil. Judaizantes ex- alunos da Universidade de Coimbra” in *Universidade, História, Memória, Perspectivas. Actas do Quarto Congresso História da Universidade, 7º Centenário*. Coimbra, 1991pp. 315-327

_____. “As origens da Cultura do segredo” (prefácio) in Sancovsky, Renata. *Inimigos da Fé. Judeus, Conversos e Judaizantes na Península Ibérica séc. VII*. Ed. Imprinta. Rio de Janeiro, 2007, p. 5-6.

Novais, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial(1777-1808)* 4º ed.. Ed. Hucitec, São Paulo, 1986.

Oliveira Marques, A.H. e Serrão, Joel. *Nova história de Portugal: Da paz da restauração ao ouro do Brasil*. v. VII. Editorial Presença. Lisboa, 2001.

Oliveira Marques, A. H. *História de Portugal*. Palas Editores. Lisboa, 1972.

Oliveira Torres, João Camillo. *O Homem e a Montanha*. Livraria Cultura Brasileira Ltda. Belo horizonte, 1944.

Omegna, Nelson. *A diabolização dos judeus: martírio e presença dos sefaradins no Brasil Colonial*. Ed. Record. Rio de Janeiro, 1969.

Paiva, João Pedro. “Inquisição e Visitas pastorais: dois mecanismos complementares de controle social ?” *Revista de História das Ideias*, vol 11. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra, 1989, p. 85-101.

Paulo, Fábio Honorato de. “A participação dos cristãos novos na Estrada Real: A herança cultural mineira”. *Revista de Estudos judaicos*. Ano IV- n. 4. Instituto Histórico Israelita Mineiro. Belo Horizonte, dez. 2010.

Perry, Thomas. *A Study of the Jewish Naturalization Act of 1753. Public opinion, Propaganda and Politics in Eighteenth century England*. Harvard University Press. Harvard, s/a

Primeiro Seminário de Estudos Mineiros. Universidade de Minas Gerais, 1957.

Pijning, Ernest. “Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII.” *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2001. v. 21, nº42, p. 397-414.

_____. “Passive Resistance: Portuguese Diplomacy of Contraband Trade During King John V’s Reign (1706-1750)”. *Arquipélago. História*, 2º série, II, 1997 p. 174-176.

_____. "Norms and values of Brazilian interior: A study of eighteenth-century testaments from Serro do Frio, Minas Gerais". *Revista Mosaico*, v. 1, n.2, p. 227-231, jul/dez, 2008.

Pinto, Virgílio Noya. *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português*. Brasileira vol. 371. Companhia Editora Nacional/MEC. São Paulo, 1979.

Ribeiro, Nádia Ameno. "Os cristãos novos nos testamentos e inventários em Minas Gerais no século XVIII". *Revista de Estudos Judaicos*. Ano IV- n. 4. Instituto Histórico Israelita Mineiro. Belo Horizonte, dez. 2010.

Rivkin, Ellis. *The Shaping of Jewish History: a radical new interpretation*. Charles Scribners Son's. New York, 1971.

Rodrigues, Aldair Carlos. "Os familiares do Santo Ofício em Mariana no século XVIII: o caso dos privilegiados do número. *Revista de Estudos Judaicos*, ano VI- nº 6. Instituto Histórico Israelita de Minas Gerais." Belo Horizonte, 2005/2006.

Romeiro, Adriana. "Confissões de um Falsário: as relações perigosas de um governador nas Minas" Universidade Federal de Minas Gerais. *Revista História: Fronteiras* p. 321-337.

Salvador, José Gonçalves. *Os cristãos novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro (1695-1755): relações com a Inglaterra*. E. Pioneira. São Paulo, 1992.

Samuel, Edgard. *At the End of the Earth. Essays on the history of Jews in England and Portugal*. Jewish Historical Society of England. Londres, 2004.

Santos, Joaquim Felício. *Memória do Distrito Diamantino da Comarca de Serro Frio* Ed. USP, Livraria Itatiaia. São Paulo

Santos, Lúcio. "A Conjuração mineira: suas causas, seu espírito, seus efeitos". *Revista do Archivo Público Mineiro*. Instituto Histórico e Geographico de Minas Gerais. V. 22, 1928.

Saraiva, Antônio José. *Inquisição e cristãos novos*. Lisboa, Estampa, 1985.

Saraiva, Antônio José. *A Inquisição Portuguesa*. 4ª ed. (Mem.Martins) Europa-America, imp.1965.

Sérgio, Antônio. *Breve Interpretação da história de Portugal*. 9ªed. Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1979.

Silva, João Manoel Pereira da. *História da Fundação do Império brasileiro*. Ed. B.L. Garnier. Paris/ Rio de Janeiro, 1864-1868.

Silveira, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas*. Ed. Hucitec. São Paulo, 1997.

Siqueira, Sonia. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. Ed. Ática. São Paulo, 1978.

Sombart, Werner. *Os judeus e a vida econômica*. Ed. UNESP. São Paulo, 2014

Simonsen, Robert. *História Econômica do Brasil 1500-1820*. Secretaria Especial de Editoração e Publicação. Senado Federal. Brasília. 4ª ed., 2005.

Stumpf, Roberta Giannubilo. “Minas contada em Números”. *Revista Brasileira de Estudos populacionais* v. 34, nº3. Belo Horizonte, set/ dez 2017, p. 529-548.

Taunay, Affonso de E. *História Geral das Bandeiras paulistas*. Tomo I a IX. Edições Melhoramentos. São Paulo, 1975.

Taques, Pedro de Almeida Paes Leme. *Informações sobre as Minas de São Paulo*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 64, pte. 1ª

_____. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. Tomo III. Ed. da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1980.

Torres, João Camilo de Oliveira. *O Homem e a Montanha*. Livraria Cultura Brasileira. Belo Horizonte, 1944.

Yogev, Gedalia. *Diamonds and Coral: Anglo- Dutch Jews and Eighteenth Century Trade*. Leicester University Press, 1978.

Wood, John Russell. *Histórias do Atlântico português*. Ed. UNESP. São Paulo, 2014

Vainfas, Ronaldo. *Trópico dos Pecados*. Ed. Nova Fronteira. São Paulo, 1998.

_____. & Monteiro, Rodrigo Bentes (org.). *Império de várias faces-relações de poder no mundo ibérico da Época moderna*. Ed. Alameda. São Paulo, 2009.

Verger, Pierre. *Fluxo e Refluxo: do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*. 4 ed. Ed. Corrupio. Salvador, 2002.

Villalta, Luiz Carlos e Resende, Maria Eugênia Lage de. (org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Autêntica Editora/ Companhia do Tempo ed. Belo Horizonte, 2007.

Valadares, Paulo. “Abafadores, incalcões e o *blood libel*”. *Revista de estudos judaicos*, ano VI- nº 6. Instituto Histórico Israelita de Minas Gerais.” Belo Horizonte, 2005/2006.

Varnhagen, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. Livraria Clássica. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1877.

Vanneste, Tijl. *Global trade and Commercial Networks*. Pickering & Chatto. London, 2011.

Vasconcelos, Silvio de. A formação urbana do arraial do Tejuco. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n 14, 1959.

Xavier da Veiga, José Pedro. *V Efemérides Mineira*. Imprensa Oficial do Estado de Minas. Ouro Preto, 1897
Zemela, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo USP, 1951.

2 Bibliografia Geral:

Beinart, Haim. *Moreshet Sepharad: The sephardi legacy*. Jerusalem: The Magnes Press/ The Hebrew University, 1981.

Burke, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. Ed. UNESP. São Paulo, 1992.

Damásio, Antônio *Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

Gorenstein, Lina e Carneiro, Maria Luiza Tucci (org.) *Ensaio sobre a Intolerância-Inquisição, Marranismo e Anti-semitismo*. São Paulo. Ed. Humanitas/ LEI, 2ª ed. 2005.

Levinas, Emmanuel. *Do Sagrado ao Santo. Cinco novas interpretações talmúdicas*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2001

Lipner, Elias. *Izaque de Castro, o mancebo que veio preso ao Brasil*. Recife. Fundação Joaquim Nabuco. Ed. Massangana, 1992.

Poliacov, Léon. *O mito Ariano*. trad. Luiz João Gaio, São Paulo, Perspectiva, 1974.

_____. *De Maomé aos marranos- História do antissemitismo II*. Ed. Perspectiva. São Paulo, 1996.

_____. *De cristo aos judeus da corte*. Ed. Perspectiva. São Paulo, 1979.

Popkin, Richard. *The Third force in the seventeenth century thought*. Ed. EJ Brill. Leiden, New York, Kobenhavn, Koln. 1992.

Vianna, Helena Basserman. "Segredo e Poder". *Pulsional Revista de Psicanálise*. Ano XIII, n 137. São Paulo, 1999, p. 90-96.

Weber, Max. "Classe, Status, Partido" em *Ensayos da Sociologia Contemporânea*, seleção e introdução de H. Gerth e C. Wrigly Mills, Barcelona, Editora Marinez Roca, 1972.

Winter, Jean-Pierre. *Os Errantes da Carne, Estudos sobre a histeria masculina*, Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 2001.

Anexos

Anexo I- Mapa das Comarcas de Minas Gerais com destaque para a alçada dos respectivos bispados⁴⁶⁴

⁴⁶⁴ LOCALIZA OS LIMITES ADMINISTRATIVOS DAS COMARCAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS NOS FINS DA ERA COLONIAL E SEUS RESPECTIVOS RECURSOS ECONÔMICOS CARRATO, JOSÉ FERREIRA. MAPA DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS. COLEÇÃO DE DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – APM in http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=234

Diligencia de Habilitação da ordem de Cristo de Fernando Dias Paes Leme da Camara (neto de Garcia Rodrigues Paes). Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra F, mç. 25, n.º 37

Dona Maria ~ por graça de Deos *Rainha* de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalém mar em Africa, Senhora de Guiné &c. Como Governadora, e perpetua Administradora, que sou do Meistrado, Cavallaria, e Ordem de *Santa Cruz*. Faço saber a vós Cavalheiro *Joaõ del Amoreas* *Cavalleiro* que por ser necessario fazer-se da qualidade, e bom procedimento de *Bernardo Dias Pais Seme de Camara* Justificante, e a que teve seu Pai, e Mãe *Joaõ Dias Pais Seme de Camara*, na *Castro*, *Paija*, *Stiveras* *cavaleiro* *Padrao* *Garcia Dias Pais* *Mt. Joana da Comarca* *Con.* *Martina Regueda Mamede* *Pereira* *Mt. Bernardo* *Vitoria de Artio* *Paija*.

Que se diz serem o dito Justificante, seu Pai, e Mãe, e Avós paternos, e maternos, naturais, e moradores *João m. fize del Amoreas* *Pedreiros* vos mando, quando-vos esta dada com *Joaõ m. fize del Amoreas* *Pedreiros* que perante vós escreverá *Joaõ m. fize del Amoreas* *Pedreiros*

esta Carta

com suas pouzadas tireis por testemunhas as pessoas de credito, e confiança, que houver mais antigas, e que tenhaõ razao de conhecer aos sobreditos, e saber de suas pessoas, e qualidades, e que não sejaõ por via alguma suspeitas ao Justificante, nem a dito seu Pai, Mãe, e Avós, nem tão vis, que por esse respeito fiquem seus testemunhos com pouco credito; o que ireis inquirendo até que sejais satisfeito ao menos por seis testemunhas conteeles, e lhes perguntares pelos Interrogatorios atraz escriptos, sobre, e cada hum delles mui particularmente, dando lhes primeiro juramento nos Santos Evangelhos para o que haõ de declarar, e para que não descubraõ a pessoa alguma o para que foraõ perguntadas, porque cumpre a meu serviço haver em semelhantes diligencias todo o segredo possivel: E o mesmo segredo guardareis, e o Freire que estes Autos processar, e o instrumento que de seus ditos fizerdes com as folhas numeradas, cerrado, e sellado com sinete de vossas Armas, remettereis a este Tribunal, e Meza de Ordens, sem em voollo poder, nem seu ficar traslado algum. E sendo cazo, que algumas das testemunhas declarem, que os acima nomeados, ou alguns não são naturaes do lugar assima referido, e nomearem parte certa donde sejaõ, sendo desta Comarca, mando-vos, que vades á tal parte nomeada pelas ditas testemunhas, e nella façais esta diligencia na forma que nesta Provisão se declara. *Mt. Ant. h. noll* *Senhora* o mandou por *Ant. de Almeida* *Ordem* *m. fize del Amoreas* *Pedreiros* Deputados do despacho do Tribunal da Meza da Consciencia, e Ordens *de mil setecentos* *atentado* *a fez em Lisboa a 8 de* *Jos. Amoreas* *Domingos* *Fraz* *Honrte* *Banda*

[illegible]

Anexo III
Planta do Arraial de Tejuco: final do século XVIII⁴⁶⁵

⁴⁶⁵ Miranda, Antonio Pinto. Planta do Arraial do Tejuco, 1784. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Anexo IV

Alvará em forma de Lei, por que Vossa Magestade ha por bem ampliar, cassar, e abolir a capitação, que pagão ao seu Real Erario os moradores das Minas geraes :e excitar, restabelecer, e reintegrar para a cobrança do Direito Senhoreal dos Quintos o outro methodo, que os ditos moradores propuzerão ao Conde das Galvêas em vinte e quatro de março de mil setecentos e trinta e quatro, e que foi por elles praticado desde aquelle tempo ; até o em que a mesma capitação teve o seu principio : para vossa majestade ver

U ELREY. Faço saber aos que este Alvará de Declaração virem, que sendo-me presente, de que sem embargo de que no Capitulo sexto, Paragrafo primeiro do Alvará de tres de Dezembro de mil setecentos e sincoenta, em que houve por bem annullar, cassar, e abolir a Capitação, com que naquelle tempo contribuião os moradores das Minas Geraes, excitando, e restabelecendo no lugar della o Direito senhorial dos Quintos, se acha literalmente expresse, de que em todo o ouro descaminhado, e na importancia da pena, em que incorrem os descaminhadores d'elle, pertence ametade, não só aos que denunciaõ, mas tambem aos que descobrem o sobredito descaminho; ainda assim se movem dúvidas sobre a sua intelligencia; controvertendo-se, se o beneficio do referido premio se deve restringir sómente aos que descobrem os contrabandos por acto voluntario, e livre; ou se deve estender-se igualmente aos que achão, e descobrem o mesmo contrabando, quando o buscão, e descobrem por obrigação do seu ministerio, e officio; como succede (por exemplo) aos Soldados das patrulhas, e Officiaes de Justiça; Sou servido declarar, que o sobredito beneficio deve comprehender igual, e indistinctamente ambos os referidos casos, de ser o descobrimento feito voluntariamente por pessoas particulares, ou pelas pessoas, que o buscão, e achão por obrigação dos seus ministerios, e officios, como os sobreditos Soldados, e Officiaes de Justiça: comprehendendo-se nesta Declaração, não só os casos futuros, mas tambem os preteritos.

E este se cumprirá tão inteiramente como nelle se contém. E quero que tenha força de Ley, e valha como Carta; posto que o seu effeito haja de durar mais de hum anno; sem embargo da Ordenação em contrario, e de quaesquer outras Leys, as quaes Hey por derogadas para este effeito sómente, como se dellas fizera especial menção.

Pelo que: Mando ao Regedor da Casa da Supplicação, ao Conselho Ultramarino, Governador da Relação, e Casa do

Anexo V- Moedas portuguesas do reinado de D. João V- século XVIII⁴⁶⁶

- a) Dobra de ouro. 12.800 reis- cunhada em Minas Gerais
- b) Moeda de ouro. 4.000 reis
- c) Meia moeda de ouro. 2000 reis. Cunhada no Rio de Janeiro
- d) 1/4 de moeda de ouro. 1000 reis. Cunhada na Bahia
- e) Cruzado Novo de ouro. 400 reis
- f) Cruzado de prata. 400 reis

⁴⁶⁶ Fisher. H.E.S. *The Portugal trade. A Study of Anglo portuguese Commerce 1700-1770*. Methuen and Co. London, 1971

As primeiras moedas cunhadas no Brasil foi no Rio de Janeiro, em 1703 e na Bahia em 1714. Elas eram semelhantes as que circulavam no Reino, mas com maior peso e seu valor era 20% superior ao valor facial. Em 1720, a Casa da moeda, em Minas Gerais passou a fabricar as moedas oficialmente, principalmente após a proibição da circulação do ouro em pó (1724-1734).⁴⁶⁷

⁴⁶⁷ Ver: Inbcb.gov.br

Anexo VI-

Ley do Contrato de Diamantes do Brasil: 11 de agosto de 1753. Impresso na Officina de Miguel Rodrigues. John Carter Brown Library. Portugal and Brazil Collection.

Ley do Contrato dos Diamantes do Brasil. De 11 de Agosto de 1753.

U ELREY. Faço saber aos que este Alvará de Ley virem, que sendo informado da imminente ruína, a que se achão expostos o Contrato, e o Commercio dos Diamantes do Brasil, não só pelas desordens, que até agora se commetterão na administração, e no manejo delles, preferindo-se os interesses particulares ao bem publico, que se segue da reputação deste genero; mas também pelos consideraveis contrabandos, que delle se fizeram, com grave prejuizo do meu Real serviço, e do cabedal dos meus Vassallos, que licita, e louvavelmente se empregaraõ neste negocio, em commum beneficio dos meus Reynos, e das suas Conquistas: E tendo consideração a que no estado, a que tem chegado as sobredittas desordens, não podia caber o remedio dellas, nem na applicação dos meios ordinarios, nem nas faculdades dos particulares, que nelle tem interesses: Hei por bem tomar o referido Contrato, e Commercio debaixo da minha Real, e immediata Protecção, ordenando a respeito delles o seguinte.

I. Nenhuma pessoa de qualquer qualidade, ou condição, que seja, depois do dia da publicação desta Ley em diante, poderá contratar neste Reyno, ou seus Dominios, sobre Diamantes brutos por compra, ou por venda, nem introduzillos nos mesmos Reynos, vindo fóra dos cofres Reaes, e do seu Manifesto, nem extrahillos da Terra, nem fazellos transportar para os Reynos estrangeiros por qualquer modo, que seja, sem especial commissão, e guia do Contratador, e Caixas do presente Contrato, em cujo favor Hei por bem fazer exclusivo o commercio dos referidos Diamantes brutos, sob pena de perdimento dos que forem extrahidos, ou contratados, e do dobro do seu valor commum, ametade para o denunciante, e ametade a beneficio do mesmo Contratador, e Caixas, para entre elles se repartir igualmente: incorrendo de mais os transgressores desta Ley nas penas corporaes de dez annos de degredo para Angola, sendo pessoas livres, que morem no Brasil; e para o Maranhão, ou Pará; morando neste Reyno: sendo porém escravos, serão condemnados a trabalhar com braga nas obras do Contrato pelos referidos annos; e o mesmo, exceptuada a braga, se praticará com os pretos, e homens pardos, que delinquirem, sendo forros.

II. Estabeleço, que esta prohibição, e as penas por ella ordenadas, se executem sem alguma differença, não só nos principaes transgressores, que fizerem as compras, vendas, conducções, ou remessas; mas também contra todas, e quaesquer pessoas, que para isto concorrerem por terra, ou por mar, sendo Corretores, Condutores, ou Fautores, dos que fizerem o contrabando, ou admitindo-o em suas casas, carraagens, embarcações, ou cargas; porque em qualquer tempo, que isto se prove, se procederá contra elles, ainda depois do facto, na maneira abaixo declarada.

III. Para que mais efficaçmente seja esta Ley observada, Sou servido ordenar que as denuncias sejam tomadas em segredo, como se pratica no Fisco dos ausentes: e que, sendo os denunciantes escravos, se libertem pela competente parte do premio da denuncia, entregandose-lhes o resto para delle uzarem, como bem lhes parecer.

IV. Bem entendido, que em todos os sobredittos casos, sendo os transgressores desta Ley Estrangeiros, não teráõ contra elles lugar as penas de degredo para os meus Dominios da America, ou Africa; mas antes em lugar das referidas penas se executará nelles a de prizaõ até minha mercê, e a de confiscacão de todos es bens, que lhes forem achados nos meus Dominios, sendo exterminados para nelles mais não serem admittidos. E sendo caso, que nestes Reynos não tenhaõ bens

Anexo VII

Regimento do Contrato dos Diamantes⁴⁶⁸

Foi o Regimento mais rigoroso colocado em prática na colônia brasileira, também conhecido como Livro da Capa Verde

Regimento do Contrato dos Diamantes, 1771. Biblioteca Pública de Lisboa. Manuscrito cedido pela professora Iris Kantor.

Anexo VIII

Cristãos novos nas Minas – século XVIII- denunciados e presos (198)

André da Silva Viana - Sócio de Manuel Nunes Sanches (preso)
Agostinho Joseph- mineiro 1731
Agostinho Pereira da Cunha-1731
Antônio Afonso Campinho- 1723
Antonio de Carvalho Oliveira-1731 (denunciado por Diogo Nunes Henriques)
Antônio Fernandes de Mattos-1731 (denunciado por Domingos Nunes)
Antônio Fernandes Pereira- 1730
Antonio Ferreira Pacheco- 1734
Antonio de Gamboa ou Pereira da Cunha- 1731
Antonio José Cogominho- 1715
Antonio Lopes- 1731 (denunciado por José Nunes)
Antonio de Mello- 1714
Antonio de Mendonça- 1731
Antonio Nunes- 1732
Antonio Nunes Garcia- 1730 (denunciado por Félix Nunes de Miranda)
Antonio Nunes Ribeiro - 1731
Antônio Pereira (denúncia no caderno do promotor- caderno 99- livro 292, fol. 0063-0069, doc. 24-29) –judiava a imagem de cristo, colocando ela para ferver em água e fazia figa na missa na hora do sacramento- 1736
Antonio Pereira de Araujo- 1723
Antonio Pereira de Avila- 1732
Antonio Ribeiro Furtado-
Antonio Ribeiro Sanches
Antônio Roiz- 1732- denunciado por José Nunes)
Antonio Roiz (caderno do promotor- caderno 114, livro 306, fol. 0255, doc. 109)- 1755- “Não havia o Juízo Final- era particular de cada um”.
Antonio Roiz Campos-1729- testemunha José da Costa e Manuel Nunes da Paz- lavrador de Tabaco
Antonio Roiz Cardozo-1731
Antônio Roiz de Andrade- (caderno do promotor- caderno 116, livro 308, fol 374, doc. 148) Não acreditava no Juízo Final-1755.
Antonio Roiz Nogueira- 1731- Testemunha- Domingos Nunes
Antonio de Sá de Almeida- 1732
Antonio de S. Payo- 1715
Antonio da Silva- 1731
Antonio da Silva Pereira- 1732- Domingos Nunes
Antônio Teixeira Cerpice (denúncia no caderno do promotor- caderno 109- livro301, fol 0362, doc.174) – afirmou que Cristo era ele e seu escravo- 1749
Antonio do Valle- 1727- testemunha- Diogo Nunes
Antonio do Vale Sarmento-
Bartholomeu Roiz- 1731- denunciada pela prima Clara Henriques em 1731
David de Miranda- 1714
David Mendes da Silva- 1729- denunciado por Manuel Nunes da Paz
David da Silva- 1729- denunciado por Diogo Nunes
Diogo- filho de Antonio Nunes e denunciado por Joseph da Cruz Henriques em 1729
Diogo Nunes Ribeiro- Médico- 1703

Diogo Nunes - 1729 (irmãos Nunes)
 Diogo Nunes Henriques- 1728- pai de Manuel Nunes da Paz- reuniões em sua casa
 Diogo de Aguilar Pantoja-1711
 Diogo Correa do Vale (preso)-1730- queimado
 Diogo Dias- 1729- denunciado por Jose Nunes, Antonio de Sá de Almeida
 Diogo Dias Correa-1729
 Diogo Fernandes-1715
 Diogo Fernandes Camacho-1731
 Diogo Fernandes Cardozo-1729- denuncia de David Mendes da Silva
 Diogo Lopes
 Diogo Mendes-1746
 Domingos Nunes-1730- queimado
 Domingos Morato (caderno do promotor- caderno 105- livro 297, fol. 0567-0571, doc. 241-243) 1740- suspeita de judaísmo- batendo e urinando em uma imagem de cristo
 Domingos Rodrigues Ramires-1710
 Duarte da Costa Fonseca-1735
 Duarte Rodrigues Ramires- 1734
 Fernando Gomes Nunes-1739
 Francisco Correa- 1728
 Francisco de Lucena Montarroyo-1712
 Francisco Ferreira Izidro-1726
 Francisco Machado-1708
 Francisco Nunes de Miranda- 1732
 Francisco Nunes Ribeiro- 1731
 Francisco Roiz-1710
 Francisco Rodrigues da Costa (caderno do promotor- caderno 104- livro 296, fol. 0569, doc. 235) – 1735- Tijuco
 Francisco Roiz Moeda-1725
 Francisco Xavier (denuncia no caderno do promotor- caderno 95-livro 288, fol. 0677, doc. 346-347)- Vila de Caeté- tinha embaixo de colchão um crucifixo judiado
 Frutuoso Mendes-1739- Cobrador de Francisco Nunes de Miranda
 Gabriel Henrique Castro- (caderno do promotor- caderno 113- livro 305, fol 0135-0137) parte Cristão novo- 1751
 Gaspar da Costa-1729
 Gaspar Dias da Silva (caderno do promotor- caderno 109- livro 301, fol. 0276, doc. 141)- disse que cristãos novos foram presos e seus engenhos confiscados, por isso foram usurpados, com que consciência o Santo Ofício podia possuir algo que não era seu? Na inquisição, com dinheiro acaba-se tudo, até um mulato, filho de Antonio Lopes de Leão pode se tornar padre- Serro Frio -1747
 Gaspar Henriques- cunhado da Guiomar Nunes e irmão de Clara Henriques-1729
 Gaspar Mendes-1748
 Gregorio da Silva Henriques-1728- por Diogo Nunes Henriques
 Henrique Froes-1734 – denunciado por Francisco Ferrera Izidro
 Henrique Pereira- 1731- denuncia de Domingos Nunes
 Ignacio de Almeida Lara
 Ignacio Cardozo
 Ignacio Cardozo
 Ignacio Cardozo de Azevedo
 Jacinto Mendes
 Jeronimo Roiz

João Carlos
João da Cruz
João da Cruz Henriques
João Henriques
João Lopes
João Lopes
João Lopes
João Lopes Alvarez
Joseph Machado ou Correa Lopes
João de Matos
João de Matos
João de Matos Henriques
João Mendes
João de Moraes Montezinos
João Moreyra
João Henriques- 1747
João Nunes
João Nunes Ribeiro
João Nunes Vizeu
João Roiz
João Roiz
João Roiz da Costa
João Roiz Ferrera
João Roiz de Mesquita
João Roiz Nogueira
João Roiz de Payva
João Roiz Viana
José Fernandes Camacho
José Henriques
José Miguel
José Nunes
José Roiz de Oliveira
José Rodrigues
José da Silva Moraes
Joseph Cardozo
Joseph da Crux
Joseph Pereira
Joseph Gonçalves
Joseph Nunes
Joseph Nunes de Almeida
Joseph Roiz Cardozo
Luiz
Luiz Antonio
Luiz Alves ou Alvares Montarroyo
Luiz Froes
Luiz Mendes de Sá
Luiz Miguel
Luiz Miguel Correa
Luiz Nunes
Luiz Nunes de Miranda

Luiz Vas
Luiz Vas de Oliveira
Manoel
Manoel de Albuquerque Aguillar
Manoel Cardozo
Manoel da Costa Espadilha
Manoel da Costa Ribeiro
Manoel da Cunha Pessoa
Manuel Dantas e sua irmã. Caderno do promotor 3. Livro 324 (1731-1739), fol. 0286-0287, doc. 174; no dia do juízo iriam se arrepender por não seguir a Lei de Moisés.
Manoel Dias de Carvalho
Manoel Dias
Manoel Fernandes de Araújo
Manoel Fernandes Henriques
Manoel da Fonseca
Manoel Froes Monis
Manoel Furtado
Manoel Gomes
Manoel Gomes de Carvalho
Manoel Henriques
Manoel Leandro (Tejuco)
Manoel Lopes Pereira
Manoel Mattos Dias
Manoel de Matos
Manoel de Mello
Manoel de Meza
Manoel Mendes da Cunha
Manoel Mendes Sanches
Manoel Nunes
Manoel Nunes de Almeida
Manoel Nunes de Almeida
Manoel Nunes Sanches
Manoel Nunes Sanches
Manoel Nunes da Paz
Manoel Nunes Viana
Manoel Pereira da Cunha
Manoel Roiz Ribeiro
Manoel Sanches
Manoel do Valle
Marcos Mendes Sanches
Marcos Mendes
Martinho da Cunha
Miguel
Miguel Alvarez de Carvalho
Miguel da Cunha
Miguel da Cruz
Miguel Henriques
Miguel de Mendonça Valladolid
Miguel Nunes
Miguel Nunes

Miguel Nunes de Almeida
Miguel Nunes de Miranda
Miguel Nunes Sanches
Miguel da Silva Pereira
Pedro da Silva
Pedro Rates Hanekim
Pedro Nunes de Miranda
Rodrigo Nunes
Salvador Roiz
Salvador Rodrigues de Faria
Salvador Paes Barreto
Sebastião Nunes
Sebastião Nunes Alvarez
Simão Roiz
Thomas Roiz do Valle
Thomas Vas
Tomas Pinto Ferrera

Mulheres:

Ana do Vale
Brites Lopes
Elena do Valle
Francisca
Helena e Angela
Izabel Palhana
Irmã de Manuel Dantas. Caderno do promotor 3. Livro 324 (1731-1739), fol. 0904-0313, doc. 447-452. Fama de judiar, jejuar as segundas e quintas feiras, dias de jejum dos judeus
Joana Maciel
Alonsa de Gaya
Garcia Moreyra

30 pessoas da Família Nunes Henriques